



SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

REFERENTE AOS TRABALHOS DA 1.^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 5.^a LEGISLATURA,
DE 15 DE MARÇO À 15 DE DEZEMBRO DE 1963,
APRESENTADO NO ATO DE SEU ENCERRAMENTO
PELO PRESIDENTE,

Senador Auro Soares Moura Andrade



ÍNDICE

A
I N D I C E

— Página

<u>ACONTECIMENTOS</u> de 4 de dezembro	224
<u>ADMINISTRAÇÃO INTERNA</u>	191
<u>ARMAS</u> - Proibição do porte de	164
<u>ARTICULAÇÕES</u> com outros órgãos	211
<u>ARQUIVO</u> - Diretoria do ...	
Estatística	82
<u>ASSESSORIA</u> - Diretoria da ...	
Estatística	82
<u>ATA</u> - Diretoria da ...	
Estatística	82
<u>ATOS INTERNACIONAIS</u>	266
<u>AUTORIDADES</u> - Pronunciamento do Senado sobre escolha de ...	181
<u>AUTORIZAÇÃO PARA EMPRÉSTIMOS EXTERNOS</u>	192
<u>BALBINO - Antônio (Senador)</u>	
Comunicação de que deixava de entrar em exercício a fim de continuar no cargo de Ministro da Indústria e Comércio	5
<u>BANCADAS</u>	
Composição inicial	14
Alterações havidas	66
<u>BANCO DO BRASIL</u>	
Instalação da Agência em Santiago do Chile (representação do Senado na ...)	221
<u>BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</u>	
Pronunciamento do Senado sobre escolha do Presidente do ..	184
<u>BIBLIOTECA</u> - Diretoria da ...	
Estatística	83
<u>BLOCOS PARTIDÁRIOS</u>	
Constituição	17
Lideranças	18
<u>CAIXAS ECONÔMICAS NOS ESTADOS UNIDOS</u>	
Missão de estudo das	221
<u>CARLOS JEREISSATI (Senador)</u>	
Falecimento	74
Representação do Senado nos funerais	217
<u>CHEFES DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS</u>	
Pronunciamento do Senado sobre	182
Audiência de candidatos	189
<u>CHILE</u>	
Instalação da Agência do Banco do Brasil (representação do Senado na ...)	221
Visita oficial do Presidente da Republica (participação do Senado na ...)	221
<u>COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA</u>	
Consulta sobre a investidura dos Srs. Senadores José Ermí-	

COMISSÃO DIRETORA

Expediente 80

COMISSÕES

Composição 21
 26-A
 Direção 21
 Funcionamento 77
 78

COMISSÕES - Diretoria das ...

Estatística 80

COMISSÕES ESPECIAIS

Novas Comissões 28
 Provenientes de sessões anteriores 24
 281
 Preenchimento de vagas 24
 Prorrogação para 1 964 27-A
 Funcionamento 77
 89

COMISSÕES EXTERNAS 29

COMISSÕES MISTAS 26-A
 283

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 36
 294

COMISSÕES PERMANENTES

Composição 21
 Direção 21
 Funcionamento 78
 79

COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES

Perante o Plenário 186
 Perante as Comissões 187

CONCURSOS 205-A

CONFERÊNCIAS NA ARGÉLIA (Sen. Afonso Arinos) 221

CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR

Americana (3a.) - Representação do Senado 219
 de Belgrado (53a.) - Representação do Senado 218

CONGRESSO NACIONAL

Convocação extraordinária 268
 Sessões conjuntas 226

Vetos

Matéria vetada 227
 Comissões Mistas 227
 Pronunciamento do Congresso 229
 Relatórios 233

CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICIPIOS (Representação do Senado) ... 217

CONSELHO ADMINISTRATIVO DA DEFESA ECONÔMICA (CADE)

Funções nestas à disposição de 204

	<u>Página</u>
<u>CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA</u>	
Pronunciamento do Senado sobre a escolha de membros do	181
<u>CONSELHO SUPERIOR DA SUMOC</u>	
Pronunciamento do Senado sobre a escolha de membros do	181
<u>CONSELHO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR (Lausanne)</u>	
Representação do Senado	218
<u>CONSTITUIÇÃO</u>	
Projetos de Emenda	107
- do <u>Senado</u>	
Iniciados	107
Que tiveram tramitação	109
Que continuam em curso no Senado	295
- da <u>Câmara</u>	108
<u>CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ, em Londres</u>	
Participação do Senador Nelson Maculan	221
<u>CONVITES</u>	213
<u>CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO</u>	268
<u>CORRESPONDÊNCIA</u>	210
<u>COROAÇÃO DE S. S. O PAPA PAULO VI</u>	
Representação do Senado	220
<u>CRUZ DE HONRA DA CONSTITUIÇÃO</u>	261
<u>DIPLOMATAS</u> - Pronunciamento do Senado sobre	182
<u>DIREÇÃO GERAL DA SECRETARIA</u> - Estatística	80
<u>DIRETORIAS</u> - Estatísticas	
Arquivo	81
Assessoria	82
Ata	82
Biblioteca	83
Comissões	85
Contabilidade	91
Expediente	92
Pessoal	96
Publicações	97
Taquiografia	98
<u>ELABORAÇÃO LEGISLATIVA</u> - Notas	156
<u>ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u> - Notas	128
<u>ELEMENTOS DE LIGAÇÃO</u>	211
<u>EMENDAS DA CÂMARA A PROJETOS DO SENADO</u>	119-A
<u>EMENDAS DO SENADO A PROJETOS DA CÂMARA</u>	
Enviadas	123
Apreciadas pela Câmara	124
Que aguardam pronunciamento	356
Que aguardam pronunciamento	124
Que aguardam pronunciamento	358
<u>EMPRÉSTIMOS EXTERNOS</u>	

<u>ERMÍRIO</u> (Senador) - Ver : José Ermírio	
<u>ESCOLHA DE AUTORIDADES</u> - Pronunciamento do Senado	181
<u>EXPEDIENTE</u> - Diretoria - Estatística	92
<u>EXPOSIÇÃO (V) NACIONAL DO GADO ZEBU E EXPOSIÇÃO FEITA AGRO-PECUÁRIA (XXIX)</u> de Uberaba	217
 <u>FUNCIONÁRIOS</u>	
Atos referentes a	199
Nomeações	199
Aposentadoria	200
Licenças	200
Autorização para prestação de serviços a outros órgãos	204
Concursos	205-A
Distinções conferidas a	206
Viagem de estudo	206
Revisão psicotécnica de motoristas e funcionários do Serviço de Segurança	205-A
<u>FUNERAIS DO SEN. CARLOS JEREISSATI</u> (Representação do Senado)	217
<u>FUNERAIS DO PRESIDENTE JOHN F. KENNEDY</u> (Representação do Senado)	75 219
 <u>GABINETES</u>	
Estatísticas	79-B
Lotação	165
<u>GOIÁS</u> - Autorização para empréstimo externo	190
 <u>HOMENAGENS</u>	
-da tribuna	70
-em sessões comemorativas	70
-votos de congratulações e aplauso	73
-pesar	74
<u>HOSPITAL CENTRAL DA MISERICÓRDIA DO RIO DE JANEIRO</u> (Visita)	218
<u>IMPrensa</u> (representantes da ...)	212
<u>INDICAÇÕES</u>	177
<u>INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA</u>	10
 <u>JOHN KENNEDY</u> (Presidente dos Estados Unidos da América)	
Homenagens de pesar pelo seu falecimento	75
Representação do Senado nos funerais	219
 <u>JOSÉ ERMÍRIO DE MORAIS</u> (Senador)	
Comunicação de não entrar em exercício do mandato, a fim de continuar no de Ministro da Agricultura	5

LIDERANÇAS	18
<u>MESA</u>	
Constituição	8
Alterações	69
<u>MINISTROS</u>	
- <u>DA GUERRA</u>	
Discurso proferido no ato da entrega de Condecoração da Ordem Nacional do Mérito Militar ao Presidente do SF	223
<u>DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</u> - Pronunciamento do Senado <u>sô</u> <u>bre a escolha de</u>	181
<u>DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS</u> - Pronunciamento do Senado <u>sobre a escolha de</u>	181
<u>MISSÕES DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA</u>	217
<u>MOSSORÓ</u> - Representação do Senado nas comemorações da liberta <u>ção dos escravos</u>	217
<u>MOTORISTAS</u> - Revisão psicoténica	205-A
<u>NACÕES UNIDAS</u> - Assembléia Plenária (XVIII) da Federação das Associações Pro-Nações Unidas - Representação do Senado	219
<u>NELSON MACULAN</u> (Senador)	
Licença para exercer o cargo de Presidente do Instituto... Brasileiro do F. Café :	41
<u>NOTAS</u>	
- <u>sôbre a elaboração legislativa</u>	156
- <u>sobre a elaboração orçamentaria</u>	128
<u>NOVOS SERVIÇOS</u>	
<u>Criação</u>	193
<u>Estatística</u>	107
<u>ORÇAMENTO</u> - Notas <u>sôbre a elaboração do</u>	124
<u>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS</u>	
<u>Assembleia Geral em New York</u>	221
<u>Assembléia Plenária da Federação das Associações Pro-Na-</u> <u>ções Unidas</u>	219
<u>ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO</u>	
<u>Reunião Técnica Tripartite para a Industria de Produtos</u> <u>Alimentares e de Bebidas</u>	221
(Representação do Senado)	
<u>PALAVRAS</u>	
<u>iniciais</u>	2
<u> finais</u>	269
<u>PAPA JOÃO XXIII</u> - Homenagens de pesar pelo seu falecimento	75
<u>PAPA PAULO VI</u> - Representação do Senado na Coroação	220
<u>PARÁ</u> - Autorização para empréstimo externo	190
<u>PARECERES PROFERIDOS</u>	407

	<u>Páginas</u>
<u>POSSE</u> de novos Senadores	4
<u>PRESIDÊNCIA</u> - Alocução ao ensejo da instalação da sessão legislativa	10
<u>PRESIDENTE JOHN KENNEDY</u>	
Homenagens de pesar pelo seu falecimento	75
Representação do Senado nos seus funerais	219
<u>PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI</u>	
Representação do Senado na posse	220
<u>PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU</u>	
Representação do Senado na posse	220
<u>PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SUDENE</u>	265-A
<u>PROJETOS</u>	
promulgados	126
remetidos a sanção	125
sancionados	126
sancionados em parte	126
vetados	126
<u>PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO</u>	
Em curso no Senado	256
Iniciados na Câmara	238
Iniciados no Senado	237
Recebidos para revisão	248
Ultimados	251
<u>PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</u>	
Apresentados	107
Recebidos da Câmara dos Deputados	108
Que tiveram tramitação	108
Que permanecem em curso no Senado	295
<u>PROJETOS DE LEI DA CÂMARA</u>	
Recebidos	122
	337
Apreciados :	
Aprovados	122
	346
Devolvidos à Câmara com emendas	123
	351
Que continuam em estudo	123
	352
<u>PROJETOS DE LEI DO SENADO</u>	
Apresentados	110
	297
Em segunda tramitação	111
Ultimados no Senado	119-A
	308
Arquivados	114
	313

	<u>Páginas</u>
<u>PROJETOS DE LEI DO SENADO</u> (Continuação)	
Remetidos à Câmara dos Deputados	120
Apreciados pela Câmara	120
	320
Que continuam na Câmara	121
	315
	321
<u>PROJETOS DE RESOLUÇÃO</u>	
- do Congresso	259
- do Senado :	
Apresentados	160
	396
Ultimados	161
	399
Que continuam em estudo no Senado	403
<u>PROMULGAÇÃO</u> - Projetos promulgados	126
<u>PRONUNCIAMENTO DA CÂMARA</u>	
- sobre projetos do Senado	120
- sobre emendas do Senado	124
<u>PRONUNCIAMENTO DO SENADO</u>	
- sobre escolha de autoridades :	
Chefes de Missões Diplomáticas	182
Ministros do Supremo Tribunal Federal	181
Ministros do Tribunal Federal de Recursos	181
Membros dos Conselhos	
Nacional de Economia	181
da SUMOC	181
Administrativo da Defesa Econômica	182
- sobre Projetos da Câmara	122
<u>PUBLICAÇÕES</u> - Diretoria (Estatística)	97
<u>QUADRO ESPECIAL</u>	170
<u>RECESSO</u> (de 4 de fevereiro a 14 de março)	9
<u>REGIMENTO INTERNO</u> - Alterações	163
<u>REGULAMENTO DA SECRETARIA</u>	165
<u>REQUERIMENTOS</u>	
em geral	176
de informações	207
<u>RESOLUÇÕES PUBLICADAS</u>	162
	404
<u>REUNIÕES PREPARATÓRIAS</u>	4
<u>REVISÃO PSICOTÉCNICA DE FUNCIONÁRIOS</u>	205-A

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Estatística	80
<u>SEM LEGENDA</u> - Senadores	17

SENADO

Alterações na composição	37 66
Composição numérica	65

SENADORES

Afastamento para exercício de outras funções	
José Ermírio	5
Antonio Balbino	5
Nelson Maculan	41
Autorizações para o exercício de missões previstas no art. 49 da Constituição	62
Discursos Proferidos	98
Eleitos em 7.10.1963	4
Falecimento	74
Distinções Recebidas	221
Investidura como Ministros de Estado	5
Licenças	38
Lista	271
Missões de representação externa	217
Sem Legenda	17
Substituições	63
Vagas e seu provimento	37
Visita à União Soviética	264

<u>SERVICOS AUXILIARES</u> - Funcionamento	80
--------------------------------------------------	----

SERVICOS GRÁFICOS

Criação	193
Estatísticas	102

SERVICO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Criação	197
Estatística	104

<u>SERVICO MÉDICO</u> - Estatística	97
-------------------------------------------	----

<u>SERVICO DE SEGURANÇA</u> - Revisão Psicotécnica	205-A
----------------------------------------------------------	-------

<u>SESSÃO LEGISLATIVA</u> - Instalação	10
----------------------------------------------	----

SESSÕES

Realizadas	70
Ordinárias	70
Extraordinárias	70
Especiais	70
Secretas	70

	<u>Páginas</u>
<u>SUDENE</u> - Prestação de contas	265-A
<u>SUPLENTE</u>	
Convocados	64
Lista	274
<u>SUSPENSÃO DE ATOS INCONSTITUCIONAIS</u>	185
<u>TAQUIGRAFIA</u>	
Estatística	98
Provimento dos cargos de revisores	169
<u>TURISMO</u>	
Representação do Senado :	
- na Assembléia (XVIII) da União Internacional das Organi- zações Oficiais de Turismo (AUIOT)	219
- na Reunião da Associação Interparlamentar de Turismo, na cidade do Salvador	218
<u>UNIÃO INTERPARLAMENTAR</u>	
Reunião do Conselho em Lausanne (representação do Senado)	218
Conferência (53a.) em Belgrado (representação do Senado)	218
<u>UNIÃO SOVIÉTICA</u> - Visita	219 264
<u>VAGAS E SEU PROVIMENTO</u>	37
<u>VETOS PRESIDENCIAIS</u>	126 227
<u>VICE-DIRETORIAS GERAIS</u> - Estatística	81
<u>VISITANTES</u>	
Recebidos no Congresso	236
Recebidos no Senado	216
<u>VISITA</u> à União Soviética	219 264
<u>VOTOS</u> de congratulações e aplausos	73
<u>VOTOS</u> de pesar	74

PARTE EXPOSITIVA

I - PALAVRAS INICIAIS

A Presidência do Senado Federal cumpre, com satisfação, o dever de oferecer ao conhecimento dos Srs. Senadores e do País a prestação de contas do trabalho levado a efeito por esta Casa na primeira sessão legislativa ordinária da quinta legislatura.

Como Presidência do Congresso Nacional apresenta, por igual, o relato das atividades levadas a efeito em conjunto pelas duas Casas que o compõem e, também, dos trabalhos pertinentes à esfera da competência privativa do Poder Legislativo, no mesmo período.

II - O SENADO FEDERAL

NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

DA QUINTA LEGISLATURA

TRABALHOS PRELIMINARES

Reuniões Preparatórias

Senadores Empossados

*Senadores Que Deixaram de Entrar
em Exercício*

Eleição da Mesa

Recesso

A. TRABALHOS PRELIMINARES

A.1 - REUNIÕES PREPARATÓRIAS

De acôrdo com o estabelecido no Regimento Interno (art. 2º), ti veram início a 1º de fevereiro as reuniões preparatórias.

A primeira presidida pelo Sr. Senador Guido Mendin (2º Suplente de Secretário) e tendo como 1º Secretário o Sr. Senador Joaquim Parente (3º Suplente), destinou-se à posse dos novos Senadores.

No pleito de 7 de outubro de 1962 haviam recebido a consagração das urnas os Srs.:

ACRE

Adalberto Correia Sena
José Guimard dos Santos
Oscar Passos

PARÁ

Edward Cattete Pinheiro
Joaquim Lobão da Silveira (reeleito)

PIAUI

José Cândido Ferraz
Sigefredo Pacheco

RIO GRANDE DO NORTE

Dinarte de Medeiros Mariz
Walfredo Gurgel

PERNAMBUCO

Francisco Pessoa de Queiroz
José Ermiric de Merais

SERGIPE

Francisco Leite Neto
Julio Cesar Leite

ESPÍRITO SANTO

Eurico Rezende
Raul Giuberti

GUANABARA

Aurélio Vianna
Gilberto Marinho (reeleito)

PARANÁ

Adolpho de Oliveira Franco

AMAZONAS

Antóvila Rodrigues Mourão Vieira (reeleito)
Artur Virgílio de Carmo Ribeiro Fº

MARANHÃO

Sebastião Archer da Silva (reeleito)
Victorino de Britto Freire (reeleito)

CEARÁ

Carlos Jereissati
Wilson Gonçalves

PARAÍBA

Argemiro de Figueiredo (reeleito)
João Agripino Filho

ALAGOAS

Arnou Affonso de Farias Mello
Rui Soares Palmeira (reeleito)

BAHIA

Antônio Balbino de Carvalho Filho
Josaphat Ramos Marinho

RIO DE JANEIRO

Aarão Steinbruch
João Batista de Vasconcelos Torres

SÃO PAULO

Auro Soares de Moura Andrade (reeleito)
Juvenal Lino de Matos (reeleito)

SANTA CATARINA

Antônio Carlos Konder Reis

RIO GRANDE DO SUL

Daniel Krieger (releito)
Mem de Sá (reeleito)

MATO GROSSO

Filinto Müller (reeleito)
Vicente Bezerra Neto

MINAS GERAIS

Benedicto Valladares Ribeiro
(reeleito)
Camilo Nogueira da Gama (reeleito)

GOIÁS

José Feliciano Ferreira
Pedro Ludovico Teixeira (reeleito)

Nessa oportunidade deixou de comparecer o Sr. Júlio César Leite, tendo os demais prestado o compromisso regimental e feito as suas declarações de escolha de nomes parlamentares e de filiação partidária.

No mesmo ato os Srs. José Ermírio de Moraes e Antônio Balbino de Carvalho Filho enviaram à Mesa declarações de que deixavam de entrar no exercício dos seus mandatos a fim de continuarem no de Ministros de Estado, respectivamente, da Agricultura e da Indústria e Comércio.

Sobre o assunto vale registrar que a Presidência, na anterior sessão legislativa, dirigia consulta (Ofício SP/7, de 29.1.63) à Comissão de Constituição e Justiça quanto a possibilidade de serem esses candidatos empessados como Senadores sem deixar a investidura de Ministros de Estado, tendo aquele órgão opinado afirmativamente (Parecer nº 44, de 1963).

É oportuno, dada a relevância da matéria, consignar aqui os termos da consulta e do Parecer:

"SP/7

Em 29 de janeiro de 1963

Senhor Presidente

Atendendo a que, nos termos do art. 48 da Constituição, o cidadão eleito para o Senado Federal é considerado Senador desde a expedição do respectivo diploma;

Atendendo a que, de acordo com o que preceitua o art. 51 da Constituição, o Senador pode ser investido nas funções de Ministro de Estado sem perda do mandato e sem necessidade de prévia autorização do Senado;

Atendendo a que, os Srs. Senadores José Ermírio de Moraes e Antônio Balbino de Carvalho estão exercendo cargos de Ministro de Estado,

venho solicitar de Vossa Excelência se digne de submeter à douta Comissão de Constituição e Justiça a seguinte consulta:

1) - Podem os referidos Senadores, sem se despirem da condição de Ministros de Estado, tomar posse dos seus mandatos nesta Casa e comunicar, imediatamente após o ato, que não entrarão no exercício desses mandatos, possibilitando, assim, a convocação dos suplentes?

2) - ou devem despir-se da investidura de Ministros de Estado para se comprometerem com a

- 3) - ou finalmente, pode haver convocação dos suplentes, conforme preceitua o art. 52 da Constituição, mesmo não se verificando a posse dos Senadores?

2. Tendo em vista que a posse dos novos Senadores se dará a 1º de fevereiro próximo, muito agradecerei à ilustre Comissão se o seu pronunciamento fôr proferido antes dessa data.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração.

Auro Moura Andrade

A Sua Excelência o Senhor Senador Jefferson de Aguiar
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça."

"PARECER Nº 44, DE 1963

Consulta da Presidência do Senado Federal. Interpretação dos artigos 51 e 52 da Constituição Federal. Investidura de Senador nas funções de Ministro de Estado depois de diplomado, mas antes da posse; realização desta sem perda da condição de Ministro, desde que não haja assunção do exercício do mandato.

Parecer

1. Tendo em vista que os Srs. Senadores José Ermírio de Moraes e Antônio Balbino de Carvalho, eleitos a 7 de outubro último, estão exercendo cargos de Ministros de Estado, o Presidente do Senado Federal, Senador Auro Moura Andrade, submette à Comissão de Constituição e Justiça a seguinte consulta:

- 1º) - Podem os referidos Senadores, sem se despirem da condição de Ministros de Estado, tomar posse dos seus mandatos nesta Casa e comunicar, imediatamente após o ato, que não entrarão no exercício desses mandatos, possibilitando, assim, a convocação dos suplentes?
- 2º) - ou devem despir-se da investidura de Ministros de Estado para se empossarem como Senadores?
- 3º) - ou finalmente, pode haver convocação dos suplentes, conforme preceitua o art. 52 da Constituição, mesmo não se verificando a posse dos Senadores?

2. Dispõe o art. 48, inciso I, da Constituição que os

- a) - celebrar contrato com pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica ou sociedade de economia mista, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes;
- b) - aceitar nem exercer comissão ou emprêgo remunerado de pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

É fora de dúvida que as restrições fixadas nesse texto implica no reconhecimento dos direitos dos que são eleitos deputados e senadores, pois somente por esse motivo sua atividade sofre aludidas limitações. O mandato de tais cargos tem sua vigência iniciada, portanto, a partir da expedição do respectivo diploma, mas o exercício só ocorre depois da posse.

Ora, se esta é a situação constitucional de que se revestem ditos cargos antes da posse, e se, por outro lado, o art. 51 da Lei Magna, prescreve, como norma geral, que "o deputado ou senador investido na função de Ministro de Estado, Interventor Federal ou Secretário de Estado não perde o mandato", evidentemente os Senadores mencionados na consulta podem tomar posse de seus mandatos, sem deixarem a função de Ministros de Estado, desde que, imediatamente após o ato, apresentem comunicação à Mesa de que não entrarão no exercício de tais mandatos.

É conveniente acentuar-se a Constituição (art. 51) não distingue entre deputado e senador empossado, no exercício do mandato, ou apenas diplomado, ao permitir a investidura como Ministro de Estado, Interventor Federal ou Secretário de Estado, lícito não é excluir, dessa norma genérica aquele que, pela diplomação, é considerado na referida qualidade.

É certo que o art. 52, § 52, do Regimento do Senado diz que "o Senador deve prestar o compromisso dentro de noventa dias, contados da inauguração da sessão legislativa".

Tratando-se, porém, do início de uma legislatura e de Senadores que antes da posse nesse cargo, já se investiram das funções de Ministro, mais expressiva e de maior lógica é a interpretação de que dita posse não deve ser dilatada, pois que assim melhor se ajustam os arts. 51 e 52 da Constituição, este último relativo à convocação de suplente, admitida para a hipótese daquele, ou seja, de aceitação de qualquer dos cargos acima indicados.

3. Bem se vê que a diplomação, que é ato declaratório do candidato eleito e o competente instrumento de outorga da representação política, habilita o seu titular à posse e esta ao exercício do mandato. Posse e exercício são, assim, atos distintos e inconfundíveis, cada qual ensejando uma situação de fato e de vínculos jurídicos diferentes. Pela posse o candidato diplomado recebe a investidura efetiva do mandato, em sua plenitude, qualificando-se para o respectivo exercício que, em

vés da atividade de deputado ou senador como integrante do Poder Legislativo.

Essa distinção entre posse e exercício permite ver, de modo claro, que apenas é vedado ao deputado ou senador exercer o mandato após a investidura nas funções de Ministro de Estado, tanto assim que, ocorrida essa hipótese, dar-se-á a convocação do respectivo suplente, segundo dispõe o art. 52 da Constituição.

Conseqüentemente, pouco importa que a investidura nessas funções tenha sido anterior à posse ou que esta se realize posteriormente a ela: a proibição constitucional atinge apenas o exercício concomitante do mandato e das citadas funções, sem impedir, de qualquer modo, a prestação do compromisso de posse, tão somente, sem assunção de exercício do mandato, quando a investidura ministerial antecede a esses atos.

4. Somos de parecer, em face do exposto, que a consulta de nobre Presidente do Senado deve ser respondida afirmativamente quanto ao seu primeiro quesito, prejudicados, desse modo, os dois outros, e empossando-se os Senadores José Ermírio de Moraes e Antônio Balbino de Carvalho, sem se despirem da condição de Ministros de Estado, sob imediata comunicação de que não entram em exercício do mandato e conseqüente convocação dos respectivos suplentes.

Sala das Comissões, 30 de janeiro de 1963. - Jefferson de Aguiar, Presidente. - Nogueira da Gama, Relator. - Ari Viana. - Heribaldo Vieira. - Silvestre pericles, vencido. - Milton Campos. - Ruy Carneiro."

O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça teve a aquiescência do Plenário na sessão de 30 de janeiro.

Em conseqüência, foram pela Presidência convocados os suplentes, Srs. Luiz Pinto Ferreira e Eduardo Catalão, respectivamente. Achando-se presente o segundo, foi desde logo empossado.

Na segunda reunião preparatória, a 2 de fevereiro, procedeu-se a escolha do Presidente do Senado, sendo eleito e imediatamente empossado o signatário do presente Relatório.

Na terceira, no dia seguinte, completou-se a Mesa, com a eleição do Vice-Presidente, Secretários e Suplentes, que também desde logo entraram em exercício.

A.2 - CONSTITUIÇÃO DA MESA

Ficou assim constituída a Mesa do Senado:

Presidente - Senador Auro Soares Moura Andrade (PSD - SP), pela 2ª vez - por 47 votos em 60 votantes.

Vice-Presidente - Senador Camilo Nogueira da Gama (PTB - MG), por 51 votos em 56 votantes.

1º Secretário - Senador Rui Soares Palmeira (UDN - AL), por 51 votos em 57 votantes.

- 2º Secretário - Senador Gilberto Marinho (PSD - GB), pela 3ª vez, por 53 votos em 57 votantes.
- 3º Secretário - Senador Antóvilla Rodrigues Mourão Vieira -- (PTB - AM), pela 2ª vez, por 49 votos em 58 votantes.
- 4º Secretário - Senador Edward Cattete Pinheiro (PTN - PA), por 56 votos em 58 votantes.
- 1º Suplente - Senador Joaquim Parente (UDN --PI), por 46 votos em 48 votantes.
- 2º Suplente - Senador Guido Mendin (PSD - RS), por 41 votos em 48 votantes.
- 3º Suplente - Senador Carlos Jereissati (PTB - CE), por 38 votos em 48 votantes.

Ainda na terceira reunião preparatória tomou posse o Sr. Júlio César Leite, eleito pelo Estado de Sergipe.

A.3 - RECESSO

Completados os atos preliminares que antecederam os trabalhos do período legislativo normal do ano, entrou o Senado em recesso, de 4 de fevereiro a 14 de março.

INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Instalação da Sessão Legislativa

Bancadas (composição inicial)

Blocos Partidários

Comissões

B - INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

No dia 15 de março, às 15 horas, em sessão conjunta das duas Casas, realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, instalou-se solenemente, o Congresso Nacional, nesta primeira sessão legislativa ordinária da quinta legislatura.

Mereceu registro especial duas cerimônias que antecederam a sessão inaugural - a primeira de natureza religiosa e a segunda militar.

Pela manhã, na Igreja de Santo Antônio, Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Dom José Newton de Almeida Batista, Arcebispo de Brasília, fez questão de celebrar missa solene, comemorativa da instalação do Congresso, revivendo, de certo modo, uma velha tradição do tempo do Império, em que as cerimônias de instalação dos trabalhos legislativos eram iniciadas pela Missa do Espírito Santo, a que comparecia o Imperante com a sua Corte, para testemunhar o aprêço pela obra dos legisladores brasileiros.

A tarde, antes de ter início a sessão, o Sr. Comandante da 11ª Região Militar, Sr. General Nicolau Fico, houve por bem dar maior relevo às solenidades militares de estilo, nessa oportunidade, prestando aos Presidentes das duas Casas as continências previstas, no cerimonial militar, para o Poder Legislativo, e passando ambos os Presidentes revistas à tropa formada em frente ao edifício.

Declarados instalados os trabalhos legislativos do ano - presentes as mais altas autoridades civis, militares e eclesiásticas do País e numerosos Chefes de missões diplomáticas estrangeiras - compareceu o Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Doutor Evandro Lins e Silva, e fez entrega da Mensagem através da qual, em obediência a dispositivo constitucional, todos os anos o Presidente da República dá conhecimento, ao Congresso, dos principais fatos da administração do País no ano anterior e expõe os seus planos de governo para o novo exercício.

Ao terminar a solenidade inaugural, coube ao Presidente do Senado dirigir aos presentes as seguintes palavras:

" As minhas primeiras palavras são para agradecer, em nome da Mesa do Congresso Nacional, o prestígio que a esta solenidade vieram dar o povo e as autoridades aqui presentes. O Poder Judiciário, pelo seu Presidente e membro dos tribunais e do Ministério Público; o Poder Executivo pelos Ministros de Estados, Chefes dos Gabinetes da Presidência da República e titulares dos altos postos da Administração; As Forças Armadas, pelos seus soldados e pelas suas mais altas patentes; a Igreja, por Dom José Newton, Arcebispo de Brasília; as Nações amigas e irmãs, pelos seus ilustres representantes, os Chefes Diplomáticos.

Srs. Congressistas, parece-me inadiável que os democratas tomem posição enérgica e objetiva ante os crescentes perigos que ameaçam o regime.

Os fatores adversos existentes em nosso país e em nosso continente são desafios que ainda permanecem à nossa capacidade de manejar a democracia como instrumento do bem estar e do desenvolvimento dos povos.

Já longe se acham os tempos em que a pobreza, a fome, a ignorância e as doenças eram tidas como marcas do destino na sua fatalidade inexorável.

Hoje não há regime político que sobreviva por muito tempo na inflação desenfreada, na miséria sem horizontes, na injustiça social, no egoísmo individualista.

A democracia é um estado de consciência dos povos pois que ninguém nasce democratas ou comunistas, através do curso de suas vidas ou do curso da história de suas pátrias.

Sem dúvida a democracia é uma arma para a liberdade; sem dúvida é instrumento para a prosperidade. Mas, se não se maneja a arma contra os inimigos da liberdade, se não se usa o instrumento na oficina do trabalho nacional, para vencer os males do sub-desenvolvimento, então ela se torna apenas uma democracia formal, sem sentido humano, igual às outras na aparência, mas vazia de finalidade, decorépidada e inútil.

Eis por que ousou afirmar que as democracias são iguais para todos, mas que, nem sempre, todos são iguais perante as democracias.

Na América Latina as injustiças sociais existentes são tanto nossas, quanto do mundo. Os nossos povos têm sido tão abandonados que a América Latina, muitas vezes, não tem forças sequer para ser justa e para ser compreensiva.

É evidente que aos nossos estadistas e às nossas elites há de debitar-se o saldo negativo de nossa evolução social, econômica e política. Aos que tiveram a oportunidade de instruir-se, de gozar os bens da cultura, de aferir pela ciência os fatos da humanidade de seu país, de governar e ditar leis, incumbe prioritariamente, o dever de criar para seus povos os meios seguros para libertá-los de todas as formas de opressão. Para isso, é mister que enfrentem os problemas políticos, sociais e econômicos com objetividade, honestidade e sinceridade, e com tal vigor que o interesse subalterno dos cupidos e as preocupações demagógicas dos aventureiros não mais atuem e só permaneça a inspiração da verdade e do bem público como condição do exercício da democracia. (Muito bem. Palmas.).

No mundo de hoje estes deveres nos pertencem, não apenas em relação aos assuntos nacionais, mas também aos problemas continentais e do hemisfério.

Não poderemos alcançar os inestimáveis e preciosos benefícios da ordem democrática enquanto os povos de

Pertencemos e com tal somos membros de um mundo democrático. As nossas relações com esse mundo devem ser tais que o fortaleçam; mas em contrapartida, as relações desse mundo conosco devem ser de tal natureza que nos fortaleçam.

Numa comunidade democrática existimos para afe-
rir os bens da democracia, afastam dela os seus inimigos,
vencendo através dela a nossa adversidade; corrigindo por
meio dela as deformações econômicas e sociais que afetam
o nosso desenvolvimento; afirmando com ela o nosso com-
promisso na defesa dos valores morais, culturais e espiri-
tuais que dentro da liberdade se somam e só dentro da li-
berdade realizam a dignidade humana, a independência dos
povos e a soberania das nações.

Para isso precisamos todos dar apoio aos padrões
morais absolutos, que a democracia contém ou desperta, pro-
mover a união interna da nossa nação e a união com as de-
mais nações democráticas, reconstruir o passado, construir
o presente e assegurar prosperidade e paz duradouras no
futuro.

O sentido destas palavras está irremissivelmente
prêso à formação da consciência nacional em torno dos pro-
blemas básicos do nosso país. Estamos dispostos a enfren-
tar com coragem e perseverança a luta contra o subdesen-
volvimento para tanto realizando as modificações estru-
turais que se façam necessárias para solucionar a proble-
mática brasileira.

O mérito desta nossa disposição está exatamente no
compromisso de aceitarmos as reformas de base que visem a
aperfeiçoar o nosso regime democrático e que instrumenta-
lizem o governo para a realização de uma obra administra-
tiva fecunda na ordem democrática; que sempre na ordem de-
mocrática possibilitem o acesso do maior número possível
de pessoas aos bens da vida material, aos bens da cultura,
aos bens da paz, da prosperidade e da liberdade; e a recu-
sarmos tudo quanto a título de reformar a democracia bra-
sileira implique em atingir os direitos fundamentais, as
liberdades e garantias da Constituição ou que pretenda re-
tirar a autenticidade do regime afastando-nos das inter-
vidência democrática que desejamos manter com os povos li-
vres do ocidente.

Ainda esperamos que a Aliança para o Progresso ve-
nha a cumprir-se, através do esforço conjunto de todas as
nações americanas, como processo definitivo de solidarie-
dade intercontinental e de identificação final entre as na-
ções que erigiram o regime democrático como método de vi-
da e como conduta histórica perante a humanidade.

Temos realizado uma longa, sacrificada e persisten-
te jornada ao lado das nações livres. Através dos tempos
demos de nós os saldos de nossa miséria, contribuimos com
a imensa quota dos nossos sacrifícios. Por dezenas de a-
nos, andamos descalços para que as nações do mundo andas-
sem calçadas; fomos democratas por instinto, por amor,
quase que tendo a democracia como uma lei do direito natu-
ral. Durante as guerras que abalaram o mundo e ameaçaram
a liberdade dos povos, jamais ficamos neutros, embora a

O nosso povo foi fiel à democracia. Hoje, ainda por esta fidelidade, pede à democracia brasileira novos métodos, novos rumos e novas definições. A nossa geração aceita as responsabilidades de enfrentar, nesta grave conjuntura do mundo, a reformulação do processo democrático em nossa pátria.

Há uma profunda esperança e um profundo sentimento de unidade galvanizando a Nação para esses extremos e imperiosos esforços.

O poder civil e o poder militar, a Igreja e o povo desejam e esperam a construção desse futuro.

Acabamos todos de voltar de uma tocante cerimônia, que dá bem o sentido da vibração patriótica e da lealdade à democracia que empolga neste instante os sentimentos do Brasil. O Congresso Nacional recebeu e incorporou às cerimônias de sua instalação, daqui por diante, o testemunho de fidelidade que lhe prestaram as três armas das Forças militares do Brasil.

Fôstes comovidas testemunhas: formadas as tropas diante do Congresso Nacional, passámo-las em revista, enquanto elas se mantinham em continência ao Parlamento e a Artilharia troava saudando a comunidade da Pátria e do juramento à Constituição.

Durante a crise de 1961, em nenhum momento descrei do patriotismo e do espírito constitucionalista das Forças Armadas do Brasil. A elas dirigi naqueles tormentosos dias inúmeras mensagens e a todas a resposta foi sempre a afirmação da força institucional da Aeronáutica, Marinha e Exército, através de sua submissão altaneira e patriótica à Carta Magna, agindo sempre nos limites da lei, dentro dela mantendo a ordem, com ela defendendo a Pátria e velando pelos poderes constitucionais da República. Na paz, esta é a glória imperecível que as democracias reservam às Forças Armadas das nações civilizadas. Esta glória colheram-na as do nosso País, não só naqueles dias tumultuários, como em todo o desenvolvimento histórico do Brasil e no dia de hoje, na impressionante afirmação de respeito democrático e de fé patriótica que ao som do Hino Nacional acabam de cumprir, para assegurar à Nação que ninguém as afastará de seus deveres de guardar a soberania, a paz e a liberdade do povo.

E com estas palavras que declaro instalados os trabalhos da Quinta Legislatura do Congresso Brasileiro. A todos eu dou as boas-vindas: São 475 os escolhidos para legislar em nome do Brasil.

Não há ninguém mais com as mesmas responsabilidades. Estou certo de que serão cumpridas. Viemos do seio do povo, amadurecidos nos seus problemas, nos seus sofrimentos, nas suas desilusões e nas suas esperanças.

Que todos nós, sob a inspiração de Deus, sejamos dignos da grande Nação."

C. TRABALHOS DE ORGANIZAÇÃO

C.1 - BANCADAS

C.1.1 - COMPOSIÇÃO INICIAL

No início das reuniões preparatórias era a seguinte a composição das bancadas:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) - 23 representantes

1: José Guimard	--	Acre
2: Lobão da Silveira	--	Pará
3: Eugênio Barros	--	Maranhão
4: Sebastião Archer	--	Maranhão
5: Victorino Freire	--	Maranhão
6: Sigefredo Pacheco	--	Piauí
7: Menezes Pimentel	--	Ceará
8: Wilson Gonçalves	--	Ceará
9: Walfredo Gurgel	--	Rio Grande do Norte
10: Ruy Carneiro	--	Paraíba
11: Leite Neto	--	Sergipe
12: Silvestre Péricles	--	Alagoas
13: Antônio Balbino	--	Bahia
14: Jefferson de Aguiar	--	Espírito Santo
15: Gilberto Marinho	--	Guanabara
16: Moura Andrade	--	São Paulo
17: Atilio Fontana	--	Santa Catarina
18: Guido Mondin	--	Rio Grande do Sul
19: Benedicto Valladares	--	Minas Gerais
20: Filinto Müller	--	Mato Grosso
21: José Feliciano	--	Goiás
22: Juscelino Kubitschek	--	Goiás
23: Pedro Ludovico	--	Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) - 16 representantes

1: Adalberto Sena	--	Acre
2: Oscar Passos	--	Acre
3: Vivaldo Lima	--	Amazonas
4: Mourão Vieira	--	Amazonas
5: Arthur Virgílio	--	Amazonas
6: Carlos Jereissati	--	Ceará
7: Dix-Huit Rosado	--	Rio Grande do Norte
8: Argemiro de Figueiredo	--	Paraíba
9: Barros Carvalho	--	Pernambuco
10: Pessoa de Queiroz	--	Pernambuco
11: José Ermírio	--	Pernambuco
12: Vasconcelos Torres	--	Rio de Janeiro
13: Nelson Maculan	--	Paraná
14: Amaury Silva	--	Paraná
15: Nogueira da Gama	--	Minas Gerais
16: Bezerra Neto	--	Mato Grosso

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) - 17 representantes

1: Zacarias de Assunção	--	Pará
2: Joaquim Parente	--	Piauí
3: José Cândido	--	Piauí
4: Dinarte Mariz	--	Rio Grande do Norte
5: João Agripino	--	Paraíba
6: Heribaldo Vieira	--	Sergipe

10: Afonso Arinos	-	Guanabara
11: Padre Calazans	-	São Paulo
12: Adolpho Franco	-	Paraná
13: Irineu Bornhausen	-	Santa Catarina
14: Antônio Carlos	-	Santa Catarina
15: Daniel Krieger	-	Rio Grande do Sul
16: Milton Campos	-	Minas Gerais
17: Lopes da Costa	-	Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) -- 2 representantes

1: Aloysio de Carvalho	-	Bahia
2: Mem de Sá	-	Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) -- 2 representantes

1: Catete Pinheiro	-	Pará
2: Lino de Matos	-	São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) -- 2 representantes

1: Raul Giuberti	-	Espírito Santo
2: Miguel Couto	-	Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) -- 1 representante

1: Aurélio Viana	-	Guanabara
------------------	---	-----------

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) -- 1 representante

1: Aarão Steinbruch	-	Rio de Janeiro
---------------------	---	----------------

SEM LEGENDA

1: Josaphat Marinho	-	Bahia
---------------------	---	-------

R E S U M O

Partido Social Democrático (PSD)	--	23
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	--	16
União Democrática Nacional (UDN)	--	17
Partido Libertador (PL)	--	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	--	2
Partido Social Progressista (PSP)	--	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	--	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	--	1
		<hr/>
		64
Sem Legenda	--	1
Não empossado	--	1
		<hr/>
Total	--	66

No ato da posse declararam não assumir o exercício dos mandatos, a fim de permanecerem nos cargos que vinham exercendo, de Ministros de Estado, conforme já foi registrado, os Srs. Senadores

José Ermírio de Moraes -- PTB (PE)
Antônio Balbino -- PSD (BA)

Na primeira reunião preparatória tomou posse o Sr. Eduardo Catalão, suplente do Sr. Antônio Balbino, filiando-se à bancada do

Assim, em exercício ficaram

do PSD	-	22 Senadores
do PTB	-	15
da UDN	--	17
do PL	-	2
do PTN	-	2
do PSP	--	2
do PSB	-	1
do MTR	--	1
S/Legenda	-	1
		<hr/>
		64
Havendo, ainda:		
Não empossado	-	1 (o Senador Júlio Leite)
Licenciado sem substituto	--	1 (o Senador José Ermírio)
		<hr/>
		66

C.2 - BLOCOS PARTIDÁRIOS

Constituíram-se em blocos partidários, na forma prevista no art. 73 do Regimento:

- da Maioria, as bancadas do PSD e do PTB;
- da Minoria, as da UDN e do PL;
- das Pequenas Representações, as do PSP, do PTN, do PSB, do PDC, do PR e do MTR, acrescidas do Sr. Senador Josaphat Marinho, que se conservou sem filiação partidária.

Fora desses agrupamentos se manteve o Sr. Senador Heribaldo Vieira (sem legenda).

C.3 - LIDERANÇAS

Em virtude das indicações feitas de acôrdo com o Regimento, ficaram assim constituídas as Lideranças:

Maioria (liderança do Govêrno):

Lider - Senador Barros Carvalho (PTB - PE), indicado em 20 de março;

Vice-Lideres -

Senadores

Victorino Freire (PSD - MA), indicado em 20 de março;

Vasconcelos Torres (PTB - RJ), indicado em 20 de março;

Jefferson de Aguiar (PSD - ES), indicado em 20 de março;

Lebão da Silveira (PSD - PA), indicado em 20 de março;

Bezerra Neto (PTB - MT), indicado em 19 de abril;

Artur Virgílio (PTB - AM), indicado em 6 de maio.

Minoria

Lider - Senador João Agripino (UDN - PB), indicado em 19 de março;

Vice-Lideres -

Senadores

Daniel Krieger (UDN - RS), indicado em 19 de março;

Mem de Sá (PL - RS), indicado em 19 de março.

Pequenas Representações

Lider - Senador Lino de Matos (PTN - SP), indicado em 20 de maio;

Vice-Lider - Senador Aurélio Vianna (PSB - GB), indicado em 20 de março.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Lider - Senador Benedicto Valladares (MG) - indicado em 18 de março;

Vice-Lideres -

Senadores

Wilson Gonçalves (CE);

Sigefredo Pacheco (PI) e

Walfredo Gurgel (RN) - indicados em 18 de março.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Lider - Senador Artur Virgílio (AM) - indicado em 19 de março;

Vice-Lideres -

Senadores

Amauri Silva (PR);

Vivaldo Lima (AM) e

Bezerra Neto (MT) - indicados em 20 de março.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Lider - Senador Daniel Krieger (RS) - indicado em 3 de fevereiro;

Vice-Lideres -

Senadores

Eurico Rezende (ES);

Padre Calazans (SP) e

Adolpho Franco (PR) - indicados em 19 de março.

PARTIDO LIBERTADOR

Lider - Senador Mem de Sá (RS);

Vice-Lider - Senador Aloysio de Carvalho (BA) - indicados em 18 de março.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

Lider - Senador Lino de Matos (SP);

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Lider - Senador Miguel Couto (RJ)

Vice-Lider - Senador Raul Giuberti (ES) - indicados
em 20 de março.

PARTIDOS DE REPRESENTAÇÃO UNINOMINAL

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Lider - Senador Aurélio Vianna (GB).

PARTIDO REPUBLICANO

Lider - Senador Júlio Leite (SE).

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

Lider - Senador Arnon de Mello (AL).

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

Lider - Senador Aarão Steinbruch (RJ).

D. COMISSÕES

D. 1 - COMISSÕES PERMANENTES

D.1.1 - COMPOSIÇÃO

De acôrdo com o disposto no Regimento (art. 73, § 1º) em 20 de março as Lideranças entregaram à Mesa as listas nominais dos representantes dos seus Partidos nas Comissões Permanentes, sendo a composição destas proclamada pela Presidência, na forma do que consta do Anexo n.

No presente ano deixou de existir a Comissão dos Projetos do Governo e começou a funcionar a do Polígono das Sêcas (Resolução n. 3/63). A Comissão de Finanças, que tinha 17 membros, passou a ter apenas 15 e a de Relações Exteriores, que era de 9, passou a ser de 11 (Resolução n. 3/63).

D.1.2 - DIREÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Mereceram a escolha dos seus colegas, para os postos de direção das Comissões Permanentes:

Na Comissão de Agricultura

para Presidente - o Sr. Senador Nelson Maculan
(PTB-PR);

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Eugênio Barros
(PSD-MA).

Com o afastamento do Sr. Nelson Maculan para exercer o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro do Café ficou vaga, a partir de 19 de julho (Regimento, art. 81 § 5º).

Na Comissão de Constituição e Justiça

para Presidente - o Sr. Senador Milton Campos
(UDN- MG);

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Wilson Gonçalves
(PSD-CE).

Na Comissão do Distrito Federal

para Presidente - o Sr. Senador Lino de Matos
(PSP-SP);

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Pedro Ludovico
(PSD-GO);

Na Comissão de Economia

para Presidente - o Sr. Senador Filinto Müller
(PSD- MT);

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Eduardo Catalão
(PTB -BA).

Tendo o Sr. Senador Eduardo Catalão deixado o exercício do

Na Comissão de Educação e Cultura

para Presidente - o Sr. Senador Menezes Pimentel
(PS D - CE)

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Padre Calazans
(UDN - SP)

Na Comissão de Finanças

para Presidente - o Sr. Senador Argemiro de Figueiredo
(PTB - PB)

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Daniel Krieger
(UDN - RS)

Na Comissão de Legislação Social

para Presidente - o Sr. Senador Vivaldo Lima
(PTB- AM)

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Ruy Carneiro
(PSD - PB)

Na Comissão do Polígono das Sêcas

para Presidente - o Sr. Senador Ruy Carneiro (PSD-PB)

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Aurélio Vianna
(PSB- GB)

Na Comissão de Redação

para Presidente - o Sr. Senador Dix-Huit Rosado
(PTB-RN)

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Padre Calazans
(UDN-SP)

Na Comissão de Relações Exteriores

para Presidente - o Sr. Senador Jefferson de Aguiar
(PSD- ES)

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Pessoa de Queiroz
(PTB- PE)

Na Comissão de Segurança Nacional

para Presidente - o Sr. Senador Zacarias de Assunção
(UDN - PA)

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Silvestre Péricles
(PTB - AL)

Na Comissão de Serviço Público Civil

para Presidente - o Sr. Senador Silvestre Péricles
(PTB- AL)

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Leite Neto
(PSD- SE)

Na Comissão de Saúde

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Dix-Huit Rosado
(PTB - RN)

Na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

para Presidente - o Sr. Senador José Feliciano
(PSD - GO)

para Vice-Presidente - o Sr. Senador Irineu Bornhausen
(UDN - SC)

D. 2 - COMISSÕES ESPECIAIS

D.2.1 - COMISSÕES ESPECIAIS INTERNAS

D.2.1.1 - Comissões Especiais Internas
provenientes de sessões le-
gislativas anteriores

Passaram da legislatura anterior para a atual 15 Comissões Especiais, a saber:

- 1) - Comissão Especial de Estudo do Convênio do Café a Longo Prazo.
- 2) - Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição n. 2/61
- 3) - " " " " " " " " " 3/61
- 4) - " " " " " " " " " 4/61
- 5) - " " " " " " " " " 7/61
- 6) - " " " " " " " " " 8/61
- 7) - " " " " " " " " " 9/61
- 8) - " " " " " " " " " 10/61
- 9) - " " " " " " " " " 11/61
- 10) - " " " " " " " " " 1/62
- 11) - " " " " " " " " " 2/62
- 12) - " " " " " " " " " 3/62
- 13) - " " " " " " " " " 5/62
- 14) - " " " " " " " " " 6/62
- 15) - " " " " " " " " " 7/62

Existindo vagas na composição desses órgãos, foram completadas com designações feitas de acordo com indicações recebidas das Lideranças (em 23 de abril, com retificações de 29 do mesmo mês), na forma abaixo:

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2/61

Senadores:

Lobão da Silveira (PSD) - vaga do Sr. Sr. Silvestre Péricles na representação do PSD;

Wilson Gonçalves (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;

Silvestre Péricles (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3/61

Senadores:

Lobão da Silveira - vaga do Sr. Silvestre Péricles na representação do PSD;

Wilson Gonçalves (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

Senadores:

Lobão da Silveira - vaga do Sr. Silvestre Péricles na representação do PSD;
Wilson Gonçalves - vaga do Sr. Ary Vianna;
Silvestre Péricles (PTB) - vaga do Sr. Lima Teixeira;
Bezerra Neto (PTB) - vaga do Sr. Paulo Fender.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

Senadores:

Ruy Carneiro (PSD) - vaga do Sr. Jarbas Maranhão;
Wilson Gonçalves (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;
Silvestre Péricles (PTB) - vaga do Sr. Lima Teixeira;
Pinto Ferreira (PTB) - vaga do Sr. Paulo Fender;
Amaury Silva (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes;
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. Sérgio Marinho;

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

Senadores:

Jefferson de Aguiar (PSD) - vaga do Sr. Jarbas Maranhão;
Ruy Carneiro (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;
Pinto Ferreira (PTB) - vaga do Sr. Lima Teixeira;
Bezerra Neto (PTB) - vaga do Sr. Fausto Cabral;
Amaury Silva (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes;
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. Sérgio Marinho.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

Senadores:

Jefferson de Aguiar (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;
Ruy Carneiro (PSD) - vaga do Sr. Gaspar Velloso;
Amaury Silva (PTB) - vaga do Sr. Lima Teixeira;
Bezerra Neto (PTB) - vaga do Sr. Fausto Cabral;
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. João Villasbôas

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

Senadores:

Wilson Gonçalves - vaga do Sr. Silvestre Péricles na representação do PSD;
Silvestre Péricles (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes;
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. Afrânio Lages;
Josaphat Marinho (S/Leg.) - vaga do Sr. Jorge Maynard.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

Senadores:

Wilson Gonçalves - vaga do Sr. Silvestre Péricles na representação do PSD;
Silvestre Péricles (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes;
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. Sérgio Marinho;
João Agripino (UDN) - vaga do Sr. Afrânio Lages;
Cattete Pinheiro (PTN) - vaga do Sr. Paulo Fender.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

Senadores:

Wilson Gonçalves - vaga do Sr. Silvestre Péricles na representação do PSD;
Leite Neto (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;
Silvestre Péricles (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes;
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. Afrânio Lages;
João Agripino (UDN) - vaga do Sr. João Villasbôas;
Aurelio Vianna (PSB) - vaga do Sr. Paulo Fender.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

Senadores:

Wilson Gonçalves - vaga do Sr. Silvestre Péricles na representação do PSD;
Leite Neto (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;
Silvestre Péricles (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. João Villasbôas;
Josaphat Marinho (S/legenda) - vaga do Sr. Afrânio Lages.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

Senadores:

Wilson Gonçalves - vaga do Sr. Silvestre Péricles na representação do PSD;
Leite Neto (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;
Silvestre Péricles (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes;
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. Afrânio Lages;
João Agripino (UDN) - vaga do Sr. João Villasbôas;
Josaphat Marinho (S/legenda) - vaga do Sr. Paulo Fender

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

Senadores:

Wilson Gonçalves (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;
Leite Neto (PSD) - vaga do Sr. Gaspar Velloso;

Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. Sérgio Marinho;
Miguel Couto (PSP) - vaga do Sr. Nelson Tenório;

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

Senadores:

Wilson Gonçalves (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;
Pinto Ferreira (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes;
Josaphat Marinho (S/legenda) - vaga do Sr. João Vilasbôas (UDN);
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. Sérgio Marinho;
Julio Leite (PR) - vaga do Sr. Mendonça Clark.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

Senadores:

Wilson Gonçalves (PSD) - vaga do Sr. Ary Vianna;
Amaury Silva (PTB) - vaga do Sr. Lourival Fontes;
Eurico Rezende (UDN) - vaga do Sr. João Vilasbôas
João Agripino (UDN) - vaga do Sr. Fernandes Távora;
Raul Giuberti (PSP) - vaga do Sr. Paulo Fender.

D.2.1.2 - NOVAS COMISSÕES ESPECIAIS INTERNAS

Foram constituídas as seguintes:

- 1) - Para emitir parecer sobre Projetos de Emendas à Constituição - as referentes aos seguintes:

Projeto de Emenda à Constituição n.	1/63
" " " " " "	2/63
" " " " " "	3/63
" " " " " "	4/63
" " " " " "	5/63
" " " " " "	6/63
" " " " " "	7/63
" " " " " "	8/63

- 2) - Para outros fins:

- A de estudo dos reflexos da inflação monetária e da política tributária e cambial na estrutura das empresas de iniciativa privada (criada em virtude da aprovação, em 2 de agosto, do Requerimento nº 531/63, do Sr. Senador Gouvêa Vieira e outros Srs. Senadores);
- a destinada ao estudo das causas que dificultam a produção agropecuária e suas reproduções negativas para a exportação (criada em virtude da aprovação, em 20 de agosto, do Requerimento nº 569/63, do Sr. Senador José Ermírio);
- a destinada ao estudo da situação da Casa da Moeda e da legislação que a estruturou e que rege o seu funcionamento, propondo, afinal, as medidas legislativas que se tornarem necessárias para dar maior eficiência a esse órgão, quicá transformando-o em autarquia (criada em virtude da aprovação em 14 de agosto, do Requerimento nº 561/63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar);
- a destinada a efetuar o levantamento da produção mineral do País e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização (criada em virtude do Requerimento nº 665/63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão extraordinária de 18 de setembro).
- a destinada a estudar a situação dos transportes marítimos e ferroviários (criada em virtude do Requerimento n. 752/63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado em 13 de novembro);
- a destinada a estudar a situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de São José dos Campos. (criada em virtude do Requerimento n. 768/63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado em 13 de novembro).

D.2.2 - COMISSÕES ESPECIAIS EXTERNAS

Houve designação de Comissões Especiais Externas:

- 1) - Para representar o Senado no Congresso Nacional dos Municípios, em Curitiba (requerimento nº 53/63, do Sr. Senador Amaury Silva, aprovado em 19 de março), composta dos Srs. Senadores:
Amaury Silva,
Adolpho Franco,
Guido Mondin.
- 2) - Para representar o Senado nas solenidades de inauguração da V Exposição Nacional de Gado Zebu e XXIX Exposição Feira Agro-Pecuária, em Uberaba (requerimento nº 116/63, do Sr. Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 22 de abril), constituída dos Srs. Senadores:
Sigefredo Pacheco,
Wilson Gonçalves,
Argemiro de Figueiredo,
Nogueira da Gama,
Dinarte Mariz,
Raul Giuberti e
Benedito Valladares.
- 3) - Para representar o Senado nos funerais do Senador Carlos Je reissati (requerimento nº 146/63, do Sr. Senador Barros Carvalho, aprovado na sessão de 9 de maio, - integrada dos Srs. Senadores:
Dix-Huit Rosado,
Ruy Carneiro,
Miguel Couto,
Aarao Steinbruch e
Vasconcelos Torres.
- 4) - Para representar o Senado nas solenidades comemorativas do 80º aniversário da libertação dos escravos na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte (requerimento nº 658/63, do Sr. Senador Walfredo Gurgel, aprovado na sessão de 17 de setembro) - composta dos Srs. Senadores:
Jefferson de Aguiar,
José Ermírio e
Cortez Pereira.

A propósito das Comissões Especiais Externas; a Presidência julga oportuno lembrar o que dispõe o § 2º do art. 66 do Regimento:

"§ 2º. Quando se tratar de Comissão Externa, finda a sua tarefa, o Presidente, ou um de seus membros, comunicará ao Senado o desempenho de sua missão."

Focalizando a exigência regimental e para acentuar o interesse que podem despertar essas comunicações, deseja a Presidência ressaltar o cumprimento que lhe deu o Sr. Senador José Ermírio, quando, ao regressar da missão que desempenhou na cidade de Mossoró, fez ao Senado, em 11 de outubro, uma exposição que é um valioso repositório de elementos sobre a região, sendo em face proble-

Vale transcrevê-la:

" O Sr. José Ermírio:

Senhor Presidente, Srs. Senadores, solicitei a palavra nesta sessão para, em nome do nobre Senador Jefferson de Aguiar e em meu próprio nome, em cumprimento de um dever de representantes do povo, nesta Casa, prestar contas aos ilustres pares da honrosa incumbência recebida da Comissão Diretora, qual seja a de representar o Senado Federal nas solenidades que assinalaram o transcurso do 80º aniversário da libertação dos escravos na cidade potiguar de Mossoró.

A cidade de Mossoró está numa região das mais interessantes do Brasil. Ali o viajante consegue ver uma das coisas raras do mundo - a miragem. Viajando à beira do rio, através das extensas planícies, é muito comum, depois das dez horas da manhã, ocorrer o fenômeno da miragem visto nos grandes desertos.

O que a certa distância nos parece um oceano não passa de areia, como se observa à medida que se caminha.

Na região de Mossoró o trabalho está disciplinado. Na cidade existem hospitais, maternidade; um Instituto de Educação, construído pelo Governador Dinarte Mariz. Possui também fábricas: fábricas de óleo, fábricas de móveis, usinas de algodão. É uma cidade aonde a educação está aprimorada e já representa um fator decisivo de civilização no Estado do Rio Grande do Norte.

Pelo trabalho que observamos naquela região, podemos congratular-nos com os nobres Senadores Walfredo Gurgel, Dinarte Mariz e Dix-Huit Rosado. O progresso ali verificado é obra do esforço dos seus representantes, trazendo, em consequência, uma civilização, uma cidade moderna onde podemos ver em todos os recantos, um desenvolvimento considerável. E se de alguns melhoramentos carecem ainda certos setores, para realizá-los, é indispensável o auxílio do Governo Federal.

Ali assistimos à primeira exposição agropecuária. Nota-se o interesse pela melhoria do padrão de toda a criação e isso verificamos pelos prêmios dados na mesma exposição. Assim, já o tipo de gado ali é bem melhor do que era comum em toda a região nordestina, o que demonstra o esforço coletivo no sentido de realizar muito, apesar das dificuldades de pastaria e da solução de problemas novos como aftosa e muitos outros que, realmente, diminuem a capacidade de nossa pecuária.

Mossoró tem uma área de salinas equivalentes a duzentos milhões de metros quadrados, com a capacidade de evaporação de duzentos milhões de metros cúbicos, o que equivale a duzentos mil quilowatts-hora, ou vinte milhões de toneladas de carvão. Com a mecanização das salinas, cujo sal tem um teor elevadíssimo de 98 a 99% de cloreto de sódio, temos também a possibilidade de dar ao Brasil uma das indústrias mais necessárias à manutenção da nossa agricultura que é a indústria do potássio.

Nesta mesma área podemos produzir cerca de oitenta mil toneladas de potássio, além do bromo e do magnésio, ambos essenciais ao desenvolvimento industrial do País.

Se formos analisar essas possibilidades - e temos de economizar divisas - teremos de agentuar que o consumo de sal no

Em um País civilizado, cêrca de 60% dessa produção seriam empregados na industrialização, nas indústrias químicas, tendo como subprodutos da soda cáustica o ácido clorídrico, o cloro líquido, o cloro gasoso, de grande aplicação no fabrico de vários produtos, entre os quais a celulose, o plástico, o papel, o celofane e muitos outros.

A produção mundial de potássio era controlada por um truste da Alemanha. Embora dividida, hoje, em duas partes - Alemanha Ocidental e Oriental - aquêle País ainda é o maior produtor da Europa, enviando para grande parte do mundo o sal precioso.

Os Estados Unidos, durante muitos anos, ficaram sujeitos a êsse cartel, porém trabalhando ativamente no seu solo, procurando a solução definitiva para o caso, encontraram, na região árida do Oeste, por meio de perfuração relativamente profunda, o meio de saírem da situação de dependência com referência ao precioso adubo que é o potássio.

O mesmo aconteceu no Mar Morto, em Israel. Evaporada a água pesada do Mar Morto, foi feita a distribuição de sal. Embora não o consiga em quantidade capaz de atender a todo o mundo, parte de sua produção é utilizada para exportação.

A construção do Porto de Areia Branca, próximo a Mossoró, deve custar cêrca de dois bilhões de cruzeiros. Os países civilizados como já disse anteriormente, usam 60 por cento do consumo de sal nas indústrias químicas. Hoje, o cloro tornou-se um dos primordiais elementos para o desenvolvimento das indústrias, notadamente das ligadas à expansão do programa industrial de uma Nação.

É imprescindível também a mecanização das salinas e modernização do processo de evaporação e, para isso, algum auxílio deve ser dado. Dêste modo, aquela região poderá produzir cêrca de quatro milhões de toneladas de sal, o que equivale, aproximadamente, a quatro vezes o consumo atual do Brasil. Isso representa imensa riqueza, seja através de exportação do produto, seja para o industrializar in loco, seja para a exportação de produtos manufaturados.

Subindo o rio Mossoró, encontraremos trinta quilômetros a proveitáveis, de ambos os lados, para a fabricação do sal.

O Sr. Atílio Fontana - Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. José Ermírio - Pois não.

O Sr. Atílio Fontana - Nobre Senador, V. Exa. trata de produto dos mais importantes e fundamentais para a economia nacional, que nos oferece grandes possibilidades: o sal e seus subprodutos, seus derivados. O potássio, excelente para a nossa agricultura, é importado pelo Brasil e como todos sabemos, a situação da nossa balança de pagamentos não permite que se o faça. No entanto, como V. Exa. acabou de citar, as regiões do Nordeste, inclusive a Zona do Mossoró, oferecem grandes possibilidades. Nós as conhecemos bem, pois, como industrial e pecuarista do Sul consumimos grande quantidade de sal vindo do Rio Grande do Norte. Sua qualidade é superior - podemos atestá-lo - mesmo para a indústria de carne, que exige produto de alta qualidade. O sal de Mossoró e de Areia Branca recomenda-se, pois, para a indústria de carne. Com o melhor aproveitamento das salinas no Nordeste, teremos no País abundância de sal, elemento de fundamental importância para a pecuária. Com o desenvolvimento da nossa pecuária poderemos exportar grande quantidade de carne. Portanto, é necessário que o sal seja distribuído amplamente e também o potássio, subproduto do sal, além dos derivados que Vossa Excelência

O Sr. José Ermírio - Obrigado pelo aparte, nobre Senador.

De fato, o Brasil importa mais de 8 milhões de dólares por ano, de sal, de potássio. E o aumento anual é de cêrca de 25%.

Quer dizer que, dentro de pouco tempo, estaremos importando mais de 10 milhões de dólares. É tempo de tomarmos providências para melhoramento do Pôrto de Areia Branca, adotando-se sistema moderno de vaporização das salinas daquela região. Obteremos, dêste modo, grandes vantagens; entre elas, a de não permitirmos a instituição de monopólio.

Alguns Estados dispõem de mais recursos do que outros. É justo que se unam àqueles que possuem pequeno capital mas cuja área é de grande valor para a cristalização do sal, a fim de que todo o Brasil se possa beneficiar. Além da construção do Pôrto de Areia Branca, deveríamos estudar um meio de transportar o sal, economicamente, para os centros consumidores. Acredito mesmo que, dentro de poucos meses, êste assunto estará solucionado, de acôrdo com as necessidades do País.

Inauguramos, em Mossoró, uma escola para 600 alunos construída em 105 dias. Assisti ao trabalho do último dia. Pensei que estivesse no Japão. Era tão intenso, tão acelerado o ritmo de trabalho que, francamente, não acredito possa haver em qualquer lugar do Brasil quem o execute daquela maneira. De sorte que a escola foi construída em 105 dias. Assisti à primeira aula, no dia seguinte.

Lá também se encontra em construção um hospital, "Francisco Menescal", com 1.849 metros quadrados de área construída e 32 leitos. Estou acostumado a trabalhar em hospitais, pois, já construímos vários dêles. Verifiquei, assim, que, com a sua disposição, com corredores largos e equipamento moderno, é hospital dos melhores. Estará pronto até 31 de dezembro dêste ano, prestando assistência inestimável aos trabalhadores em salinas. Ali terão êles tratamento médico adequado. Trata-se, portanto, de hospital equipado para atender aos trabalhadores em qualquer emergência.

Quanto ao presidente do sindicato, notei que é homem extraordinário; experiente, trabalhador, de idéias claras. Quer trabalhar. Quer realizar. Exige serviço, e ao mesmo tempo em que desenvolve de maneira a mais eficiente a parte social, necessária aos trabalhadores.

Quero, então, congratular-me com os nobres Senadores do Rio Grande do Norte pelo trabalho extraordinário que se realiza em Mossoró e pela sua compreensão magnífica em relação aos trabalhadores em salinas. Congratulo-me, igualmente, com o Presidente do Instituto do Sal, Senhor Vingt-et-un Rosado, com o Presidente do sindicato, com tôda a Cidade de Mossoró, enfim, com todos os que lutam pelo bem-estar da sua população.

O Rio Mossoró, conforme há pouco referi, tem trinta quilômetros de extensão, a partir de Areia Branca. Ambas as margens podem ser transformadas em salinas. É uma área apreciável de fácil aproveitamento, dependendo apenas de alguns recursos. Assim, com tôdas essas facilidades, poderíamos centralizar naquela área uma nova zona próspera, que traria para o Nordeste do Brasil renda fabulosa, através de sal de primeira qualidade. Quem observa, ali, nas bacias de precipitação, percebe que o sal mede às vêzes cêrca de trinta centímetros, um sal cristalizado branco. Conforme o nobre Senador Atilio Fontana acaba de declarar, é o sal de ótima qualidade com evaporação muito rápida. Trata-se, portanto, de região que somente pede ao Brasil um pouco de auxílio para lhe retribuir com lucros excessivos.

A despesa para a realização das obras necessárias a tornar próspera aquela região é mínima, se levarmos em conta as lu-

O Sr. José Feliciano - Permite V.Exa. um aparte? (Assentimento do orador) - V.Exa. está tratando de assunto de magna importância, porque a produção de sal, além de enriquecer aquela região do Rio Grande do Norte, será um dos fatores fundamentais para o aumento da riqueza da pecuária nacional. Acredito que muito mais de 3/5 do território nacional, ou seja, a região econômica do norte, a do leste e a do centro-oeste - sendo que só esta faixa, a oeste, representa 3/5 do território nacional - tem a pecuária como exploração econômica de caráter extensivo. E nesse sentido primário de exploração desta riqueza, dois fatores são fundamentais para o aumento da produtividade, da quantidade e da qualidade. Entre estes fatores, em primeiro lugar está o sal, aquele que contribui para a alimentação dos animais e, ao mesmo tempo, permite que essa alimentação seja digerida e absorvida; em segundo lugar, está o arame farpado que serve para a limitação das áreas. Portanto, não é apenas uma iniciativa que vai enriquecer uma região; ela terá a maior repercussão na riqueza nacional.

O Sr. José Ermírio - Muito obrigado ao aparte de V.Exa., nobre Senador José Feliciano.

De fato, não é possível que uma região daquelas continue abandonada, sem auxílio. Nós que vivemos em áreas mais adiantadas, olhamos com admiração para a Cidade de Mossoró com ses setenta mil habitantes, que já representam base para civilização de alto valor, pois construir cidade dêsse porte significa grande esforço, em busca de posição definida para torná-la cidade industrial.

Se o Estado do Rio Grande do Norte tiver energia, pôrto e transporte adequado, poderá fornecer ao Brasil produtos químicos de valor para a economia da Nação, pois essa indústria em pleno desenvolvimento, irá utilizar o ácido clorídrico, o clo ro líquido e o cloro gás, trará extraordinária expansão e civilização rápidas não só para o Estado do Rio Grande do Norte como para todo o país.

O Sr. Walfredo Gurgel - Permite V.Exa. um aparte?

O Sr. José Ermírio - Pois não.

O Sr. Walfredo Gurgel - Como representante do Rio Grande do Norte, estou sumamente satisfeito e feliz por ouvir as declarações de Vossa Excelência que, tendo sido designado, juntamente com o Senhor Jefferson de Aguiar, para representar o Senado numa festa de alta significação, traz seu depoimento, seu relatório, que, acredito, será lido com a maior satisfação pelos nossorcenses e pelos norte-rio-grandenses, ou melhor, por todos os brasileiros. Mossoró é, indiscutivelmente, como também Areia Branca e Macau, a zona que mais produz sal no Rio Grande do Norte. V.Exa. falou muito bem. Quando a energia abundante chegar a Mossoró, haverá um surto admirável de desenvolvimento. Temos esperanças de que, dentro de dois anos chegará a energia de Paulo Afonso àquela cidade. Outro problema fundamental é o do pôrto. O nosso sal é produzido de maneira muito econômica. O que o encarece infelizmente é justamente o transporte em barcos. Agora mesmo acabo de ler que a Rede Ferroviária Federal está cogitando de transportar o sal de Mossoró para Natal, para fazer-se ali o embarque, numa distância de mais ou menos trezentos quilômetros de via férrea, quando as salinas estão à beira do mar. Já foram consignadas na

conclusão dêsse pôrto, mas dão para o início das obras, o que virá trazer grandes vantagens para todo o País, fazendo-se, assim, a distribuição abundante do sal, que é de ótima qualidade, como declarou o nobre Senador Atílio Fontana.

Como riograndense, congratulo-me com V. Exa. e agradeço as generosas expressões que tem tido para com nosso Estado e seus representantes.

O Sr. José Feliciano - Permite o nobre orador outro aparte?

O Sr. José Ermírio - Pois não.

O Sr. José Feliciano - O nobre senador pelo Rio Grande do Norte declara que a nossa produção de sal é das que apresentam mais baixo custo. No entanto, o nosso produto, que pode ser oferecido a vinte dólares a tonelada para exportação, não pode competir com o espanhol e outros em virtude do sistema de transporte naquela região. Assim, este sal, que é obtido através de pequenas remunerações, consequentemente, a capacidade aquisitiva do povo da região não poderá ser melhorado enquanto não se ajustar o sistema de transporte terrestre e marítimo às exigências da exportação, tanto para o restante do país quanto para o exterior.

O Sr. José Ermírio - De fato, as condições de cristalização, no Rio Grande do Norte, são excelentes; a qualidade do produto é das melhores e somente resta que nós brasileiros, que moramos no sul e aqui em Brasília, tomemos a decisão de com toda a urgência, não com pequenas parcelas anuais, que nada representam, porém investindo diretamente, colaborar para a conclusão de um pôrto, como o de Areia Branca que, como já disse anteriormente pagará em muito pouco tempo o dispêndio e criará para o país uma rede de indústrias utilíssimas à civilização moderna do mundo.

O Sr. Jefferson de Aguiar - Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. José Ermírio - Com prazer.

O Sr. Jefferson de Aguiar - Devo acentuar, aliás, que me surpreendeu o relato feito por pessoas que vivem nos vales do Apodi e Açu, quanto a existência de um oceano subterrâneo a cerca de quatro metros de profundidade, que poderia servir para possibilitar uma produção extraordinária naquelas regiões para o abastecimento de grande parte do Nordeste. Então verifiquei que a SUDENE, empenhada em elaborar projetos e preocupada em industrializar aquela região nordestina, não teve ainda a preocupação de utilizar esse lençol d'água extraordinário para o fomento da produção e da produtividade agropecuária no Nordeste, tornando mais acessíveis os produtos e enriquecendo vasta zona nordestina. O Rio Grande do Norte surpreendeu-me e Mossoró me entusiasmou. Tive oportunidade de verificar que grande parte da região que me parecia inóspita e difícil para a produção agropecuária é, sem dúvida, uma zona privilegiada que pode ser utilizada pelo Governo e por particulares para o abastecimento do Nordeste. Ouvi de funcionários federais relato sobre a situação de abandono em que se encontram, com total paralisação de suas atividades, os postos agropecuários da região sem qualquer assistência aos agricultores e aos pecuaristas. É lamentável que isto ocorra num país, onde a demagogia deflagrou, em todos os seus quadrados, a preocupação das reformas de base, especialmente a agrária quando o Governo não se ocupa e nenhuma autoridade se dedica à solução de problemas fundamentais.

O Sr. José Ermírio - Obrigado pelo aparte do nobre Senador Jefferson de Aguiar. De fato, o Vale do Açu, através das informações colhidas nas reuniões que realizamos é um dos mais ricos do Brasil. Possui terra fertilíssima, necessita apenas de um elemento essencial - a água, cuja obtenção é relativamente fácil, através de uma operação simples que a SUDENE está em condições de realizar com toda urgência.

Estas as considerações a respeito da nossa viagem, e do que vimos naquele Estado magnífico; cujo povo só tem uma aspiração: trabalhar para o bem do Brasil.

D. 2.3 - COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Duas Comissões Parlamentares de Inquérito foram constituídas, de acôrdo com o disposto no art. 53 da Constituição, em virtude de atos assinados por mais de um terço dos componentes do Senado.

A primeira foi criada em 30 de maio, pela Resolução n. 11/63, de iniciativa do Sr. Senador Nelson Maculan, para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

Integraram-na os Srs. Senadores Jefferson de Aguiar, Leite Neto, Nelson Maculan, João Agripino e Josaphat Marinho, tendo como Presidente o Sr. Leite Neto e Relator o Sr. João Agripino.

Essa Comissão, cujo prazo era de 120 dias, teve-o prorrogado por igual tempo, em virtude do Requerimento n. 656/63, do Sr. Senador João Agripino, aprovado em 18 de setembro.

A segunda Comissão, criada em 30 de outubro pela Resolução n. 32/63, de iniciativa do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, teve por finalidade investigar fatos apontados da tribuna do Senado em 23 desse mes, e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção, no Departamento de Correios e Telégrafos.

Foram designados, para integrá-la, os Srs. Senadores Jefferson de Aguiar, Leite Neto, Atilio Fontana, Wilson Gonçalves (Presidente), Artur Virgílio, Bezerra Neto (Vice-Presidente), Melo Braga, João Agripino, Daniel Krieger, Eurico Rezende (Relator) e Aurélio Vianna.

Ambas essas Comissões tiveram o prazo prorrogado - a primeira por 95 dias e a segunda por 90.

D.2.4 - COMISSÃO MISTA

Na sessão ordinária de 13 de dezembro esta Presidência deu conhecimento ao Plenário de proposta recebida da Presidência da Câmara dos Deputados, no sentido de ser constituída uma Comissão Mista de 9 Deputados e 9 Senadores para apreciar as mensagens do Poder Executivo referentes à Reforma Administrativa.

Para representarem o Senado nessa Comissão foram designados os Srs. Senadores Wilson Gonçalves, Leite Neto, Sigefredo Pacheco, Argemiro de Figueiredo, Edmundo Levi, Adolpho Franco, João Agripino, Aurólio Vianna e Josaphat Marinho.

Pela Mesa da Câmara foram escolhidos os Srs. Deputados Gustavo Capanema, Aderbal Juroma, Laerte Vieira, Heitor Dias, Doutel de Andrade, Afonso Celso, Arnaldo Cerdeira, Juarez Távora e Ewaldo Pinto.

ALTERAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO SENADO

Vagas e seu provimento

Licenças

*Afastamento para exercício de outras
funções (Senadores Antônio Bal-
bino, José Ermírio, Amaury Silva
e Nelson Maculan)*

Substituições

Alterações nas Bancadas

Alterações na Mesa

E.2 - ALTERAÇÕES HAVIDAS NA COMPOSIÇÃO DO SENADO

E.2.1 - VAGAS E SEU PROVIMENTO

Duas vagas ocorreram durante esta sessão legislativa, ambas na bancada do Partido Trabalhista Brasileiro:

- uma na representação do Ceará (em 9 de maio), pelo falecimento do Sr. Senador Carlos Jereissati;
- outra na do Amazonas (em 15 de junho), pelo falecimento do Sr. Senador Mourão Vieira.

Para preencher essas vagas foram convocados os suplentes, Srs.

- Antônio Jorge Queiroz Jucá (nome parlamentar: Antônio Jucá) do Sr. Senador Carlos Jereissati, empossado em 17 de maio, com declaração de filiação ao P.T.B.
- Edmundo Fernandes Levi (nome parlamentar: Edmundo Levi) - do Sr. Senador Mourão Vieira, empossado em 10 de julho, tendo feito declaração de filiação ao P.T.B.

Na suplência vagou a que cabia ao Sr. José Kairala, na representação do Acre, em virtude do desaparecimento do seu titular (suplente do Sr. Senador José Guimard), em 4 de dezembro.

E.2.2 . . LICENÇAS

Requereram licença os Srs. Senadores :

Aarão Steinbruch, por 30 dias, para tratamento da saúde, de 20 de março a 19 de abril, em virtude do requerimento nº 52/63, aprovado em 19 de março. Pelo requerimento nº 184/63, aprovado em 15 de maio, a licença foi prorrogada por 25 dias, até 14 de maio.

Oscar Passos, por 120 dias, para tratamento da saúde, a partir de 21 de março, em virtude do requerimento nº 56/63, aprovado em 20 do mesmo mês (Reassumiu em 15 de julho o Sr. Senador Oscar Passos).

Lino de Matos, por 95 dias, para tratamento da saúde, de 3 de abril a 6 de julho; em virtude do requerimento nº 75/63, aprovado em 2 de abril. Terminou a licença em 6 de julho.

José Feliciano, por 95 dias, a partir de 30 de abril, em virtude do requerimento nº 126/63, aprovado na mesma data (Reassumiu em 27 de maio o Sr. Senador José Feliciano).

Filinto Müller, por 95 dias, a partir de 3 de maio, em virtude do requerimento nº 129/63, aprovado em 2 do mesmo mês (Reassumiu em 18 de junho o Sr. Senador Filinto Müller).

Júlio Leite, por 120 dias, para tratamento da saúde, a partir de 22 de maio, em virtude do requerimento nº 204/63, aprovado em 21 do mesmo mês (Reassumiu em 19 de setembro, esgotado o prazo, o Sr. Senador Júlio Leite).

Pedro Ludovico, por 95 dias, a partir de 17 de junho, em virtude do requerimento nº 300/63, aprovado em 12 do mesmo mês (Reassumiu em 22 de julho o Sr. Senador Pedro Ludovico).

Antônio Balbino, por 120 dias, a partir de 27 de junho, em virtude do requerimento nº 329/63. Terminou a licença em 24 de outubro.

Vasconcelos Torres, por 120 dias, para tratamento da saúde, a partir de 1º de julho, em virtude do Requerimento nº 383/63, aprovado em 28 de junho (Reassumiu em 26 de agosto o Sr. Senador Vasconcelos Torres).

Walfredo Gurgel, por 95 dias, a partir de 2 de julho, em virtude do Requerimento nº 393/63, aprovado na mesma data (Reassumiu em 23 de agosto o Sr. Senador Walfredo Gurgel).

José Guiomard, por 100 dias, a partir de 2 de julho, em virtude do Requerimento nº 400/63, aprovado na mesma data. Em 9 de outubro foi prorrogada a licença por 30 dias, pelo requerimento nº 714, de 1963, Reassumiu o Sr. Senador José Guiomard em 6 de dezembro após nova prorrogação, por 30 dias, concedida em 18 de novembro, em virtude do Requerimento n. 797/63.

Moura Andrade, por 40 dias, para tratamento da saúde; a partir de 6 de julho, em virtude do Requerimento nº 439/63, aprovado em 5 do mesmo mês (interrompida em 30 de julho).

Dinarte Mariz, por 100 dias, para tratamento da saúde, a partir de 8 de julho, em virtude do Requerimento nº 440/63, aprovado em 5 do mesmo mês (Reassumiu em 25 de setembro o Sr. Senador Dinarte Mariz).

Dix-Huit Rosado, por 95 dias, a partir de 10 de julho, em virtude do Requerimento nº 448/63, aprovado na mesma data (Reassumiu em 24 de setembro o Sr. Senador Dix-Huit Rosado).

Bezerra Neto, por 95 dias, a partir de 13 de julho, em virtude do Requerimento nº 455/63; aprovado em 12 do mesmo mês (Desistiu do restante da licença, em 3.8.1963, o Sr. Senador Bezerra Neto).

João Agripino, 100 dias de licença, a partir de 16 de julho, em virtude do Requerimento nº 462/63, aprovado na mesma data (Reassumiu em 16 de setembro o Sr. Senador João Agripino).

Ruy Carneiro, por 95 dias, a partir de 1º de agosto, em virtude do Requerimento nº 524/63, aprovado na sessão de 31 de julho (Reassumiu em 9 de setembro o Sr. Senador Ruy Carneiro).

Cattete Pinheiro, por 95 dias, a partir de 14 de agosto, em virtude do Requerimento nº 567/63, aprovado na mesma data (Reassumiu em 13 de setembro o Sr. Senador Cattete Pinheiro).

Antônio Carlos, por 95 dias; a partir de 23 de agosto, em virtude do Requerimento nº 591/63, aprovado na mesma data (Reassumiu em 8 de outubro o Sr. Senador Antônio Carlos).

Menezes Pimentel, por 95 dias, a partir de 10 de setembro, em virtude do Requerimento nº 646/63, aprovado na mesma data.

Victorino Freire, por 95 dias, a partir de 10 de setembro, em virtude do Requerimento nº 647/63, aprovado em 11 do mesmo mês.

Lobão da Silveira, por 95 dias, a partir de 12 de setembro, em virtude do Requerimento nº 650/63, aprovado em 11 do mesmo mês (Reassumiu em 14 de outubro o Sr. Senador Lobão da Silveira).

Zacharias de Assunção, por 95 dias, a partir de 13 de setembro, em virtude do Requerimento nº 654/63, aprovado em 17 do mesmo mês (Reassumiu em 21 de outubro o Sr. Senador Zacarias de Assunção).

Arthur Virgílio, por 100 dias, a partir de 28 de agosto, em virtude do Requerimento nº 677/63, aprovado em 19.9.1963 (Cancelada em 4 de outubro, com a volta do licenciado ao exercício do mandato).

Heribaldo Vieira, por 40 dias, a partir de 7 de novembro, em virtude do Requerimento n. 764/63, aprovado em 6 do mesmo mês (extinta em 6 de dezembro, com a volta do Sr. Senador Heribaldo Vieira aos trabalhos da Casa).

E.2.3 - AFASTAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE OUTRAS
FUNÇÕES

Estiveram afastados para o exercício de outras funções os Srs Senadores:

Antônio Balbino - para o exercício do cargo de Ministro da Indústria e Comércio, de 1º de fevereiro a 27 de junho.

José Ermírio de Moraes - para o exercício do cargo de Ministro da Agricultura, de 1 de fevereiro (data da posse) a 1º de julho.

Amaury Silva, para o exercício do cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social, de 18 de junho a

Nelson Maculan, para o exercício do cargo de Presidente do Instituto Brasileiro do Café, de 19 de julho a

A propósito do afastamento do Sr. Nelson Maculan é interessante assinalar-se que a investidura de S. Exa. no cargo citado foi autorizada pelo Senado.

Na sessão ordinária de 17 de julho apresentou S. Exa. à Mesa o seguinte requerimento:

"REQUERIMENTO N. 468, DE 1 963

Senhor Presidente.

Nomeado Presidente do Instituto Brasileiro do Café, por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, de hoje, publicado no Diário Oficial desta data, comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que me afastarei, a partir desta data, do exercício do mandato de Senador para desempenhar aquela função, solicitando que se me considere como em licença, enquanto no exercício daquele cargo.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1963
a) Nelson Maculan."

Submetido o requerimento ao estudo da Comissão de Constituição e Justiça; esta se manifestou sobre o assunto através do Parecer n. 293, de 1 963:

"A Comissão de Constituição e Justiça apreciando o Requerimento n. 468, de 1 963, em que o Senador Nelson Maculan solicita ao Senado licença para exercer a Presidência do Instituto Brasileiro do Café, para que foi nomeado por decreto do Senhor Presidente da República, datado de 17 de julho corrente e publicado no Diário Oficial da mesma data, e levando em vista os pronunciamentos feitos em sessão pelos Senhores Senadores componentes da Comissão, uns favoráveis à concessão da licença, outros contrários, decide por maioria pela impossibilidade de defe

êsse entendimento nos arts. 48, inciso I letra b, artigo 48, inciso II, letra E, art. 49 a 51 da Constituição vigente, todos devidamente considerados através do texto expresso e com os suplementos de direito, inclusive os princípios básicos do sistema constitucional, neste capítulo de incompatibilidade do exercício do mandato legislativo federal com exercício de cargo públicos integrantes dos quadros do Poder Executivo.

Com efeito o art. 48, inciso i, letra b, estabelece a proibição de o deputado ou senador, desde a expedição do diploma aceitar ou exercer "Comissão ou emprêgo remunerado de pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público"; por sua vez, o mesmo artigo 48 no seu inciso II letra b, proíbe ao senador ou deputado, desde a posse, "ocupar cargo público do qual possa ser demitido ad nutum"; a vedação destarte cristalinamente fixada abre a Constituição as exceções constantes dos citados artigos 49 e 51, isto é, o desempenho de "missão diplomática de caráter transitório" ou a participação no estrangeiro de Congressos, Conferências e Missões culturais (art. 49), assim como a investidura em "função de Ministro de Estado, Interventor Federal ou Secretário de Estado" (artigo 51). No primeiro caso o afastamento da atividade legislativa depende de prévia licença da Câmara a que pertença o Congressista, tal como no mesmo preceito declarado expressamente. No segundo caso o afastamento não depende dessa licença bastando que o titular ao se investir faça a devida comunicação.

Como se vê, a presidência do Instituto Brasileiro do Café é cargo ou função a que a Constituição não faz referência entre aqueles cujo exercício não implica sacrifício do mandato legislativo, restaria verificarmos se figura entre aqueles de exercício incompatível com o mandato eletivo. Se considerarmos que seja cargo público do qual possa ser demitido ad nutum o servidor nele investido, a incompatibilidade é conclusão a que não se pode fugir. Se todavia não reveste a presidência do Instituto Brasileiro do Café essa característica por escapar ao conjunto de características, definidas em lei para o que se chama "cargo público", então a proibição permaneceria da mesma forma porque prevista na letra b do inciso I do mencionado artigo 48 onde se fala de Comissão ou emprêgo remunerado de pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, etc., e dificilmente se poderia excluir dessa categoria e função remunerada de Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

A essa conclusão, que decorre das normas constitucionais assim apreciadas e combinadas, chega a Comissão sem embargo de entenderrazoável, em princípio, a ampliação dos casos, para não os simplesmente enumerados no art. 51 da Constituição. Para que o deputado ou senador possa, sem perda de mandato, exercer funções públi-

só se deveria ou poderia fazer através da modificação regular do texto constitucional e nunca por critérios ocasionais, suscetíveis de variação em cada caso concreto. O crescente desdobramento e a crescente complexidade dos serviços públicos, por força das solicitações de toda sorte resultante do progresso material do País, aconselhariam a que assim se procedesse. Mas as determinações de tal natureza não são felizmente de molde a impôr que se resolva, na espécie, em desacôrdo com os preceitos constitucionais, que são muito claros.

Sala das Comissões, em 18 de julho de 1963.
aa) Silvestre Péricles, Presidente. - Aloysio de Carvalho, Relator do vencido. - Daniel Krieger. - Arthur Virgílio. - Lobão da Silveira, vencido. - Argemiro de Figueiredo, vencido. - Menezes Pimentel, vencido - Leite Neto. - Afonso Arinos."

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR LOBÃO DA SILVEIRA

" O Senador Nelson Maculan com o Requerimento n. 468, de 1963, comunica para os devidos fins que se afastará, a partir de 17 de julho de 1963, do exercício do mandato de Senador, para desempenhar o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro do Café, solicitando, ainda, que tal afastamento seja considerado como licença, enquanto no exercício daquele cargo.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, a matéria estaria vinculada às disposições do art. 48 da Constituição Federal ou seja, mais precisamente do item II alínea "b" do retrocitado dispositivo constitucional.

Prescreve o art. 48, item II, alínea b:

"Art. 48. Os Deputados e Senadores não poderão:

I.....

II - desde a posse:

a)

b) ocupar cargo público do qual possa ser demitido ad nutum;

.....

Observa-se, porém, que o cargo para o qual foi nomeado o Senador Nelson Maculan, a rigor, não é um cargo público vez que lhe faltam os caracteres jurídico-administrativos, definidores dessa qualidade.

De fato, não apenas na jurisprudência jurídico-estatutária senão, também, na de nossos tribunais, os cargos da administração indireta do Poder Executivo não são estrito sensu considerados cargos públicos.

Assim para que exista a figura do cargo público, é preciso que a mesma revista condições especiais que a definam como tal.

As condições conceituadoras do cargo público são aquelas que defluem da lei, a qual exige, para tanto que se positivem os seguintes fatores:

Os cargos da administração descentralizada do Poder Executivo como soem ser os do Instituto Brasileiro do Café, são criados por simples decreto e o seu pagamento é atendido por custeio da própria instituição autárquica a que estão ligados.

Desta sorte, faltam aos cargos autárquicos condições essenciais que os definam como cargos públicos, consoante o iterativo entendimento de nossos tribunais.

Neste passo, o que a Constituição Federal veda é o exercício de "cargo público" do qual possa ser demitido ad nutum :

Ao interprete, assevera o velho brocardo não é lícito ir além daquilo que a lei não distingue.

Em face do exposto, não vemos impedimento de ordem constitucional, que possa obstar à licença pretendida pelo ilustre Senador Nelson Maculan.

Opinamos, pois, pelo seu deferimento."

tra 6. Em Plenário foi o Requerimento aprovado por 32 votos con

Dado o interêsse doutrinário que o caso envolve, é oportuno fixar os pronunciamentos que ocorreram na discussão da matéria, na sessão extraordinária de 18 de julho.

Registra o Diário do Congresso Nacional de 19 (páginas 1741 a 1 745):

"Discussão em turno único do Requerimento n. 468, de 1 963, em que o Sr. Senador Nelson Maculan solicita autorização para exercer o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro do Café, tendo: Parecer Contrário, sob n. 293, de 1 963, da Comissão de Constituição e Justiça.

Há, sôbre o requerimento, o Parecer n. 293, da Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou pelo indeferimento da licença requerida, por maioria de votos, em face das disposições constitucionais que regem a matéria. (Pausa).

Em discussão o requerimento.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, to mei parte, como suplente, na deliberação de hoje, da Comissão de Constituição e Justiça e figuro entre aqueles que foram vencidos nos argumentos do voto ali proferido.

Declaro inicialmente a V. Exa. Sr. Presidente, e aos eminentes colegas, que na atitude pessoal que assumi votando favoravelmente à licença solicitada, não me moveu qualquer sentimento em função da amizade íntima que me vincula ao eminente colega, Senador Nelson Maculan. Também não me moveu, nessa atitude qualquer pensamento de caráter partidário. Apanhado de surpresa, porquanto fui convocado para essa comissão na qualidade de suplente,

de o caso é profundamente delicado, dado a circunstância de que nunca parece-me, na vida do Parlamento se verificou situação igual. O Senador Nelson Maculan pede licença ao Senado para exercer o alto posto de Presidente do Instituto Brasileiro do Café e a Constituição, à primeira vista, veda expressamente o atendimento à solicitação formulada pelo eminente colega.

Realmente no art. 48, inciso I e II, letra b, está, à primeira vista, bem manifesta a vedação constitucional à essa pretensão do eminente Senador paranaense.

O art. 48 é expresso ao declarar:

"Art. 48. Os deputados e senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

.....
b) aceitar nem exercer comissão ou emprego remunerado de pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público."

O inciso II letra b, é ainda mais expresso ao declarar que os senadores e deputados não poderão:

"Ocupar cargo público, do qual possa ser demitido ad nutum."

Ora, Sr. Presidente, em face desse dispositivo, não tenhamos dúvida de que o nobre Senador Nelson Maculan estaria solicitando do Senado uma autorização que se conflita com a proibição com a incompatibilidade constitucional prescrita nos artigos e alíneas a que me referi.

Mas a função precípua do interprete de um instrumento legislativo, da Constituição, ou de qualquer lei ordinária e, hoje na ciência do Direito moderno, exatamente examinar o objetivo da lei, a finalidade da lei, o fim do dispositivo legal que o hermenuta tem em vista.

Quando examinamos a enumeração de incompatibilidades funcionais devemos compreender que elas têm por fundamento razões de ordem moral, tôdas e las preservando a dignidade, a independência do Poder Legislativo, evitando que, através de uma incursão do Executivo na área do Legislativo, se viessem a praticar atos significativos de corrupção política, afetando a respeitabilidade de qualquer das Casas do Congresso - O Senado Federal ou a Câmara dos Deputados.

Após essa proibição expressa no art. 48, a Constituição começa a fazer exceções. Diz o art. 49:

"É permitido ao Deputado ou Senador, com prévia licença de sua Câmara, exercer comissão diplomática de caráter transitório, ou participar, no estrangeiro, de congressos, conferências e missões culturais."

Portanto, dentro do sistema adotado pela Cons

tucional que estabelece vedações e incompatibilidades de funções. Mas a Constituição em artigo à parte, altera frontalmente aquilo que está disposto no Art. 48.

Em seguida vem o Art. 51 assim concebido:

"O Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Interventor Federal ou Secretário de Estado não perde o mandato."

Há outro dispositivo, frontalmente em oposição às redações constantes do Art. 48 da Constituição.

Sr. Presidente, se examinarmos, confrontando as redações, constantes do Art. 48 com os textos dos Arts. 49 e 51, teremos de concluir que, embora dispostos em forma que não me parece de boa técnica legislativa, na verdade são exceções que o Poder Constituinte fixou ao elaborar a Comissão de 1946.

Esses dispositivos de exceção estão realmente consubstanciados em artigos diferentes - os Arts. 49 e 51 - e em nenhuma outra parte da Constituição há qualquer texto ou qualquer dispositivo que declare que estas são as únicas exceções previstas pelo legislador à regra geral de vedação nas funções incompatíveis com o mandato legislativo, incompatibilidade previstas no Art. 48 e suas alíneas.

Que fazem diante de uma omissão evidente, omissão de um fato social que não foi previsto pelo legislador ao tempo em que se elaborou a Constituição? A meu ver, com a soberania que o Senado tem no caso, dar-lhe interpretação lógica e analógica ao mesmo tempo lógica, verificando qual o sentido qual o pensamento do legislador que, como declarei inicialmente, foi o de preservar o Poder Legislativo contra a hipótese ou a possibilidade de intervenção desonesta e corruptora do Poder Executivo que não permite discutir o fato social, o fenômeno jurídico, para concluir logicamente que, se o legislador o tivesse em mira ao tempo de elaborar leis as teria incluído entre as exceções que figuram na Carta Magna.

Sr. Presidente, pergunto a V. Exa. e ao Senado: se a Constituição estabelece exceção como a do Art. 51, permitindo que o Senador ou Deputado possa exercer o cargo de Interventor Federal, que é demissível ad nutum, ou o de Secretário de Estado, também demissível ad nutum; se a nossa Lei Maior estabelece exceção dessa ordem às vedações ou incompatibilidades previstas no Art. 48, como deixaria, de estabelecer exceção para que um Deputado ou Senador, com licença de sua Casa, pudesse exercer a alta função, equiparável à de Titular de qualquer dos Ministérios, de Presidente do Instituto Brasileiro do Café?

Quem permite figurar no texto constitucional como exceção a faculdade de o Deputado ou Senador ocupar o lugar de Secretário de qualquer Es

nistro.

De modo que, a meu ver, estamos diante de um caso autêntico em que o intérprete, o hermenauta tem de procurar o espírito, o objetivo, a finalidade da lei que - quero repetir ao Senado - foi o de preservar o Poder Legislativo contra atos de corrupção contra atos pouco leais e poucos dignos do Poder Executivo, atentatório à dignidade do Congresso Nacional. É uma obediência ao princípio da divisão dos Poderes.

Perguntar-se-á, Sr. Presidente: como admitir-se mais uma exceção em um texto legal de proibição além das que estão expressas? Então pergunta-ria eu a V. Exa. e ao Senado: o que o impede, se não há qualquer dispositivo da Constituição retirando ao Senado a competência ou o poder soberano que tem de conceder licença aos seus membros para exercer determinadas funções públicas? Não há nenhuma vedação a que, além das exceções previstas figure outra que deve figurar, pela circunstância de que o legislador autorizou ou permitiu licenças em casos muito mais graves e em funções muito menos importantes, qual seja, por exemplo, a de Secretário de qualquer Estado da Federação.

Sr. Presidente, poder-se-á ainda dizer que é caso inédito se venha a pleitear que, entre as vedações constitucionais, além das exceções previstas na Constituição, figure mais uma, não prevista pelo legislador. A razão é exatamente esta que acabei de expor. É mais porque, Constituição como a nossa de 1946, de cunho quase casuístico, Constituição que desceu a disciplinar as matérias de modo claro, detalhado, com minudências, sempre incorre em omissões dessa natureza.

Dá entender eu, Sr. Presidente - e este foi o fundamento de meu voto na Comissão - que tendo a Constituição permitido o exercício de função, a Deputados e Senadores, em casos muito mais graves e muito mais delicados, não poderia recusar se o tivesse previsto ao tempo da elaboração da lei, o caso de que tratamos. Não poderia impedir que um Senador fosse recrutado pelo Poder Executivo para exercer à altura a função de Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Mas não seria caso inédito este, de se procurar ajustar um fenômeno social, nos termos, nos limites do nosso sistema constitucional. O que nós temos visto, na verdade e na prática constitucional, na primeira e na segunda República, tem sido exatamente a evolução do Direito, muitas vezes em oposição à letra dos textos constitucionais.

Vamos citar o caso do art. 36 da Constituição, que declara no seu § 2º:

"É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições."

Estamos em face de proibição expressa, de um texto claro, onde o pensamento do legislador está evidente. Não há hermenauta que diante do critério lógico, gramatical, ou de qualquer outro critério adotado pelos interpretes em todas as épocas, deixe de verificar que a letra e o espírito desse texto legal estão claros, estão evi-

titucional terminante, absoluta, sem exceções. "É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições."

Sr. Presidente, pergunto a V. Exa. esse texto tem sido observado na vida constitucional e administrativa deste País?

A delegação de funções - mesmo nas Constituições como a nossa que tem dispositivos expressos proibindo-as - e hoje um fenômeno, um fato verificado em todos os países modernos. Em todos os países tem-se verificado esse movimento, esse processo de evolução do Direito Constitucional assegurando maior número de atribuições ao Poder Legislativo, por motivos de ordem social, de ordem econômica, ou de ordem política. Na verdade, esse texto, na vida constitucional do Brasil, como na de todas as nações cultas, não tem a aplicação que devera ter, se fôssemos interpretá-lo dentro da letra e do espírito com que figura na Constituição vigente no Brasil.

As delegações tem-se sucedido, o que vale dizer que esse dispositivo constitucional, mesmo com natureza de proibição absoluta de que se refeste, não tem sido obedecido.

Na vida constitucional da América do Norte tem-se verificado, nesse ponto, que os Tribunais, o Poder Judiciário, até certo tempo, anulava atos que significassem ou que de delegação de atribuições de um Poder a outro Poder da República. Mas, com a evolução do Direito Constitucional, pelo processo a que me referi e tendo em vista tornar cada vez mais forte o Poder Executivo para enfrentar as crises sociais, políticas e econômicas, o Poder Judiciário da América do Norte jamais de certo tempo para cá, anulou atos decorrentes de delegação de funções.

Quero dizer, com referência ao caso vertente, que é muito mais grave verificar-se ou constatar-se que esse dispositivo tem sido violado, não com o espírito de se perturbar a Carta Magna da República, mas de ajustar os fatos sociais à vida constitucional do Brasil. A despeito dessa vedação absoluta, por motivos de interesse público e social, tem-se violado o texto constitucional proibitivo.

O SR. VIVALDO LIMA - V. Exa. deve estar lembrado de que há dois casos concretos, nesse sentido.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Vou-me referir a esses dois casos.

O SR. VIVALDO LIMA - Sei que estão no pensamento de V. Exa.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Lembra o nome Senador Vivaldo Lima, em aparte, que o dispôs no art. 48 já tem sido, não vamos dizer desobediência, mas sua redação tem merecido uma interpretação - na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas Estaduais - mais tolerantes, mais compatível com as lições do Direito, mais ajustada às necessidades sociais. Nin-

o objetivo de preencher-lhe as lacunas, nos casos omissos, quando a lei é obscura, com redação de -
feituosa ou duvidosa, com relação aos fatos ocor-
rentes, ou quando é silenciosa.

Mas dizia eu, respondendo o aparte do nobre Senador Vivaldo Lima, que essa proibição ~~tem~~ merecido uma interpretação diferente nas Casas do Congresso Nacional, sobretudo na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas Estaduais.

O SR. VIVALDO LIMA - Citarei para V. Exa. mais dois casos: o de um Deputado que exerceu a presidência do Serviço Social Rural sem abandonar suas funções na Câmara dos Deputados; e o de outro Deputado - o Sr. Paulo de Tarso, atual Ministro da Educação - que, nomeado Prefeito de Brasília, quando havia impedimento constitucional, não perdeu o seu mandato, voltando posteriormente àquela Casa.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Lembra o nobre Senador Vivaldo Lima que o Deputado Paulo de Tarso foi nomeado Prefeito do Distrito Federal, função incompatível com o mandato legislativo, e, na verdade, em conflito com o disposto no art. 48, se dermos essa interpretação apenas no sentido gramatical, no sentido literal. Entretanto, depois de exercer, por certo tempo, as funções de Prefeito do Distrito Federal, voltou o Deputado Paulo de Tarso ao exercício do mandato legislativo.

Esse ato nada tem de alarmante, porque, na verdade, entre as exceções previstas na Constituição, ao tempo da elaboração da Lei Maior do País, se esses casos fossem previstos, o legislador os teria incluído dentre aquelas razoáveis e justas.

Um outro caso, Sr. Presidente, ainda mais alarmante que este; verificou-se no meu próprio Estado, quando o Sr. José Américo de Almeida, eleito Governador da Paraíba, em pleno exercício do mandato, foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas, no Governo do saudoso Presidente Getúlio Vargas.

Exerceu, durante certo tempo o cargo de Ministro e, quando entendeu de sair - por motivos que não adianta esclarecer - voltou à Paraíba para terminar o mandato de Governador para o qual fora eleito, função inteiramente incompatível com a outra e vedada expressamente pela Constituição.

Na verdade a interpretação que se deu ao texto legal, ao conceder essa permissão, revestiu-se de um caráter de tolerância, fundamentada no interesse público, na necessidade que tem a União, o Estado e o Município de recrutar os melhores elementos para o exercício de determinadas funções.

O Sr. Vivaldo Lima - Citei a V. Exa. o caso do Serviço Social Rural. Não me parece que seja uma organização caritativa ou filantrópica. No entanto, foi investido na sua Presidência um Deputado do Espírito Santo de cujo nome não me recordo.

O SR. GOUVEIA VIEIRA - Napoleão Fontenele.

O SR. VIVALDO LIMA - Exatamente. E mais ainda: sem abandonar o mandato, sem licenciar-se. Exercia o seu mandato e a Presidência do Serviço Social Rural. Vê V. Exa. a que ponto chegou a condescendência. De qualquer maneira ficou aberto o precedente.

O SR. VIVALDO LIMA - Obrigado a V. Exa.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Voltando à minha declaração inicial, o que visou o legislador constituinte, numa interpretação finalística autêntica, foi preservar a dignidade do Poder Legislativo, foi evitar que o Poder Executivo, com os poderes que tem, com os elementos de que dispõe, pudesse influir no sentido de estender a corrupção, em determinados e infelizes momentos históricos, ao Poder Legislativo.

Então, deixou o legislador constituinte, dentro do espírito de preservação a que me referi, a autoridade suprema ao Senado para, em casos desta natureza, verificar se a licença deve ou não ser concedida. O Senado, no sistema da Constituição é o supremo intérprete quanto a se deve ou não conceder a licença, se o caso representa ou não de atentado aos melindres do Poder Executivo ou se o que se pretende pode ou não ser considerado uma tentativa de corrupção do Executivo ao Legislativo.

Quem pode aplicar a sanção, prevista na Constituição, contra os Deputados ou Senadores que exerçam funções proibidas por incompatíveis com o mandato? É a própria Câmara ou o próprio Senado. Só os dois podem aplicar a sanção, só os dois são soberanos para declarar a incompatibilidade da função com o mandato.

Digamos, que o Senado, por motivos de ordem política, desobedecesse aos preceitos constitucionais, entendendo que o interesse público reclama o nobre Senador Nelson Maculan na direção do Instituto Brasileiro do Café, ou que, movido pelo desejo de resolver problemas substanciais do Brasil ou do I.B.C. autorizasse o nobre Senador Nelson Maculan a exercer a função naquele órgão embora a Constituição o proíba. Qual seria então a sanção? Se o Senado quisesse, perda de mandato. Só o Senado - somente ele - poderia declarar a cassação do mandato.

Sr. Presidente, no caso, ao que me parece, data vênia dos mestres, não poderá haver intervenção do Poder Judiciário. É certo que, em determinadas ocasiões, por força de dispositivo também expresso na Constituição da República, a lei não poderá excluir, jamais, da apreciação do Poder Judiciário, qualquer lesão ao direito individual. Não se trata, porém, de direito individual lesado; nenhum direito individual está em causa.

Mas, se porventura o Senado concedesse a licença, contra o texto expresso da Constituição e, se o Tribunal entendesse que, na verdade, a licença era inconstitucional, pergunto eu; seria o Poder Judiciário do Brasil capaz de derrubar ato soberano do Poder Legislativo, neste caso, do Senado? Não. Integrado que está o Senador Nelson Maculan entre os membros que compõem o Senado Federal, e considerando-se a licença pedida incompatível com o seu mandato, o conceder a licença para o exercício da função é ato de soberania do Poder; e se fossemos permitir que o Poder Judiciário, pelo sistema de controle de constitucionalidade, pudesse declarar a inconstitucionalidade de um ato do Poder Legislativo, estaria o Poder Judiciário a exercer o controle de constitucionalidade de um ato do Poder Legislativo, o que é absolutamente inadmissível.

res - a independência e a harmonia entre êles.

O Poder Judiciário não poderá derrubar a to nosso desta natureza. Qualquer Deputado ou Senador, em face do disposto no § 1º do art. 48 da Constituição, poderá provocar junto à Casa de que faz parte; poderá haver representação do Procurador Geral da República, de partido político ou de qualquer dos Membros da Casa a que pertence. Mas é o direito de representação à Câmara de que faz parte o Senador ou Deputado, e não a ação judiciária, no sentido de tentar anular ato que emana da soberania de um dos Poderes da República.

Estas, Sr. Presidente, as razões por que meu voto foi favorável à licença solicitada pelo Senador Nelson Maculan, na Comissão de Constituição e Justiça, hoje pela manhã. E é o voto justificado que aqui, emito, meio desordenadamente, mas com a maior sinceridade de propósitos. Faço-o com o pensamento de acertar sem ter em vista qualquer motivo de ordem política ou de amizade pessoal que, na verdade, me prende ao eminente e digno compatriota, Senador Nelson Maculan.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua em discussão o projeto.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO: (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, relator do vencido na Comissão de Constituição e Justiça, esta manhã, cabe-me prestar ao Senado breves esclarecimentos, positivando os argumentos constantes do voto vencedor naquele Órgão.

O nobre Senador Argemiro de Figueiredo colocou sua inteligência e seu poder de raciocínio a serviço de causa que eu não estaria longe de considerar simpática, porém indefensável. A meu ver S. Exa. laborou, em boa-fé, num equívoco, qual o de achar que a Constituição Federal é omissa no particular e sendo omissa, a nós outros, aplicadores das normas constitucionais, caberia preencher essa lacuna. Mas a própria argumentação que S. Exa. desenvolveu com o brilho que todos reconhecemos, conduz a conclusão exatamente oposta.

A Constituição é muito clara no estabelecer, como S. Exa. demonstrou, os casos de proibição e as suas exceções. Os casos de proibição, enumerados nos incisos I, letra b, e II, letra b, do art. 48 da Constituição, não deixam dúvida relativamente à incompatibilidade do exercício do mandato legislativo com o desempenho de função pública do tipo daquelas declaradas nos dois incisos.

Ora, as exceções são exatamente, como o nome mesmo está a dizer, portas abertas à vedação explícita e, assim, tem que ser entendidas em caráter restrito. Não podemos, portanto ampliar enumeração que se encontra no próprio texto constitucional, nos arts. 49 e 51 da Constituição Federal.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - Pois não.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Lamento in

cerá admiração. Perguntaria ao nobre colega, se V. Exa., ao elaborar essa Constituição de 1946, e ao estabelecer as exceções previstas nos arts. 49 e 51, se lhe chamassem a atenção para o caso do Superintendente da SUDENE, do Presidente da Cia. Siderúrgica Nacional, do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e do Presidente do Instituto do Café, V. Exa. se eximiria de incluir entre as exceções que escapariam à proibição, mais essas?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - Naquele tempo, possivelmente, me eximiria, afirmo a Vossa Excelência com toda a sinceridade. Hoje, possivelmente, não me eximiria. Está exatamente no voto vencido que não há razão ponderável para que não se amplie o quadro das exceções. Mas enquanto não o ampliarmos, pelos processos regulares de modificação da Constituição, evidentemente estamos adstritos, embora muitas vezes constrangidamente, a essas exceções que se esgotam nos próprios arts. 49 e 51.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - V. Exa. também se rebela contra aquele texto constitucional que estabelece a delegação de funções?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - Não posso rebelar-me contra a delegação de funções, porque sou Parlamentarista desde que ingressei na vida pública.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - A Constituição nega.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - A Constituição é presidencialista, e como presidencialista, muito sãbiamente vedou a delegação de poderes, e quando V. Exa. se refere à não observância dessa disposição, com a devida venia penso que V. Exa. não tem razão. Não conheço exceção alguma a esse princípio proibitivo de delegação de poderes senão durante a vigência do sistema parlamentarista de Governo, exatamente quando o Ato Adicional, revogando essa disposição da Constituição, admitiu a delegação de poderes. E nós, realmente, delegamos poderes ao Executivo para fazer leis.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - As exceções tem ocorrido quase diariamente. Veja V. Exa. que um dos mais eminentes membros desta Casa, uma das maiores culturas do Brasil, hoje um nome internacional, o nobre Senador Afonso Arinos, em brilhante discurso, se não me engano pronunciado na Câmara dos Deputados, chegou a desmoralizar esse texto do dispositivo constitucional, declarando que não tinha sentido econômico e nem mesmo o sentido de norma jurídica.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - Esta é outra questão.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Mas as delegações de funções têm-se repetido diariamente, e a cada dia vemos o Poder Executivo baixar atos nesse sentido.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - É outro caso. Vossa Exa. está afirmando que o Poder Legislativo tem invadido a esfera de competência do Executivo, o que se compreende, porque ainda estamos com a boca torta pelo uso do cachimbo. Vivemos muito tempo sem Poder Legislativo, acostumados a todos os dias

te não nos curamos dêsse mal. É diferente.

Quando a Constituição de 1946 estabeleceu a proibição de delegação de poderes, estava certa, por estruturar um sistema presidencialista de Governo. Agora, outra questão - neste particular estou com V. Exa. - é considerar o instituto da delegação de poderes um instituto útil, até mesmo necessário no mundo moderno, em que realmente o Poder Legislativo não pode atender pela própria natureza das suas funções, à urgência imperiosa de muitas providências e de muitas medidas.

Estou, como parlamentarista, inteiramente à vontade para admitir e até defender o instituto da delegação de poderes. Mas a Constituição, neste particular, é muito clara, muito rígida.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Eu pediria permissão para um último aparte.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - V. Exa. pode dar os apartes que quiser. V. Exa. me desviou do caminho, que era o da licença do nobre Senador Nelson Maculan. Mas, Vossa Exa., pode apartear.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Uma coisa tem relação com a outra, quanto à delegação. Quero esclarecer ao Senado que texto expresso da Constituição não tem sido obedecido, dada essa circunstância de novos fatos sociais exigirem que a Constituição não seja interpretada no sentido literal ou no sentido gramatical, o que se vai impondo, por força da ciência jurídica, nos casos em que a Constituição tenha sido omissa. Mas, quero apenas afirmar a Vossa Excelência e ao Senado, que não me referi à absorção, à usurpação, por parte do Poder Executivo, de função legislativa, através de decretos que são verdadeiras leis pertinentes ao Legislativo. Não. O que me refiro é à delegação do Poder Legislativo ao Executivo, quando a este Poder a função de exercer o processo legislativo, que seria de sua competência. Esses casos, inúmeros, não posso citar a Vossa Excelência de imediato, mas quero que fique registrada nos Anais a minha declaração de que esse princípio não tem sido obedecido rigidamente na vida constitucional do país.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - V. Exa. nos convidou, sedutoramente, para desobedecermos a Constituição.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Não é isso.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - A Constituição, de 21, por exemplo, que teve vigência durante 40 anos no Brasil, apresentava para mais de trinta disposições que jamais tiveram aplicação prática. O mesmo poderá acontecer com a Constituição de 46. São disposições que vão morrendo por falta de ajustamento ou adaptação às necessidades sociais, que não esperam, porque os fatos vão na frente da lei tanto mais num período como o em que vivemos, com o progresso material assombroso que o mundo apresenta. De modo que no particular, devemos observar a Constituição. O que é que esta diz? Que o Deputado ou mesmo o Senador não pode, desde a expedição de diploma, exercer comissão ou emprego remunerado

Constituição: "de que seja demissível ad nutum".

Ora nestas proibições a Constituição abriu as exceções a que V. Exa. se refere. A do art. 49, para o exercício de missão diplomática de caráter permanente ou transitório, ou a participação, no estrangeiro, de congressos, conferências e missões culturais e a do art. 51, para exercer os cargos de Ministro de Estado, Interventor Federal ou Secretário de Estado.

V. Exa. ataca essas disposições, e tem razão relativamente ao Secretário de Estado, mas não terá razão em relação ao Ministro de Estado no que estou muito à vontade para declarar porque parlamentarista que sou quero cada vez mais o entendimento franco entre os Ministros e o Poder Legislativo. Essa disposição foi imposta pela própria atenuação que desde 1934 se vem dando ao sistema presidencialista no Brasil. Tivemos, desse sistema, os grandes malefícios da Primeira República, e em vez de atenuarmos a Constituição, ainda a tornamos mais rígida e drástica com a famosa e desastrosa reforma de 1926. De 1934 para cá também caminham exatamente no sentido dessa alteração.

Então, está muito lógica, quando permite que o Senador ou Deputado seja Ministro de Estado; está muito lógica, quando aceita que, sem perda de mandato, possa ser Interventor Federal. porque é instituto legal desempenhado na forma da Constituição.

Quanto aos Secretários de Estado, aí terá naturalmente influido, no ânimo do constituinte, uma razão de ordem política. E V. Exa. que foi um dos mais brilhantes colaboradores da Constituição de 1946.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Bondade de V. Exa.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - ... não queria, lançar a conta de outros companheiros seus os louros dessa colaboração. Se não me falha a memória, V. Exa. pertenceu até a grande Comissão Constitucional que, a bem dizer, elaborou a Constituição e quase nos impunha a aprovação dos textos. Eu era povo, estava no plenário da Constituinte e tinha que acompanhar, muitas vezes, essa aprovação. V. Exa. sabe bem que, nesse dispositivo influiu consideravelmente, uma razão de ordem política e de ordem sentimental, a de não afastar o político - que vem com um mandato federal - da política do seu Estado, de permitir ao homem da Paraíba que possa, mesmo sendo deputado ou senador, voltar a política do seu Estado para ali trabalhar pela sua ascensão até o posto governamental.

Muitos são os políticos que não se contentam da função legislativa. Nesse particular, posso lembrar o meu muito saudoso chefe, o Deputado Octávio Mangabeira, que, nos seus momentos de bom humor declarava que "Poder é o Executivo". De modo que houve uma razão de ordem política e sentimental, para essa exceção.

A Presidência do Instituto Brasileiro do Café, a meu ver, não é cargo público, mencionado na letra "b" do inciso II do art. 48, foge ao esquema administrativo. Nesse particular apoiei as razões apresentadas pelo nobre relator vencido na Comissão de Constituição e Justiça, Senador Lobão da Silveira.

É impossível negar à Presidência do Instituto Brasileiro do Café a condição de Comissão, ou cargo remunerado. Sendo assim, não estando o Instituto Brasileiro do Café entre as exceções e, devendo ser em se tratando de exceções, a interpretação estrita a aplicação rígida, não poderíamos ou não podemos criar novos casos de exceção para admitirmos que o legislador constitucional teria querido incluir o Instituto Brasileiro do Café, uma vez que omiti qualquer outra função ou cargo público.

Ao nobre Senador Argemiro de Figueiredo, cuja atuação na vida política brasileira sempre admirei - e S. Exa. sabe disso -

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO - Obrigado a V. Exa.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - ... quero fazer a té um apêlo para que estude com as suas luzes esta hipótese e conduza o Congresso e u'a modificação constitucional que atenda melhor aos interesses a que S. Exa. se refere. Mas, enquanto tivermos esta Constituição, enquanto forem estes dispositivos a interpretação só pode ser esta: tudo aquilo que não estiver previsto entre as exceções não pode o Senado estabelecer como se fosse soberano para isto porque não há soberania que possa estar acima da Constituição. A soberania do Senado limita-se nos próprios dispositivos constitucionais. Se ele quiser levar adiante ou além o seu arbítrio, relativamente à maneira de legislar para os interesses nacionais, a própria Constituição dará o remédio, que é a emenda, que é a modificação da Carta Magna. Ele terá que agir sempre dentro dos preceitos constitucionais. Só assim a sua ação se fortalecerá e somente assim se prestigia dentro da estrutura constitucional do Brasil.

Estas as considerações que deveria fazer em apôio ao parecer que emití e em homenagem ao Senador Argemiro de Figueiredo, que discutiu a matéria divergindo do pronunciamento vendedor da Comissão de Constituição e Justiça. (Muito bem! Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o requerimento.

O SR. AURÉLIO VIANA - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA - (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, creio que toda a Casa deseja ouvir mais algumas opiniões acerca de assunto dos mais transcendentais, como implicações que vão além das que cogitamos até este instante.

Está em jogo um princípio constitucional. A Constituição permite ou não permite, que um Senador sem perda de seu mandato, exerça um cargo público, podendo ser demitido ad nutum?

Será que este assunto ultrapassou as fronteiras da Constituição, alcançando as da política? E, mais político agora, que constitucional, que resultaria, para o futuro, uma decisão do Senado, política mas flagrantemente constitucional?

daqueles da primeira hora, dos percalços, das dificuldades, sabendo que, aceitando a nomeação, perderia o mandato de Senador da República e perdendo esse mandato, perderia o seu Partido um elemento dos mais importantes, dos imprescindíveis, mesmo porque esse Senador petebista não tem suplente e o seu Partido perderia uma posição das mais destacadas na Câmara Alta do País?

Será que o Sr. Presidente da República não consultou os seus assessores políticos, o seu próprio partido, a liderança do seu Partido, os constitucionais que o cercam, inclusive não perguntando sobre a opinião dos que se encontram no Senado da República, e são dos mais respeitáveis?

Não o creio!

Aceito a tese de que o Sr. Presidente da República, em nomeando o Senador Nelson Maculan para a Presidência do Instituto Brasileiro do Café uma das funções mais importantes deste País, porque o general café ainda não perdeu divisas, pelo contrário, é hoje marechal que continua vestindo farda na ativa.

O SR. VITORINO FREIRE - Marechal de campo,

O SR. AURÉLIO VIANA - De campo e tudo mais; e de divisas. Creio que o Sr. Presidente da República, em nomeando o Senador Nelson Maculan, consultou a constelação de constitucionais que o cerca, que gravitava em torno do sol principal, que ainda brilha e, brilhando ainda possui satélites de grandezas as mais diversas. Quando passar aquela condição de sol negro, acerca de cujos sóis falará o abade Moreau, que perderam a vida, muitos satélites desaparecerão depressa... irão gravitar em torno de outros sóis que surgirem.

Creio que o Sr. Presidente da República consultou a esses constitucionais, porque, em querendo o desenvolvimento do País através de uma política sã, a política do café, quando cidades inteiras do sul do País, dizem, fazem greves protestando contra a atual política estabelecida pelo Governo; creio que o Sr. Presidente da República consultou a esses constitucionais que, ao certo, declararam a S. Exa.: "Pode nomear. O Senador Nelson Maculan não perderá o mandato." E tão certo estava o Senador, nosso amigo Nelson Maculan, de que não perderia o mandato, que pediu à sua Câmara licença para exercer o cargo.

Dois constitucionais falaram: dois constituintes, dois elaboradores da atual Constituição que vige neste país. Não sei se houve divergência nas teses que ambos sustentaram certas nuances de interpretação, mas um dos dois está convencido de que o exercício daquele mandato de Presidente do Instituto Brasileiro do Café levará o Senador brasileiro a perda de seu mandato. Como certo se encontra o outro constitucionista de que não perderá o mandato, se aceitar a alta incumbência de que o Presidente da República o investiu, o Senador Nelson Maculan, o Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

A questão é constitucional, é política; é política e constitucional; é constitucional e política; confundem-se. Está em jogo o prestígio do Presidente da República! Diriam alguns: - Não! Porque o Presidente nomeou, não pediu permissão ao

dente estava ou não certo, certíssimo de que o PTB não seria desfalcado desse elemento essencial ao poder e a força da sua Bancada?

Creio que ainda iremos ouvir a voz de outros constitucionalistas, além dos dois primeiros que falaram. Sou apenas um curioso um homem que no bom sentido provoca, para ser ilustrado - para ser esclarecido: um novato nesta Casa que deseja saber, aprender cada vez mais para votar consciente e tranquilamente.

Creio mesmo que o Presidente da República não pediu aos Senadores que votassem a favor daquela tese de que o seu candidato não perderia o mandato de Senador se aceitasse a função de Presidente do Instituto Brasileiro do Café. Creio que não, porque não se admitiria que o Presidente da República, tendo feito essa solicitação a seu partido e a partidários de outras agremiações, sentisse a tristeza e o desgosto de anotar no seu "carnet" político que figuras das mais exponenciais do seu partido, do partido que ele representa, iriam ferir a - aquele seu desejo e declarar, pelo seu voto, que o Presidente ou estivera mal assessorado ou quisera sacrificar um companheiro de partido, sacrificando a própria agremiação no que há de mais pungente, que é sua representação no Senado.

Creio mesmo que o Presidente não faria esse pedido, certo de que a questão seria mansa e pacífica, e pacífica e mansamente resolvida.

Não sei se o voto de alguns neste Senado será político ou estritamente oriundo de suas convicções - daqueles que irão votar - baseadas no texto frio da Lei maior que é a Constituição da República.

Também não sei se os que se vão basear no texto frio, na letra e no espírito da Constituição, irão fazê-lo na convocação de que o Senador Nelson Maculan não perderá o mandato de exercer o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

É uma questão de foro íntimo, de convicções, mas que é um assunto importante este, e porque vai marcar a posição do Senado, iremos ouvir, ao certo, a palavra do Líder do Governo, do Líder da Oposição dos constitucionalistas, de um lado, e do outro, a palavra - eu quase diria de grande mudo, que quando age decide; mas quero empregar a expressão grande mudo, para não ofender - mas bem que eu gostaria de ser o grande mudo sempre vitorioso e não o folas trão sempre o perdedor.

Falo aqui, em Partidos políticos; não falo em pessoas. Não me dirijo a indivíduos, a cidadãos a políticos que pouco falam, mas que, em última instância, decidem porque são muito mais organizados que aqueles outros que ruflam os tambores, têm uma banda-de-música, não é insinuação; afinada - mas lamentavelmente não tem soldados.

No caso vertente, no meu caso não há banda-de-música, nem soldados. É franciscano na sua pobreza. Em síntese, o Senado vai marcar uma posição. É muito mais importante a decisão que vamos tomar do que aparentemente se pensa. E seria uma tristeza para nós perdermos um Senador como Nelson Maculan. O Paraná, que chorou a chorar, embora por certo e determinado tempo, a mente política de Nelson Maculan...

mentar profundamente o do segundo porque talvez fôssemos exigir esse sacrifício de Nelson Maculan. Para servir ao Paraná e ao Brasil, poderia ser que, mesmo perdendo o mandato de Senador, aceitasse o de Presidente do Instituto Brasileiro do Café. Mas poderia ser também que o Sul do País o Sul-caffeeiro, o Leste-Cafeeiro, o Centro, com as Minas Gerais, fossem perder esse conhecedor profundo da economia cafeeira e que representa hoje, um fator de harmonia, tendo sido saudado, segundo se diz, por cristãos e maometanos, para não repetir a frase feita "gregos e troianos" com uma esperança de solução para o problema brasileiro do café.

Não sei se o nobre colega sente o que algum de nós já está sentindo - a tragédia de quem se em contra no vale das indecisões, a espera do julgamento dos seus pares. Como se diz que o voto vai ser secreto, não sei se já foi decidido. Então, quase que estou inibido de prolatar o meu porque na verdade usei mais da tribuna, inquieto e preocupado por que o debate cessa-se logo após a palavra daquele que me antecederia na tribuna, na esperança de que falando mais um Senador da área dos que querem aprender e saber, surgissem aqueles prêmios de cultura que nós sabemos conhecedores profundos da Constituição, intérpretes dela, dos mais doutos e seguros para emitirem o seu parecer numa das questões que hoje empolgam o Senado e que amanhã empolgarão o País pensante, culto, o País constitucional, o País político.

O Sr. AFONSO ARINOS - Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA - Com muito prazer.

O SR. AFONSO ARINOS - V. Exa. já refletiu que com este seu generoso apêlo, e esta sua qualificação tão honrosa, qualquer modesto estudioso da Constituição hesitaria muito em tomar a palavra porque ficaria em posição de jactância e vaidade como se viesse corresponder a necessidade de uma amestrância ou ensinamentos.

Não acha V. Exa. que a sua generosidade se torna um pouco prejudicial a quem quisesse falar?

O SR. AURÉLIO VIANA - Não! Não, porque os modestos fariam de qualquer modo, por modestos.

Os jactanciosos é que não fariam depois das palavras que estamos pronunciando, porque quanto mais culto mais simples e mais modesto. É o caso de V. Exa.

O SR. AFONSO ARINOS - Muito obrigado.

O SR. AURÉLIO VIANA - Se nós de longe pensássemos, ou tivéssemos pensado que as nossas palavras iriam impedir que o Senado ouvisse palavras que todos esperam, como as de V. Exa. jamais teria usado da tribuna compreendendo o sentido do aparte de V. Exa. Mas se me dirigia, a outros agora sou obrigado a dizer, o meu pensamento, durante parte das palavras que estamos pronunciando, estava voltado mesmo para V. Exa. Por isso, fui obrigado a dizer que, inquieta e intelectualmente aflito, preocupe-me com o fato de que poderia a discussão cessar, e, assim, não ouviríamos as palavras de tantos companheiros que tecem, que desenrolam seu raciocínio à luz da ciência constitucional.

O SR. EURICO REZENDE - V. Exa. de início sùtilmente e, agora, ostensiva e objetivamente convocando o eminente Afonso Arinos para o debate da matéria e para o debate da questão, pleiteia para o ilustre Senador Nelson Maculan um mau investimento. Tenho a impressão de que o ilustre Senador pela Guanabara, entende que não há consentimento constitucional nesse terreno. De modo que V. Exa. que nutre - embora não tenha explicitado suas convicções nesse campo - sua simpatia pela concessão da licença, deveria, a esta altura, apelar para o nobre Senador Afonso Arinos a fim de que deixasse seu pronunciamento para a oportunidade de declaração de voto. Tenho muito medo da capacidade de convencimento, da fascinação cultural de S. Exa.

O SR. AURÉLIO VIANA - É apêlo, Senador Afonso Arinos, que lhe dirige um seu correligionário, temeroso pela sorte de nosso colega, Senador Nelson Maculan - e seu colega de Bancada e de representação, Senador Eurico Rezende. S. Exa. me parece estar muito mais preocupado com a sorte política do Senador Nelson Maculan do que muitos dos correligionários do próprio Senador.

O SR. EURICO REZENDE - V. Exa. há de convir que estou vivendo emoções capixabas, porque o Senador Nelson Maculan nasceu no generoso solo espírito-santense. Seria muito interessante que o bom vizinho de Minas Gerais fôsse ao encontro dos desejos do povo do Espírito Santo. Mas insisto; é um mau investimento para o nobre Senador Nelson Maculan, o Senador Afonso Arinos ocupar a tribuna nesta oportunidade. Devemos deixar que S. Exa. o faça para declaração de voto, porque, aí, já podemos dizer: vis corona populis...

O SR. AURÉLIO VIANA - Felizmente, não há uma zona contestada. (Risos).

O SR. EURICO REZENDE - A "guerrinha" já está acabando...

O SR. AFONSO ARINOS - Quero deixar bem claro, nobre Senador, que por mais sutil e cambiante que tenha sido a intenção do nobre Senador Eurico Rezende, ela não me escapou. Sua Excelência, depois de comunicar que é coestadano do nobre e querido companheiro Senador Nelson Maculan, apresentou-me sob uma luz que eu não desejo, quer dizer, sob a luz de quem tem a convicção e a pretensão de arrastar o Senado nas suas águas. É claro que isso despertaria imediatamente no Senado, aqueles velhos atributos de independência intelectual e de resistência à coação lógica e faria com que o Senado, com maioria talvez ainda maior, votasse a favor da licença para que o nobre Senador Nelson Maculan assumisse a Presidência do Instituto Brasileiro do Café. Portanto, o que ocorreu e desejo relatá-lo a fim de dissipar qualquer equívoco, não que S. Exa. tenha tanta convicção numa capacidade muito discutível, como a de quem quer servir-se da impressão de que acredita nela, para levar o Senado a aprovar o nome do seu coestadano.

O SR. AURÉLIO VIANA - Ouviu nobre Senador?

O SR. EURICO REZENDE - De qualquer maneira a conclusão foi favorável. Agradeço.

O SR. AURÉLIO VIANA - Senhor Presidente...

da como votará.

O SR. AURÉLIO VIANA - O voto é secreto. Em hora reconhecendo que o voto é secreto, sei que para o Senador Eurico Rezende não é, pois está declarado, e...

O SR. EURICO REZENDE - Não absolutamente,

O SR. AURÉLIO VIANA - .. por tanto que a influência que Sua Excelência exerce na sua Bancada com sua explicação explícita e implícita...

O SR. EURICO REZENDE - Vossa Excelência observará que não é tanto assim

O SR. AURÉLIO VIANA - ... o nobre Senador Nelson Maculan conquistou mais alguns votos para o atendimento à sua pretensão, e o representante da Paraíba, Senador Argemiro de Figueiredo, para sua tese. Como ouve um político brasileiro que defendeu, nalgum tempo, tese muito significativa para alguns, de que "palavras não mudam votos", se assim, cada qual já sabe o que vai fazer, então pode ser que tenha razão o nobre Senador Afonso Arinos e que, conseqüentemente, não tenha razão, o Senador Eurico Rezende.

A verdade é esta; que tôda esta Casa ouviria como ouve sempre, com o maior prazer, a palavra de um cultor de Direito, de um homem de tradição, de um nome nacional e internacional, como o nobre Senador Afonso Arinos de Melo Franco e de tantos outros que poderiam, nesta hora de tanta espiritualidade política, deleitar o Senado com o fulgor da sua inteligência e da sua cultura.

Ao Senador Nelson Maculan, boa sorte, meu amigo! É que o dilema não exista ... para o representante do povo do Paraná. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Se mais nenhum Senador pedir a palavra para discutir o Requerimento, vou declarar encerrada a discussão. (Pausa). Está encerrada.

Passa-se à votação do Requerimento.

O SR. VITORINO FREIRE:

Senhor Presidente; peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Vitorino Freire.

O SR. VITORINO FREIRE:

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador) - Sr. Presidente, pedi a palavra, somente para fixar o voto da Bancada do meu Estado, o Maranhão. Não é um voto jurídico, porque todos sabem que não seria eu quem viria discutir pareceres jurídicos e votos do eminente Senador Aloysio de Carvalho, do Senador Argemiro de Figueiredo, do Senador Afonso Arinos, do Senador Daniel Krieger e de tantos outros cultores do Direito, que acompanho sempre com todo o meu aprêço, e que nesta Casa dão maior relevo e brilho aos debates e aos votos luminosos proferidos nas Comissões Técnicas.

O voto da bancada do Maranhão, Senhor Presidente, é voto político, é voto unânime. Tenho delegação dos meus companheiros para fazer esta declaração.

As vezes, em matéria jurídica, fico um pouco

sil votar na Câmara e depois voltou à sua Embaixada; vejo a Assembléia da Paraíba dar licença ao Governador do Estado para ser Ministro da Viação. Então, Senhor Presidente, me emaranho nessa confusão de interpretações do Direito, às vezes em linha reta, outras vezes fazendo curvas, por linhas tortas; fico em confusão e prefiro dar sempre, na minha bancada, o voto político. E o voto político da bancada do Maranhão é favorável a que seja concedida a licença ao Senador Nelson Maculan.

Nas conclusões, Senhor Presidente, acompanho o voto do meu partido, que é o voto vencido do eminente Senador Lobão da Silveira, como homenagem a este eminente correligionário.

Era a declaração que queria fazer ao Senado.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA: Sr. Presidente; Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o nobre Senador Lobão da Silveira.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA: (Para encaminhar a votação) (Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, vivendo seus sonhos e curtindo suas desilusões chegou ao Senado Federal, depois de vida trepidante e agitada, o prezado e ilustre companheiro que é Nelson Maculan. A quem tratava constantemente dos problemas da rubiácea, visto que, nos últimos anos, o centro propulsor principal da economia cafeeira deslocou-se de São Paulo para o grande Estado do Paraná. Justo, portanto, que ali vivendo, ali trabalhando e convivendo com seus conterrâneos, naquela luta permanente, trouxesse, na sua visão, a idéia de contribuir com seus conhecimentos para melhor orientação da política cafeeira no Brasil.

Nesta hora, em que o Presidente da República lavra a sua nomeação para essa elevada função, não é demais que o Senado, interpretando a Constituição desta ou daquela forma, porque as interpretações variam, mudam - cada cabeça tem um pensamento, neste momento, nesta hora - se sinta igualmente honrado por essa confiança que o Presidente da República depositou no ilustre representante do Paraná no Senado Federal.

Minhas razões no voto vencido que proferi, como relator da Comissão de Constituição e Justiça, aqui estão, constantes, de um impresso distribuído na sessão de hoje. E nada mais tenho a acrescentar a respeito, a não ser a hipótese, levantada pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, de que estaria certa a minha idéia de que a função de Presidente do Instituto Brasileiro do Café não é cargo público e, portanto, nem seria necessário esse pedido de licença.

Acontece, porém, que compulsando o Regimento da Casa, verifiquei que nenhum Senador poderá faltar por mais de noventa dias às sessões do Senado, sob pena de perder o mandato. Então, as funções que S. Excia. vai desempenhar pode durar mais de noventa dias, e por esse motivo tem necessidade, inadiável, de obter a licença que solicitou à Casa.

Estes, os esclarecimentos que desejava apresentar ao Plenário, e nesta hora, voto com a convicção de que estou de acôrdo com a lei e com a Constituição, por princípios de analogia; e ao mesmo tempo, voto politicamente, porque me lembro das lições do prezado chefe e amigo, General Magalhães Barata, cujos sábios conselhos continuam a nos orientar na política pessedista do meu Estado, que afirmava sempre que Assembléias Legislativas, Cama

ra dos Deputados e Senado Federal são órgãos que decidem sempre de acordo com a lei e com a Constituição, mas também são organismos políticos e tem decisões políticas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N. 478, DE 1 963

Nos termos do art. 278, letra "c" combinado com o art. 212, letra n, do Regimento Interno, requeiro votação secreta para o Requerimento n. 468, de 1 963.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1 963.

- Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com a decisão do Plenário, vai-se proceder à votação pelo sistema eletrônico.

Em votação o Requerimento n. 468, de autoria do nobre Senador Nelson Maculan. (Pausa).

Está encerrada a votação.

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram sim 32 Srs. Senadores. Votaram não 6 Srs. Senadores. Houve uma (1) abstenção.

O Requerimento foi aprovado.

(Palmas prolongadas).

AutORIZAÇÕES para desempenho de missões previstas no art. 49 da Constituição foram concedidas aos Srs. Senadores

Salviano Leite (suplente em exercício), para missão nos Estados Unidos da América (Requerimento n. 548/63, aprovado em 8 de agosto);

Nelson Maculan, para participar da Delegação do Brasil à Reunião do Convênio Internacional do Café, em Londres (Requerimento n. 566/63, aprovado em 14 de agosto);

Victorino Freire, para participar da Delegação do Brasil à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque (Requerimento n. 648/63, aprovado em 11 de setembro);

Vivaldo Lima, para participar da Delegação do Brasil à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque (Requerimento n. 649/63, aprovado em 11 de setembro);

Pessoa de Queiroz para participar da Delegação do Brasil à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque (Requerimento n. 696/63, aprovado em 27 de setembro);

Antônio Carlos, para participar da Delegação do Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque (Requerimento n. 737/63, aprovado em 24 de outubro);

Juscelino Kubitschek, para desempenho de missão junto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Requerimento n. 1 073/63, aprovado em 22 de novembro);

Raul Giuberti, para acompanhar os trabalhos da Reunião Técnica Tripartite da Organização Internacional do Trabalho para a Indústria de Produtos Alimentícios e Bebidas (Requerimento n. 1118/63, aprovado na sessão extraordinária de 5 de dezembro);

E.2.4 - SUBSTITUIÇÕES

Em substituição aos Senadores licenciados ou afastados, estiveram em exercício os Senhores:

Eduardo Catalão, suplente do Sr. Senador Antônio Balbino, de 1º de fevereiro a 24 de outubro (filiado ao P.T.B.).

Luiz Pinto Ferreira (nome parlamentar: Pinto Ferreira), suplente do Sr. Senador José Ermírio, de 18 de março a 30 de junho (filiado ao P.T.B.).

Eduardo Assmar, suplente do Sr. Senador Oscar Passos, de 21 de março a 14 de julho (filiado ao P.T.B.).

Linneu Gomes, suplente do Sr. Senador Lino de Matos, de 3 de abril a 6 de julho (filiado ao P.S.D.).

Armando Storni, suplente do Sr. Senador José Feliciano, de 30 de abril a 27 de maio (filiado ao P.S.D.).

Humberto Néder, suplente do Sr. Senador Filinto Müller, de 2 de maio a 18 de junho (filiado ao P.T.B.).

Dylton Augusto Rodrigues da Costa (nome parlamentar: Dylton Costa), suplente do Sr. Senador Júlio Leite, de 27 de maio a 18 de setembro (filiado ao P.R.).

Mancel Cordeiro Villaça (nome parlamentar: Mancel Villaça), suplente do Sr. Senador Walfredo Gurgel, de 2 de julho a 23 de agosto (filiado ao P.T.B.).

Rubens de Melo Braga (nome parlamentar: Melo Braga), suplente do Sr. Senador Amaury Silva, de 20 de junho em diante - (filiado ao P.T.B.).

José Elias Isaac (nome parlamentar: José Elias), suplente do Sr. Senador Pedro Ludovico, de 17 de junho a 22 de julho (filiado ao P.S.D.).

João Pedro Gouvêa de Carvalho Vieira (nome parlamentar: Gouvêa Vieira), suplente do Sr. Senador Vasconcelos Torres, de 2 de julho a 25 de agosto (filiado ao P.T.B.).

Kairala José Kairala (nome parlamentar: José Kairala), suplente do Sr. Senador José Guimard, de 4 de julho a 4 de setembro (filiado ao P.S.D.).

José Bezerra de Araújo (nome parlamentar: José Bezerra), suplente do Sr. Senador Dix-Huit Rosado, de 10 de julho a 23 de setembro (filiado à U.D.N.).

José Cortez Pereira (nome parlamentar: José Cortez), suplente do Sr. Senador Dinarte Mariz, de 8 de julho a 24 de setembro (filiado à U.D.N.).

Domício Gondim Barreto (nome parlamentar: Domício Gondim), suplente do Sr. Senador João Agripino, de 16 de julho a 15 de setembro (filiado à U.D.N.).

Gastão de Matos Müller (nome parlamentar: Gastão Müller), suplente de Sr. Senador Bezerra Neto, de 15 de julho a 2 de agosto (filiado ao P.S.D.).

Salviano Leite Rolim (nome parlamentar: Salviano Leite), suplente de Sr. Senador Ruy Carneiro, de 1º de agosto a 8 de setembro (filiado ao P.T.B.).

Celso Ramos Branco (nome parlamentar: Celso Branco), suplente de Sr. Senador Antônio Carlos, de 23 de agosto a 7 de outubro (filiado à U.D.N.).

José Waldemar de Alcântara e Silva (nome parlamentar: Waldemar Alcântara), suplente de Sr. Senador Menezes Pimentel; de 11 de setembro a (filiado ao P.S.D.).

Pedro Moura Palha (nome parlamentar: Moura Palha), suplente de Sr. Senador Lobão da Silveira, de 12 de setembro a 13 de outubro (filiado ao P.S.D.).

Miguel Monteiro de Barros Lins (nome parlamentar: Miguel Lins) suplente de Sr. Senador Victorino Freire; de 11 de setembro a (filiado ao P.S.D.).

Pedro Carneiro, suplente de Sr. Senador Cattete Pinheiro, de 14 de agosto a 12 de setembro (filiado ao P.T.N.).

Antônio Pedro Martins Júnior (nome parlamentar: Martins Júnior) suplente de Sr. Senador Zacarias de Assunção, de 17 de setembro a (filiado à U.D.N.).

Não foram substituídos os Srs. Senadores

Moura Andrade, dado o prazo da licença requerida (40 dias) e o disposto no art. 45, letra a, do Regimento Interno;

Nelson Maculan, em virtude de não ter suplente;

Artur Virgílio, visto haver sido a licença concedida a menos de 90 dias do término da sessão legislativa (Reg., art. 45, parágrafo único);

Heribaldo Vieira, por se tratar de licença por prazo apenas de 40 dias.

E. O SENADO EM SUA COMPOSIÇÃO

E.1 - COMPOSIÇÃO NUMÉRICA

Com a transformação do Território Federal do Acre em Estado (Lei nº 4 070, de 20 de julho de 1962), passou a ser de 66 membros a composição do Senado, elevando-se para 34 o seu quorum de deliberações (Const., art. 42) e para 17 o de funcionamento das sessões.

E.2.5 - ALTERAÇÕES HAVIDAS NAS BANCADAS

Consoante ficou registrado na primeira reunião preparatória (1º de fevereiro) os Senadores se distribuíram, quanto às legendas, nas seguintes bancadas:

PSD	-	22	
PTB	-	15	
UDN	-	18,	
PL	-	2	
PTN	-	2	
PSP	-	2	
PSB	-	1	
MTR	-	1	
		<hr/>	
		63	havendo, ainda
Não empossado (Sen. Julio Leite - Sergipe)	-	1	
Sem legenda (Sen. Josaphat Ma rinho - Bahia)	-	1	
Licenciado sem subs tituição (Senador José Ermírio - Per nambuco)	-	1	
		<hr/>	
		66	

Em 2 de fevereiro a composição do Senado se apresentava as
sim dividida:

PSD	-	21	
PTB	-	17	
UDN	-	17	
PL	-	2	
PTN	-	2	
PSP	-	2	
PSB	-	1	
MTR	-	1	
Não empossado	-	1	
Licenciado sem substituição	-	1	
Sem legenda	-	1	
		<hr/>	
		66	

Em 3 de fevereiro já se registravam:

PSD	-	21
PTB	-	17
UDN	-	16
PL	-	2
PTN	-	2
PSP	-	2
PSB	-	1
PR	-	1
MTR	-	1
		<hr/>
		63, havendo ainda
Sem legenda	-	2
Licenciado sem substituição	-	1
		<hr/>
		66

Em 18 de março empossou-se o suplente do Sr. Senador José Ermírio (Sr. Pinto Ferreira), filiado ao PTB e o Sr. Senador Arnon de Melo deixou a UDN para passar a representar o PDC.

As bancadas ficaram sendo

PSD	-	21
PTB	-	18
UDN	-	15
PL	-	2
PTN	-	2
PSP	-	2
PSB	-	1
PR	-	1
MTR	-	1
		<hr/>
		64, havendo ainda
Sem legenda	-	2
		<hr/>
		66

Com as licenças concedidas durante a sessão legislativa, verificaram-se as seguintes alterações numéricas nas bancadas:

MTR - Sem representação de 20 de março a 18 de abril, em virtude da ausência do Sr. Aarão Steinbruch, representante único, sem substituição;

PSD - Reduzido de um representante a bancada (para 20) de 3 de maio a 18 de junho, em virtude da licença do Sr. Senador Filinto Müller, substituído por suplente do PTB.

Novamente reduzido de um representante, de 2 de julho a 23 de agosto, na licença do Sr. Walfredo Gurgel, com substituição de suplente do PTB (Senador Manoel Vilaça);

Novamente reduzido de 12 de agosto a 8 de setembro pela licença do Senador Ruy Carneiro, substituído por suplente do PTB (Senador Salviano Leite);

PTB- Acrescida a bancada

do Sr. Humberto Neder (suplente do Senador Filinto Müller) de 3 de maio a 18 de junho;

do Sr. Manoel Vilaça, suplente do Sr. Walfredo Gurgel, de 2 de julho a 23 de agosto;

do Sr. Salviano Leite, de 1º de agosto a 8 de setembro;

Reduzida, de 13 de julho a 2 de agosto, pela licença do Senador Bezerra Neto, com substituição do PSD (Senador Humberto Neder);

Reduzida, de 10 de julho a 23 de setembro na licença do Senador Dix-Huit Rosado, substituído por suplente da UDN (Senador José Bezerra);

Reduzida, de 19 de julho a pelo afastamento do Sr. Senador Nelson Maculan, sem substituição;

Reduzida de 28 de agosto a 4 de outubro em virtude da licença do Sr. Senador Artur Virgílio, sem substituição.

E.2.6 - ALTERAÇÕES HAVIDAS NA MESA

Tendo ficado vagos os lugares de 2º Secretário e 3º Suplente, pelo falecimento dos respectivos titulares, Srs. Mourão Vieira e Carlos Jereissati, foram eleitos, para preenchê-los, os Srs. Senadores Adalberto Sena (em 20 de junho) e Vasconcelos Torres (em 21 de Maio) respectivamente.

F. O SENADO EM FUNCIONAMENTO

F.1 - PLENÁRIO

F.1.1 - SESSÕES

Realizaram-se 261 sessões, sendo

2 especiais

184 ordinárias

75 extraordinárias, tôdas de iniciativa da Mesa.

Destas últimas, 19 fôram matutinas, 7 vespertinas e 49 à noite.

Transformaram-se em secretas 22 sessões, para apreciação de nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos cujo provimento dependia de prévia aprovação do Senado.

F.1.2 - HOMENAGENS

F.1.2.1 - SESSÕES COMEMORATIVAS

Em 12 de junho o Senado comemorou, em sessão especial, o 2º centenário do nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência.

Usaram da palavra os Srs. Senadores Afonso Arinos e Vivaldo Lima.

Estêve presente à solenidade, como representante da família Andrada, o Sr. Deputado José Bonifácio, que teve oportunidade de discursar, agradecendo as homenagens.

F.1.2.2 - COMEMORAÇÕES LEVADAS A EFEITO DA TRIBUNA

Há que registrar, aqui, as seguintes:

- 80º aniversário do Sr. Senador Sebastião Archer (comemoração em 26 de março, tendo ocupado a tribuna o Sr. Senador Victorino Freire);
- inauguração da chegada da energia elétrica de Paulo Afonso ao Rio Grande do Norte, em 2 de abril (discurso do Sr. Senador Walfredo Gurgel);
- aniversário da tomada de Montese pelas Fôrças Expedicionárias Brasileiras, em 15 de abril (discurso do Sr. Senador Aurélio Vianna);

O PLENÁRIO EM FUNCIONAMENTO

Sessões realizadas

Homenagens

Votos de congratulações e aplauso

Manifestações de pesar

- centenário do nascimento de Dr. Alvaro Alvim, em 15 e 16 de abril (discursos dos Srs. Senadores Vivaldo Lima, Mem de Sá, Adalberto Sena, Vasconcelos Torres e Eurico Rezende);
- aniversário natalício do ex-Presidente da República Getúlio Vargas, em 19 de abril (discursos dos Srs. Senadores Eurico Rezende e Bezerra Neto);
- condecoração conferida ao Senador Moura Andrade (Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, em 19 de abril (discurso do Sr. Senador Eurico Rezende);
- dia do Contabilista, em 26 de abril (discurso do Sr. Senador Guido Mondin);
- centenário de João Francisco Lisboa, em 26 de abril (discurso do Sr. Senador Sebastião Archer);
- dia do Trabalho, em 30 de abril (discurso do Sr. Senador Guido Mondin);
- data da vitória final dos Exércitos Aliados contra as forças nazistas, em 8 de maio (discurso do Sr. Senador Humberto Neder);
- centenário da Cruz Vermelha, em 8 de maio (discurso do Sr. Senador Vivaldo Lima);
- aniversário do ex-Presidente da República, Sr. Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 17 de maio (discurso do Sr. Senador Victorino Freire);
- 10a. Convenção dos Lions Clubes, em Brasília, em 17 de maio (discurso do Sr. Senador Joaquim Parente);
- ascensão do Cardeal Giovanni Battista Montini ao trono de São Pedro, em 24 de junho (discurso do Sr. Senador Bezerra Neto);
- centenário do nascimento do ex-Senador Pedro Cunha Pedrosa, em 1º de julho (discurso do Sr. Senador Ruy Carneiro);
- III Encontro Latino-Americano do Movimento Familiar Cristão, no Estado da Guanabara, em 17 de julho (discurso do Sr. Senador Joaquim Parente);
- dia do Colono, instituído no Rio Grande do Sul, como homenagem à data da chegada, ao mesmo Estado, da primeira leva de imigrantes alemães, em 25 de julho (discurso do Sr. Senador Daniel Krieger);
- 56º aniversário da cidade de Anápolis, no Estado de Goiás, em 30 de julho (discurso do Sr. Senador José Feliciano);
- 138º aniversário da independência política da Bolívia, em 6 de agosto (discurso do Sr. Senador José Kairala);
- transcurso da data consagrada a Dom Bosco, em 30 de agosto (discurso do Sr. Senador Walfredo Gurgel);

- aniversário da emancipação do Amazonas, em 5 de setembro (discurso do Sr. Senador Edmundo Levi);
- inauguração dos Serviços Gráficos do Senado, em 18 de setembro (discurso do Sr. Senador Vasconcelos Torres);
- aniversário da promulgação da Constituição da República, em 18 de setembro (discursos dos Srs. Senadores Alcysio de Carvalho, Josaphat Marinho, Wilson Gonçalves e Cortez Pereira);
- 68º aniversário do "Correio do Povo", de Porto Alegre, em 2 de outubro (discurso do Sr. Senador Mem de Sá);
- Dia das Nações Unidas, em 24 de outubro (iniciativa através do Requerimento nº 719/63 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 16 de mesmo mês);
- Dia Nacional de Ação de Graças, em 28 de novembro (iniciativa do Sr. Senador Gilberto Marinho, através do Requerimento n. 780/63).
- Centenário do nascimento do Dr. João Pereira de Castro Pinto, ex-Senador pelo Estado da Paraíba (discurso do Sr. Senador Rui Carneiro, em 13 de novembro);
- Homenagem à memória das vítimas do levante comunista de 1955 (discursos dos Srs. Senadores Guido Mondin e Artur Virgílio, em 27 de novembro);
- aniversário da independência política da República do Líbano, a 22 de novembro (discurso do Sr. Senador José Kairala, em 27 de novembro).

1.23 - VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS

Mereceram aprovação do Senado os seguintes:

- pela indicação do escritor brasileiro Carlos Drumond de Andrade para receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 18 de agosto, por iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Torres - (Requerimento nº 49/63), tendo usado da palavra o Sr. Senador Afonso Arins;
- pela indicação de Sua Santidade o Papa João XXIII para o Prêmio Nobel da Paz (Requerimento nº 125/63, do Sr. Senador Bezerra Neto, aprovado em 30 de maio);
- pelo êxito do astronauta norte-americano, Major Gordon Cooper (Requerimento nº 191/63, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, aprovado em 31 de maio);
- à Guarnição Federal de Brasília, pelo patriotismo e bravura que demonstrou ao repelir a sublevação de 12 de setembro, na capital da República (Requerimento nº 659/63, do Sr. Senador Silvestre Pericles, aprovado em 16 de outubro com Parecer Favoreável da Comissão de Constituição e Justiça);
- ao ex-Presidente da República, Sr. Wencesláu Braz Pereira Gomes, pelo seu restabelecimento de grave enfermidade (Requerimento n. 760/63, do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, aprovado em 7 de novembro).

3.1.2.4 - Homenagens de Pesar

Por três vezes o Senado se viu duramente atingido nesta sessão legislativa pela ação inexorável da morte.

O primeiro atingido (a 9 de maio) foi o Sr. Senador Carlos Jereissati (PTB), eleito a 7 de outubro de 1962 pelo Ceará e escolhido para terceiro Suplente de Secretário.

Depois, em 17 de junho, foi o Sr. Senador Antóvilá Rodrigues Mourão Vieira, do Amazonas (PTB), que a 1º de fevereiro havia iniciado o seu segundo mandato nesta Casa, após expressiva recondução, no pleito de 7 de outubro de 1962, tendo merecido também a sua reeleição para o cargo de 3º Secretário.

Em ambos os casos se tratava de cidadãos aqui chegados de pois de fecunda atividade política e profissional nos seus Estados, que primeiro representaram na Câmara dos Deputados, onde os seus coestaduanos os foram buscar para participarem da Casa por excelência dos Estados, que é o Senado da República.

Carlos Jereissati mal tivera tempo de iniciar o exercício das novas funções e já o afastava dos trabalhos da Casa -- que muito esperava da sua experiência e do seu patriotismo -- a enfermidade que o havia de vitimar.

Vinha vitorioso de uma carreira comercial em que se firmara no conceito dos seus coestaduanos como espírito realizador e trabalhador infatigável.

Em sua curta passagem pelo Senado soube marcar a sua presença pela amenidade do trato, simplicidade e irradiante simpatia.

Mourão Vieira trazia um passado de técnico (engenheiro agrônomo) e de educador, atividades a que sempre se conservou fiel, frequentemente subindo à tribuna para o debate -- em ambas as especialidades -- de problemas de vital interêsse para o seu Estado e para o país.

Por fim, a 4 de dezembro, era o Sr. José Kairala que caía, no próprio Plenário em sessão, para morrer pouco depois. Eleito no último pleito (7 de outubro de 1962) pelo Partido Social Democrático, como suplente do Sr. José Guimard dos Santos, para integrar a primeira bancada do novo Estado do Acre no Senado Federal, aqui se achava desde 4 de julho último, convocado para substituir o titular da cadeira em licença.

Vinha, também, de um passado de atividades no comércio e na política regional da longínqua cidade de Brasiléia, no Acre. Pela vez primeira recebia um mandato federal.

Sua morte, nas condições singulares em que se verificou, chocou profundamente o Senado, que o extinto já conquistara pelos seus atributos pessoais, em que sobressaíam uma simpatia envolvente e uma bondade sem limites. Sua passagem pelo Senado da República foi marcada de intensa atividade.

Tantos foram -- e o assinalou a Presidência na sessão de 5 de dezembro, dedicada a reverenciar-lhe a memória -- os assuntos

Comovida reverência suscitou do Senado, em 4 de junho, a morte de Sua Santidade, Papa João XXIII, pranteada no mundo inteiro, por indivíduos de tôdas as crenças e por indivíduos sem crença alguma, como Papa da Paz, da bondade e da harmonia entre os homens.

Em 22 de novembro o Senado se prosternou reverente ante outro túmulo que se abria para acolher um dos maiores vultos da humanidade no momento: - o Sr. John Fitzgerald Kennedy - Presidente dos Estados Unidos da América, cujo falecimento, vítima de um atentado, privou o seu país de um grande estadista e o universo de um dos seus maiores líderes. Em sessão especial o Senado se reuniu para exaltar-lhe a personalidade e os serviços inesquecíveis à causa da democracia e da paz universal. Entre outras homenagens, determinou o Senado que o seu Presidente se transportasse para Washington, a fim de representá-lo nos funerais do grande cidadão do mundo.

Justo registro teve, no Plenário, o falecimento de algumas figuras de relêvo no cenário nacional:

- em 18 de março, o do ex Senador pelo Ceará (PTB) Fausto Augusto Borges Cabral;
- em 18 de março, o da ex Deputada Federal pela Bahia (PTB), Sra. Nita Costa;
- em 19 de março, o do ex Prefeito da Paraíba, Sr. Apolônio Sales de Miranda;
- em 26 de março, o do Desembargador José de Arimatéa Tito, do Piauí;
- em 1º de abril, o do Desembargador Francisco Pires de Castro, do Piauí;
- em 1º de abril, o do Dr. João Neves da Fontoura;
- em 4 de abril, o do Dr. Mário Casasanta, ex-Diretor da Instrução Pública do Estado de Minas;
- em 22 de abril, o do ex-Senador pelo Piauí (PR), Sr. José de Mendonça Clark;
- em 2 de maio, o do industrial maranhense, Sr. Jesus Norberto Gomes;
- em 6 de maio, o do Deputado Federal pelo Estado do Maranhão, Sr. Miguel Bahury;
- em 9 de maio, o do Senador Carlos Jereissati, representante do Estado do Ceará;
- em 10 de maio, o do Dr. Edgard Luiz Schneider, Prof. da Faculdade de Filosofia, ex-Deputado estadual e federal;
- em 20 de maio, o do Sr. José Conrado de Araujo, ex-Prefeito de Aracajú;
- em 21 de maio, o do jornalista Ubirajara Pereira;
- em 27 de maio, o do ex-Deputado Fernando Ferrari;
- em 29 de maio, o do ex-Governador e Deputado pela Paraíba, Dr. Flávio Ribeiro Coutinho;
- em 12 de junho, o do General Antônio Martins de Almeida;
- em 14 de junho, o do ex-Senador pela Bahia (PTB), Marechal Renato Onofre Pinto Aleixo;
- em 17 de junho, o do Senador Mourão Vieira, representante do Estado do Amazonas;
- em 2 de julho, o do Desembargador Tomás Salustino Gomes de Melo, do Rio Grande do Norte;

- em 8 de julho, o do ex-Senador pelo antigo Distrito Federal (PTB) Marechal Aguiinaldo Caiado de Castro;
- em 16 de julho, o do ex-Deputado Federal por Santa Catarina, Embaixador Edmundo da Luz Pinto;
- em 17 de julho, o do Ministro Ary de Azevedo Franco, membro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;
- em 22 de julho, o do ex-Deputado Federal por Mato Grosso, Sr. A-tayde de Lima Bastos;
- em 23 de julho, o do Ministro Laudo Pereira de Camargo, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- em 5 de agosto, o do Dr. Paulo Bittencourt, Diretor do "Correio da Manhã";
- em 9 de agosto, o do Deputado Federal pelo Estado de Sergipe, Dr. Euclides de Mendonça;
- em 14 de agosto, o do Deputado Antônio Oliveira de Mendonça, em Sergipe;
- em 21 de agosto, o do ex-Senador e Embaixador do Brasil, Dr. Manoel Cesar de Góis Monteiro;
- em 26 de agosto, o do Dr. Décio Martins Costa, Professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre;
- em 2 de setembro, o do Sr. Euclides Kleimann, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul;
- em 2 de setembro, o do Monsenhor Paulo Herôncio, do Rio Grande do Norte;
- em 23 de setembro, o do Professor José Grabiél de Lemos Brito, Presidente do Conselho Penitenciário;
- em 11 de outubro, o do falecimento, em São Paulo, do Professor Antônio Queiroz Filho, Professor da Faculdade Paulista de Direito e ex-Deputado Federal pelo Estado de São Paulo;
- em 15 de outubro, o do ex-Constituinte de 1946 e ex-Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Sr. Damasceno Rocha;
- em 15 de outubro, o do Dr. Rosário Congro, ex-Deputado Estadual por Mato Grosso;
- em 21 de outubro, o do Deputado Estadual da Bahia, Sr. Adelmário Pinheiro;
- em 21 de outubro, o do Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Sr. José Barros do Vale;
- em 23 de outubro, o do falecimento, no Piauí, do Dr. Antônio Al-mendra de Freitas, Presidente do Diretório Regional do Partido Social Democrático;
- em 24 de outubro, o do Arcebispo de Maceió, Dom Ranulfo de Farias.
- em 11 de novembro, o da organizadora da Cruzada Pró- Infância, Sra. Pérola Byington;
- em 5 e 9 de dezembro, o do Sr. Senador José Kairala, representante do Estado do Acre;

AS COMISSÕES EM FUNCIONAMENTO

G- F U N C I O N A M E N T O D A S C O M I S S Õ E S

Na tabela que vem a seguir estão os números representativos dos trabalhos levados a efeito pelas Comissões.

- TRABALHOS DAS COMISSÕES -
ESTATÍSTICA

COMISSÕES	REUNIÕES		PARECERES		CORRESPONDÊNCIA						PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
	Ord.	Extr.	Orais	Escritos	Expedida			Recebida			
					Of.	C.	Teleg.	Of.	C.	Teleg.	
t. e Justiça	34	7		267	21		2	17			
ltura	9			6	6			5			
to Federal	4	.		4	8						
ia	14	6		39	3			2			
ão e Cultura	14	1		41	4			1			
ças	26	28		214	17			39			
lação Social	15			33	3						
ão	19	30		101							
ões Exteriores	6	10		73	23	5	7	19			
	8			21	20			3			
ança Nacional	16			13	1			2			
Públ. Civil	25			22	2			5			
p. C. Ob. Públ.	16			18	17			2			
ono das Sêcas	1			1	593			59		14	
ora											
de Vetos	44			22 Rel.							

COMISSÕES	REUNIÕES		PARECERES		CORRESPONDÊNCIA						PROPOSIÇÕES APRESENTADAS	
	Ord.	Extr.	Orais	Escritos	Expedida			Recebida				
					Of.	C.	Teleg.	Of.	C.	Teleg.		
Comissão de Emenda Constitucional, de 1961, que altera o § 1º, artigo 191, da Constituição (Antadoria aos 30 anos)	3			2								
Comissão de Emenda Constitucional, de 1963, que dá nova redação § 1º do artigo 28 da Constituição (Autonomia dos Municípios)	2			1								
Comissão Especial, incumbida de estudar o levantamento da produção rural nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos.	6				1		3	2				
Comissão Especial, incumbida de estudar as causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas resoluções negativas em nossas exportações.	15				6		21	2		7		
Comissão Parlamentar de Inquérito, Resolução nº 11, de 1963 (aquisição de concessionárias de serviços públicos e importação de chapas de												
Comissão Parlamentar de Inquérito, Resolução nº 32, de 1963 (Investigação de corrupção no D.C.T.)	8				13		2			1		

Ainda no Capítulo referente ao funcionamento das Comissões é motivo de satisfação para esta Presidência recordar a comunicação, lida na sessão de 13 do corrente, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, de que esse órgão encerrou as suas atividades na presente sessão legislativa com os seus serviços em dia, não havendo matéria pendente do seu pronunciamento.

OS SERVIÇOS AUXILIARES EM FUNCIONAMENTO

G-1 - SERVICOS DOS GABINETES

Apenas de dois Gabinetes podemos consignar as estatísticas, únicas que foram fornecidas e vão a seguir.

1) - Gabinete do Líder da Maioria

Ofícios recebidos	-	90
Ofícios expedidos	-	50
Telegramas recebidos	-	4 000
Telegramas expedidos	-	4 500
Cartas recebidas	-	1 500
Cartas expedidas	-	300
Serviços datilográficos :		
Fichas	-	3 000
Cópias - Informações	-	500
Discursos	-	6

2) - Gabinete do Líder do Partido Republicano (Sen. Júlio Leite)

Telegramas recebidos	-	1 000
Telegramas respondidos	-	920
Telegramas enviados (assuntos diversos)	-	1 500
Cartas recebidas	-	482
Cartas respondidas	-	482
Sugestões recebidas sobre		
Reforma agrária	-	150
Projeto de L. da Câmara 25/63	-	79
Projeto n. 42/63	-	66
Pessoas atendidas	-	143
Assuntos encaminhados à		
Assessoria do Senado	-	23
Assuntos externos	-	200
Pedidos para Orçamento de 1964	-	200
Páginas datilografadas (serviços feitos para diversos Senadores	-	446
Fichas por assunto	-	650
Coleção do Diário da Justiça		
Fichas por ordem alfabética	-	1 065
Coleção do D. C. N. de 1963		
Coleção da Ordem do Dia, ano 1963		
Coleção das Atas das Comissões do Senado das quais o Sr. Senador Júlio Leite faz parte	-	35
Revisão em trabalho do Sr. Senador Argemiro Figueiredo, sobre reforma agrária		37 pgs.
Envelopes para enviar trabalhos do Senador Argemiro de Figueiredo		600
Cartões fornecidos	-	8
Traduções feitas	-	29 pags.

H. - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Os dados que se seguem mostram a atividade intensa dos serviços auxiliares do Senado.

DIREÇÃO GERAL DA SECRETARIA

1) - Gabinete do Diretor Geral

Ofícios recebidos	65
Ofícios expedidos	526
Telegramas	479
Cartas	184
Cartões	76
Informações	325
Serviços datilográficos	986

2) - Expediente da Comissão Diretora

Reuniões	30
Atas da Comissão Diretora .	13
Atas publicadas	27
Projetos de Resolução	28
Portarias da Comissão Dire- tora	105
Requerimentos despachados .	99

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Expediente Recebido

Mensagens	
Ofícios	1 115
Cartas	315
Memoriais	9
Telegramas	2 211

Expediente Elaborado

Mensagens	60
Ofícios	99
Cartas	132
Telegramas	2 630

Trabalhos Mecanográficos

Dactilografia	1 974	páginas
Mimeográficas	360	etiquetas

VICE-DIRETORIAS GERAIS

1) - ADMINISTRATIVA

Ofícios expedidos	233
Comunicações expedidas	103
Ofícios recebidos	15
Pedidos de coletas a firmas fornecedoras	200
Telex - Quadro Anexo	63
Atas dactilografadas	30
Projetos de Resolução	15
Redações Finais de Projetos de Resolução	15
Pedidos de material recebidos	87
Fichas dactilografadas	283
Quadros elaborados	86
Quadros de coleta de preços	41
Ordens de Serviço	15
Serviços dactilograficos - folhas	2620

2) - LEGISLATIVA

Ofícios recebidos	22
Ofícios expedidos	25
Assuntos encaminhados ao Diretor Geral	28
Informações prestadas	98
Serviços dactilográficos	fôlhas ... 635

3) - DIRETORIAS

A R Q U I V O

Documentos classificados :

Históricos.....	2 656
Diversos	3 267

Documentos fichados :

Históricos	197
Diversos	3 267
Pareceres em ordem cronológica	7 521
Idem desdobrados por assunto	3 137

Documentos arquivados :

Projetos	358
Requerimentos	249
Ofícios	54
Avisos	11

Avulsos diversos	121	300
Órgãos oficiais	15	244
Anais do Senado		200
Índices do Senado		200
Livros de Protocolo		3

Requisições atendidas :

Projetos		15
Requerimentos		7
Pastas individuais		5
Órgãos oficiais		2541
Anais do Senado		127
Avulsos diversos		2580

<u>Ofícios expedidos</u>		27
--------------------------------	--	----

A S S E S S O R I A

Projetos estudados		371
Pareceres		671
Estudos e subsídios para a elaboração de projetos		62
Estudos, consultas e pesquisas diversas		913
Relatórios de vetos		22

A T A

Número de atas elaboradas :

Dactilografadas (sessões do Senado)		250
Impressas (sessões do Senado)		250
Dactilografadas (sessões do Congresso)		22
Impressas (sessões do Congresso)		22

Número de avulsos elaborados :

Projetos de Lei da Câmara		134
Projetos de Lei do Senado		180

Projetos de Resolução	48
" " Decreto Legislativo	49
" " Emenda à Constituição	8
Indicações	3
Mensagens	22
Pareceres	834
Requerimentos	1 136

BIBLIOTECA

Seção de Administração

<u>Aquisições</u>	<u>Por compra</u>	<u>Por doação</u>
Livros	430	303
Folhetos	68	234
Periódicos	32	735
<u>Expediente:</u>		
Fichas de aquisição de livros		632
" " " " periódicos		110
Cartas, Ofícios, Ordens de Serviço, Telegramas, Faturas, etc. (recebidos)		235
Cartas, Ofícios, Distas, Cartões, Telegramas, etc. (expedidos)	1	484
Fichas elaboradas (de pessoal, editores, material)		224
Distribuição dos Anais do Senado	2	873 volumes
Distribuição da Lista Trimestral e da Bibliografia Mensal ns. 1, 2 e 3 ...		514 listas
Encadernação de livros e diários		39 volumes
Trabalhos passados no mimeógrafo para a Biblioteca	20	700 fôlhas

Serviço de conservação:

Vistoria em livros	47	500 volumes
Pulverização geral no 3º e 4º andares		
Lavagem e restauração de páginas de livros		560 páginas

Seção de Referência Legislativa:

<u>Fichas</u>		
Ementas	2	230
Assunto	5	290
Rebatidas	3	080
Retificadas		587

Contrôle de Diários

Registrados	8 141
Distribuídos	3 359
Separados para encadernação	1 371
Separados para manuseio	1 783

Empréstimos

Diários (Oficial, do Congresso e da Justiça)	762
Livros de Leis	133
Pesquisas de Leis, Decretos, Resolu- ções, etc.	1 084
Bibliografias	26

Seção de Classificação e Catalogação

Registro, Classificação e Catalogação

Livros registrados	698
Folhetos registrados	302
Periódicos registrados	2 087
Livros e folhetos catalogados	1 233
" " " classificados ...	1 233
Fichas elaboradas	6 638
" desdobradas	140
" consertadas	100
" de aquisição	709
" arquivadas	7 587
Pesquisas bibliográficas	1 233

Publicações

- Lista das "Obras adquiridas ou doadas no 1º semestre de 1963"
- "Bibliografia Mensal" nº 1 - Assunto: Reforma eleitoral
- "Bibliografia Mensal" nº 2 - Assunto: Direito de Greve
- "Bibliografia Mensal" nº 3 - Assunto: Reforma tributária

Empréstimo

Total de livros, folhetos e periódicos emprestados	1 670
Total de livros, folhetos e periódicos consultados	893
Registro de leitores	132
Colocação de Bolsos	632
Papeletas de datas	632
Cartão de datas	607
" " assinatura de leitor	607
Etiquetas	2 161
Livros colocados na estante	3 915

Estatística dos empréstimos por assunto

Obras gerais	27
Filosofia	12
Religião	9
Ciências Sociais (Direito, Economia, Finanças, etc.)	1 068
Filologia	21
Ciências puras	7
" aplicadas	22
Belas-Artes	10
Literatura	35
História, Geografia, Biog.	150

C O M I S S Õ E S

Agricultura:

Reuniões realizadas	9
Pareceres proferidos	6
Projetos de Lei da Câmara	2
" " Decreto Legislativo	4
Ofícios recebidos ::.....	5
" expedidos	6

Constituição e Justiça:

Reuniões realizadas (ordinárias)	34
" " (extraordinárias) ...	7
Pareceres proferidos	267
Projetos de Lei da Câmara	51

Projetos de Lei do Senado	131
" " Decreto Legislativo	37
" " Resolução	19
Requerimentos	16
Ofícios	13
Ofícios recebidos	17
" expedidos	21
Telegramas expedidos	2
Diligências efetuadas	21
Projetos em tramitação	6

Distrito Federal:

Reuniões realizadas	4
Pareceres proferidos	4
Ofícios expedidos	8

Economia:

Reuniões realizadas (ordinárias) ...	8
" " (extraordinárias)	6
" " (secretas)	6
Pareceres proferidos	39
Projetos de Lei da Câmara	10
" " " do Senado	9
" " Decreto Legislativo	9
Mensagens	11
Ofícios expedidos	3
" recebidos	2
Diligências efetuadas	3
Projetos em tramitação	5

Educação e Cultura:

Reuniões realizadas (ordinárias) ...	14
" " (extraordinárias)	1
Pareceres proferidos	41
Projetos de Lei da Câmara	16
" " " do Senado	14
" " Decreto Legislativo	11
Ofícios recebidos	1
" expedidos	4
Diligências efetuadas	2

Finanças:

Reuniões realizadas (ordinárias)	26
" " (extraordinárias)	28
Pareceres proferidos	214
Projetos de Lei da Câmara	131
" " " do Senado	26
" " Decreto Legislativo	28
" " Resolução	4
Ofícios	3
Emendas	22
Ofícios expedidos	17
" recebidos	39
Diligências efetuadas	11
Projetos em tramitação	34

Legislação Social:

Reuniões realizadas	15
Pareceres proferidos	33
Projetos de Lei da Câmara	15
" " " do Senado	16
" " Decreto Legislativo	2
Ofícios recebidos	-
" expedidos	3
Diligências efetuadas	4
Proposição arquivada	1
Projetos em tramitação	11

POLÍGONO DAS SÊCAS:

Reuniões realizadas	1
Pareceres proferidos	1
Ofícios recebidos	95
" expedidos	593
Telegramas recebidos	14
Projetos em tramitação	1

Redação:

Reuniões realizadas (ordinárias)	20
" " (extraordinárias)	28
Pareceres proferidos	93
Projetos de Lei da Câmara	29
" " " do Senado	26
" " Decreto Legislativo	-

Relações Exteriores:

Reuniões realizadas (ordinárias)	6
" " (extraordinárias)	9
Pareceres proferidos	71
Projetos de Lei da Câmara	1
" " " do Senado	3
" " Decreto Legislativo	33
Mensagens	23
Requerimentos	10
Ofícios	1
Ofícios recebidos	19
" expedidos	23
Telegramas expedidos	7
Cartas expedidas	5
Diligências efetuadas	2

Saúde:

Reuniões realizadas	8
Pareceres proferidos	21
Projetos de Lei da Câmara	3
" " " do Senado	12
" " Decreto Legislativo	3
Ofícios recebidos	3
" expedidos	20
Projetos em tramitação	3

Segurança Nacional:

Reuniões realizadas	16
Pareceres proferidos	13
Projetos de Lei da Câmara	8
" " " do Senado	5
Ofícios recebidos	2
" expedidos	1
Diligências efetuadas	1
Projetos em tramitação	4

Serviço Público Civil:

Reuniões realizadas	25
Pareceres proferidos	22

Projetos de Lei do Senado	13
Ofícios recebidos	5
" expedidos	2
Diligências efetuadas	1
Projetos em tramitação	3

Transportes, Comunicações e Obras Públicas:

Reuniões realizadas	16
Pareceres proferidos	18
Projetos de Lei da Câmara	9
" " " do Senado	7
" " Decreto Legislativo	2
Ofícios recebidos	2
" expedidos	17
Diligências efetuadas	3
Projetos em tramitação	4

Emenda Constitucional nº 3, de 1961

Reuniões realizadas	3
Pareceres proferidos	2

Emenda Constitucional nº 8, de 1963

Reuniões realizadas	2
Pareceres proferidos	1

Especial incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos.

Reuniões realizadas	6
Pessoas ouvidas	4
Ofícios recebidos	2
" expedidos	1
Telegramas expedidos	3

Especial incumbida de estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas respectivas perspectivas negativas em nossas exportações.

Reuniões realizadas	15
Pessoas ouvidas	15
Ofícios recebidos	2
" expedidos	6

Tele gramas recebidos	7
" expedidos	21
Telex expedidos	2

Parlamentar de Inquérito, Resolução nº 11/63

Não se reuniu durante a 5a. sessão legislativa.

Parlamentar de Inquérito do D.C.T. (Res. 32/63)

Reuniões realizadas	8
Pessoas ouvidas	1
Ofícios expedidos	13
Telegramas recebidos	1
" expedidos	2

SEÇÃO DE MECANOGRRAFIA

<u>Comissão</u>	<u>Nº de Pareceres</u>	<u>Nº de Páginas</u>
Diretora	1	2
Constituição e Justiça	311	807
Economia	50	138
Agricultura	13	26
Finanças	275	725
Educação	40	107
Legislação Social	62	186
Relações Exteriores	51	90
Saúde	21	57
Segurança Nacional	21	87
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	39	100
Serviço Público Civil	40	154
Mistas	29	141
Pelígono das Sêcas	1	14
Especiais	6	37
Distrito Federal	2	4
<u>Outros Trabalhos</u>	<u>Nº de Trabalhos</u>	<u>Nº de Páginas</u>
Discursos	8	70
Emenda Constitucional	1	4
Substitutivos	1	5
Votos em separado	3	11

Ofícios	9	18
Projetos de Resolução	4	16
Projetos de Lei	40	178
Estudo	1	20
Minutas diversas	30	150

As Comissões Mistas de Vetos reuniram-se 44 vezes durante a 5a. sessão legislativa da 4a. legislatura, havendo preferido 22 Relatórios sobre os vetos presidenciais apostos sobre matérias aprovadas pelas duas Casas do Congresso Nacional.

CONTABILIDADE

Pagamentos:

Boletim de frequência dos Senadores 12

Fichas financeiras individuais, anotadas com o pagamento:

Senadores	94
Funcionários	586
Pro Labore	236

Boletins de alterações processados e enviados à Hollerith, arquivadas as cópias:

Senadores	12
Funcionários	15

Fôlhas de pagamento, dactilografadas, processadas, conferidas e arquivadas as cópias:

Senadores (Subsídios)	16
(Ajuda de custo)	71
Funcionários (Vencimento)	15
(Diárias)	15

Fôlhas de pagamento - internas 12

" " " por sessões extraordinárias enviadas ao Banco do Brasil S.A. e à Caixa Econômica 15

Relação analítica dos descontos (conferidos e arquivados) 13

Discriminação 13

Resumo dos cheques de consignação (conferidos e arquivados) 13

Listagem de Senadores e Funcionários 2

Averbações para empréstimos 293

Guias de recolhimento ao Tesouro ... 15

Informações e registros:

Certidões para fins de empréstimo	293
Ofícios recebidos e arquivados	78
" expedidos e arquivados	84
Recorte e arquivamento das Atas da Comissão Diretora, publicadas no DCN	28
Recorte e arquivamento das Resoluções do Senado	53
Recorte e arquivamento dos atos da Comissão Diretora, do Sr. 1º Secretário e do Diretor Geral, publicados no DCN	83
<u>Dados para Imposto de Renda, papeletas datilografadas e arquivadas as cópias:</u>	
Senadores	91
Funcionários	586

Além dos serviços acima mencionados, foram feitos inúmeros cálculos de aumento de vencimentos, diferenças, solicitação de créditos especiais e suplementares, sessões extraordinárias, diferenças, bem como ofícios diversos referentes ao processamento de créditos pedidos pelo Senado.

Seção Financeira:

Movimento:

- a) - Crédito especial aberto pela Lei nº 3.737, de 28.3.60 - "Despesas com a transferência do Senado Federal para Brasília":
 - Documentos - 23 (até 30.6.63)
- b) - Dotação orçamentária:
 - Documentos - 1 328

Os documentos acima referidos foram lançados nos Livros-caixa, nas fichas de classificação orçamentária, nas fichas de controle de preços de mercadorias e fornecedores.

Diversos:

Vouchers confeccionados	1 347
Balancetes mensais	10
Balancetes trimestrais	3
Balancetes semestrais	1

EXPEDIENTE

Mensagens recebidas	221
" expedidas	102
Avisos e Ofícios recebidos	482

Avisos e Ofícios expedidos:

a) - de Sr. Presidente	7
b) - de Sr. 1º Secretário	720
c) - de Sr. Diretor Geral	203
Autógrafos preparados	378
Informações prestadas pelo Protocolo Geral	3 100
Fôlhas dactilografadas	322
Requerimentos de Informações	277

Atos da Mesa

Presidente

1) - Promulgação de:	
a) - Leis	9
b) - Decretos Legislativos	20
c) - Resoluções	29
2) - Expediente assinado:	
a) - Autógrafos	50
b) - Mensagens	71
c) - Ofícios	5

Vice-Presidente, no exercício da Presidência:

1) - Promulgação de:	
a) - Decretos Legislativos	10
b) - Resoluções	5
2) - Expediente assinado:	
a) - Autógrafos	12
b) - Mensagens	31
c) - Ofícios	2

1º Secretário:

Ofícios assinados

270

2º Secretário (no exercício da 1ª Secretaria)

Ofícios assinados

146

3º Secretário (no exercício da 1ª Secretaria)

Ofícios assinados

206

4º Secretário (no exercício da 1ª Secretaria)

Ofícios assinados

114

1º Suplente (no exercício da 1ª Secretaria)

Ofícios assinados

1

<u>Avisos e Offícios recebidos</u>	
Supremo Tribunal Federal	1
Tribunal de Contas	9
Tribunal Regional do Trabalho	1
Tribunal Federal de Recursos	1
Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República ..	58
1º Secretário da Câmara dos Deputados..	222
Ministério da Aeronáutica	9
Ministério da Agricultura	11
Ministério da Educação e Cultura	5
Ministério da Fazenda	52
Ministério da Guerra	6
Ministério da Indústria e Comércio	22
Ministério da Justiça e Negócios Inte- riores	2
Ministério da Marinha	3
Ministério das Minas e Energia	19
Ministério das Relações Exteriores	18
Ministério da Saúde	5
Ministério do Trabalho e Previdência So- cial	10
Ministério da Viação e Obras Públicas..	29

Offícios Expedidos

Autoridades a que se destinam

Ex-Presidente da República Dr. Wenceslau Brás ..	1
Presidente do Tribunal de Contas da Uni- ão ...	8
Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República..	79
Procurador Geral da República	8
Presidente do IPASE	3
Presidente do IAPC	1
Chefe do Estado Maior das Forças Armadas	2
Diretor Geral da Fazenda Nacional	2
Prefeito do Distrito Federal	3
Diretor Geral do DCT	4
Presidente da Caixa Econômica de Brasília lia	1
Primeiro Secretário da Câmara dos Depu-	

Presidente do Centro de Navegação Transatlântica do Rio de Janeiro ...	1
Secretário de Agricultura do Estado de Mato Grosso	1
Sindicato Nacional de Navegação Marítima.	1
Ministro da Aeronáutica	7
Ministro da Educação e Cultura	13
Ministro da Agricultura	14
Ministro da Fazenda	65
Ministro da Guerra	6
Ministro da Indústria e do Comércio	27
Ministro da Justiça e Negócios Interiores	3
Ministro da Marinha	4
Ministro das Minas e Energia	32
Ministro das Relações Exteriores	68
Ministro da Saúde	12
Ministro do Trabalho e Previdência Social	46
Ministro da Viação e Obras Públicas	43
Agente da Cruzeiro do Sul	13
Agente da Panair do Brasil	12
Agente da VASP	20
Agente da VARIG	18

Offícios Expedidos

(do Diretor-Geral)

Diretor Geral da Fazenda Nacional	4
Diretor da Despesa Pública	63
Diretor Geral do Tribunal Federal de Recursos	1
Presidente do IAPI	1
Diretor Geral da Agência Nacional	1
Diretor Geral do DASP	2
Secretário da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral	1
Diretor Geral do Departamento de Imprensa Nacional	6
Diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos	1
Diretor do Departamento de Fiscalização de Obras	1
Diretor do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos	2
Conselho Nacional de Estatística	1
Chefe do Departamento Geral do Pessoal do Ministério da Guerra	1

Delegado do DCT em Brasília	1
Juiz Substituto em exercício da 1ª Vara Criminal	1
Agente de Cruzeiro do Sul	5
Agente da Panair do Brasil	6
Agente da Varig	24
Agente da Vasp	42

P E S S O A L

<u>Nº de Ofícios Expedidos</u>	
Pelo Diretor-Geral	30
Pela Diretoria do Pessoal	210

<u>Nº de Ofícios Recebidos</u>	
Pela Diretoria do Pessoal	26

<u>Nº de</u>	
Nominações	14
Aposentadorias	6
Exoneração	1
Certidões	63
Declarações	276
Inquéritos	5
Sindicâncias	14

<u>Nº de Carteiras Expedidas</u>	
Senadores	48
Funcionários	80

<u>Nº de Requerimentos</u>	
Recebidos	904
Despachados	827
Na Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal	23
Em Andamento	54
Alterações encaminhadas a Contabilidade	80
Atos do Diretor Geral	41
Atos do 1º Secretário	7
Atos do Presidente	2
Atos da Comissão Diretora	10
Portarias do Diretor Geral	90
Portarias do 1º Secretário	73
Portarias do Vice-Presidente	7
Portarias do Presidente	6
Portarias da Comissão Diretora	3
Pastas Feitas	78

Documentos Arquivados	1 237
Fichas de Frequência	798
Cartões de ponto fornecidos	5 350
Transcrição de Atos nas pastas	1 062

Serviços Realizados no Fichário Geral da
Diretoria do Pessoal

Desdobramento	426
Resoluções	32
Projeto de Resolução	45
Térmo de Posse	14
Fichas de Maioridade	102
Fichas de salário-família	28
Tempo de serviço despachados	35
Títulos Apostilados	370
Informações	1 432

S E R V I Ç O M E D I C O

Consultas	2 639
Curativos	643
Outros Atendimentos	4 221

P U B L I C A Ç Õ E S

Anais do Senado

Encontram-se rigorosamente em dia quanto ao preparo, embora não estejam ainda atualizados em sua publicação, em decorrência do atraso das impressoras (IBGE) que, só recentemente, entregou o último volume que restava - a gosto de 57; e Estabelecimentos Gráficos Santa Maria com vários volumes em andamento.

Recebemos e distribuimos o seguinte:

- agosto de 1 957	1 volume
- maio de 1 960	1 volume
- julho de 1 960	2 volumes
- setembro e outubro de 1960	1 volume
- outubro de 1 960	1 volume
- novembro de 1 960	2 volumes

T o t a l

8 volumes

Há diversos números, ainda, de Anais, no prelo e outros em trabalho de índice.

Com a criação do Serviço Gráfico do Senado, se passarem os Anais a serem impressos aqui, poderemos mantê-los atualizados, tanto quanto possível, e ir pondo em dia os que dependem de outras impressoras.

Natureza	Nº de avulso	Nº de pag.
Parceiros	680	3 400
Requerimentos	970	1 037
Projetos de Resolução	45	150
Projetos de Lei da Câmara	118	1 370
Projetos de Lei do Senado	170	680
Projetos de Decretos Legislativos	39	218
Mensagens	25	210
Indicações	1	1
Relatórios	20	60
Vetos	20	610
Publicações Diversas :		
Relatório Senador Nelson Macu-		
lan	1	22
Publicações para Estudo da Co-		
missão de Justiça	2	23
Publicações Especiais	8	
Senadores: Josaphat Marinho..	2	82
Lopes da Costa....	1	42
Edmundo Levy	1	35
Argemiro de Figueiredo	1	27
Reforma Agrária - 1º volume - To-		
mo I		488
Reforma Agrária - 1º volume - To-		
mo II		263
Reforma Bancária - 1º volume - To-		
mo I		644
T O T A L		9 651

T A Q U I G R A F I A

Estatística dos Pronunciamentos Feitos pelos Senho-
res Senadores no período de 15 de março a 13 de de-
zembro de 1 963

ACRE

Adalberto Sena	8
José Guimard	5
Oscar Passos	3
José Kairala	10
Eduardo Ashmar	2

AMAZONAS

Vivaldo Lima	32
Mourão Vieira	7
Arthur Virgílio	47
Edmundo Levi	13

PARÁ

Martins Junior	6
Zacharias de Assumpção	4
Cattete Pinheiro	32
Lobão da Silveira	22
Moura Palha	2
Pedro Carneiro	1

MARANHÃO

Sebastião Archer	5
Victorino Freire	50

PIAUI

Joaquim Parente	11
José Cândido	2
Sigefredo Pacheco	20

CEARÁ

Waldemar Alcântara	1
Menezes Pimentel	3
Carlos Jereissati	1
Wilson Gonçalves	35
Antônio Jucá	19

RIO GRANDE DO NORTE

José Bezerra	2
Dix-Huit Rosado	8
Dinarte Mariz	21
Walfredo Gurgel	23
Cortez Pereira	8
Manoel Vilaça	10

PARAIBA

Ruy Carneiro	12
Argemiro de Figueiredo	26
João Agripino	123
Domício Gondim	1

PERNAMBUCO

Barros Carvalho.....	28
Pessoa de Queiroz.....	3
Pinto Ferreira.....	13
José Ermírio.....	17

ALAGOAS

Silvestre Péricles.....	37
Rui Palmeira.....	3
Arnou de Melo.....	3

SERGIPE

Heribaldo Vieira.....	23
Júlio Leite.....	2
Leite Neto.....	35
Dylton Costa.....	3

BAHIA

Aloysio de Carvalho.....	89
Eduardo Cataião.....	6
Josaphat Marinho.....	94

ESPÍRITO SANTO

Jefferson de Aguiar.....	62
Eurico Rezende.....	139
Raul Giuberti.....	3

RIO DE JANEIRO

Miguel Couto.....	15
Aarão Steinbruch.....	39
Vasconcelos Tôrres.....	49
Gouveia Vieira.....	7

GUANABARA

Afonso Arinos.....	18
Aurélio Viana.....	296
Gilberto Marinho.....	59

MINAS GERAIS

Milton Campos.....	8
Benedicto Valladares.....	7
Nogueira da Gama.....	21

SÃO PAULO

Padre Calazans	11
Lino de Mattos	8
Moura Andrade	3

GOIÁS

José Feliciano	40
Pedro Ludovico	2
José Elias	1

MATO GROSSO

Gastão Muller	2
Lopes da Costa	27
Filinto Muller	20
Bezerra Neto	74
Humberto Neder	3

PARANÁ

Nelson Maculan	9
Adolpho Franco	7
Amury Silva	3
Melo Braga	11

SANTA CATARINA

Irineu Bornhausen	2
Antônio Carlos	47
Atílio Fontana	44
Celso Branco	1

RIO GRANDE DO SUL

Guido Mondin	47
Daniel Krieger	36
Mem de Sá	112

N O V O S S E R V I Ç O S

1 - S E R V I Ç O S G R Á F I C O S

D I S C U R S O S D O S S R S . S E N A D O R E S

José Ermírio de Moraes (29 de agosto e 17 de setembro).....	2 000 exemplares
Josaphat Marinho (Sessão solene de 20 de agosto)..	500 exemplares
Auro de Moura Andrade (Alocação proferida da Presidência, em 12 de setembro).	1 500 exemplares
Heribaldo Vieira (31 de outubro)	1 000 exemplares

V I S I T A N T E S E S T R A N G E I R O S

Marechal Josip Broz Tito	1 000 exemplares
--------------------------------	------------------

S E R V I Ç O D E I N F O R M A Ç Ã O L E G I S L A T I V A (P u b l i c a ç õ e s)

Direito Eleitoral	1 000 exemplares
Jornalismo e Legislação	500 exemplares
Direito de Greve	(no prelo)
Biografias de Presidentes do Senado	(no prelo)
Reforma Agrária Tomo II	(no prelo)

S E C R E T A R I A G E R A L D A P R E S I D Ê N C I A

Constituição Federal	(no prelo)
Resolução nº 6/60	(no prelo)

O B R A S M I M E O G R A F A D A S

Relatório da Presidência - Convocação extraordinária da 4a. Legislatura de 15 a 30 de janeiro de 1963	500 exemplares
1º Tombamento de Móveis e Material Permanente.....	500 exemplares
2º Tombamento de Móveis e Material Permanente.....	500 exemplares
Regimento Interno	400 exemplares
Serviços Diversos	25 716 fls. ofício

A V U L S O S - I M P R E S S O S

Pareceres (50)	25 500 exemplares
Projetos de Lei da Câmara (21)	12 500 exemplares
Projetos de Resolução (2)	1 000 exemplares
Projetos de Decretos Legislativos (2)	1 000 exemplares
Projetos de Lei do Senado (5)	2 500 exemplares
Ordem do Dia (26)	5 200 exemplares
..... (2)	1 000 exemplares

Espêlhos (Matéria Orçamentária).....	10 000	fls.ofício
Convites Diversos	2 000	
Fichas cadastral dos Serviços Gráficos	500	exemplares
Diversos	15 000	fls.ofício
Fotocópias	492	
Reimpressão de avulsos em off-set (37).....	37 000	exemplares
Impressos para Rádiodifusão	4 500	exemplares

ENCADERNAÇÃO

Brochuras	2 900	exemplares
Folhetos grampeados	5 500	exemplares
Encadernação (1/2 e inteira a couro)	82	
Restauração	2	

DIVERSOS

Lista de endereços	2 000	exemplares
Endereços para expedição	5 000	fls.ofício
Lista de presença de Senadores	5 000	fls.ofício

MATÉRIAS PRIMAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS

IMPORTADOS

Linotipos - Modelo 31	3	
Impressora cilíndrica - 56x76 - Heidelberg	1	
Impressora formato ofício - Heidelberg	1	
Peças, matrizes e acessórios.		
Papel linha d'água (bobinas)	120	toneladas

FABRICAÇÃO NACIONAL

Guilhotina	1	
Máquina Minerva semi-automática - 34x56	1	
Prensa para douração	1	
Máquina relêvo americano	1	
Forno para refundição de metal	1	
Metal de impressão	20	toneladas
Arquivos equipados com pastas	2	
Produtos químicos para fotografia ..		
Máquina de grampear	1	
Máquina de picotar	1	
Máquina de furar	1	
Serra tipográfica	1	
Máquina de chamfrar	1	
Máquinas de formato pequeno		Diversas.

= . * =

2 - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Criado pela Resolução nº 29/63 de 14 de agosto de 1963, alterada pela de nº 27/63.

I - Livros elaborados e já distribuídos:

- 1 - "JORNALISMO-LEGISLAÇÃO" (compilação de leis de 1938 a 1963, com anotações e índices - 90 páginas);
- 2 - "REFORMA AGRÁRIA" - 1º volume, Tomo I (Projeto de Lei em tramitação na Câmara dos Deputados - 488 páginas);
- 3 - "REFORMA AGRÁRIA" - 1º volume, Tomo II (Projetos de Lei em tramitação no Senado Federal, Projetos de Emenda à Constituição, Mensagens Presidenciais, Legislação - 263 páginas);
- 4 - "DIREITO ELEITORAL" (Ementário de legislação, projetos em tramitação no Congresso Nacional, jurisprudência - 75 páginas).

II - Livros elaborados e já com revisão final (na gráfica, em fase de impressão definitiva):

- 1 - "REFORMA AGRÁRIA" - 3º volume (Debates parlamentares; Discursos pronunciados no Senado Federal - sessenta discursos - de 1959 a 31 de maio de 1963 - textos na íntegra, acompanhados de resumos de discursos e apartes; índice de oradores e aparteantes e índice dos principais assuntos focalizados nesses pronunciamentos - 527 páginas);
- 2 - "PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL" - 1ª parte,

III - Livros elaborados - no prelo:

- 1 - "DIREITO DE GREVE" (Histórico: Direito Internacional e Assembléia Nacional Constituinte, Legislação, Projetos em tramitação no Congresso Nacional, Jurisprudência, Comentários à Constituição, Pareceres da Consultoria Geral da República);
- 2 - "REFORMA AGRÁRIA" - 2º volume (Leis Estaduais, Anteprojetos, Complemento do 1º volume - Projetos de Lei apresentados ao Congresso Nacional, depois de 20 de junho de 1963, Legislação posterior a 20 de junho de 1963).

IV - Livro elaborado, em fase de revisão final dos originais, para remessa à gráfica:

- 1 - "REFORMA AGRÁRIA" - 4º volume (Debates Parlamentares; Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados - 115 discursos - de 1961 a 31 de maio de 1963, textos na íntegra acompanhados de resumos de discursos e apartes; índices de oradores e aparteantes e índice dos principais assuntos focalizados nesses pronunciamentos).

- a) Cooperativismo em Israel
 - b) Cooperativismo na Iugoslávia
- 2 - Turismo - Estudo comparativo entre o Projeto de Lei da Câmara e o Anteprojeto enviado ao Senado pelo Ministro para a Reforma Administrativa.

VI- Trabalhos em elaboração:

- 1 - Revista "INFORMAÇÃO LEGISLATIVA":
 - a) coleta e seleção de artigos (incluindo correspondência, datilografia dos originais e revisão - 110 páginas de originais);
 - b) redação - 4 artigos (56 páginas de originais).
- 2 - "PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL" - 2ª parte;
- 3 - "INQUILINATO";
- 4 - "CINEMA NACIONAL";
- 5 - Índice por assunto dos discursos pronunciados no Senado Federal (de acordo com levantamento cronológico da Diretoria da Taquigrafia).

VII- Pesquisas, independentes das realizadas para a redação de livros:

- 1 - Princípios norteadores das experiências efetuadas por Nações que procederam à "Reforma Agrária";
- 2 - Distribuição de terras e usucapião;
- 3 - Direito autoral;
- 4 - Indissolubilidade do casamento;
- 5 - Imposto de renda;
- 6 - Imposto de selo;
- 7 - Estrangeiros;
- 8 - Constituintes;
- 9 - Reforma Administrativa;
- 10 - Telecomunicações;
- 11 - Estado de Sítio;
- 12 - Cooperativismo
- 13 - Reforma Urbana;
- 14 - Previdência Social.

VIII- Publicações obtidas: (492)

- A - Nas Embaixadas de Países acreditados junto ao Governo brasileiro: (140)

PAÍSES	Nº DE PUBLICAÇÕES
1 - Iran	36
2 - México	23
3 - Índia	17
4 - Venezuela	11

PAÍSES	Nº DE PUBLICAÇÕES
5 - Estados Unidos	10
6 - Bulgária	10
7 - Itália	8
8 - Iugoslávia	5
9 - Alemanha	4
10 - China	4
11 - França	3
12 - Suécia	2
13 - República Árabe Unida	2
14 - Israel	2
15 - Japão	1
16 - Polônia	1
17 - Rumânia	1
B - No Tribunal Superior Eleitoral	: (152)
C - Diversas	: (200)

TAREFA REALIZADA

1) – PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Apresentados

Recebidos da Câmara

Projetos que tiveram tramitação

I - TAREFA REALIZADA

I.1 - TAREFA CONSTITUINTE

I.1.1 - PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

INICIADOS NO SENADO

Foram apresentados no Senado 7 Projetos de Emenda à Constituição:

- nº 1/63 - Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição Federal, reduzindo para 12 anos o limite da idade abaixo do qual é vedado o trabalho aos menores (projeto de iniciativa do Sr. Senador Guido Mendin, tendo mais 17 signatários, apresentado na sessão de 16 de abril);
- nº 2/63 - Altera a redação dos arts. 141, § 16 e 147 da Constituição, que dispõe sobre o direito de propriedade e o uso desta (projeto de iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Torres, tendo mais 17 signatários, apresentado na sessão de 17 de abril);
- nº 3/63 - Altera a redação dos arts. 26 e 63 da Constituição Federal, que dispõe sobre a administração do Distrito Federal (projeto de iniciativa do Sr. Senador José Feliciano e mais 18 Srs. Senadores, apresentado na sessão de 30 de abril);
- nº 4/63 - Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal, no sentido de conceder imunidades aos vereadores (projeto de iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Torres e mais 23 Srs. Senadores, apresentado na sessão de 17 de maio);
- nº 5/63 - Dá nova redação ao item II e ao § 4º do art. 19 da Emenda Constitucional nº 5, de 21 de novembro de 1961, referente à competência tributária dos Estados (projeto de iniciativa do Sr. Senador Nelson Maculan e mais 16 Srs. Senadores, apresentado na sessão de 30 de maio);
- nº 6/63 - Altera o art. 138 da Constituição Federal, referente às inelegibilidades, reduzindo-as aos inalistáveis com supressão da parte final do dispositivo, verbis: "...e os mencionados no parágrafo único do art. 132" (projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Viana e mais 16 Srs. Senadores, apresentado na sessão de 30 de setembro);
- nº 7/63 - Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal, no sentido de que seja transferido para a reserva o militar da ativa, inclusive das polícias militares, que se candidatar a cargo eletivo (projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Viana e mais 16 Srs. Senadores, apresentado na sessão de 30 de setembro).

I.1.2 - PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROCEDENTES DA CÂMARA

Precedente da Câmara dos Deputados, onde teve início este ano, logrando aprovação por maioria absoluta, foi recebido o Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963 (nº 2-A, de 1963 na Câmara) que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição, no sentido de excluir da nomeação dos Governadores dos Estados os Prefeitos das respectivas Capitais.

Tendo recebido Parecer favorável (nº 701/63) da Comissão Especial, foi o projeto submetido à primeira discussão nos dias 20, 21, 25, 26 e 27 de novembro, não tendo chegado a realizar-se a sua primeira votação.

I.1.1.2.2 - PROJETOS QUE TIVERAM TRAMITAÇÃO

Nesta sessão legislativa tiveram andamento os seguintes **Projetos de Emenda à Constituição** apresentados em sessões anteriores:

- nº 2/61 - que pretendia alterar a redação dos artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição, referentes à organização administrativa e judiciária do Distrito Federal (projeto apresentado em 12 de junho de 1961, de iniciativa do Sr. Senador João Villasbôas e aprovado em 1º turno, por maioria absoluta, em 4 de julho de 1962) - Rejeitado em 11 de junho em virtude de não haver alcançado o quantum necessário (34 votos), uma vez que só se registraram 32 votos a favor e 12 contra;
- nº 3/61 - de iniciativa do Sr. Senador Gilberto Marinho, que altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal, a fim de permitir a aposentadoria dos funcionários aos 30 anos de serviço. Este projeto, com parecer favorável (nº 334/61 da Comissão Especial), aprovado em 1º turno em 28 de maio, por 37 votos contra 6 (maioria absoluta), recebeu 2 substitutivos em 2º turno, os quais tiveram parecer (nº 333/63) contrário da Comissão Especial. Foi aprovado em 2º turno por 37 votos contra 6 (maioria absoluta), ficando prejudicados os substitutivos. Foi encaminhado à Câmara dos Deputados, onde tomou o nº 6/63, sendo rejeitado em sua primeira votação naquela Casa, visto não haver alcançado o quorum mínimo necessário (em 6 de dezembro).

O SENADO COMO CÂMARA INICIADORA

PROJETOS DE LEI DO SENADO

Apresentados

Aprovados e remetidos à Câmara

Rejeitados

Retirados

Arquivados

Desarquivados

Remanescentes no Senado

Em segunda tramitação no Senado

(depois de emendados pela Câmara)

Apreciados pela Câmara

Remanescentes na Câmara

I.2 - TAREFA LEGISLATIVA ORDINÁRIA

I.2.1 - TAREFA LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE INICIATIVA
DO SENADO

I.2.1.1 - PROJETOS DE LEI DO SENADO EM PRIMEIRA TRAMITAÇÃO

I.2.1.1.1 - PROJETOS DE LEI APRESENTADOS

Ascendeu a 176 o número de projetos de lei apresentados nesta sessão legislativa (ns. 7 a 182).

Esse número representa sensível aumento em relação aos anos anteriores, como o demonstra o quadro abaixo.

Projetos apresentados

1947	-	36
1948	-	45
1949	-	50
1950	-	58
1951	-	37
1952	-	49
1953	-	31
1954	-	73
1955	-	32
1956	-	49
1957	-	43
1958	-	26
1959	-	35
1960	-	36
1961	-	53
1962	-	57
1963	-	176

I.2.1.1.2 - PROJETOS DE LEI DO SENADO ULTIMADOS

Neste período de trabalho legislativo tiveram ultimada a sua tramitação no Senado

60 projetos, sendo
31 desta sessão legislativa
29 de sessões legislativas anteriores.

Quanto aos desta sessão legislativa, os resultados foram os seguintes:

10 aprovados em 2º turno e remetidos à revisão da Câmara (ns. 8, 15, 23, 25, 32, 63, 72, 85, 99 e 104).

21 rejeitados (ns. 9, 10, 18, 21, 22, 23, 36, 46, 48, 59, 60, 62, 64, 67, 70, 86, 92, 94, 95, 101 e 135).

De sessões legislativas anteriores ultimaram-se

12 pela aprovação e remessa à revisão da Câmara (ns. 21/59, 38/61, 49/61, 53/61, 29/62, 36/62, 45/62, 48/62, 49/62, 52/62, 55/62 e 58/62).

pela rejeição (ns. 8/59, 12/60, 24/60, 35/60, 39/60, 6/61, 30/61, 34/61, 41/61, 50/61, 34/62, 46/62, 3/63, 4/63 e 6/63)

retirados pelos autoris (ns. 8/61 e 37/62)

I.2.1.1.3 PROJETOS DE LEI DO SENADO QUE CONTINUAM EM ESTUDO

Continuam em estudo no Senado 209 projetos de iniciativa desta Casa, a saber

Ano	Nº de projetos
1947	1
1951	1
1952	4
1954	2
1955	2
1956	1
1957	1
1958	2
1959	6
1960	13
1961	9
1962	21
1963	146

I. 2.1.1.4 - PROJETOS ARQUIVADOS

Na sessão de 7 de maio a Presidência teve oportunidade de dar conhecimento à Casa da lista dos Projetos de Lei do Senado que, por motivo de início de nova legislatura, deviam ser arquivados, de acôrdo com o disposto no art. 333, § 1º do Regimento Interno, verbis :

" § 1º. Ao fim de cada legislatura, serão arquivados os projetos do Senado em primeira discussão, e os de Resolução, cabendo a qualquer Senador, ou Comissão, requerer o seu desarquivamento em Plenário, até o fim da primeira sessão legislativa ordinária seguinte, quando se considerará definitivo o arquivamento".

Eram os constantes da relação que a seguir reproduzimos os Projetos de Lei do Senado nessas condições.

Projeto Nº	Autor	Ementa
49/47	Senador João Villasboas	Modifica o Decreto nº 942-A, de 31 de outubro de 1890, que regula o Montepio Civil
28/51	Senador João Villasboas	Regula a participação obrigatória e direta do trabalhador no lucro das empresas.
2/52	Senador João Villasboas	Regula a execução do art. 4º do Decreto-lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1952.
30/52	Sen. Ferreira de Souza	Modifica o art. 880 do Código de Processo Civil.
3/54	Senador Atilio Vivacqua	Cria o Serviço Nacional de Assistência à Velhice e dá outras providências.
66/54	Senador Atilio Vivacqua	Autoriza a construção do prédio da Faculdade de Direito do Espírito Santo, e dá outras providências.
66/54	Senador Atilio Vivacqua	Dá nova redação ao art. 2º e respectivo § 1º da Lei nº 2.284, de 9 de agosto de 1954.
48/56	Senador João Villasboas	Declara isentos de sanções disciplinares os militares reformados e os da Reserva das Forças Armadas.
22/58	Senador Saulo Ramos .	Autoriza o Poder Executivo a conceder às Cooperativas e Empresas de Pescadores e Armadores de Pesca nacionais, pelo prazo de cinco anos, facilidades cambiais de custo de câmbio para a importação de barcos pesqueiros modernos.
24/58	Senador Othon Mäder .	Prorroga a data fixada pela Lei número 3.273, de 1 de outubro de 1957, para a mudança da Capital Federal, e dá outras providências.
1/59	Senador Domingos Velasco	Dispõe sobre os proventos dos servidores civis e militares.
6/59	Senador Juracy Magalhães	Altera a Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, e dá outras providências.
13/59	Senador Irineu Bornhausen	Incluir na BR-2 a ligação Taió-BR-2-Santa Cecília, no Estado de Santa Catarina.
14/59	Senador Atilio Vivacqua	Dispõe sobre a articulação e a coordenação dos serviços do Ministério da Agricultura com serviços congêneres locais, cria o Conselho da Produção Agrícola e dá outras providências.
18/59	Senador Coimbra Bueno	Modifica o art. 4º do Decreto-lei número 7.293, de 2 de fevereiro de 1945.
1/60	Senador Sérgio Marinho	Dispõe sobre a execução do Plano de Contenção de Despesas.
3/60	Senador Sérgio Marinho	Dispõe sobre autorização para emissão de papel-moeda do curso forçado.

Projeto Nº	Autor	Ementa
14/60	Senador Carlos Saboya	Dispõe sobre migrações internas, imigração, colonização e situação do estrangeiro no Brasil.
19/60	Senador Paulo Fernandes	Regula o exercício da Odontologia.
20/60	Senador Atilio Vivacqua	Instituto e cooperação entre a União as Unidades Federativas, os Municípios, Autarquias e entidades particulares para solução dos problemas urbanísticos e habitacionais, cria o Fundo de Habitação e o Conselho Nacional de Urbanismo e Habitação.
25/60	Senador Lima Teixeira	Cria o Conselho Superior de Expansão Comercial do Brasil e dá nova organização aos atuais Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial.
26/60	Senador Mourão Vieira	Dispõe sobre servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais.
28/60	Senador Salviano Leite	Reorganiza as Caixas Econômicas Federais e dá outras providências.
30/60	Senador Geraldo Lindgren	Dispõe sobre trechos, em construção, do Tronco Principal Sul, sua incorporação à Rede Ferroviária Federal S. A., e dá outras providências.
36/60	Senador Geraldo Lindgren	Regula a fiscalização nas Indústrias de Produtos Animais e Derivados.
38/60	Senador Milton Campos	Institui os distritos eleitorais para a eleição dos Deputados.
42/60	Senador Gilberto Marinho	Modifica os Decretos números 942-A, de 31 de outubro de 1890 e 22.414, de 30 de janeiro de 1933.
5/61	Senador Nelson Maculan	Altera a Legislação do Imposto de Renda.
7/61	Senador Gilberto Marinho	Assegura aos atuais Adjuntos e Catedráticos em caráter provisório do Magistério do Exército, com mais de dois anos de exercício das funções, a recondução para os Estabelecimentos de Ensino onde lecionavam, prevista no Decreto número 37.999, de 4 de outubro de 1955 e dá outras providências.
10/61	Senador Nogueira da Gama	Dispõe sobre a criação da Transportadora de Minérios Minas Gerais S. A. — Transminas — e dá outras providências.
18/61	Senador Guido Mondin	Dispõe sobre a nacionalidade de menor estrangeiro residente no País, filho de pais estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados.
24/61	Sen. Heribaldo Vieira	Dispõe sobre a remoção de funcionários civis da União e dá outras providências.
26/61	Senador Gilberto Marinho	Transforma a Fundação Brasil Central em órgão da administração federal.
41/61	Senador Alô Guimarães	Dispõe sobre aquisição de terras, garantia de preço da produção, isenção de imposto de renda e pessoas ou firmas, e dá outras providências.
45/61	Senador Alô Guimarães	Dispõe sobre o congelamento de preços.
46/61	Senador José Feliciano	Regula a revenda de material agropecuário.

Projeto Nº	Autor	EMENTA
48/61	Senador Jarbas Maranhão	Dispõe sobre a aplicação do art. 1º da Lei nº 3.483, de 5 de dezembro de 1958 aos servidores da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (C.B.A.E.I.).
53/61	Senador Paulo Fender .	Determina a delimitação de zonas industriais no Distrito Federal.
5/62	Senador Nogueira da Gama	Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Médicos e Profissionais afins.
12/62	Senador Gilberto Maranhão	Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, nos servidores que integram a série de classe de servidor de seios, constante dos Anexos I e IV, Código CT-215 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960.
15/62	Senador Ary Vianna ...	Proíbe a remoção do servidor público civil ou autárquico da União.
17/62	Senador João Viasboas	Determina a entrega, sem ônus, aos colonos da Colônia Federal de Dourados, dos títulos definitivos de propriedade dos respectivos lotes.
23/62	Sen. Coimbra Bueno	Altera o art. 2º da Lei nº 1.805, de 8 de janeiro de 1953, relativa ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
24/62	Sen. Coimbra Bueno	Dispõe sobre os Postos Agro-Pecuário — (P.A.P.) existentes e a criação de novos, e dá outras providências.
33/62	Sen. Coimbra Bueno	Dispõe sobre a idade mínima para a habilitação de motorista amador e dá outras providências.
39/62	Senador Gilberto Maranhão	Dispõe sobre o direito de reforma, a pedido, de oficiais das Forças Armadas, integrantes do magistério militar.
40/62	Senador Nogueira da Gama	Dispõe sobre a revisão das concessões de privilégios de invenções e registro de marcas, estabelece normas para a remessa de "royalties" e dá outras providências.
41/62	Senador Gilberto Maranhão	Inclui na Relação Descritiva do Plano Rodoviário Nacional a ligação entre a Enseada de Botafogo e a Lagoa Rodrigo de Freitas, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.
42/62	Senador Saulo Ramos :	Dispõe sobre o monopólio estatal da pesquisa, lavra, comércio, produção, industrialização e distribuição do carvão nacional, e dá outras providências.
46/62	Senador Paulo Ceceno .	Dispõe sobre a concessão de gratificação especial em consequência da remoção "ex officio".

Projeto Nº	Autor	Materia
47/62	Senador Gilberto Marinho	Dispõe sobre a aquisição, no estrangeiro, de automoveis de passageiros para revenda entre motoristas profissionais.
51/62	Senador Arlindo Rodrigues	Dispõe sobre o provimento de cargos de Juiz do Trabalho, Presidente de Juntas.
52/62	Senador Reginaldo Fernandes	Declara de utilidade publica o Instituto Anatômico Benjamin Baptista, sediado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.
53/62	Senador Martins Junior	Cria uma zona franca na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, e dá outras providências.
54/62	Senador Afrânio Lopes	Dá nova redação aos arts. 258 e 1.605 de Código CIVIL.
57/62	Senador Gilberto Marinho	Dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 101 e 356, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.
58/62	Senador Ruy Palmeira	Dispõe sobre concessão de vantagens na aposentadoria, a funcionário quando acometido das moléstias consignadas no art. 104, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.
59/62	Senador Barros Carvalho	Regula a promoção dos Sargentos das Armas, e dá outras providências.
60/62	Sen. Zacharias de Assumpção	Dispõe sobre venda de apartamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões e do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado situados em Brasília, aos atuais moradores.
61/62	Senador Afrânio Lopes	Altera dispositivos do Código de Processo CIVIL e dá outras providências.

Houve pedidos de desarquivamento de 47 dêsses Projetos, a saber :

<u>Projeto n.</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Autor - Senador</u>	<u>Data</u>
28/51	135/63	Jefferson de Aguiar	7.5.63
18/61	136/63	Guido Mondin	7.5.63
24/61	137/63	Heribaldo Vieira	7.5.63
53/62	139/63	Lobão da Silveira	7.5.63
13/59	142/63	Antônio Carlos	8.5.63
59/62	143/63	Barros Carvalho	8.5.63
53/62	144/63	Pinto Ferreira	8.5.63
66/54	147/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
22/58	148/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
14/59	149/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
3/60	150/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
19/60	152/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
20/60	153/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
38/60	154/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
41/61	155/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
45/61	156/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
46/61	157/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
17/62	158/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
47/62	159/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
51/62	160/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
52/62	161/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
54/62	162/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
58/62	163/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
61/62	164/63	Jefferson de Aguiar	8.5.63
5/62	169/63	Nogueira da Gama	10.5.63
10/61	170/63	Nogueira da Gama	10.5.63
49/47	172/63	Cattete Pinheiro	14.5.63
2/52	173/63	Cattete Pinheiro	14.5.63
30/52	174/63	Cattete Pinheiro	14.5.63
8/54	175/63	Cattete Pinheiro	14.5.63
28/55	176/63	Cattete Pinheiro	14.5.63
8/59	177/63	Jefferson de Aguiar	14.5.63
6/61	178/63	Jefferson de Aguiar	14.5.63
8/61	179/63	Jefferson de Aguiar	14.5.63
34/61	180/63	Jefferson de Aguiar	14.5.63
49/62	181/63	Jefferson de Aguiar	14.5.63
54/62	182/63	Jefferson de Aguiar	14.5.63
4/63	183/63	Jefferson de Aguiar	14.5.63
40/62	194/63	Nogueira da Gama	20.5.63

I.2.2.2 - PROJETOS DE LEI DO SENADO EM SEGUNDA TRAMITAÇÃO
NESTA CASA

Devolvido pela Câmara com substitutivo, chegou ao Senado em 13 de dezembro o

Projeto de Lei do Senado n. 63, de 1963, que modifica a Lei n. 4156, de 28 de novembro de 1962, que altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação.

O substitutivo da Câmara foi encaminhado ao estudo das Comissões de Economia e de Finanças.

I.2.1.2 - TAREFA LEGISLATIVA ORDINÁRIA INICIADA PELO SENADO
E REVISTA PELA CÂMARA

I.2.1.2.1 - PROJETOS DE LEI DO SENADO APRECIADOS PELA
CÂMARA

Em revisão, teve a Câmara ensêjo de se pronunciar sôbre

8 projetos de lei de iniciativa do Senado sendo

1 desta sessão legislativa

7 de sessões legislativas anteriores

Mereceram aprovação da Casa revisora, com a conseqüente remessa à sanção 7 projetos, a saber

1 desta sessão legislativa (ns. 5/63).

6 de sessões legislativas anteriores (ns. 28 e 31, de 1959; 29, de 1960; 4, de 1961 e 14 e 38, de 1962).

Pela rejeição foi o pronunciamento da Câmara em relação a 1 projeto, nº 30/62 (de sessão Legislativa anterior).

I. 2.1.2.2 - PROJETOS DE LEI DO SENADO QUE CONTINUAM EM ESTUDO
NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Permanecem em estudo na Câmara dos Deputados 8 Projetos de Lei do Senado desta sessão legislativa (ns. 8, 15, 23, 25, 32, 63, 85 e 104) e 171 de sessões legislativas anteriores, sendo :

- de 1947 - os de ns. 11, 15, 18, 20, 21, 25, 26, 28 e 46;
- de 1948 - o de n. 13;
- de 1949 - os de ns. 3, 14, 26, 27, 29, 33, 47 e 51;
- de 1950 - os de ns. 3, 9, 13, 15, 16, 17, 28, 37 e 42;
- de 1951 - os de ns. 9, 18, 25, 29, 38, 48 e 51;
- de 1952 - os de ns. 13, 15, 19 e 46;
- de 1953 - os de ns. 8, 9, 12, 14, 25, 27, 30, 31, 32 e 33;
- de 1954 - os de ns. 5, 6, 12, 18, 22, 26, 41, 46, 60, 61, 62, 64, 67, 70, 71 e 83;
- de 1955 - os de ns. 3, 6, 8, 20, 24, 27, 29, 30, 35 e 36;
- de 1956 - os de ns. 1, 5, 11, 24, 25, 28, 29 e 43;
- de 1957 - os de ns. 2, 3, 8, 9, 12, 20, 21, 33, 38, 40 e 43;
- de 1958 - os de ns. 4, 13, 20, 25, 27;
- de 1959 - os de ns. 2, 3, 4, 10, 11, 16, 17, 22, 29, 34, 35, 37;
- de 1960 - os de ns. 2, 7, 10, 13, 18, 23, 27, 33 e 40;
- de 1961 - os de ns. 3, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 43, 44, 49, 52, 53;
- de 1962 - os de ns. 2, 4, 7, 8, 9, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 35, 36, 43, 45, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 58.

O SENADO COMO CÂMARA REVISORA

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

Recebidos

Aprovados e remetidos à sanção

Devolvidos à Câmara com emendas

Rejeitados

Remanescentes no Senado

Pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado

Emendas do Senado pendentes de pronunciamento da Câmara

I.2.2 - TAREFA LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE INICIATIVA
DA CÂMARA

I.2.2.1 - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA RECEBIDOS
PELO SENADO

Para revisão chegaram ao Senado 127 Projetos de Lei procedentes da Câmara dos Deputados (ns. 18 a 144).

I.2.2.2 - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA APRECIADOS
PELO SENADO

Ultimou o Senado 113 Projetos de Lei:

67 desta sessão legislativa

46 de sessões legislativas anteriores

Pela aprovação e remessa à sanção foram ultimados

49 projetos desta sessão legislativa (ns. 22, 27, 28, 29, 32, 34, 36, 39, 42, 43, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 80, 83, 85, 89, 90, 91, 100, 101, 106, 107, 111, 119, 123, 124, 125, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 139 e 144).

29 de sessões legislativas anteriores (ns. 5/61, 123/61, 64/62, 75/62, 90/62, 103/62, 105/62, 112/62, 115/62, 116/62, 118/62, 149/62, 158/62, 165/62, 166/62, 167/62, 168/62, 169/62, 173/62, 174/62, 175/62, 176/62, 8/63, 9/63, 10/63, 12/63, 13/63, 15/63 e 17/63).

Rejeitou o Senado 12 projetos:

2 desta sessão legislativa (ns. 87 e 92)

10 de sessões legislativas anteriores (ns. 23/53, 392/56,
71/58, 34/59, 24/61,
62/61, 26/62, 37/62,
114/62 e 119/62)

Devolveu à Câmara com emendas

19 projetos desta sessão legislativa (ns. 20, 21, 26, 31,
40, 41, 43, 44, 46,
49, 58, 62, 63, 71,
72 e 76)

7 de sessões legislativas anteriores (ns. 63/57, 41/58,
79/62, 162/62, 185/62,
7/63 e 11/63)

Continuam em estudo no Senado 113 Projetos de Lei da Câmara:

60 desta sessão legislativa;

53 de sessões legislativas anteriores.

I.2.2.3 .. PRONUNCIAMENTO DA CÂMARA SOBRE EMENDAS

DO SENADO

17 Projetos de Lei da Câmara, que haviam voltado a esta com emendas do Senado foram por ela julgados em definitivo, sendo

3 desta sessão legislativa (ns. 26, 31 e 40, de 1963)

14 de sessões legislativas anteriores (ns. 38, de 1952; 81, 97 e 213, de 1958; 2 e 128, de 1959; 55, de 1960; 51, 65 e 142, de 1961; 15, 55, 132 e 185, de 1962.

O resultado do pronunciamento da Câmara sobre as emendas do Senado assim se traduziu:

Projetos 17

Emendas aprovadas 98 e 7 aprovadas em parte

Emendas rejeitadas 37 e 7 rejeitadas em parte

Aguardam deliberação da Câmara 124 projetos emendados pelo Senado, sendo

10 desta sessão legislativa (ns. 7, 21, 26, 43, 44, 49, 58, 63, 71 e 76).

114 de sessões legislativas anteriores (ns. 229 e 258, de 1947; 315, 343, 356, 465 e 489, de 1948; 11, 83, 124, 270 e 476, de 1949; 8, 10, 13, 16, 26, 40, 56, 100, 158, 236, 245 e 360, de 1950; 262 e 289, de 1951; 4, 37, 107, 137 e 263, de 1952; 265 e 370, de 1953; 20, 156 e 198, de 1954; 188, 48 e 259, de 1955; 83, 94, 122, 134, 220, 224, 268, 280, 310, 338, 391 e 399, de 1956; 1, 12, 18, 31, 62, 63, 68, 69, 125, 148, 178, 199 e 239, de 1957; 1, 11, 21, 22, 24, 29, 41, 44, 51, 56, 86, 107, 115, 117, 119, 142, 146, 172, 194 e 216, de 1958; 3, 57, 63, 119, 142, 160, 167 e 175, de 1959; 23, 32, 33, 40, 82, 126, 129, 136, 137, 138 e 187, de 1961; 29, 35, 36, 50, 69, 79, 86, 98, 124, 152 e 162, de 1962).

I.2.3 - TAREFA LEGISLATIVA SUBMETIDA À COLABORAÇÃO
PRESIDENCIAL

I.2.3.1 - PROJETOS DE LEI ENCAMINHADOS À SANÇÃO

Ao Chefe do Poder Executivo foram encaminhados 87 projetos, a fim de que sobre eles se exercesse a sua competência constitucional, de sanção ou veto.

A remessa procedeu do Senado em 78 casos e da Câmara em 9 outros.

Tratava-se de

52 projetos desta sessão legislativa e
35 de sessões legislativas anteriores.

Quanto à iniciativa, eram 2 do Senado e 85 da Câmara.

ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ULTIMADA

Projetos sancionados

Projetos sancionados em parte

Projetos vetados

Leis publicadas

Notas sobre a elaboração legislativa

Notas sobre a elaboração orçamentária

I.2.3.1.1 - PROJETOS TOTALMENTE SANCIONADOS

Receberam a sanção presidencial in totum 61 projetos, que passaram a constituir as leis ns. 4 216 a 4 228, 4 230 a 4 235, 4 236 a 4 241; 4 243 a 4 246, 4 249 a 4 263, 4 265 a 4 268, 4 271 a 4 279, 4 281, 4 282, 4 284 e 4 285.

I. 2.3.1.2 - PROJETOS VETADOS

No uso do seu poder constitucional do veto o Sr. Presidente da República se opôs à transformação em leis de 5 projetos, de sessões legislativas anteriores

I.2.3.1.3 - PROJETOS SANCIONADOS EM PARTE E VETADOS EM PARTE

Receberam a sanção em parte e veto em parte 4 projetos.

As leis resultantes das partes sancionadas tomaram os ns. 4 215, 4 229, 4 242, 4 283

I.2.3.1.4 - PROJETOS PROMULGADOS

Por falta de manifestação expressa do Sr. Presidente da República (e, conseqüentemente, com a sua sanção tácita, nos termos do § 2º do art. 70 da Constituição), foram objetos de promulgação do Presidente do Senado 10 projetos, que se transformaram nas leis ns.

4 234-A, de 21.6.1963
4 235-A, de 21.6.1963
4 235-B, de 21.6.1963
4 247, de 30.7.1963
4 248, de 30.7.1963
4 264, de 3.10.1963
4 269, de 22.10.1963
4 270, de 22.10.1963
4 280, de 6.11.1963

(Orçamento)

I.2.3.2 - PRINCIPAIS LEIS ULTIMADAS

Merecem especial registro os seguintes diplomas que durante esta sessão legislativa se incorporaram ao acervo legislativo da União:

<u>Lei</u>	<u>Data</u>	<u>Ementa</u>
4 215	27. 4.63	Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
4 216	6. 5.63	Estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei nº 3 995 de 14.12.1961 (Plano Diretor da Sudestene).
4 229	1. 6.63	Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências.
4 239	27. 6.63	Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1 963, 1 964 e 1 965 e dá outras providências.
4 242	17. 7.63	Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos e dá outras providências.
4 252	10. 8.63	Dispõe sobre a divisão do território nacional em Zonas Aéreas.
4 262	12. 9.63	Altera os §§ 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 3 501, de 21 de dezembro de 1 958, que dispõe sobre a aposentadoria do Aeronauta e dá outras providências.
4 263	12. 9.63	Altera dispositivos da Lei nº ... 3 501, de 21 de dezembro de 1 958, que dispõe sobre aposentadoria dos Aeronautas.
4 266	3.10.63	Institui o salário-família do trabalhador e dá outras providências.
4 281	8.11.63	Institui abono especial em caráter permanente, para aposentadoria de institutos de previdência.
4 283	18.11.63	Reestrutura a Universidade do Paraná, cria cargos na Universidade de Alagoas e dá outras providências.
4 291	20.11.63	Cria o Instituto de Previdência

NOTAS SÔBRE A ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. 2.3.3 - NOTAS SÔBRE A ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No ano legislativo que ora se encerra voltou a registrar-se atraso no recebimento das partes em que se subdivide o projeto de lei orçamentária.

É oportuno lembrar o que prescreve o Regimento Comum:

"Art. 44. O projeto de orçamento deverá ser enviado pela Câmara dos Deputados ao Senado até o dia 15 de setembro e por este devolvido com suas emendas até o dia 31 de outubro."

As primeiras partes chegaram ao Senado ao extinguir-se o prazo dentro do qual a remessa se deveria fazer.

São expressivos os seguintes dados

<u>Data do recebimento</u>	<u>Anexo ou Subanexo</u>
12 de setembro	4.02 - DASP
	4.07 - Conselho Nacional de Telecomunicações
	4.20 - Ministério das Relações Exteriores.
17 de setembro	5.00 - Poder Judiciário
	5.06 - Poder Judiciário
24 de setembro	4.15 - Ministério da Guerra
25 de setembro	2.01 - Câmara dos Deputados
	2.02 - Senado Federal
1 de outubro	3.01 - Tribunal de Contas
	3.02 - Comissão Nacional de Economia
	4.04 - Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas
	4.05 - SUDENE
	4.08 - Conselho de Segurança Nacional.
	4.01 - Presidência da República
3 de outubro	4.14 - Ministério da Fazenda
	4.03 - Estado Maior das Forças Armadas
	4.11 - Ministério da Aeronáutica
	4.18 - Ministério da Marinha
8 de outubro	4.24 - Órgãos Transferidos para o Estado da Guanabara.
	4.06 - Comissão do Vale do São Francisco.
11 de outubro	4.16 - Ministério da Indústria e Comércio.
	4.09 - Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia.
16 de outubro	4.10 - Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País.
	4.17 - Ministério da Justiça e Negócios

	4.19 - Ministério das Minas e Energia
	4.22 - Ministério do Trabalho e Previdência Social.
23 de outubro	4.12 - Ministério da Agricultura
	4.21 - Ministério da Saúde
	4.23 - Ministério da Viação e Obras Públicas.
30 de outubro	4.13 - Ministério da Educação e Cultura
6 de novembro	1 - Receita
22 de novembro	Normas legais.

Quanto ao tempo em que o Senado realizou sua parte na elaboração orçamentária, vale a pena consultar a seguinte tabela:

<u>ANEXO</u>	<u>SUBANEXO</u>	<u>ÓRGÃO</u>	<u>RECEBIMENTO</u>	<u>DEVOLUÇÃO</u>
1		Receita	6 de outubro	22 de novembro
2		P. Legislativo	25 de setembro	22 de novembro
3		Órgãos Auxiliares	25 de setembro	20 de novembro
	4.01	Pres. República	1º de outubro	20 de novembro
	4.02	DASP	12 de setembro	12 de novembro
	4.03	EMFA	3 de outubro	7 de novembro
	4.04	CRIFA	25 de setembro	7 de novembro
	4.05	SUDENE	25 de setembro	14 de novembro
	4.06	C.V.S.F.	8 de outubro	18 de novembro
	4.07	C.N.Tel.	12 de setembro	12 de novembro
	4.08	C.S.N.	25 de setembro	7 de novembro
	4.09	SPVEA	11 de outubro	22 de novembro
	4.10	SPVERFSP	16 de outubro	12 de novembro
	4.11	M. Aeronáutica	3 de outubro	20 de novembro
	4.12	M. Agricultura	29 de outubro	22 de novembro
	4.13	M. Ed. Cultura	30 de outubro	22 de novembro
	4.14	M. Fazenda	1º de outubro	20 de novembro
	4.15	M. Guerra	24 de setembro	20 de novembro
	4.16	M. I. Comércio	8 de outubro	20 de novembro
	4.17	M. J. Neg. Int.	16 de outubro	21 de novembro
	4.18	M. Marinha	3 de outubro	20 de novembro
	4.19	M. Minas e Energ.	16 de outubro	21 de novembro
	4.20	M. Rel. Exteriores	12 de setembro	14 de novembro
	4.21	M. da Saúde	23 de outubro	22 de novembro
	4.22	M. T. Prev. Social	16 de outubro	22 de novembro
	4.23	M. V. Ob. Públicas	23 de outubro	22 de novembro
	4.24	Órgãos Transferidos	3 de outubro	18 de novembro
	5	Poder Judiciário	17 de setembro	22 de novembro

É interessante um confronto entre o que se passou em 1961 e o que se registrou em 1963. O ano de 1962 não serve para termo de comparação porque os prazos para a elaboração orçamentária não estiveram adstritos ao que estipula o art. 44 do Regimento Comum, mas ao que estabeleceu a primeira Lei Complementar à Emenda Constitucional n. 4, verbis:

"Art. 42. A proposta orçamentária deverá ser votada pela Câmara dos Deputados até 31 de agosto e pe -

1 9 6 2

<u>ANEXO OU SUBANEXO</u>	<u>ÓRGÃO</u>	<u>RECEBIMENTO</u>	<u>DEVOLUÇÃO</u>
1 -	Receita	10.9.62	30.10.62
2:01	Câmara dos Dep.	10.8.62	30.10.62
2:02	Senado Federal	4.7.62	30.10.62
3:01	Tribunal de Contas	4.7.62	12.9.62
3:02	Cons.Nac.Economia	4.7.62	12.9.62
4:01	Pres. República	23.8.62	30.10.62
4:02	DASP	4.7.62	12.9.62
4:03	EMFA	4.7.62	12.9.62
4:04	CRIFA	10.8.62	23.8.62
4:05	SUDENE	23.8.62	30.10.62
4:06	C.V.S.F.	22.8.62	30.10.62
4:07	C.S.N.	4.7.62	12.9.62
4:08	SPVEA	10.9.62	30.10.62
4:09	SPVERFSP	23.8.62	30.10.62
4:10	M:Aeronáutica	10.9.62	30.10.62
4:11	M:Agricultura	10.9.62	30.10.62
4:12	M:E.Cultura	10.9.62	30.10.62
4:13	M:Fazenda	10.9.62	30.10.62
4:14	M:Guerra	23.8.62	30.10.62
4:15	M:Ind.Comércio	22.8.62	30.10.62
4:16	M:I.Neg.Int.	10.9.62	30.10.62
4:17	M: da Marinha	23.8.62	30.10.62
4:18	M: Minas e Energia	10.9.62	30.10.62
4:19	M:Rel.Exteriores	23.8.62	30.10.62
4:20	M: Saúde	10.9.62	30.10.62
4:21	M.Tr.Prev.Social	10.9.62	30.10.62
4:22	M.Viação e Ob.Pub.	10.9.62	30.10.62
4:23	Órgãos Transferidos	10.9.62	30.10.62
5	Poder Judiciário	23.8.62	30.10.62

Em 1 963, revogada a Emenda Constitucional n. 4 e, com ela, as suas Leis Complementares, voltou a ter vigencia a norma do Regimento Comum.

Assim, confrontando os dados referentes a 1 961 e a 1963, temos:

<u>ANEXO OU SUBANEXO</u>	<u>ÓRGÃO</u>	<u>RECEBIMENTO NO SENADO</u>		<u>DEVOLUÇÃO A CÂMARA</u>	
		<u>1961</u>	<u>1963</u>	<u>1961</u>	<u>1963</u>
1 -	Receita	22.11.61	6.11.63	24.11.61	22.11.63
2:01	Cam.Deputados	12.10.61	25.9.63	10.11.61	22.11.63
2:02	Senado Federal	6.9.61	25.9.63	24.11.61	22.11.63
3:01	Trib. Contas	6.9.61	25.9.63	26.10.61	20.11.63
3:02	Con.Nac.Economia	6.9.61	25.9.63	26.10.61	20.11.63
4:01	Pres.da República	6.9.61	1.10.63	16.11.61	20.11.63
4:02	DASP	6.9.61	12.9.63	16.11.61	12.11.63
4:03	EMFA	6.9.61	3.10.63	9.11.61	7.11.63
4:04	CRIFA	6.9.61	25.9.63	26.10.61	7.11.63
4:05	SUDENE	10.10.61	25.9.63	8.11.61	14.11.63
4:06	C.V.S.F.	19.10.61	8.10.63	20.11.61	18.11.63
4:07	Con.Seg.Nacional	6.9.61	25.9.63	8.11.61	7.11.63
4:08	SPVEA	20.11.61	11.10.63	24.11.61	22.11.63

ANEXO OU SUBANEXO	ÓRGÃO	RECEBIMENTO NO SENADO		DEVOLUÇÃO A CÂMARA	
		1961	1963	1961	1963
4.11	Minist. Agric.	20.11.61	29.10.63	24.11.61	22.11.63
4.12	M. Ed. Cultura	17.11.61	30.10.63	24.11.61	22.11.63
4.13	M. Fazenda	17.11.61	1.10.63	23.11.61	20.11.63
4.14	M. Guerra	25. 9.61	24. 9.63	8.11.61	20.11.63
4.15	M. Ind. Com.	26.10.61	8.10.63	16.11.61	20.11.63
4.16	M. Just. Neg. Int.	17.11.61	16.10.63	23.11.61	21.11.63
4.17	M. Marinha	19.10.61	3.10.63	9.11.61	20.11.63
4.18	M. Minas e Ener.	7.11.61	16.10.63	20.11.61	21.11.63
4.19	M. Rel. Ext.	20.11.61	12. 9.63	23.11.61	14.11.63
4.20	M. Saúde	20.11.61	23.10.63	24.11.61	22.11.63
4.21	M. Trab. Prev. Soc.	2.10.61	16.10.63	21.11.61	22.11.63
4.22	M. Viação O.P.	22.11.61	23.10.63	24.11.61	22.11.63
5	P. Judiciário	12.10.61	17. 9.63	10.11.61	22.11.63

Esse confronto mostra que, no conjunto, houve em 1963 alguma melhoria nas condições de tempo proporcionadas ao Senado para o seu trabalho revisor do orçamento, traduzida na antecipação da chegada dos Subanexos

- I - Receita
- 2.01 - Câmara dos Deputados
- 2.02 - Senado Federal
- 3.01 - Tribunal de Contas
- 3.02 - Conselho Nacional de Economia
- 4.05 -- SUDENE
- 4.06 - Comissão do Vale do S. Francisco
- 4.08 - SPVEA
- 4.09 - Superintendência do Plano de Valorização da Região da Fronteira Sudoeste do País.
- 4.10 - Ministério da Aeronáutica
- 4.11 - Ministério da Agricultura
- 4.12 - Ministério da Educação e Cultura
- 4.13 - Ministério da Fazenda
- 4.15 - Ministério da Indústria e Comércio
- 4.16 - Ministério da Justiça e Negócios Interiores
- 4.17 - Ministério da Marinha
- 4.18 - Ministério das Minas e Energia
- 4.19 - Ministério das Relações Exteriores
- 4.20 - Ministério da Saúde
- 4.22 - Ministério da Viação e Ob. Públicas
- 5 - Poder Judiciário

Fôrça é porém, acentuar que 21 Subanexos - mesmo dos que chegaram mais cedo - foram recebidos depois do prazo previsto no

Um registro que não pode deixar de ser feito - e é com satisfação que o fazemos - é o de que, este ano, não ocorreu aquela prática aberrante dos princípios constitucionais, de se alterarem, na Câmara, as emendas do Senado, contra a qual a Presidência desta Casa e muitos de seus membros, com o apóio de vozes autorizadas do Plenário da outra Casa, vinha anualmente lavrando o seu protesto.

No que diz respeito à colaboração do Senado na tarefa orçamentária, ela se traduziu na apresentação de 4 618 emendas, das quais 3 897 foram aprovadas e 721 rejeitadas, como se vê da seguinte discriminação

<u>ANEXO OU</u> <u>SUBANEXO</u>	<u>ÓRGÃO</u>	<u>E M E N D A S</u>		
		<u>APRESENTADAS</u>	<u>APROVADAS</u>	<u>REJEITADAS</u>
1 -	Receita	2	2	-
2.01-	Câmara dos Deputados	10	1	8
2.02-	Senado Federal		1	
3.01-	Tribunal de Contas	15	12	3
3.02-	Conselho Nacional de Economia	3	3	-
4.01-	Pres. República	79	51	28
4.02-	DASP	14	14	-
4.03-	EMFA	4	3	1
4.04-	CRIFA	1	1	-
4.05-	SUDENE	1	1	-
4.06-	C.Vale S.Francisco	53	44	9
4.07-	Con. Naç. Telecomunicações	1	1	-
4.08-	Cons. Segurança Nacional	1	1	-
4.09-	SPVEA	124	111	13
4.10-	SPVERFSP	2	2	-
4.11-	M. Aeronáutica	82	67	15
4.12-	M. Agricultura	472	366	106
4.13-	M. Educação e Cultura	1 409	1 272	137

<u>ANEXO OU</u> <u>SUBANEXO</u>	<u>ÓRGÃO</u>	<u>EMENDAS</u>		
		<u>APRESENTADAS</u>	<u>APROVADAS</u>	<u>REJEITADAS</u>
4.16 -	M. Indústria e Comércio	44	27	17
4.17 -	M. Just. Negócios Interiores	391	350	41
4.18 -	M. da Marinha	36	25	11
4.19 -	M. Minas e Energia	153	126	27
4.20 -	M. Rel. Exteriores	23	23	-
4.21 -	M. Saúde	695	619	76
4.222-	M. Trab. Prev. Social	166	114	52
4.23 -	M. V. Ob. Públicas	499	413	86
4.24 -	Órgãos Transferidos	35	33	2
5 -	Poder Judiciário.	196	124	72

A investigação do que se passou nos anos anteriores, a partir de 1953, nos conduz aos seguintes resultados, quanto ao total das emendas apresentadas:

<u>ANO</u>	<u>EMENDAS</u>		
	<u>APRESENTADAS</u>	<u>APROVADAS</u>	<u>REJEITADAS</u>
1953	2.203	1914	289
1954	1.724	1484	240
1955	1.968	1837	131
1956	4.353	4213	140
1957	5.780	5721	59
1958	4655	4624	31
1959	6544	6534	10
1960	5.594	5594	-
1961	7.801	7800	1
1962	8.578	8578	-
1963	4.613	3943	670

Mais expressivas, entretanto, são as seguintes tabelas:

E M E N D A S

<u>ANEXOS E SUBANEXOS</u>	<u>1953</u>	<u>1954</u>	<u>1955</u>	<u>1956</u>	<u>1957</u>	<u>1958</u>	<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>
1,0 - Receita	2	19	4	14	9	13	9	9	14	11	
2.01- Câmara dos Deputados	(13	11	4	8	6	7	11	3	4	14	
2.02- Senado Federal	(
3.01- Tribunal de Contas	3	7	3	2	2	3	2	8	-	1	
3.02- Conselho Nacional de Economia	-	-	1	3	2	3	1	13	-	1	
4.01- Presidência da República	2	9	4	6	7	7	6	9	26	21	
4.02- DASP	8	1	-	6	3	4	8	5	18	2	
4.03- EMFA	2	-	-	-	-	6	1	14	6	1	
4.04- CRIFA	-	-	-	2	-	-	1	-	-	1	
4.05- SUDENE	-	-	-	-	-	-	-	3	3	4	
4.06- Com.do Val. do S. Francisco	30	17	18	76	88	76	86	90	160	154	
4.07- Con. Segurança Nacional	-	1	6	2	15	2	3	1	1	1	
4.08- Superintendência da Valorização da Amazônia	106	110	135	288	467	354	451	279	325	220	
4.09- Superintendência da Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste	-	-	-	-	1	1	5	1	1	1	
4.10- M. Aeronáutica	50	6	69	166	164	84	110	117	112	93	
4.11- M. Agricultura	379	242	360	828	968	791	1346	1262	1171	1409	

- 134 -

EMENDAS

<u>ANEXOS E SUBANEXOS</u>	<u>1953</u>	<u>1954</u>	<u>1955</u>	<u>1956</u>	<u>1957</u>	<u>1958</u>	<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>
4.12 - M. Educação e Cultura	503	413	420	853	1446	1138	1622	1412	2356	2930	
4.13 - M. Fazenda	21	13	9	20	78	32	52	33	75	58	
4.14 - M. Guerra	3	6	11	17	26	26	39	53	16	25	
4.15 - M. da Justiça	194	153	141	329	415	331	352	310	536	701	
4.16 - M. Ind. Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-	14	19	
4.17 - M. da Marinha	10	1	5	16	15	15	18	13	24	26	
4.18 - M. Minas e Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	380	291	
4.19 - M; Rel. Exteriores	18	2	5	11	16	34	13	19	26	16	
4.20 - M. Saúde	262	185	251	625	830	689	885	780	1128	1089	
4.21 - M. Trab. Prev. Social	17	4	7	62	170	182	232	112	127	151	
4.22 - M. V. Ob. Públicas	496	13	440	945	1030	755	1213	996	1218	1213	
4.23 - Órgãos transferidos da Guanabara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	
5 - Poder Judiciário	34	21	74	65	20	101	75	48	60	85	
Outros órgãos											
Con. Nac. Petróleo	-	1	1	8	2	1	1	4	-	-	
Plano Salte	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
IBGE	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inversões especiais	-	488	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<u>2203</u>	<u>1724</u>	<u>1968</u>	<u>4213</u>	<u>5780</u>	<u>4655</u>	<u>6544</u>	<u>5594</u>	<u>7801</u>	<u>8578</u>	

O decréscimo do número de emendas já representou apreciável melhoria nos trabalhos orçamentários, que é necessário estimular.

Para a perfeita compreensão do que isso representa convém reproduzir o que esta Presidência disse, no seu Relatório do ano anterior:

"Progressivamente, ao passo que aumenta o número de emendas apresentadas, vem decrescendo o de emendas rejeitadas.

Êsses dados constituem um espelho dos vícios que se introduziram na tarefa de elaboração orçamentária no Senado, que de Casa revisora se vem transformando em mera agência receptora de emendas que, ultimamente, nem sequer podem ser publicadas antes que sobre elas se pronuncie o Plenário. A princípio, o mal decorria principalmente do atraso com que era recebido no Senado o projeto orçamentário, remetido em partes, sendo que as mais numerosas e as de mais difícil estudo só chegavam a esta Casa nos últimos dias do prazo constitucional, não havendo, sequer possibilidade de os relatores lerem as emendas que de ano para ano aumentavam em número. De balde esta Presidência, em seus relatórios anuais, vem focalizando o mal e reclamando o estudo de remédios capazes de coibi-los. Com a transferência da Capital, desaparelhada a Imprensa Nacional - cujo abnegado funcionarismo não chega, sequer, para o atendimento das publicações de rotina - tem sido o Senado forçado a realizar a principal parte da sua tarefa orçamentária no escuro, sem publicações e sem possibilidade de controle, votando o Plenário à base da confiança que lhe merece a Comissão e esta à base da que lhe merecem os Relatores e os serviços auxiliares da Casa.

Nos últimos anos, estabeleceu-se a prática viciosa de verem os Deputados no Senado uma nova instancia para apresentação de emendas, que chegam às centenas, obrigando os que têm de lidar com elas a um esforço sobrehumano - quase sempre levados pelas madrugadas a dentro - para os trabalhos de cópia, numeração, classificação, registro, preparo de listas, índices e autógrafos."

Ainda no Relatório anterior esta Presidência registrava:

"Vale mencionar, aqui as tentativas que, todos os anos, a Mesa tem que repelir, de alterações no texto de emendas aprovadas em definitivo.

Quando na Câmara se processa o estudo - com iguais a tropêlos - das emendas do Senado, são frequentes os casos de virem partes interessadas pedir tais alterações por meio de ofícios dirigidos à outra Casa. Não raro, já vêm elas com os ofícios minutados, a procura de quem os assine."

E ainda:

"Tudo isso está a mostrar a necessidade imperiosa - que há tantos anos esta Presidência vem denunciando - de se instituírem novos métodos de trabalho na elaboração da lei de meios, que, com o advento do sistema parlamentarista, deixou de ser mera lei autorizativa para constituir plano de governo.

O que vem sendo feito é que não pode continuar. É preciso reintegrar esse trabalho na dignidade da tarefa que é considerada a precípua dos parlamentos.

É mister analisar com rigor êsses milhares de emendas, em sua maior parte feitas sem o devido estudo, muitas

pel a que se propõem e que não raro já nascem com o objetivo de viverem à custa do erário público, dando ao observador, todos os anos o triste espetáculo de interessados a se acotovelarem nos saguões e salas de trabalho do Congresso, a atropelarem os Congressistas, pedintes insaciáveis em busca dos cada vez mais desvalorizados cruzeiros arrancados ao contribuinte exangue.

É preciso enfrentar corajosamente essa tendência a pulverizar os recursos da arrecadação e aniquilar cada vez mais o organismo da nação.

É preciso lutar bravamente se não pelo equilíbrio orçamentário ao menos contra os deficits que de ano para ano aumentam, agravando a inflação que de instante a instante mais empobrece os que vivem do trabalho de cada dia.

É preciso que as repartições e entidades dos três Poderes da República não peçam verbas além das suas necessidades e que as gastem com espírito de parcimônia, de quem luta por estancar hemorragias que tendem a levar à completa inanição o organismo do país."

No que tange ao processamento da elaboração orçamentária do Senado, é grato a esta Presidência, depois de recordar aqueles registros desalentadores do ano anterior, assinalar que, em 1963, nele se verificou sensível aperfeiçoamento.

Mediante oportunos e bem inspirados entendimentos entre a Comissão de Finanças do Senado e a Comissão de Orçamento, foi possível estabelecer critérios que reduziam sensivelmente a avalanche de emendas que todos os anos se despenhava sobre o Senado. Deixou esta Casa, assim, de ser mera agência receptora de emendas. Na elaboração destas foi possível aplicar-se maior cuidado técnico e maior rigor nos processos de controle.

Deve-se êsse benefício principalmente à ação da Assessoria Legislativa que, tomando a seu cargo essa pesadíssima tarefa, soube levá-la a bom termo, orientada pelo seu digno Diretor. Dr. Herculanô Ruy Vaz Carneiro e prestigiada pela Comissão de Finanças sob a presidência do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo. Não devem, porém, ser regateados encômios aos Srs. Relatores, que, integrados no mesmo espírito, puseram no desempenho da missão que lhes coube, o mais louvável e patriótico zêlo.

Também não pode ser esquecida, na parte burocrática dos trabalhos, a Diretoria das Comissões, sob a direção de D. Edith Balassini, cuja dedicação e cuja capacidade foram postas a prova na realização dessa tarefa.

É, por igual, motivo de satisfação para esta Presidência consignar o precioso contingente que para os trabalhos orçamentários trouxeram os Serviços Gráficos do Senado. Desde 1959 que o Plenário votava o orçamento sem conhecer os textos submetidos à sua consideração, tornada impossível a publicação deles por uma soma de fatores contrários - o atraso com que chegavam ao Senado as peças do conjunto orçamentário, o volume imenso das emendas e a impossibilidade material em que se achava a Imprensa Nacional, com o reduzido número de funcionários transferidos para Brasília e o deficiente equipamento aqui instalado, de fazer frente às solicitações de ambas as Casas do Legislativo nessa fase de trabalhos que se espraiam pela noite a dentro.

Instalados em setembro último, em um galpão de madeira, enquanto se constrói a sua sede definitiva, os Serviços Gráficos com a sua pequena mas admirável equipe, sob o comando devotado e cheio de entusiasmo de Wilson Pedrosa, se lançaram de corpo e alma à tarefa, que era um verdadeiro batismo de fogo, e, trabalhando noite e dia, conseguiram proporcionar ao Senado o que parecia irrealizável a uma organização gráfica tão pequena - o poder votar o Orçamento tendo cada Senador em mãos avulsos admiravelmente impressos, das emendas apresentadas.

Durante a tramitação do projeto orçamentário no Senado várias críticas foram formuladas sobre a maneira como é tratado o assunto.

Algumas disseram respeito à prática de enviar a Câmara o projeto parceladamente.

Vários inconvenientes foram apontados entre eles a possibilidade de ficar esquecida uma das partes dele integrantes, como se verificou com a relativa às normas legais que devem constituir a proposição principal, da qual os Anexos e Subanexos são o complemento.

A oportuna advertência do Sr. Senador Aurélio Vianna provocou o envio dessa parte, que só chegou ao Senado no dia 20 de novembro.

Foi, igualmente, objeto de comentários a praxe de se realizarem os estudos da Despesa sem se ter presente a estimativa da Receita.

Teve a Presidência ensejo de lembrar as numerosas observações, sobre os defeitos que se notam na elaboração das leis de meios feitas nos seus relatórios anuais pelas Presidências anteriores.

Quanto à escassês do tempo deixado ao Senado para a realização da sua tarefa, já o Relatório de 1946 consignava

"Recebida em 12 de novembro a proposição da Câmara, já em 26 do mesmo mês estava ultimada a sua votação, de modo a poder a lei ser sancionada no prazo prescrito pela Constituição. É bem de ver que a pressa com que foi realizada essa tarefa não permitiu que o projeto saísse sem as imperfeições que um exame mais dilatado teria eliminado.

Nos exercícios futuros, recebida mais cedo a proposta, poderá o Congresso - Câmara e Senado - exercer com mais desafogo e mais eficiência a sua missão".

No de 1947 se dizia:

"Como no ano anterior, a tarefa orçamentária se ressentiu da angústia do tempo em que houve de ser desempenhada, dado o atraso com que foi recebido o projeto nesta Casa.

Ainda assim, foi profícua a colaboração do Senado, tanto que muitas de suas emendas foram aceitas pela Câmara.

Cabe, a esta altura, dirigir um apêlo à Câmara dos Deputados, a fim de que, nos anos subsequentes, reserve ao Senado da República tempo maior para o exercício da tarefa de Câmara revisora, em matéria de tão alta relevância."

No de 1948:

"A elaboração orçamentária exigiu do Senado grande esforço, dada a escassês de tempo em que houve de ser feita. Só dispôs de 22 dias para realizar essa obra penosíssima, em que, além do estudo de verba por verba, das dotações atribuídas aos órgãos da administração pública e dos numerosíssimos itens em que se reparte a previsão da receita e despesa, tiveram os relatores que apreciar muitas centenas de emendas. E tudo foi feito sob a premência do tempo e a preocupação de remeter o projeto à Câmara dos Deputados, que o devia encaminhar à sanção até o dia 30 de novembro. Chegou o projeto ao Senado no dia 3 de novembro e no dia 25 já retornava à outra Casa do Congresso, com a colaboração que ao Senado foi possível dar, traduzida em dezenas de emendas, muitas das quais exigidas pelas necessidades da administração em face de leis recentes, que alteravam os gastos públicos, como o reajustamento de vencimentos de

Secretarias dos Tribunais, ou traziam novos elementos para reforço da receita, como as leis pertinentes ao imposto de consumo e às tarifas postais-telegráficas.

Justifica-se, a esta altura, o apêlo que o Senado dirige à Câmara dos Deputados, no sentido de que, para o futuro, lhe reserve tempo para melhor e mais cuidadosa revisão do orçamento, pois que esta Casa do Parlamento Nacional não quer e não deve abrir mão do seu dever de colaborar mais eficientemente na elaboração da lei máxima da administração do país."

Quanto à fragmentação do Projeto orçamentário, adotada em 1949, o Relatório desse ano assinalava:

"Maiores dificuldades, ainda, que as dos exercícios precedentes se notaram nessa tarefa, de tão alta relevância para a vida administrativa do país.

Não valeu, para facilitar o estudo do Senado, a orientação adotada este ano pela Câmara dos Deputados, de enviá-lo parceladamente o projeto. Só pode o Senado Federal - e isto ficou perfeitamente evidenciado - apreciar o Projeto de Orçamento da República, tendo-o completo sob as suas vistas, sem falta de qualquer de suas partes. Não lhe é possível estudar a despesa programada sem o confronto imediato com a receita orçada. Se possível isso na Câmara dos Deputados, o mesmo se não poderia dizer quanto ao Senado, uma vez que, pela Constituição, esta Casa não dispõe de competência para a iniciativa de projetos de lei criando fontes de receita. E, assim, se não tiver em mãos o projeto na sua totalidade e não dispuser de tempo razoável para estudá-lo, de modo a poder sugerir aos órgãos competentes as iniciativas que lhe parecerem necessárias, para reforço da receita, praticamente estará quase anulada a possibilidade de colaborar o Senado eficazmente na elaboração orçamentária."

Ainda sobre a escassez do tempo em que o Senado teve que levar a efeito o seu trabalho, dizia o Relatório de 1949:

"Qualquer interferência de sua parte nos trabalhos orçamentários, em tais circunstâncias, há de ser necessariamente falha, fugindo ao papel que, como câmara revisora, lhe deve tocar, nos termos da Constituição.

No ano corrente os primeiros dos anexos do Orçamento, os de ns. 2, 3 e 24, correspondentes ao Congresso Nacional, Tribunal de Contas e Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foram recebidos em 13 de setembro, mas o último - o do Ministério da Educação e Saúde - só nos chegou em 9 de novembro. Pelos motivos expostos, o nosso estudo só pôde ser iniciado nessa última data, isto é, a 21 dias daquela em que o projeto devia subir à sanção. Considera-se a necessidade de voltar a matéria à Câmara, para a apreciação das emendas do Senado e ter-se-á uma noção exata da angústia do tempo com que lutamos para poder colaborar na lei de meios.

Esses fatos, aliás, ficaram bem focalizados no parecer do relator da receita, Senador Ferreira de Souza, em discursos proferidos em Plenário pelo Presidente em exercício da Comissão de Finanças, Senador Ismar de Góes.

Não é demais, pois, se renove nesta oportunidade o apêlo feito nos anos anteriores, no sentido de que a Câmara

E o de 1 950:

"No que diz respeito à elaboração orçamentária, é de inteira atualidade a tentativa que se faz no sentido de dar a cada uma das câmaras tempo suficiente para estudo do projeto.

Acabamos, há poucos dias, de votar o orçamento para 1 951 e mais uma vez podemos repisar observações feitas em anos anteriores quanto ao tempo escasso diremos mesmo insignificante, que é reservado ao Senado para tão importante matéria. Nunca como no ano em curso foi tão grande o atrazo com que nos chegou o projeto. Excetuada a parte referente ao Tribunal de Contas, os anexos em que se subdivide esse projeto só deram entrada nesta Casa a partir de 23 de outubro, sendo de notar que o relativo à receita só chegou a 14 de novembro.

.....

Tendo que devolver o projeto com emendas à Câmara a tempo de subir à sanção até 30 de novembro, bem é de ver o atropêlo em que se movem no final da sessão as duas Casas do Legislativo.

No corrente ano, se contarmos como data de início do estudo a da chegada da última parte (Receita), o tempo de que esta Casa dispôs para desobrigar-se de tão grave responsabilidade foi praticamente de 14 dias.

.....

Justifica-se, pois, o apêlo que novamente aqui formulamos à Câmara dos Deputados, para que envie o projeto de lei orçamentária a tempo de poder o Senado cumprir o dever que lhe impõe a Constituição, de nêle colaborar como câmara revisora."

Voltando aos inconvenientes da fragmentação do projeto, dizia o Relatório de 1 950:

"Consoante assinalamos no relatório do ano anterior, não é possível, obedecendo à boa técnica legislativa, que a câmara revisora estude a matéria.

Recebendo o projeto parceladamente, não pode o Senado dele fazer estudo cuidadoso. É obrigado a esperar que lhe cheguem tôdas as partes, para poder ensaiar qualquer apreciação útil. E essa tarefa não pode, obviamente, ser realizada em uma semana, nem em quinze dias, nem em um mês, se não em sua totalidade, de modo a poder ter uma vista de conjunto sobre o plano de despesas e realizações projetado nos vários setores da administração. E não é possível, por igual, fazer qualquer obra de revisão da despesa sem ter em confronto a estimativa da receita, uma vez que ao Senado falece competência para a iniciativa de leis que, criando tributos, possam acudir a eventuais necessidades de majoração de receita decorrentes de modificações nas despesas."

O Senado tem sido acusado de majorar as despesas da União através das suas emendas ao Projeto de Orçamento. Entretanto, boa parte, se não a maior parte das majoração decorre de solicitações dos outros Poderes que, esgotada a fase de estudo da matéria na Câmara dos Deputados ou ali não atendidos, correm para o Senado, a fim de não ficarem privados de verbas essenciais ao seu regular funcionamento.

Dada a antecedência com que são feitas as estimativas para a proposta enviada ao Congresso, pelo Executivo, esta em geral, ao chegar a Câmara, já não corresponde às necessidades dos serviços públicos, sobretudo em consequência da agravação inflacionária, com as suas repercussões sobre o custo dos materiais de consumo e os salários.

No ano em curso o projeto veio ao Senado sem a previsão da verba necessária para atender a majoração dos vencimentos vigente a partir de 1º de junho.

Para o exato conhecimento dos fatos esta Presidência julga oportuno divulgar os quadros que se seguem, organizados pela Assessoria Legislativa.

RESUMO GERAL - Cr\$ 1.000

O OU EPEN	PROPOSTA EXECUTIVO Cr\$ 1.000	PROJETO CÂMARA Cr\$ 1.000	PROJETO SENADO Cr\$ 1.000	E M E N D A S				
				SOLICITADAS PELO EXECUTIVO E JUDICIÁRIO Cr\$ 1.000	TETO Cr\$ 1.000	RELATOR Cr\$ 1.000	OUTRAS Cr\$ 1.000	QUOTA Cr\$ 1.000
	3.504.638	7.648.486	8.107.606	459.120	-	-	-	-
	1.878.193	1.878.193	6.072.230	4.194.037	-	-	-	-
NTAS	1.466.471	1.466.471	2.186.235	819.814	-	-	-100.000	-
ECONOMIA	176.147	176.147	310.385	94.238	40.000	-	-	-
PUBLICA	59.826.177	48.832.357	49.580.340	4.814.543	146.000	-	-4.212.560	-
	1.178.325	972.425	1.581.387	608.962	-	-	-	-
ADAS	602.320	1.209.320	668.767	59.447	-	-	-600.000	-
ARMADAS	18.316	18.316	33.695	15.379	-	-	-	-
	8.882.494	8.882.494	9.572.694	690.200	-	-	-	-
SANCISCO	9.968.550	14.596.850	16.281.945	438.095	1.035.000	210.000	-	-
T. TELEC.	718.747	726.217	799.088	72.871	-	-	-	-
F. NACIONAL	635.448	735.463	1.030.768	295.000	-	-	-	-
A.	13.399.138	22.083.230	27.307.816	480.100	2.716.500	1.160.086	-	-
R. P. S. F.	985.735	2.111.000	2.293.300	137.000	-	-	-	-
ILICA	32.186.863	60.587.663	113.842.481	18.270.788	1.764.000	5.204.000	-	-
A	2.878.997	10.722.512	121.803.539	8.330.623	3.024.140	432.400	230.000	15.900
	1.121.258	172.378.300	208.260.827	21.885.962	8.891.710	4.725.096	-	605.300
	21.000.000	287.380.000	363.370.000	75.584.937	25.000	200.000	-	-
	12.000.000	108.822.750	147.078.980	30.437.619	105.500	20.000	-1.170.000	-
CO - RING	1.278.000	3.881.096	5.167.335	1.227.039	238.000	50.000	-	-
	1.000.000	19.617.720	27.306.897	4.305.233	1.813.810	1.161.034	-270.000	179.100
	60.777.233	61.720.786	82.542.967	20.321.351	700	-	-	-
INTERNA	1.000.000	61.849.234	73.748.768	6.772.630	5.306.500	420.000	-	-
IAS	9.084.100	9.203.571	10.571.159	1.271.232	-	3.646	-	-
	1.000.000	28.461.000	34.267.883	12.825.574	6.830.250	355.000	4.694.700	496.450
	3.000.000	45.099.111	50.704.001	32.000.000	347.400	-	-	33.000
	332.512.872	450.301.602	642.160.701	197.588.199	12.560.900	2.210.000	-	-
IA GB.	17.331.251	18.270.591	28.303.149	10.037.458	-	-	-	-
PARTE	10.002.000	10.897.406	16.825.503	5.685.791	34.150	205.156	-	-
	1.377.735.735	1.595.951.234	2.131.343.107	472.687.013	45.578.860	16.356.418	-1.433.860	1.359.750

R E S U M O S

2.01 - Câmara dos Deputados

Proposta vinda do Executivo.....Cr\$ 3.504.638.000,00
Projeto vindo da Câmara.....Cr\$ 7.648.486.000,00

No Senado

Emendas solicitadas pela Câmara (aumento)Cr\$ 459.120.000,00
Ao Plenário.....Cr\$ 8.107.606.000,00

2.02 - Senado Federal

Proposta do Executivo.....Cr\$ 1.878.193.000,00
Projeto vindo da Câmara.....Cr\$ 1.878.193.000,00

No Senado

Emendas do Senado (Aumento).....Cr\$ 4.194.037.000,00
Ao Plenário.....Cr\$ 6.072.230.000,00

3 - ÓRGÃOS AUXILIARES

3.01 - Tribunal de Contas

3.02 - Conselho Nacional de Economia

a) TRIBUNAL DE CONTAS

Proposta do Executivo.....Cr\$ 1.466.471.000,00
Projeto da Câmara.....Cr\$ 1.466.471.000,00

NO SENADO

EMENDAS solicitadas pe-

lo Tribunal de Contas..... Cr\$ 819.814.000,00
Redução do Senado Cr\$ 100.000.000,00

AUMENTO..... Cr\$ 719.814.000,00

Ao Plenário..... Cr\$ 2.186.285.000,00

b) CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Proposta do Executivo..... Cr\$ 176.147.000,00

EMENDAS solicitadas pelo Executivo.....	Cr\$	94.238.000,00
Dos Senadores:		
1) Teto.....	Cr\$	40.000.000,00
2) Quota (Nihil)		
3) Relator (Nihil)		
Aumento do Senado.....	Cr\$	134.238.000,00
Ao Plenário.....	Cr\$	310.385.000,00

AUMENTOS DO SENADO:

a) TRIBUNAL DE CONTAS.....	Cr\$	719.814.000,00
b) CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA.....	Cr\$	134.238.000,00
Ao Plenário (2 Subanexos).....	Cr\$	2.496.670.000,00
Aumento do Senado (52%), com as emendas solicitadas do		

Executivo e do Tribunal de Contas. As emendas propriamente do Senado reduziram as despesas em 60 milhões de cruzeiros.

4.01 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Proposta do Executivo.....	Cr\$	59.626.177.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	48.832.357.000,00

NO SENADO

1) EMENDAS solicitadas pelo Executivo.....	Cr\$	4.814.543.000,00
2) Dos Senadores:		
a) Teto.....	Cr\$	146.000.000,00
b) Quota (Nihil)		
c) Relator (Nihil)		
AUMENTO.....	Cr\$	4.960.543.000,00
REDUÇÃO.....	Cr\$	4.212.560.000,00
	Cr\$	747.983.000,00

Ao Plenário..... Cr\$ 49.580.340.000,00

Aumento no Senado (solicitações do Executivo e Teto).....	+	10,2%
Redução no Senado.....	-	8,6%
Aumento Geral.....	+	1,6%

4.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Projeto da Câmara.....Cr\$ 972.425.000,00
NO SENADO
Emendas solicitadas pelo
Executivo (aumento de 80%).....Cr\$ 608.962.000,00
Emendas do Relator (Nihil)
Ao Plenário.....Cr\$1.581.387.000,00

4.03 - ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Proposta do Executivo..... Cr\$ 609.320.000,00
Projeto vindo da Câmara.....Cr\$ 1.209.320.000,00
NO SENADO
Emendas solicitadas pelo Executivo
1) Aumentos..... Cr\$ 59.447.000,00
2) Reduções..... Cr\$ 600.000.000,00

Total da Redução..... Cr\$ 540.553.000,00
3) Emendas de teto (Nihil)
4) Emendas de quota (Nihil)
Ao Plenário
Total (55,3%)..... Cr\$ 668.767.000,00

4.04 - COMISSÃO DE READAPTAÇÃO DOS INCAPAZES DAS FORÇAS ARMADAS

Proposta do Executivo..... Cr\$ 18.316 .000,00
Projeto vindo da Câmara..... Cr\$ 18.316. 000,00
NO SENADO
Emendas solicitadas pelo Executivo
Aumento (Lei n. 4.242/63)..... Cr\$ 15.379.000, 00
Ao Plenário..... Cr\$ 33.695.000,00

4.05 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Proposta do Executivo..... Cr\$8.882.494.000,00

NO SENADO

Emendas solicitadas pelo

1) Executivo.....	Cr\$	690.200.000,00
2) Senadores		
a) Teto.....	(Nihil)	
b) Relator..	(Nihil)	

Aumento do Senado..... Cr\$ 690.200.000,00

Ao Plenário..... Cr\$ 9.572.694.000,00

Aumento de 7,7% (em relação à Câmara com a emenda do Executivo).

4.06 - COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Proposta do Executivo.....	Cr\$	9.968.850.000,00
Projeto vindo da Câmara.....	Cr\$1	4.598.850.000,00

NO SENADO

Emendas solicitadas pelo

1) Executivo.....	Cr\$	438.095.000,00
2) Senadores:		
a) Teto.....	Cr\$	1.035.000.000,00
b) Relator.....	Cr\$	210.000.000,00

Cr\$ 1.683.095.000,00

Ao Plenário..... Cr\$ 16.281.945.000,00

Aumento do Senado (11,5%), incluindo as emendas solicitadas pelo Executivo.

4.07 - CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Proposta do Executivo.....	Cr\$	719.717.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	726.217.000,00

NO SENADO

Emenda solicitada pelo Executivo

4.08 - CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Proposta do Executivo.....	Cr\$	635.468.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	<u>735.468.000,00</u>
Aumento	Cr\$	100.000.000,00

NO SENADO

Emendas solicitadas pelo Executivo (Lei n.4.242/63) Aumento de 41%.....	Cr\$	295.000.000,00
Ao Plenário	Cr\$	1.030.468.000,00

4.09 - SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Proposta do Executivo.....	Cr\$	13.399.138.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	<u>22.983.230.000,00</u>

NO SENADO

EMENDAS

1) Solicitadas pelo Executivo....	Cr\$	450.100.000,00
2) Dos Senadores:		
a) Teto.....	Cr\$	2.716.500.000,00
b) Quota (nihil)		
c) Relator.....	Cr\$	<u>1.160.086.000,00</u>
	Cr\$	4.326.686.000,00

Ao Plenário.....	Cr\$	27.309.916.000,00
------------------	------	-------------------

Aumento no Senado (18,9%) incluindo a emenda solicitada pelo Executivo.

4.10 - SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS

Proposta do Executivo.....	Cr\$	985.735.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	2.111.000.000,00

NO SENADO

1) Emendas solicitadas pelo		
Executivo.....	Cr\$	187.000.000,00
2) Emenda do Relator.....	Cr\$	140.770.000,00
Ao Plenário.....	Cr\$	2.298.000.000,00

Nota) A emenda do Relator é, apenas, discriminativa, não implicando em aumento de despesa.

4.11 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Proposta do Executivo.....	Cr\$	82.186.863.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	88.597.663.000,00

NO SENADO

Emendas:

1) Solicitadas pelo Executivo.....	Cr\$	18.276.788.000,00
2) dos Senadores:		
a) Teto.....	Cr\$	1.764.000.000,00
b) de Quota (Nihil)		
c) do Relator.....	Cr\$	5.204.000.000,00
		<hr/>
	Cr\$	25.244.788.000,00

Ao Plenário.....	Cr\$	113.842.451.000,00
------------------	------	--------------------

Aumento do Senado (28%) incluindo as emendas solicitadas pelo Executivo (20%).

4.12 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Proposta do Executivo.....	Cr\$	56.578.997.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	109.722.472.000,00

NO SENADO

Emendas:

1) Solicitadas pelo Executivo...		
.....	Cr\$	8.380.623.000,00

b) Quota.....	Cr\$	45.900.000,00
c) Relator.....	Cr\$	432.400.000,00
d) Outras emendas.....	Cr\$	230.000.000,00

Cr\$12.143.063.000,00

Ao Plenário..... 121.865.535.000,00

Aumento no Senado, (11,1%) incluindo as emendas solicitadas pelo Executivo.

4.13. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Proposta do Executivo.....	Cr\$.	152.094.998.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	171.372.359.000,00

EMENDAS

1) Solicitadas pelo Executivo..	Cr\$	22.665.962.000,00
2) Teto.....	Cr\$	8.891.710.000,00
3) Quota.....	Cr\$	605.300.000,00
4) Relator.....	Cr\$	4.725.096.800,00
	Cr\$	36.888.068.800,00

Ao Plenário..... Cr\$ 208.260.427.800,00

4.14 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

Proposta do Executivo.....	Cr\$	294.065.083.000,00
Projeto vindo da Câmara.....	Cr\$	287.390.083.000,00

NO SENADO

1) Emendas solicitadas pelo Executivo.....	Cr\$	75.564.937.000,00
2) Do Senado:		
a) Teto.....	Cr\$	25.000.000,00
b) Do Relator.....	Cr\$	200.000.000,00

Total..... Cr\$ 75.779.937.000,00

Ao Plenário..... Cr\$ 363.170.010.000,00

4.15 - MINISTÉRIO DA GUERRA

Proposta do Executivo	Cr\$	111.079.969.000,00
Projeto da Câmara	Cr\$	108.692.799.000,00

NO SENADO

Emendas

1) Solicitadas pelo Executivo.....	Cr\$	39.437.619.000,00
2) dos Senadores:		
a) Teto.....	Cr\$	105.500.000,00
b) Quota (Nihil)		
c) Relator.....	Cr\$	20.000.000,00
	Aumento	Cr\$ 39.563.119.000,00
	Redução	Cr\$ 1.176.000.000,00
		<hr/>
		Cr\$ 38.387.119.000,00

Ao Plenário.....Cr\$ 147.079.918.000,00

- Aumento no Senado (35,31%), incluindo as emendas solicitadas do Executivo (36,28%), havendo pois, uma redução do Senado da ordem de 0,97%.

4.16 - MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proposta do Executivo.....	Cr\$	3.232.496.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	3.681.096.000,00

NO SENADO

Emendas:

1) Solicitadas pelo Executivo....	Cr\$	1.227.039.000,00
2) dos Senadores:		
a) Teto.....	Cr\$	238.000.000,00
b) Relator.....	Cr\$	50.000.000,00
		<hr/>
	Total.....	Cr\$ 1.515.039.000,00

Ao Plenário.....Cr\$ 5.196.135.000,00

- Aumento do Senado 41%, incluindo as emendas solicitadas

4.17 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Proposta do Executivo.....Cr\$ 15.863.200.000,00
Projeto da Câmara.....Cr\$ 19.617.720.000,00

NO SENADO

1) Emendas solicitadas pelo
Executivo.....Cr\$ 4.805.233.831,00
2) Dos Senadores:
a) Teto.....Cr\$ 1.813.810.000,00
b) Quota.....Cr\$.179.100.000,00
c) Relator.....Cr\$ 1.161.034.000,00
Total.....Cr\$ 7.959.175.831,00
Redução.....Cr\$ 270.000.000,00
7.689.175.831,00

Ao Plenário.....Cr\$ 27.306.897.000,00

Aumento no Senado de 40%, incluindo as emendas solicitadas pelo Executivo.

4.18 - MINISTÉRIO DA MARINHA

Proposta do Executivo.....Cr\$ 60.283.286.000,00
Projeto da Câmara.....Cr\$ 61.720.786.000,00

NO SENADO

1) Emendas solicitadas pelo
Executivo.....Cr\$ 20.321.381.000,00
2) dos Senadores:
a) Teto.....Cr\$ 700.000,00
b) Relator (Nihil)
Aumento do SenadoCr\$ 20.322.081.000,00
Ao Plenário.....Cr\$ 82.042.867.000,00

Aumento de 33% (em relação à Câmara com as emendas solicitadas pelo Executivo).

4.19 - MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Proposta do Executivo.....Cr\$	50.225.594.000,00
Projeto vindo da Câmara.....Cr\$	61.249.294.000,00

NO SENADO

1) Solicitadas pelo Executivo.....Cr\$	6.772.680.000,00
2) Dos Senadores:	
a) Teto.....Cr\$	5.306.500.000,00
b) Relator.....Cr\$	420.000.000,00

TOTAL.....Cr\$	12.198.027.000,00
----------------	-------------------

Ao Plenário.....Cr\$	73.748.768.000,00
----------------------	-------------------

Aumento do Senado de 20%, incluindo as emendas solicitadas pelo Executivo, sendo 11% de emendas do Executivo.

4.20 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Proposta do Executivo.....Cr\$	9.044.180.000,00
Projeto da Câmara.....Cr\$	9.203.570.000,00
Aumento de	159.390.000,00

NO SENADO

Emendas:

a) solicitadas pelo Executivo- Reajustamento de vencimentos (Lei n. 4.242/63 - Aumento de 12%.....Cr\$	1.271.232.000,00
b) do Relator:	
1 - Reduções.....Cr\$	320.000.000,00
2 - Aumento.....Cr\$	316.354.000,00
Redução de 0,3%.....Cr\$	3.646.000,00

Ao Plenário.....Cr\$	10.571.156.000,00
----------------------	-------------------

4.21 - MINISTÉRIO DA SAÚDE

Proposta do Executivo.....Cr\$	45.598.091.000,00
Projeto da Câmara.....Cr\$	59.865.609.000,00

NO SENADO

Emendas:

1) Solicitadas pelo Executivo.....Cr\$	12.025.574.000,00
2) dos Senadores:	
a) Teto.....Cr\$	6.830.250.000,00
b) Quota.....Cr\$	496.450.000,00
c) Relator.....Cr\$	355.000.000,00
d) Outras.....Cr\$	4.694.700.000,00
	<hr/>
	24.401.974.000,00
Ao Plenário.....Cr\$	84.267.583.000,00

4.22 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Proposta do Executivo.....Cr\$	43.680.510.000,00
Projeto da Câmara.....Cr\$	45.059.110.000,00

NO SENADO

Emendas

1) Solicitadas pelo Executivo.....Cr\$	35.424.691.000,00
2) Dos Senadores:	
a) Quota.....Cr\$	33.000.000,00
b) Teto.....Cr\$	347.400.000,00
	<hr/>
Total...Cr\$	35.805.091.000,00
Ao Plenário.....Cr\$	80.864.201.000,00

4.23 - MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Proposta do Executivo.....Cr\$	332.512.822.000,00
Projeto da Câmara.....Cr\$	430.301.602.000,00

NO SENADO

1) Emendas solicitadas pelo Executivo...Cr\$	197.588.100.000,00
----------------------------------------------	--------------------

3) Relator.....	Cr\$	2.130.000.000,00
4) Da Comissão.....	Cr\$	80.000.000,00
	Cr\$	<u>211.859.099.000,00</u>

Ao Plenário..... Cr\$ 642.160.701.000,00

Aumento:

Solicitações do Executivo	+ 46%
Comissão, Relator e Teto	+ 3%
No Senado	+ 49%

4.24 - ÓRGÃOS TRANSFERIDOS DA UNIÃO PARA O ESTADO DA GUANABARA

Proposta do Executivo.....	Cr\$	17.331.051.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	18.270.691.000,00

NO SENADO

Emendas solicitadas pelo Executivo	Cr\$	10.037.458.000,00
Aumento de 54% (Lei n. 4.242)		
Ao Plenário.....	Cr\$	28.308.149.000,00

5 - PODER JUDICIÁRIO

Proposta do Executivo.....	Cr\$	10.982.406.000,00
Projeto da Câmara.....	Cr\$	10.897.406.000,00
Redução.....	Cr\$	85.000.000,00

NO SENADO

Emendas:

1) Solicitadas pelo Executivo..	Cr\$	3.556.251.000,00
2) Solicitadas pelo Judiciário..	Cr\$	2.132.540.044,40
3) Dos Senadores:		
a) Teto.....	Cr\$	34.150.000,00
b) Quota (Nihil)		
c) Relator.....	Cr\$	205.156.000,00
Aumento.....	Cr\$	5.928.097.044,40
Ao Plenário.....	Cr\$	16.825.503.044,40

Finalmente, há que registrar o fato de não haver o Projeto orçamentário para 1964 recebido a sanção expressa do Presidente da República no prazo constitucional, embora recebesse a sanção tácita, consoante estabelece o § 2º do art. 70 da Constituição, verbis

"§ 2º. Decorrido o decêndio, o silêncio do Presidente da República importará sanção."

No exercício das suas atribuições constitucionais, o Presidente do Senado promulgou, hoje, a Lei correspondente ao referido projeto.

É a terceira vez que o fato ocorre. A primeira foi em 1948, no Governo do Sr. Marechal Eurico Dutra, sendo o orçamento promulgado em 14 de dezembro pelo então Presidente do Senado, Sr. Nereu Ramos, Vice-Presidente da República (Lei nº 537, de 14.12.1948). A segunda foi em 1953, sendo Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, os Srs. Getúlio Vargas e Café Filho (Presidente do Senado). A lei (nº 2 135) foi promulgada em 14 de dezembro de 1953.

NOTAS SÔBRE A ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

I.2.4 - NOTAS SÔBRE A ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Sôbre o trabalho levado a efeito pelo Senado êste ano vale, primeiramente, fixar alguns dados estatísticos do conjunto.

Ao ter início a sessão legislativa ~~havia~~ em curso no Senado:

- 99 Projetos de Lei da Câmara;
- 93 Projetos de Lei do Senado;
- 16 Projetos de Decreto Legislativo;
- 16 Projetos de Resolução.

Durante esta sessão foi iniciada a tramitação de

- 127 Projetos de Lei da Câmara;
- 176 Projetos de Lei do Senado;
- 46 Projetos de Decreto Legislativo;
- 45 Projetos de Resolução.

Foram, assim, totalizados os seguintes números:

- 226 Projetos de Lei da Câmara
- 269 Projetos de Lei do Senado
- 62 Projetos de Decreto Legislativo
- 61 Projetos de Resolução.

No período legislativo que se encerra foram ultimados:

- 111 Projetos de Lei da Câmara;
- 50 Projetos de Lei do Senado
- 37 Projetos de Decreto-Legislativo
- 38 Projetos de Resolução.

Restam, pois, em tramitação no Senado:

- 115 Projetos de Lei da Câmara;
- 219 Projetos de Lei do Senado;
- 25 Projetos de Decreto Legislativo;
- 23 Projetos de Resolução.

É interessante o confronto com os dados relativos ao ano anterior.

	RECEBIDOS		ULTIMADOS (inclusive - sessões ant.)	
	1962	1963	1962	1963
Projetos de Lei da Câmara	182	127	212	111

ANOS	PROJETOS	
	INICIADOS	RECEBIDOS
1920	148	261
1923	266	160
1924	76	125
1926	203	91
1927	206	343
1929	175	96
1946	17	20
1947	36	293
1948	45	483
1949	50	563
1950	22	265
1951	37	421
1952	49	341
1953	31	343
1954	85	307
1955	49	291
1956	49	371
1957	48	270
1958	28	235
1959	39	181
1960	41	116
1961	56	189
1962	61	182
1963	182	144

Outra observação que não podemos omitir neste trabalho é a do atraso com que chegam à revisão do Senado certos projetos de natureza urgente. O fato - que já tem sido focalizado em Relatório desta Presidência - se verifica principalmente nos últimos dias da sessão legislativa, como ainda êste ano ocorreu o Orçamento do Distrito Federal e com o Projeto de Lei da Câmara n. 144, de 1963, que prorrogava o prazo. a vencer-se em 31 de dezembro. previsto na Lei n.

do

dos preços mínimos aos cereais e outros gêneros de produção nacional).

O primeiro foi recebido durante a sessão de 12 de dezembro e o segundo no dia seguinte. Estava o Senado, respectivamente, a 3 e a 2 dias do encerramento da sessão legislativa e dentro desse prazo era imprescindível votar os projetos. Se isso não fosse feito grandes prejuízos podiam resultar para a economia nacional no primeiro caso e para o Distrito Federal, no segundo.

Sôbre o Orçamento do Distrito Federal é interessante consignar as dificuldades que se apresentavam ao Senado. Os autógrafos vieram cheios de rasuras feitas a mão em texto impresso, não autenticadas, e que motivou justas reclamações dos Srs. Senadores Aloysio de Carvalho e Mem de Sá, tendo sido necessário retirar a matéria da Ordem do Dia, a fim de que, mediante entendimentos com a Mesa da Câmara, esta fizesse autenticar as rasuras.

Viu-se o Senado na contingência de ter que votar o projeto com as irregularidades apontadas, a fim de não deixar sem orçamento o Distrito Federal, o que resultaria para êste uma situação calamitosa.

Ao encaminhar-lhe a votação ocupou a tribuna o Sr. Senador Mem de Sá para formular um protesto do qual julgamos de nosso dever aqui reproduzir alguns trechos:

" O SR. MEM DE SÁ - (Para encaminhar a votação - Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, queria expressar o protesto que o Senado deve formular contra a situação inqualificável a que nos sujeita a Câmara dos Deputados. Trata-se de uma situação para a qual realmente não se pode dar um qualificativo adequado.

A Câmara dos Deputados nos manda na madrugada do dia 11 ou 12, o projeto de Orçamento do Distrito Federal e nas condições que ontem foram aqui expostas e ressaltadas pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho.

Não sei de precedente que possa ser invocado para o caso. Do meu conhecimento, nunca um autógrafo da outra Casa para esta ou desta para aquela apresentou um aspecto tão eivado de irregularidades e eu creio que irregularidades é um eufemismo.

Não poderia ser considerado um autógrafo nessas condições pela Mesa do Senado em outras circunstâncias.

Estou certo, mesmo, que se não fôsse a angústia de prazo, a Mesa do Senado não receberia o autógrafo tal como êle veio.

Entretanto, o Senado está atualmente nesta alternativa: ou decide proceder, como lhe cumpria, devolvendo os autógrafos para que viessem em condições e, depois disso, fazer sobre a matéria o estudo e o exame que ela exige, pela sua importância, ou então o Senado tem de aprovar, tal como está, um papel que não reveste as condições mínimas de seriedade.

Mas se o Senado devolve ou não aprova, as consequên-

os seus servidores. Isso determinaria, certamente, uma grave con fusão social.

Não haveria como explicar à grande massa dos que trabalham na Prefeitura, que o Senado havia negado a aprovação pelos motivos mais relevantes e precedentes.

Creio Sr. Presidente, que esta situação - que é uma humilhação para o Senado - não se pode mais repetir no próximo ano. É imperativo tomar medidas para que o orçamento de Distrito Federal chegue ao Senado com maior antecedência."

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Apresentados

Aprovados

Rejeitados

Prejudicados

J. - TAREFA NORMATIVA E DELIBERATIVA REFERENTE AO
PRÓPRIO SENADO

J.1 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO

J.1.1 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO APRESENTADOS

Foram apresentados 49 Projetos de Resolução, procedentes :

- 15 da iniciativa individual de Senadores;
- 1 da Comissão de Constituição e Justiça;
- 30 da Comissão Diretora;
- 3 da Comissão de Finanças.

No tocante à matéria tratada, podem ser assim discriminados :

- 1 tendente à supressão de leis inconstitucionais;
- 22 referentes a funcionários;
- 2 de criação de serviços;
- 11 de alteração do Regimento;
- 2 de modificação do Regulamento da Secretaria;
- 3 de autorização de empréstimos externos;
- 8 sobre outros assuntos.

J.1.2 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO ULTIMADOS

Tiveram a tramitação ultimada 35 projetos de Resolução sendo

	<u>Desta sessão</u>	<u>De sessões anteriores</u>
<u>Pela aprovação</u>	31	1
<u>Pela rejeição</u>	-	2
<u>Prejudicados</u>	-	1

II.2 - RESOLUÇÕES PUBLICADAS

Foram promulgadas 32 Resoluções (ns. 5 a 10, 12 a 31, 33 a 38) cuja natureza assim se especifica:

1 de suspensão de atos inconstitucionais (nº 15)

19 referentes a funcionários;

3 de nomeação (ns. 10, 19 e 21)

7 de aposentadoria (ns. 5, 6, 7, 13, 18, 31 e 37)

7 de autorização para a prestação de serviços a outros órgãos do poder público (ns. 12, 22, 23, 24, 25, 30 e 33)

2 de alteração de vencimentos (ns. 16 e 17)

2 de alteração do Regimento Interno (ns. 26 e 34)

3 de modificação do Regulamento da Secretaria (ns. 8, 28 e 38)

3 de autorização para empréstimo externo (ns. 14, 29 e 36)

1 de aprovação da prisão em flagrante e autorização da formação de culpa de Senadores (nº 35)

1 de autorização para a Mesa promover o ressarcimento de despesas e prejuízos (nº 9)

1 de criação de serviços (nº 20)

1 de alteração de Resolução que criou serviços (nº 27)

Independente de promulgação, foram publicas as Resoluções 11 e 32, que criam Comissões Parlamentares de Inquérito, de acordo com o art. 53 da Constituição.

J.2.1 - REGIMENTO INTERNO

J.2.1.1 - ALTERAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO

Em virtude da Resolução n. 26, de 1 963, de 30 de agosto, oriunda do Projeto de Resolução n. 28, de 1 963, de autoria do Sr. Senador Antônio Jucá, o Regimento Interno da Casa sofreu alterações no § 2º do art. 77, para possibilitar, nos casos de vagas nas Comissões Permanentes, o livre provimento, independentemente das suplências existentes.

Até então, quando ocorria vaga de titular, era chamado a ocupá-la o suplente de número mais baixo na classificação ordinal. Era o mesmo critério adotado para as substituições temporárias. Vigente a nova Resolução, o critério ficou adstrito a esta, passando as vagas a ser objeto de designações mediante indicações feitas livremente pelas Lideranças.

De iniciativa do Sr. Senador Artur Virgílio, foi apresentado, em 5 de dezembro, o Projeto de Resolução n. 45/63, que altera o Regimento Interno no sentido de proibir o porte de armas no edifício do Senado. Aprovado e promulgado em 6 do mesmo mez, passou a constituir a

"

RESOLUÇÃO N. 34, DE 1 963

Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

O SENADO FEDERAL RESOLVE :

Art. 1º. O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com os seguintes acréscimos :

" Art. 397. É proibido o porte de arma, de qualquer espécie, no edifício do Senado.

§ Único. O membro do Congresso Nacional, ao ingressar no edifício do Senado tendo arma em seu poder, dela fará entrega, mediante recibo, no local designado pela Comissão Diretora, a funcionario por esta incumbido de guardá-la.

Art. 397-A. O desrespeito ao que o art. 397 desta Resolução estabelece constitui falta de decoro parlamentar.

Art. 397-B. A Comissão Diretora designará, no início de cada sessão legislativa, dois de seus membros efetivos para, como Corregedor e Corregedor Substituto, se responsabilizarem pela supervisão da observância do disposto no art. 397.

Parágrafo único. O poder de supervisionar inclui o de revistar e desarmar.

Art. 397-C. Nos locais destinados à imprensa só serão admitidos os representantes dos órgãos de publicidade, das agências telegráficas e das estações de telecomunicações previamente autorizados pela Comissão Diretora para o exercício de sua profissão junto ao Senado.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua promulgação.

É oportuno mencionar a existência de outras iniciativas tentadas a introduzir alterações na lei interna, consubstanciadas nos Projetos de Resolução abaixo mencionados :

<u>Projeto de Resolução</u> <u>n.</u>	<u>Autor</u> <u>Senador</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Apresentação</u>
5/63	Bezerra Neto	Suprimir a parte final - "Aos homens exigir-se-a paletó e gravata" - do art. 398, que não permite o ingresso, nas dependências do Senado, de quem não esteja convenientemente vestido .	22. 3. 63
6/63	João Agripino	Suprimir o direito à parte fixa dos subsídios entre a diplomação e a posse (art. 11)	27. 3. 63
7/63	Vivaldo Lima	Aumentar de 9 para 11 o número de membros da Comissão de Legislação Social (art.67)	29. 3. 63
14/63	Daniel Krieger	Assegurar aos Líderes de Partido o uso da palavra, pelo prazo de vinte minutos, uma vez por semana, podendo delegar esse direito a outro membro da bancada	14. 5. 63
16/63	Nelson Maculan	Criar a Comissão Permanente de Minas, Metalurgia e Energia	17. 5. 63
18/63	Eurico Rezende	Restabelecer a tribuna no Plenário	27. 5. 63
40/63	Jefferson de Aguiar	Dispor sobre a representação do Senado em Conferências ou Reuniões no exterior ou para atender a convites de governos estrangeiros	11.10. 63

Esses projetos pendem de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Em 5 de junho o Plenário aprovou o Requerimento n. 268/63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, no sentido de que tivessem tramitação em conjunto os Projetos ns. 5, 6, 7, 14 e 16.

A Presidência aguarda a ultimação desses projetos, um dos quais (o de n. 16) recebeu numerosas emendas, a fim de proceder a consolidação definitiva do texto do Regimento com as suas alterações.

Trata-se de trabalho delicado, que exige grande cuidado. Não seria aconselhável fazê-lo enquanto tramitam na Casa iniciativas de alterações no Regimento.

No começo da presente sessão legislativa, a fim de que os novos Senadores pudessem, ao iniciar as suas atividades na Casa, ter em mãos os textos das normas regimentais vigentes, fez reproduzir, em mimeógrafo, o trabalho preliminar da Consolidação - o Regimento com o encaixe das alterações que sofreu desde 1960 - sem modificação dos números dos artigos. Isso representou uma colaboração que envolveu grande esforço. Basta lembrar que a 30 de janeiro fora promulgada a Resolução n. 3, que introduziu modificações em 93 artigos e acrescen-

J.2.2 - REGULAMENTO DA SECRETARIA

Em 19 de abril foi promulgada a Resolução n. 8, que deu nova redação ao art. 143 do Regulamento da Secretaria, no tocante às lotações de funcionários nos Gabinetes.

Assim dispôs essa Resolução:

"Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do artigo 47, número 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1963

Dá nova redação ao art. 143 da Resolução n. 6, de 1960 (Regulamento da Secretaria).

Art. 1º. O art. 143 da Resolução n. 6, de 1960, passa a ter a seguinte redação:

Art. 143. A lotação dos Gabinetes será a seguinte:

GABINETE DO PRESIDENTE

1 Secretário
1 Oficial
4 Auxiliares
3 Contínuos
2 Motoristas

GABINETES DO VICE-PRESIDENTE E 1º SECRETÁRIO

1 Secretário
1 Oficial
4 Auxiliares
2 Contínuos
2 Motoristas

GABINETE DO 2º SECRETÁRIO

1 Secretário
3 Auxiliares
2 Contínuos
1 Motorista

GABINETES DOS 3º E 4º SECRETÁRIOS E DOS SUPLENTE DE SECRETÁRIOS

1 Secretário
2 Auxiliares
1 Contínuo
1 Motorista

GABINETE DO LÍDER DA MAIORIA

1 Secretário
1 Oficial
4 Auxiliares
2 Contínuos
2 Motoristas

GABINETE DO LÍDER DA MINORIA

1 Secretário
1 Oficial
2 Auxiliares
2 Contínuos
2 Motoristas

GABINETE DO 1º VICE-LÍDER DA MAIORIA

1 Oficial
1 Auxiliar
1 Contínuo
1 Motorista

GABINETE DO 1º VICE-LÍDER DA MINORIA

1 Oficial
1 Auxiliar
1 Contínuo
1 Motorista

GABINETES DE LÍDERES DE BLOCOS OU DE
PARTIDOS DE MAIS DE SEIS MEMBROS

1 Oficial
2 Auxiliares
1 Contínuo
1 Motorista

GABINETES DE LÍDERES DE BLOCOS OU DE
PARTIDOS DE MENOS DE SEIS MEMBROS

1 Oficial
1 Auxiliar
1 Contínuo
1 Motorista

GABINETES DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES
DE FINANÇAS, CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, RE
LAÇÕES EXTERIORES, LEGISLAÇÃO SOCIAL E
ECONOMIA

1 Secretário
1 Auxiliar
1 Contínuo
1 Motorista

GABINETES DOS PRESIDENTES DAS DEMAIS CO
MISSÕES PERMANENTES

1 Secretário
1 Contínuo
1 Motorista

GABINETE DO DIRETOR GERAL

1 Secretário
1 Oficial
2 Auxiliares
2 Contínuos
1 Motorista

a) Para os serviços da Secretaria

2 Chefes de Seção
18 Auxiliares
3 Contínuos
1 Motorista

b) Para o Serviço de Impressão

1 Chefe de Seção
1 Compositor-paginador
1 Fotomecânico-retornador
1 Transportador
2 Impressores de Offset
2 Impressores tipográficos
1 Linotipista
1 Encadernador-dourador
2 Auxiliares de encadernador

c) Para os Serviços de Som e Votação
Eletrônica

1 Supervisor do equipamento eletrônica
1 Operador do serviço de votação eletrônica

GABINETES DOS VICE-DIRETORES GERAIS

2 Auxiliares
2 Contínuos
1 Motorista

Art. 2º. Quando o Líder de Bloco fôr também Líder de Partido, o seu Gabinete será o do Bloco.

Art. 3º. Quando o Presidente da Comissão Permanente ocupar outro posto que lhe assegure direito a Gabinete, não haverá naquele as lotações de Auxiliar e de Motorista.

Art. 4º. É vedada, a qualquer título, a requisição de funcionários para os Gabinetes, além da respectiva lotação, salvo o disposto no art. 6º.

Art. 5º. Para a lotação do Gabinete do Presidente é mantido o disposto no art. 47-A do Regimento Interno.

Art. 6º. Quando o volume dos trabalhos do Gabinete do Presidente de Comissão Permanente o exija, a Comissão Diretora poderá autorizar a designação de mais de um Auxiliar para lhe completar a lotação.

Art. 7º. A função de Secretário de Comissão Permanente, exceto da Comissão Diretora e da Comissão de Redação, será exercida, exclusivamente, por funcionário pertencente à lotação da Diretoria de comissões e subordinado às normas de trabalho estipuladas pelo respectivo Diretor.

Art. 8º. A distribuição de serviço pelo Secretário de Presidente de Comissão Permanente, Oficial e Auxiliar de Gabinete cumprirá ao titular do respectivo Gabinete.

Art. 9º. O pessoal destinado à lotação dos Gabinetes será indicado pelos titulares destes, dentre os servidores do Senado, excluídos os que, pelas suas funções técnicas e especializadas, não possam ser desviadas dos serviços a cuja lotação pertençam sem prejuízo do regular funcionamento destes.

Art. 10. A Comissão Diretora deverá ter conhecimento das indicações de funcionários para os Gabinetes antes da lavratura dos respectivos atos de designação, podendo negar-lhes assentimento se a permanência dos funcionários fôr considerada indispensável aos serviços em que estejam lotados, ouvidos, em cada caso, o diretor Geral e o responsável pelo serviço.

Art. 11. No caso de audiência prolongada ou licença de Líder de Partido que não tenha outro representante no Senado a Comissão Diretora poderá determinar que tenham exercício em outros serviços da Casa os funcionários lotados nos respectivos Gabinetes.

Art. 12. São mantidas as funções gratificadas previstas na Resolução n. 6, de 1960, bem como as gratificações de representação já concedidas, devendo a Comissão Diretora, quanto a estas, proceder à revisão das respectivas tabelas.

Art. 13. Os veículos do Senado serão recolhidos à sua garagem após o serviço diário, ali permanecendo quando não estejam atendendo aos respectivos titulares.

Art. 14. O Senado manterá na cidade do Rio de Janeiro três carros destinados: um, ao Presidente e demais membros da Comissão Diretora, outro ao embarque e desembarque de Senadores em trânsito naquela cidade e o último ao serviço administrativo da Casa, inquanto ali houver.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de abril de 1963. - Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal. "

Resolução n. 8, de 1963 - Republicada por haver saído com incorreções no D.C.N. de 20 de abril de 1963.

.....

Em 19 de setembro a Resolução n. 28, de 1963 (resultante do Projeto de Resolução n. 33/63, de iniciativa da Comissão Diretora) alterou a de n. 31, de 1962, que modificara a carreira de taquígrafo.

Em virtude da nova Resolução (n. 28/63), o art. 3º da anterior (n. 31/63) ficou assim redigido:

" Art. 3º. O provimento dos cargos de que trata o art. 2º será feito dentre os candidatos que se habilitarem em concurso interno de provas ao qual concorrerão os integrantes das duas classes da carreira de Taquígrafo de Debates.

§ 1º. Se após êsse concurso interno subsistir vaga no cargo de Taquígrafo-Revisor, abrir-se-á concurso público para o seu provimento.

§ 2º. As provas dos concursos versarão sobre Taquigrafia, Revisão de Debates, Prática Legislativa e Cultura Geral." - DCN/20.9.63.

.....

Dessa maneira se modificou o sistema de provimento dos cargos de Taquígrafo revisor. Primeiro competem em concurso os integrantes das classes de Taquígrafo de Debates. Se restarem vagas, abre-se concurso externo.

A prática aconselhou essas modificações, que possibilitam mais ampla concorrência aos cargos cujas funções exigem especiais aptidoes.

REQUERIMENTOS

4	Noticiarista de Radiodifusão	-	PL-8
3	Locutor de Radiodifusão	-	PL-10
1	Auxiliar de Supervisor de Equipamento Eletrônico	-	PL-9
6	Operador de Radiodifusão	-	PL-11

II - FUNCÕES GRATIFICADAS :

1	Chefe de Serviço de Radiodifusão	-	FG-1
1	Chefe de Seção de Divulgação	-	FG-3
1	Chefe de Seção de Manutenção	-	FG-3

Art. 5º. Sem prejuízo do preceituado nas Resoluções ns. 20 e 27, de 1963, são criados, em atendimento a fase de implantação do Serviço Gráfico e do Serviço de Informação Legislativa, os seguintes cargos e funções gratificadas :

I - ISOLADOS, DE PROVIMENTO EFETIVO :

1	Supervisor do Serviço Gráfico (*)	-	PL-3
6	Controlador Gráfico (*)	-	PL-6
1	Estoquista	-	PL-8
6	Pesquisador (**)	-	PL-6

II - FUNÇÃO GRATIFICADA :

1	Chefe do Serviço de Informação Legislativa	-	FG-1
---	--------------------------------------------	---	------

Art. 6º. Ao Serviço Gráfico, criado pela Resolução n. 20, de 1963, compete a execução dos trabalhos de impressão necessários ao Senado, incumbindo-lhe, também, a microfilmagem de documentos, periódicos, diários e obras literárias ou técnicas de interesse do Senado.

§ 1º. Quando o permitam as necessidades dos Serviços do Senado, a juízo da Comissão Diretora, o Serviço Gráfico poderá incumbir-se da publicação, em separata, de discursos e pareceres dos Senadores que o solicitarem.

§ 2º. O orçamento do custo da obra, elaborado pelo Serviço Gráfico, com a autorização do interessado, para a execução, será encaminhado à Diretoria de Contabilidade, para desconto no primeiro pagamento, após a conclusão da obra.

§ 3º. O desconto a que se refere o parágrafo anterior não poderá ultrapassar, em cada mês, a um quarto (1/4) dos subsídios.

Art. 7º. Ao Serviço de Informação Legislativa, criado pela Resolução n. 20, e alterada pela de n. 27, de 1963, compete coligir e fornecer aos Senadores e órgãos técnicos do Senado dados elucidativos e elementos de interesse para elaboração legislativa e esclarecimento das matérias em tramitação na Casa ou no Congresso, na forma das instruções que sejam baixadas pela Comissão Diretora.

Art. 8º. O primeiro provimento dos cargos privativos do Serviço de Radiodifusão, do Serviço Gráfico e do Serviço de Informação Legislativa será feito com o aproveitamento dos servidores que, a data desta Resolução, estejam lotados nos mesmos serviços.

Art. 9º. São ainda criados, integrando o Quadro referido no art. 1º desta Resolução, os seguintes cargos :

I - ISOLADOS, DE PROVIMENTO EFETIVO :

1	- Médico	-	PL-3
1	- Oficial Auxiliar da Ata	-	PL-4
1	- Oficial Arquivologista	-	PL-4
1	- Ajudante de Almoxarife	-	PL-7
1	- Eletricista	-	PL-7

II - DE CARREIRA :

3	- Oficial Legislativo (***)	-	PL-8
4	- Auxiliar Legislativo (****)	-	PL-10

(*) - Para o Serviço Gráfico.

Art. 10. É constituído, junto ao Quadro referido no art. 1º desta Resolução, nos termos da Tabela Anexa, o Quadro Especial, integrado por funções provisórias, de nomenclatura, natureza e padrões específicos.

§ 1º. Os atuais servidores, pagos à conta de retribuição pro-labore, serão absorvidos no Quadro Especial, mediante ato da Comissão Diretora, segundo enquadramento que atenda as necessidades da administração do Senado.

§ 2º. A absorção de que trata o parágrafo anterior será feita mediante satisfação de exame previo da adaptabilidade para o exercício das respectivas funções, inclusive os exames médicos e psicotécnico.

Art. 11. Aos servidores do Quadro Especial não poderão, em nenhuma hipótese, ser cometidas tarefas diferentes das sintetizadas na nomenclatura de sua função, inclusive as de Gabinete.

Art. 12. Aos servidores do Quadro Especial aplicam-se o regime disciplinar e os direitos e vantagens constantes dos Capítulos VI e VIII do Título III da Resolução n. 6, de 1 960, salvo o disposto nos ns. X e XI do art. 244.

Art. 13. São asseguradas aos servidores do Quadro Especial as diárias atribuídas aos funcionários da Secretaria do Senado Federal pelo efetivo exercício em Brasília, nos termos do art. 1º e respectivo parágrafo, da Resolução n. 16, de 1 963.

Art. 14. Não será admitido servidor no Quadro Especial, sem que comprove quitação com o serviço militar e apresente título de eleitor devidamente regularizado.

Art. 15. Ressalvado o disposto nas Resoluções ns. 20 e 27, de 1963, é vedada a admissão de pro-labore.

Art. 16. As carreiras de oficial legislativo, oficial bibliotecário e auxiliar legislativo terão os mesmos padrões de vencimentos que as correspondentes no Quadro da Câmara dos Deputados.

Art. 17. As gratificações de que gozam os funcionários do Senado terão igual valor que as atribuídas a cargos e funções iguais na Câmara dos Deputados.

Art. 18. Ao funcionário do Senado ocupante de cargo para cujo provimento tenha sido exigido diploma de nível universitário é assegurada a gratificação de que trata o art. 74 da Lei n. 3 780, de 12 de julho de 1 960.

Art. 19. O pagamento de quaisquer vantagens financeiras decorrentes desta Resolução será devido a partir de 1º de janeiro de 1 964, não se admitindo retroatividade.

Art. 20. O funcionário do Senado que, mediante laudo médico, a seu pedido ou não, for considerado incapacitado para o exercício do seu cargo, será readaptado em função compatível às suas novas condições de capacidade.

§ 1º. A Comissão de Classificação de Cargos, tendo em vista as conclusões do laudo, proporá à Comissão Diretora a readaptação do funcionário.

§ 2º. A readaptação, que será em cargo de padrão equivalente ao ocupado pelo funcionário, será feita por ato da Comissão Diretora.

§ 3º. A readaptação só produzirá efeitos depois da publicação do ato da Comissão Diretora.

§ 4º. A partir do dia do recebimento do processo de readaptação, a Comissão de Classificação de Cargos terá o prazo de 30 dias para oferecer o seu pronunciamento.

§ 6º. Não será considerado para efeito de promoção no novo cargo ou na classe o tempo de serviço anterior à readaptação.

§ 7º. Atendida a conveniência da administração, ex-officio ou a requerimento do interessado, a readaptação poderá também efetivar-se em caráter vocacional, obedecido o processamento estabelecido neste artigo.

Art. 21. Atendido o disposto no art. 20 a nomeação para os cargos da Secretaria do Senado será precedida de seleção por meio de concurso público.

Art. 22. Ressalvadas as substituições previstas no art. 138 da Resolução n.º 6, de 1960, é vedado o provimento interino, a título de substituição, de qualquer cargo do Quadro da Secretaria do Senado.

Art. 23. O cargo de Redator da Diretoria de Publicações terá o símbolo PL-3, restabelecida a denominação de Redator de Anais e Documentos Parlamentares.

Art. 24. Dentro de 45 dias, a Comissão de Classificação de Cargos proporá à Comissão Diretora um plano de reestruturação dos cargos e funções do Quadro da Secretaria do Senado.

Art. 25. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. "

QUADRO ESPECIAL

NR DAS FUNÇÕES	N O M E N C L A T U R A	SÍMBOLO	VALOR R\$
1	Técnico de Eletrônica	FT-1	100.000,00
1	Tradutor Auxiliar	FT-2	78.000,00
6	Linotipista	FT-2	78.000,00
4	Emendador	FT-2	78.000,00
1	Técnico em Ar Refrigerado	FT-3	71.000,00
5	Eletricista Substituto	FT-3	71.000,00
3	Mecânico Substituto	FT-3	71.000,00
2	Atendente de Enfermagem	FT-3	71.000,00
3	Bombeiro Hidráulico	FT-3	71.000,00
2	Impressor de Off Set	FT-3	71.000,00
4	Impressor Tipográfico	FT-3	71.000,00
4	Pesquisador de Orçamento	FT-3	71.000,00
1	Bibliotecário Substituto	FT-3	71.000,00
5	Compositor Paginador	FT-3	71.000,00
1	Transportador	FT-3	71.000,00
2	Mecânico de Linotipo	FT-3	71.000,00
1	Dourador	FT-3	71.000,00
2	Encadernador	FT-3	71.000,00
3	Marceneiro Substituto	FT-4	59.500,00
1	Fotógrafo	FT-4	59.500,00
4	Auxiliar de Encadernador	FT-5	54.600,00
27	Motorista Substituto	FT-5	54.600,00
2	Operador de Telex	FT-5	54.600,00
36	Auxiliar de Secretaria Substituto	FT-5	54.600,00

Nº DAS FUNÇÕES	NOMENCLATURA	SÍMBOLO	VALOR R\$
1	Fundidor	FT-6	49.700,00
2	Conservador de Ar Condicionado	FT-6	49.700,00
6	Telefonista	FT-6	49.700,00
3	Operador de Som Substituto	FT-6	49.700,00
33	Ajudante da Portaria	FT-7	42.800,00
11	Ascensorista	FT-7	42.800,00
1	Conservador de Bomba d'Agua	FT-7	42.800,00
1	Lanterneiro	FT-7	42.800,00
1	Estofador	FT-7	42.800,00
1	Soldador	FT-7	42.800,00
1	Pintor	FT-7	42.800,00
5	Vigia	FT-8	38.000,00
4	Expedidor	FT-8	38.000,00
1	Lavador de Automóvel Substituto	FT-8	38.000,00
50	Servente da Administração	FT-8	38.000,00

PESSOAL LOTADO NO PALÁCIO MONROE

Nº DAS FUNÇÕES	NOMENCLATURA	SÍMBOLO	VALOR R\$
2	Operador de Telex	FT-5	54.600,00
5	Auxiliar da Garagem	FT-8	38.000,00
3	Artífice	FT-8	38.000,00
4	Servente da Administração	FT-8	38.000,00
2	Serviçal de Garagem	FT-8	38.000,00

SENADO FEDERAL, EM DE DEZEMBRO DE 1963

Auro Moura Andrade
Presidente do Senado Federal

J.3 - REQUERIMENTOS

No capítulo referente a estas proposições cumpre registrar a apresentação de 1.121 requerimentos, que pela sua finalidade assim se podem classificar:

Relativos a proposições em curso

- de adiamento de discussão	44
- de adiamento de votação	15
- de desarquivamento de projetos	47
- de destaque	318
- de dispensa de interstício	28
- de dispensa de publicação	
- de redações finais	45
- para discussão e votação	2
- de inclusão em Ordem do Dia	3
- de inversão da Ordem do Dia	3
- de preferência	43
- de reabertura de discussão	3
- de retirada de emendas	11
- de retirada de projetos	
- em caráter definitivo	2
- da Ordem do Dia	17
- de retirada de requerimentos	5
- de urgência	
- Art. 326, nº 5-A	2
- Art. 326, nº 5-B	11
- Art. 326, nº 5-C	15
- de votação nominal	45
- de votação secreta	3
- de tramitação em conjunto	4

Relativos à criação de Comissões

- Especiais	7
- Mistas	1
- para representação externa do Senado	4

Relativos a Senadores

- de autorização para desempenhar missões internacionais internacionais	13
- de licença	
- simples	13
- para tratamento de saúde	15

Relativos às sessões

- da consagração do Expediente a determinados fins	5
- de não realização de sessões em determinados dias	5
- de prorrogação de sessões	3

Relativos a outros assuntos

- de convocação de Ministros de Estado	1
- de homenagens de pesar	19
- de informações	309
- de manifestações de regozijo	5
- de transcrição nos Anais do Senado	13
- Diversos	15

INDICAÇÕES

J.4 - INDICAÇÕES

Duas indicações foram formuladas:

- a de n. 1, do Sr. Senador Cattete Pinheiro (apresentada em 5 de abril) no sentido de que a Comissão do Distrito Federal examinasse os problemas atinentes ao Plano de Ensino para Brasília, especialmente sobre conservações dos prédios escolares, situação dos professores, forma de aquisição de material, funcionamento do ensino industrial e situação do órgão encarregado do ensino público no Distrito Federal;
- a de n. 2 (apresentada em 4 de julho pelo Sr. Senador Afonso Arinos), no sentido de se pronunciarem as Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Finanças sobre a circular expedida pelo Sr. Ministro da Justiça aos Governadores dos Estados, relativamente à concessão de empréstimos externos aos Estados-Membros.

Sobre a primeira dessas Indicações a Comissão do Distrito Federal emitiu o Parecer n. 480/63. Na sessão de 9 de outubro, a Presidência deliberou fazer voltar a matéria à Comissão, tendo em vista que ela, embora se declarasse favorável, deixara de levar a sua aquiescência às últimas consequências, que acarretariam, como órgão específico, a apresentação das medidas legislativas adequadas à solução dos problemas focalizados.

No tocante à segunda, ainda não houve manifestação dos órgãos a que foi distribuída.

Dada a relevância da matéria, julga a Presidência interessante aqui fixar os termos em que foi formulada e justificada da tribuna:

" Nos termos dos artigos 220 e 222 n.º II do Regimento Interno indico sejam ouvidas as Comissões de Constituição e Justiça, Relações Exteriores e Finanças sobre a circular do Exmo. Sr. Ministro da Justiça aos Governadores de Estado, relativa à concessão de empréstimos externos aos Estados-Membros.

A consulta às Comissões, segundo as competências respectivas, terá especialmente em vista:

1 - Fixar as atribuições constitucionais do Senado em face do referido ato do Poder Executivo;

2 - Traçar normas de coordenação da ação do Senado com a do Ministério das Relações Exteriores para o exercício das atribuições referidas;

3 - Caracterizar as operações levadas a efeito pelos Estados-Membros de forma a verificar se se enquadram nas atribuições privativas do Senado, tendo em vista, também, o disposto no artigo 5º, XV-b da Constituição Federal". Sala das Sessões, em 4 de julho de 1963 - Afonso Arinos.

Sr. Presidente, este é o texto da indicação que eu gostaria - caso fosse possível - de justificar breve

Creio que agora é chegado o momento do Senado estabelecer, de forma tanto quanto possível definitiva, as normas a serem adotadas no seu procedimento, com referência ao conjunto de atribuições privativas que lhe foram conferidas pelo texto constitucional.

Não é nova esta matéria, ou antes não é inédito este estudo. No passado de nossa Casa e mesmo das duas Casas do Congresso Nacional, desde a primeira República, com a formação do Senado Federativo ao modelo americano, inúmeras vezes se tem procurado sistematizar a série de princípios e de conceitos que se aplicam às funções específicas do Senado no quadro republicano.

Eu mesmo, Sr. Presidente, tive em algumas oportunidades ocasião de proceder a estudos desta natureza.

Lembro por exemplo, que antes de ter a honra de ingressar neste recinto, ainda como deputado federal fiz, a pedido do meu Partido, um exame sobre as limitações impostas à competência legislativa do Senado com referência às leis tributárias, segundo a tradição do nosso Direito Constitucional. E em outra ocasião às vésperas de deixar o mandato na Câmara dos Deputados já eleito para a Câmara Alta do Congresso, fiz, também, desta vez da tribuna, uma longa exposição sobre o significado da igualdade de representação dos Estados no Senado, e isso a propósito da votação da emenda constitucional que tinha por objetivo acolher, no nosso Senado federativo, o princípio dos senadores vitalícios, que é praticado em algumas Câmaras senatórias em países de estrutura constitucional diferente da nossa.

Mas, acredito que a circular, preparada pelo eminente Sr. Ministro da Justiça e distribuída aos diferentes Governos de Estado, oferece, sem qualquer preocupação circunstancial ou de imediatismo político, oferece uma base e uma ocasião verdadeiramente magníficas para que as comissões de nosso Legislativo se esmerem no sentido dessas questões, a fim de que possamos partir de bases coordenadoras mais coerentes para não apenas o exercício continuado das nossas atribuições como também para que possamos prestar a colaboração do Senado, que no caso, é uma colaboração decisiva ao ensejo da existência de dúvidas, como aquelas que foram suscitadas, com referência à aplicação da mencionada circular ministerial.

Não há dúvida, Sr. Presidente, que temos, regulando os dispositivos constitucionais que outorgam determinadas atribuições privativas ao Senado disposições regimentais adequadas.

Já aqui levantarei uma das primeiras questões que têm sido, ou que eram de hábito discutidas pelos constitucionalistas antigos do Brasil. É a questão da diferença entre o que o Direito Constitucional chama privativo e aqui lo clama exclusivo. Como sabe V.Exa., esta questão foi objeto de interpretação pelos luminares da Primeira República. Mas as disposições vigentes no nosso Regimento que até certo ponto completam ou complementam os Artigos 62 e 63 da Constituição, não são inteiramente exaustivos porque o estudo e a redação prévia de uma lei regimental

dição e nos princípios gerais do Direito, enquanto que muitas vezes os problemas suscitados advêm da prática das instituições e do regime e, portanto, podem oferecer dúvidas, dificuldades e ambiguidades que nem sempre estão esclarecidas naquelas leis genéricas, redigidas de acordo com tradições que não têm relação com as situações que emergem da aplicação atual da Constituição.

Estando ausente do território nacional no momento em que se constituíram as comissões permanentes e, faço êsse reparo de passagem, não estou integrando nenhuma delas, coisa que acho razoável e muito justificável. É claro que as Comissões, sendo organizadas no momento em que o Senador se encontra no estrangeiro, não se poderia esperar o seu regresso a fim de incluir o seu nome, que é matéria que sempre depende de acção.

Mas, feito esse reparo de que, no momento, não pertença a nenhuma Comissão do Senado, nem mesmo àquelas a que já pertenci, ou seja as das Relações Exteriores e a de Justiça, não poderei, portanto, participar dos debates em torno do estudo que vou, na indicação do Projeto, submeter ao alto descortínio de V.Exa.

Mas gostaria desde logo de fazer uma sugestão. Para mim, um dos pontos que merecem a demorada atenção dos doutos companheiros que integram essas Comissões e órgãos permanentes dos trabalhos legislativos, é exactamente aquela de se caracterizar a natureza das operações financeiras, até este momento, levadas a efeito, por determinadas Administrações estaduais e creio que tratadas mesmo, por certas Administrações municipais, a fim de saber se elas se enquadram ou não, naquelas atribuições específicas do Senado, ou seja, na sua competência de autorização.

Minha impressão é de que isto depende da definição do próprio Congresso; definição que seria, talvez, objeto ou de uma norma do Regimento Comum ou de uma lei interpretativa, elaborada em forma realmente de lei.

Isto por que, Sr. Presidente, quando a Constituição fala na competência do Congresso, de legislar sobre normas gerais de direito financeiro e é exactamente o disposto no Art. 5º nº 15, letra b, do texto constitucional - a Constituição não define o que sejam essas normas gerais de direito financeiro.

Recordo que, por amável solicitação de meu amigo, Ministro Oswaldo Aranha, que na ocasião ocupava a pasta da Fazenda, sendo eu, embora, elemento da opposição e mesmo Líder do Partido da opposição, a pedido de S.Exa. e para atender a uma recomendação pessoal, sua, procedi a estudos sobre êsse inciso da Constituição, sobre o que poderia ser conceituado como norma geral de direito financeiro, de que forma se introduziria no campo da competência do Poder Legislativo, tal ou qual operação que pudesse ser definida dentro dessa rubrica constitucional.

Ocorre, Sr. Presidente, que êsse estudo, feito há muitos annos e entregue sem cópias, apenas como uma contribuição pessoal ao antigo Ministro da Fazenda, não se encontra mais em meu poder. nem eu posso garantir as con-

decorrer dêsse trabalho, pareceu-me que uma das conclusões mais importantes seria deixar para o Congresso, em função de uma série de argumentos que estão no quadro das nossas funções interpretativas, deixar à competência do próprio Congresso o cuidado de definir êsse tipo de operação, porque se nós entrarmos nas sutilezas, nas minúcias das definições escolásticas das ciências jurídicas - seja do Direito Financeiro, da Ciência das Finanças e do Direito Constitucional - nós encontraremos sempre argumentos suficientes para incluir ou excluir qualquer operação do quadro da definição constitucional. De maneira que a mim me parece que o critério mais objetivo, mas prudente e aquêle que melhor condiz com a dignidade e soberania do Congresso, é permitir que êle próprio estabeleça uma definição cuidadosa dessas operações até evidentemente, o limite que não venha infringir a Constituição ou lesar ou ferir a autonomia de outro poder ou de um Estado Federativo. Mas, êste é um dos pontos que me parece necessário dever suscitar a atenção dos nossos doutos colegas, no estudo a que devem proceder estas Comissões, caso a minha indicação seja, como espero, acolhida pelo Senado.

Outra questão que, apenas de passagem, afloro aqui, sem mesmo a intenção de aprofundá-la, e a possibilidade da criação, dentro do nosso Regimento, de um órgão específico do Senado que viesse se desincumbir ou pelo menos estudar, coordenar e providenciar a execução daquelas medidas que nos sejam reservadas pela Constituição, porque sabe V.Exa. que são medidas de diversas naturezas.

Temos aqui poderes judiciários, poderes administrativos, e poderes legislativos específicos. E há indiscutível controle do Poder Executivo no tocante à designação de certas autoridades, e à orientação de nossa política internacional.

Enfim, seriam assuntos a serem considerados no estudo a que venho de me referir, sendo que a minha presença na tribuna se justifica apenas pelo desejo de apresentar êstes esclarecimentos complementares como um acompanhamento da indicação que ofereci ao Senado e que peço aos meus prezados colegas que considerem com generosidade."

.

Finalmente, em 3 de dezembro foi apresentada pelo Sr. Senador Aarão Steinbruch a Indicação n. 3, de 1 963, a fim de que a Comissão Diretora examine a possibilidade de propor ao Senado, nos termos de anteprojeto de Resolução que apresenta, que os funcionários da Casa passem a receber a gratificação compulsória de Natal, equivalente a um mês integral de vencimentos, análoga à instituída pela Lei n. 4 090, de 13 de junho de 1 962.

**O SENADO NO EXERCÍCIO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS**

Pronunciamento sôbre escolha de autoridades

Autorizações para empréstimos externos

Suspensão de atos inconstitucionais

K - TAREFA REFERENTE AO CAMPO DA
COMPETENCIA PRIVATIVA DO SENADO

K.1 - ESCOLHA DE AUTORIDADES

Manifestou-se o Senado em casos em que a sua aquiescência era solicitada pelo Sr. Presidente da República, para provimento de cargos previstos na Constituição (arts. 63, nº 3, 99 e 103 e em leis posteriores.

Deu aprovação aos nomes propostos nos seguintes casos:

Ministros do Supremo Tribunal Federal

Data

(Constituição, art. 99):

Professor Hermes Lima

30. 5.1963

Dr. Evandro Cavalcante Lins e Silva

7. 8.1963

Ministro do Tribunal Federal de Recursos (Constituição, art. 103):

Dr. Armando Leite Rolemberg

18. 7.1963

Membros do Conselho Nacional de Economia (Constituição, art. 63, I):

Dr. José Joffily Bezerra de Melo

30, 5,1963

Dr. Fernando Gasparian

19,11,1963

Dr. Paulo Fender

19.11.1963

Membros do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (Lei nº 4131, de 3.9.1962, art. 35):

Nilo Medina Colli (Presidente do Banco do Brasil)

17. 7.1963

Juvenal Osório Nunes (Diretor da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Bra
sil)

10. 5.1963

Membros do CADE - Conselho Administrativo da Defesa Econômica (Lei nº 4137, de 10.9.1962, art. 9º)

	<u>Data</u>
Dr. Francisco Saturnino Braga	30. 7.1963
Dr. Mário de Souza Martins	30. 7.1963
Dr. Lourival Fontes	30. 7.1963
Dr. Nelson Baker Omegna	31. 7.1963
Dr. Irineu Pontes Vieira	31. 7.1963

Chefes de Missões Diplomáticas (Constituição, art. 63, I)

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>País</u>	<u>Data</u>
Armando Braga Rui Barbosa	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.	Bulgária	16. 4.1963
Afrânio de Melo Franco Filho	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Bélgica	18. 4.1963
Frederico Chermont Lisboa	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Mauritânia	14. 5.1963
José Sette Câmara Filho	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Confederação Helvética	18. 4.1963
Roberto Luiz de Assunção Araujo	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Argélia	16. 4.1963
Antônio Cândido da Câmara Couto	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Espanha	14. 5.1963
Carlos Alfredo Bernardes	Chefe da Missão	Nações Unidas	14. 5.1963
Martin Francisco Lafayette de Andrada	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Líbano	6. 6.1963

<u>Nome</u>	<u>CARGO</u>	<u>País</u>	<u>Data</u>
Antônio Roberto de Arruda Botelho	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Viet-Nam	6. 6.1963
Sérgio de Lima e Silva	Chefe de Missão	Comunidades Europeias	11. 7.1963
Leocádio de Almeida Antunes	Chefe da Delegação Permanente do Brasil	Associação Latino-Americano de Livre Comércio (ALACC)	17. 7.1963
Walder de Lima Sarmanho	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Peru	21. 8.1963
David Monteiro de Barros Lins	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Guatemala	29. 8.1963
José Oswaldo de Meira Penna	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Nigéria	29. 8.1963
Décio Honorato de Moura	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Argentina	19. 9.1963
Mário da Costa Guimarães	Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário	Afganistão	26. 9.1963
Bolivar de Freitas	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	El Salvador	8.10.1963
Colmar Pereira de Cerqueira d'Alto	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Panamá	8.10.1963
Carlos Alves de Souza Filho	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Grã Bretanha	7.11.1963
Moacir Ribeiro Briggs	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário	Iugoslávia	12.12.1963

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>País</u>	<u>Data</u>
Carlos Martins Thompson Flores	Embaixador Extraor- dinário e Plenipoten- ciário	Dinamarca	12.12.63
Vasco Tristão Leitão da Cunha	Embaixador Extraordi- nário e Plenipotenciá- rio	Portugal	12.12.63
Henrique Rodrigues Vale	Embaixador Extraordi- nário e Plenipotenciá- rio	União Soviética	12.12.1963

Em dois casos o Senado negou assentimento aos nomes propo-
tos.

Destinavam-se aos seguintes cargos :

Chefe da Missão Diplomática do Brasil junto
ao Governo da Iugoslávia

Data
25.7.63

Presidente do Banco Nacional do Desenvolvi-
mento Economico

31.7.63

K.2 - SUSPENSÃO DE ATOS INCONSTITUCIONAIS

Em face de julgados do Supremo Tribunal Federal que declararam a inconstitucionalidade de diplomas legais, o Senado, no exercício da competência prevista no art. 64 da Constituição, suspendeu a execução do seguinte:

ATO SUSPENSO

Art. 2º da Lei n. 1 215, de 6.2.1959, do Estado de Mato Grosso e do Decreto n.597, de 25.2.59, do mesmo Estado.

RESOLUÇÃO QUE SUSPENDEU

A EXECUÇÃO

Nº

DATA

15/63

2.7.63

COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES

M. 2 - COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES

M.2.1 - PERANTE O PLENÁRIO

Por duas vêzes o então Ministro da Fazenda Professor Francisco Clementino San Tiago Dantas compareceu, espontaneamente ao Senado para fazer exposições sôbre matéria da competência da sua pasta:

- em 27 de março - sôbre missão que desempenhou nos Estados Unidos da América;
- em 6 de junho - sôbre o empréstimo compulsório constante do Projeto que se transformou na Lei n. 4.242, de 17 de julho de 1963.

Na sessão de 2 de setembro o Sr. Senador Vasconcelos Torres propôs a convocação dos Ministros Militares, a fim de prestarem esclarecimentos sôbre a conveniência da criação do Ministério da Defesa Nacional e sôbre outros assuntos relativos ao interesse das Forças Armadas do Brasil e, ainda, sôbre a situação do navio aeródromo Minas Gerais. O Plenário, entretanto, recusou apoio à iniciativa, constante do Requerimento n. 624/63.

M.2.2. PERANTE AS COMISSÕES

M.2.2.1 - PARA EXPOSIÇÕES

Compareceram perante Comissões da Casa para exposições sobre assuntos de sua especialidade ou interesse, as autoridades e pessoas a seguir enumeradas.

- Comissão do Distrito Federal

- o Sr. Ivo de Magalhães, Prefeito do Distrito Federal, em 18 de setembro;
- o Sr. Deputado Guilherme Machado, Presidente da Comissão do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

- Comissão de Economia

- o Sr. Juvenal Osório Gomes, Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil. (Em 10.5.1963).

- Comissão de Educação e Cultura

- o Ministro da Educação e Cultura, Sr. Paulo de Tarso, sobre a atuação dos delegados brasileiros na III Reunião Interamericana de Ministros da Educação, realizada em Bogotá (em 20 de agosto).

- Comissão de Finanças

- o Sr. Deputado Guilhermino de Oliveira, sobre os déficits orçamentários e a sua repercussão negativa nos diversos setores das atividades nacionais (em reunião especial, a 27 de agosto).

- Comissão de Relações Exteriores

- o Embaixador Paulo Carneiro, Delegado do Brasil na UNESCO, para exposição sobre as atividades desse órgão (em 18 de abril).
- o Embaixador Carlos Alves de Souza Filho, Chefe da Missão Diplomática do Brasil na França, para informações sobre assuntos pertinentes às relações do Brasil com aquele país (em 30 de abril);
- o Embaixador Roberto Campos, Chefe da Missão Di-

- Comissão Especial de estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas nas exportações:

- o Sr. Raimundo A. Figueira, Presidente do Banco de Crédito da Amazonia (em 11 de setembro);
- o Sr. REMY ARCHER, Presidente do Banco Nacional do Crédito Cooperativo (em 23 de setembro);
- o Sr. CELSO FURTADO, Diretor Executivo da SUDENE, (em 16 de outubro);
- o Sr. RAUL BARBOSA, Presidente do Banco do Nordeste (em 23 de outubro);
- o Sr. Leo de Almeida Neves, Diretor da Carteira Agrícola da Zona Sul, do Banco do Brasil (em 23 de outubro);
- o Sr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira (em 28 de outubro);
- o Sr. Samuel Vital Duarte, Diretor da Carteira Agrícola da Zona Centro, do Banco do Brasil,
- o Sr. Jorge de Lima, Presidente do Instituto Nacional do Mate, em 6 de novembro;
- o Sr. Dr. Fábio Yassuda, Diretor da Cooperativa Agrícola de Cotia, em 31 de outubro;
- o Sr. Embaixador Jaime de Azevedo Rodrigues, em 20 de novembro;
- os Srs. Aristides Germain, Presidente do Sindicato dos Moageiros de Trigo no Rio Grande do Sul e José Geraldo Garcia, representante do Sindicato da Indústria do Trigo no Rio de Janeiro, em 25 de novembro.

- Comissão Especial incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

- o Sr. Augusto de Azevedo Antunes, Superintendente da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), em 17 de outubro;
- o Sr. Irnack Carvalho do Amaral, Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia (em 24 de outubro);

- Comissão Especial para estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

- o Sr. Otávio Bulhões, em 13 de setembro;
- o Sr. Omar Gonçalves Mota, Professor da Escola Superior de Guerra;
- o Sr. Haroldo Correia Cavalcanti, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (em 10 de outubro);
- o Engenheiro Sérgio Ugolino, Diretor do Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo.

M. 2.2.2 - PARA ARGUIÇÃO SOBRE MISSÕES PARA AS QUAIS FORAM PROPOSTOS

Para o exercício do papel que lhe atribuiu o art. 63 da Constituição, o Senado, através da Comissão de Relações Exteriores, julgou conveniente ouvir os seguintes diplomatas, escolhidos pelo Sr. Presidente da República para a Chefia de Missões Permanentes:

<u>NOMES</u>	<u>DATAS</u>
José Sette Câmara Filho	17 de abril
Roberto Luiz Assumpção de Araujo	3 de abril
Antônio Cândido da Câmara Canto	10 de maio
Carlos Alfredo Bernardes	10 de maio
Antônio Roberto de Arruda Botelho	24 de maio
Sérgio de Lima e Silva	10 de julho
Antônio de Queiroz Filho	26 de julho
Leocádio Antunes	16 de julho
Décio Honorato de Moura	18 de setembro
Bolivar de Freitas	8 de outubro
Carlos Alves de Souza Filho	6 de novembro.

K. 3 - AUTORIZAÇÃO PARA EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

Concedeu o Senado, com fundamento no art. 63, n. II, da Constituição, as seguintes autorizações para empréstimos externos, a serem contraídos por governos estaduais :

<u>Resolução</u> <u>n.</u>	<u>Data</u>	<u>Ementa</u>	<u>Publicação</u>
14/63	4. 7.63	Concede autorização ao Governo do Estado do Espírito Santo para assumir, perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as obrigações e responsabilidades destinadas a efetivação e resgate de um empréstimo externo, no montante de US \$ 2 000 000,00 para desenvolvimento de um programa de crédito agrícola	5. 7.63
29/63	26. 9.63	Autoriza o Governo do Estado do Pará a realizar, por intermédio do Departamento de Aguas e Esgotos, operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no total de US \$ 2 500 000,00	27. 9.63
36/63	13.12.63	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a assumir, perante a Aliança para o Progresso, através da Association International Development (AID), as obrigações e responsabilidades necessárias a efetivação e resgate de um empréstimo no valor de Cr.\$ 1 300 000 000,00, a ser amortizado em 40 anos, com recursos do Tesouro do Estado de Goiás, destinado a execução do programa educacional do mesmo Estado	13.12.63

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

L - TAREFA ADMINISTRATIVA

L.1 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Desenvolveu-se com perfeita regularidade a administração interna da Casa, sob a supervisão da Comissão Diretora e execução do Diretor Geral da Secretaria, o devotado, competente e probo Dr. Evandro Mendes Vianna, tendo como órgão de orientação o Sr. Primeiro Secretário, Senador Rui Palmeira, cuja capacidade de administrador se tem confirmado através de uma atuação segura, serena e sem esmorecimentos.

Contou a Comissão Diretora, igualmente, com a eficiente, esclarecida e austera colaboração do Sr. Quarto Secretário, Sr. Senador Cattete Pinheiro, a quem se devem as providências para a execução de importantes obras de melhoramento nas instalações do Senado.

Com o aumento do número de Partidos representados no Senado e, conseqüentemente, das Lideranças, houve necessidade de proporcionar a estas instalações adequadas, mormente depois que a Casa deliberou, através da Resolução n. 8/63, dar aos respectivos Gabinetes lotações capazes de assegurar-lhes regularidade nos serviços que lhes são tão afetos. Dessa tarefa, que por vezes teria que esbarrar em dificuldades aparentemente invencíveis, se encarregou o ilustre representante do Pará, prestando à Casa e aos Srs. Líderes inestimáveis serviços.

No momento em que se faz êsse registro é interessante consignar as iniciativas levadas a efeito para melhorar as instalações do Senado.

A seguinte enumeração é bastante sugestiva :

- criação de oito salas para Gabinetes;
- novas instalações e equipamento para o Serviço Médico, para a Diretoria da Ata, Serviço de Segurança, vestiário para os auxiliares de limpeza, sala de café e almoxarifado no sub-solo do Anexo e sala para depósitos dos avulsos.

A Comissão Diretora autorizou providências para a refrigeração de várias salas e gabinetes, em que as condições de calor tornam demasiado penoso o trabalho.

Para os Serviços Gráficos acha-se em fase final de construção um amplo edifício, projetado pelo Arquiteto Oscar Niemeyer e executado pela Companhia Construtora Nacional.

Deverão ser iniciadas dentro de poucos dias as obras destinadas à Usina Elétrica, também projetadas pelo mesmo Arquiteto e confiadas à mesma construtora.

A direção dos Serviços Auxiliares da Casa esteve a cargo do Diretor Geral da Secretaria, Dr. Evandro Mendes Vianna, cuja eficiência e cujo devotamento nunca seriam assás enaltecidos. Teve S.S. a competente e atuante colaboração dos Vice-Diretores-Gerais .. D. Nínon Borges Seal (Vice-Diretora Geral Administrativa) e João Manoel Rocha de Matos (Vice-Diretor Geral Legislativo).

Merecem citados, também, pela sua dedicada e competente atuação os Diretores de Serviço:

Aurea de Barros Rêgo, do Arquivo;
Herculano Ruy Vaz Carneiro, da Assessoria;
Ivan Palmeira, da Ata;
Rubens Pinto Duarte, da Biblioteca;
Edith Balassini, das Comissões;
Luiz do Nascimento Monteiro, da Contabilidade;
Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, do Expediente;
Maria do Carmo Rondon Saraiva, do Pessoal;
Glória Fernandina Quintela, das Publicações;
José de Campos Brício, da Taquigrafia.

Menção especial é devida à Assessoria, que, desfalcada da maior parte dos seus membros, consegue realizar a contento o seu relevante papel, em cujo desempenho se destacou sobretudo na fase orçamentária, conforme já foi consignado.

Relêvo deve ser dado, por igual, às Diretorias da Contabilidade e do Pessoal, pelo desempenho que deram às suas funções, vencendo à custa de dedicação e de espírito público as dificuldades com que lutaram, principalmente pela escassês dos respectivos quadros de servidores, para levar a bom têrmo tarefas pesadíssimas, em que qualquer êrro gera situações desagradáveis.

Ao Serviço de Radiodifusão, últimamente sob a direção do Assessor, Dr. Pedro Cavalcanti, que também presta brilhante colaboração à Comissão Diretora, no estudo de problemas de Direito Administrativo, é também justo se assinale a eficiente atuação, no divulgar os trabalhos da Casa.

Seria injusto esquecer a atuação da valorosa equipe da Secretaria Geral da Presidência, com as suas admiráveis Chefes de Seção, DD. Nair Cardoso e Gilda Leal Costa - equipe diminuta, mas donodada, realizando um trabalho que exigiria número três vêzes maior de funcionários.

Os serviços de Portaria, Transportes e Administração do Edifício funcionaram com a desejada regularidade, orientados, respectivamente, pelos Srs. Orlando de Sá Cavalcanti, José Celestino Pessoa e Joaquim Santos, grandes servidores, que conseguem sobressair, da modéstia das suas funções, pela correção e pela dedicação que os caracteriza.

Não seria, finalmente, lícito omitir a atuação correta e prestante dos servidores do Quadro Anexo, competentemente dirigido por D. Maria Tavares Barreto Coelho, substituída em suas férias regulamentares por D. Arlette Nascimento.

L.3 - NOVOS SERVIÇOS

L.3.1 - SERVIÇOS GRÁFICOS

No anterior relatório, referente à sessão extraordinária de 15 a 30 de janeiro deste ano, a Presidência teve ensejo de dar conhecimento ao Senado das providências que havia tomado no sentido de dotar o Senado, quanto possível, dos meios adequados à execução dos trabalhos gráficos necessários a sua atividade.

No ano anterior havia sido importado um equipamento "Multilith - Offset", para ele tendo sido preparada uma equipe, recrutada entre os servidores da Casa.

A experiência dos primeiros trabalhos realizados mostrou a conveniência de ser completado esse equipamento.

Outras máquinas foram, em consequência, adquiridas. Posto a funcionar com essa complementação, viu a direção da Casa que um caminho mais longo se abria a sua iniciativa, reclamado pelos interesses do Senado.

São de todos os Srs. Senadores conhecidas as dificuldades com que o Senado de longa data vinha lutando para a impressão dos seus Anais. Verificada, ainda no Rio de Janeiro, a impossibilidade de ser a sua publicação mantida em dia pela repartição impressora oficial, foram os Anais confiados às oficinas gráficas do IBGE, das quais tiveram, pouco depois, que ser tirados, por igual motivo, sendo confiados a gráficas particulares. Estas, porém, que no princípio trouxeram grandes esperanças no tocante à pontualidade desejada na entrega dos volumes, com o correr do tempo se viram a braços com os mesmos problemas das editoras anteriormente utilizadas.

Publicações especiais de grande interesse, que foram elaboradas pela Diretoria de Publicações, encontraram dificuldades para se imprimir resultando, da demora havida, inconvenientes não pequenos para a obtenção das finalidades que o trabalho legislativo deveria auferir desses documentários, com os quais a Presidência desejava contribuir para facilitar o estudo de assuntos que estão a desafiar a capacidade dos legisladores brasileiros.

Com a mudança para o Planalto as dificuldades, nessa área, se agravaram enormemente. De um lado, havia a considerar a situação de pleto de trabalho com que lutava a impressora oficial, impossibilitada de trazer para Brasília equipamento suficiente para as suas necessidades, por falta de habitações para o pessoal correspondente; tudo isso a contrastar com o crescimento considerável do vulto das suas obrigações, pelo desenvolvimento que tiveram, no Planalto, as atividades das Casas legislativas. Do outro lado, havia a registrar a inexistência, no campo da iniciativa privada, de oficinas em condições de atender aos reclamos dos serviços do Senado, tornando necessário recorrer a emprêsas da antiga sede do Governo Federal para a execução dos trabalhos indispensáveis, não só de natureza legislativa, mas também os de expediente de rotina dos Serviços Auxiliares.

Tendo em conta todas essas necessidades, a Comissão Diretora julgou conveniente dar ao serviço desenvolvimento capaz de tor

nar o Senado auto-suficiente na matéria.

Com esse objetivo foram feitas novas aquisições de máquinas e se providenciou a fim de que a estas fôsse assegurado local conveniente de trabalho, em pavilhão especial próximo ao estacionamento de automóveis do Senado. Com se tornasse aconselhável colocar, em funcionamento algumas dessas máquinas desde a sua chegada a Brasília, antes que ficasse pronta a construção definitiva já iniciada, a Comissão Diretora mandou preparar um galpão provisório, em que foram localizadas de modo a poderem dar produção imediata.

Lançadas, assim, as bases de um serviço de natureza industrial que oferece problemas administrativos diferentes dos comuns aos Serviços Auxiliares existentes, a Comissão Diretora julgou oportuno pedir ao Senado, através do Projeto de Resolução nº 29, de 1963, entre outras medidas, autorização para dar organicidade aos Serviços Gráficos do Senado. E o Plenário, compreendendo o alcance da medida, acolheu a proposta e conferiu a Comissão Diretora os poderes necessários para realizar o objetivo colimado.

Fê-lo por meio da Resolução nº 20, de 1963, promulgada em 14 de agosto, na qual se consigna:

"Art. 1º - É a Comissão Diretora autorizada a organizar os Serviços Gráficos do Senado, para atender as necessidades da Casa em matéria de trabalhos de impressão e correlatos, utilizando o equipamento existente e outros que venham a ser adquiridos.

Art. 2º - Para a implantação dos Serviços Gráficos será aproveitado o pessoal que já vem prestando serviços ao Senado na especialidade, podendo a Comissão admitir para completar o que se acha previsto na Resolução nº 8, de 1963, o que se tornar necessário, dando conhecimento ao Senado dos atos que nesse sentido praticar.

Art. 3º - O pessoal para os Serviços Gráficos que deva ser admitido se-lo-á mediante rigorosa seleção a cargo da Comissão a que se refere o art. 7º, a base dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos, investigação dos seus antecedentes profissionais e comprovação prática das suas aptidões.

Art. 4º - A admissão far-se-á, inicialmente, sob o regime de remuneração pro-labore, por um período de observação que a Comissão Diretora fixará, ao fim do qual poderá ser objeto de contrato por prazo fixo, desde que essa solução seja julgada conveniente aos interesses do Senado.

Art. 5º - A Comissão Diretora fixará o quantitativo de remuneração a ser paga ao pessoal admitido inclusive o previsto na Resolução nº 8/63, observados os níveis salariais vigentes nas atividades particulares da espécie e o regime de trabalho a que se deva submeter.

Art. 6º - É a Comissão Diretora, igualmente, autorizada a

promover a organização de um Serviço de Documentação, com o aproveitamento de servidores já existentes no Senado.

Art. 7º - A Comissão Diretora designará três funcionários para procederem aos trabalhos de organização e implantação dos Serviços Gráficos e de Documentação.

Art. 8º - Até a fase de implantação os Serviços Gráficos e de Documentação ficarão subordinados ao Secretário-Geral da Presidência.

Art. 9º - A Comissão Diretora proporá, oportunamente, ao Senado a estrutura definitiva dos Serviços Gráficos e de Documentação e o correspondente quadro de pessoal.

Art. 10 - Serão devidas somente a partir da Res. 26 de 30.7.1963, as diárias pela mesma atribuídas por efetivo exercício em Brasília, aos funcionários que tenham entrado em gozo de licenças, depois da vigência da Lei nº 4 019, de 20 de dezembro de 1961, previstas nos incisos I, II e III do art. 88 da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 11 - As despesas decorrentes desta Resolução correrão a conta das verbas orçamentárias próprias.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário."

Vale reproduzir, aqui, as palavras com que o eminente Senador Mem de Sá se pronunciou sobre a criação dos Serviços Gráficos, ao encaminhar a votação do Projeto:

"O SR. MEM DE SÁ - (Para encaminhar a votação) - Sr. Presidente, devo confessar a V. Exa. que ao tomar conhecimento da matéria desta Resolução, o meu primeiro movimento foi de recusa a sua aprovação. S. Exa. entretanto, teve a fidalguia de explicar-me e ao Senador Aloysio de Carvalho a realidade da situação e as cautelas que a Comissão Diretora está tomando e pretende tomar para a realização desses serviços; sobretudo me preocupa e me impressiona a situação em que se encontra a Imprensa Oficial, que realmente, pelo que sei, ainda continua operando com eficiência acima do que se poderia esperar, dentro das condições materiais em que se acha, em Brasília, exclusivamente, graças a extraordinária dedicação e competência desse padrão do funcionalismo brasileiro, que é o Sr. Brito Pereira.

O Sr. Aloysio de Carvalho - Muito bem!

O SR. MEM DE SÁ - Ora, uma organização da importância de uma Imprensa Nacional, que como a nossa depende sobretudo da permanência e da vida de um homem é uma organização precária em si mesma. E evidentemente, o Congresso Nacional precisa acobertar-se, tomando as providências necessárias para ter a sua imprensa própria.

Em face, pois, dessa situação, e renovando o crédito de confiança que a Mesa me merece, para conduzir um empreen-

dimento dessa natureza, darei o meu voto favorável.

Conheço um pouco dos problemas de imprensa, Sr. Presidente, porque trabalhei em jornal cerca de 15 anos. E sei que de todos os setores de atividade industrial este é dos mais complexos, delicados e trabalhosos. Quero crer, porém, que, feita uma boa escolha na direção do novo setor que se abre na administração do Senado, será possível colher resultados louváveis e dignos de aplausos".

Ac se ocupar dos trabalhos orçamentários, já esta Presidência teve o prazer de pôr em relevo a magnífica contribuição com que os Serviços Gráficos do Senado corresponderam ao crédito de confiança que representou a sua criação.

Em breve, com a conclusão do edifício que lhes é destinado, projetado pelo próprio Prof. Oscar Niemeyer, estarão esses Serviços em condições de funcionar em ambiente de mais conforto, dispendo de área suficiente para o seu desenvolvimento, na proporção exigida pelos interesses do Senado.

Dever-se-á, então, caminhar para a etapa final da sua implantação, que tornará possível, a edição do próprio órgão oficial da Casa.

Serão necessários novos investimentos, que permitirão ao Senado atingir, na matéria, a segurança de poder contar na publicação dos seus atos, com a regularidade exigida pela sua condição de órgão integrante de um Poder cuja autonomia deve ser assegurada cabalmente.

L.3.2 - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Aproveitando o ensêjo em que propunha ao Senado a organização dos Serviços Gráficos, a Comissão Diretora julgou acertado pedir, igualmente, autorização para corporificar uma idéia que já vinha sendo objeto de estudos desta Presidência: a criação de um órgão que prestasse colaboração à Assessoria, às Comissões e aos Srs. Senadores em geral, nas pesquisas e no preparo de documentários sobre os assuntos em estudo no Congresso Nacional.

Assim justificou a Comissão Diretora essa proposta:

" No projeto se cogita também da organização e implantação de um Serviço de Documentação. É uma velha lacuna que se faz sentir nos serviços auxiliares do Senado.

Em 1954, uma Comissão de altos funcionários, designada para estudar uma reestruturação desses serviços, propôs a criação de uma Diretoria de Documentação. A medida não foi julgada oportuna, sobretudo por falta de espaço na antiga sede do Senado, embora se cogitasse também da construção de novo edifício para esta Casa do Congresso na velha Capital da República, idéia que veio a ser abandonada em virtude do rumo que tomaram os acontecimentos que deram em resultado a mudança da sede do Governo para o Planalto Central.

Agora, em Brasília, já não existem as dificuldades de espaço e as necessidades do Senado estão a reclamar a criação de um órgão que complete o sistema instrutivo da Casa, no tocante à elaboração legislativa, sobretudo dando à Assessoria, como aos Senadores e às Comissões, constante e eficiente assistência, na obtenção de elementos de estudo e na organização de documentários.

É, pois, oportuno o momento de se enfrentar o problema.

Como no caso dos Serviços Gráficos, a Comissão Diretora, ao invés de propor desde logo uma estrutura definitiva e um quadro de pessoal, preferiu prever uma fase de estudo, em que o novo serviço, atendido por servidores pioneiros, já existentes na Casa, se vá constituindo com a necessária flexibilidade, valendo-se dos frutos de observação e experimentação, até que, fixada a feição que pareça mais conveniente, possa ser objeto de uma estrutura definitiva, a ser proposta ao Senado pelos meios hábeis".

Também nessa parte a iniciativa da Comissão Diretora, substanciada no Projeto de Resolução nº 29/63, mereceu a aprovação integral do Plenário, passando a constituir o art. 6º da Resolução nº 20/63, promulgada em 14 de agosto.

Posteriormente, a Comissão Diretora sentiu a necessidade de sugerir ao Senado a modificação do título do serviço assim criado.

O projeto de Resolução nº 37/63 propunha:

"Altera a Resolução nº 20, de 1 963

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. Denominar-se-á "Serviço de Informação Legislativa" o órgão de que trata o art. 6º da Resolução nº 20/63, cujas normas regerão a sua implantação.

ma, ser posto à disposição de outros serviços do Senado, inclusive Gabinetes, ou de órgão estranho à Casa."

Assim o justificou a Comissão Diretora:

"Ao serem iniciadas as providências para a implantação do serviço previsto no art. 6º da Resolução nº 20/63, a Comissão delas incumbida verificou desde logo a inadequação do título escolhido.

A expressão "Informação Legislativa", no seu sentido mais alto, melhor se ajustará ao que se pretende realizar.

Já na fase de implantação o serviço terá necessidade de estabelecer contatos com outras entidades estranhas à Casa. Daí a conveniência de que tenha desde o início denominação condizente com os seus objetivos.

Finalmente, para proteger tanto os Serviços Gráficos como o de Informação Legislativa do esyasiamento resultante das requisições de servidores, a Comissão julgou por bem propor a regra constante do art. 2º, impeditiva de tais atos".

Convertida a proposta na Resolução nº 26/63, promulgada em 5 de setembro, passou o "Serviço de Documentação" a denominar-se "Serviço de Informação Legislativa".

Ainda em fase de implantação, esse serviço, entregue à orientação da Redatora Leyla Castelo Branco Rangel, já deu à Casa apreciável colaboração, traduzida em excelentes documentários sobre

Jornalismo (Legislação)

Reforma Agrária

(2 volumes publicados e mais 2 em impressão)

Direito Eleitoral

Direito de greve

(em publicação)

L.4 - ATOS REFERENTES A FUNCIONÁRIOS

Cumpre, aqui, registrar os seguintes:

I - NOMEAÇÕES :

a) - Atos do Plenário

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Resolução</u>	<u>Publicação</u> <u>DCN</u>
Lizete de Almeida Castro	Taquígrafo, PL-4	10/63	22. 5.63
Edson Theodoro dos Santos	"	"	"
Alan Viggiano	"	"	"
Maria Lúcia Lopes	"	"	"
Arimar de Oliveira Freitas	"	"	"
Serafim de Oliveira	"	"	"
Lélia Mascarenhas de Moura	"	"	"
José Campos Brício	Diretor, PL-1	19/63	2, 8,63
Maurício Pereira Vasques	Taquígrafo, PL-4	21/63	22. 8.63
Adolpho Perez	"	"	"
Sebastião Nonguerol	"	"	"
Myrtes Nogueira	"	"	"

b) - Atos da Comissão Diretora

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Publicação</u>
Geraldino Alves Pôrto	Auxiliar de Portaria, PL-10	1. 5.63
Joel Pereira	Motorista, PL-10	1. 5.63
Mário Ferreira Barbosa	Motorista, PL-10	23. 5.63
José Gouvêa	Auxiliar de Portaria, PL-10	4, 6,63
Aliatar Pinto de Andrade	Auxiliar de Limpeza, PL-11	13. 7.63
Aroldo Lacerda Guimarães	Auxiliar de Limpeza, PL-11	13. 7.63
Edith Balassini, Oficial Legislativo, PL-3	Diretora das Comissões (interinamente)	17. 7.63
Joaquim Santos Filho	Assessor Legislativo, PL-3	5. 9.63

II - APOSENTADORIAS

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Resolução</u>	<u>Publicação</u> <u>DCN</u>
Antônio Menezes do Nascimento	Chefe do Serviço de Transportes, PL-6	5/63	3. 4.63
Nelson Gonçalves Ribeiro	Chefe do Serviço de Transportes	6/63	3. 4.63
Godofredo Correia de Toledo	Auxiliar de Portaria, PL-8	7/63	3. 4.63
Efraim Rêgo Barros	Auxiliar de Limpeza, PL-11	13/63	26. 6.63
Clemente Watzl	Vice-Diretor-Geral, PL-0	18/63	1. 8.63
José Santos de Almeida	Auxiliar de Limpeza, PL-11	31/63	18.10.63
José da Silva Lisbôa	Redator, PL-3	37/63	17.12.63

III - LICENÇAS

Atos da Comissão Diretora

a) - Para tratamento de saúde

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Publicação</u>		<u>Prazo</u>
		<u>DCN</u>	<u>Pág.</u>	
Maria Reis Joseti	Taquígrafa	4. 4.63	407	12 meses
Gonçalo Farias de Oliveira	Ajudante de Porteiro, PL-7	17. 8.63	2043	60 dias
Benvenida Maria Soares	Redator, PL-3	17. 8.63	2043	90 dias
Marcílio de Souza	Auxiliar de Portaria, PL-8	17. 8.63	2043	12 meses
Amélia da Costa Côrtes	Oficial Legislativo, PL-3	18.11.63	3424	

b) - Para tratamento em pessoa da família

Emanuel Novaes	Auxiliar Legislativo, PL-10	1. 5.63	644	5 dias
Francisco Rodrigues Soares Pereira		13. 6.63	1245	8 dias
Edmar Lélvio Vieira Faria Soares	Taquígrafo, PL-3	22. 6.63	1398	
Manoel Isidoro Pereira	Auxiliar de Portaria, PL-9	22. 6.63	1398	
Emanuel Novaes	Auxiliar Legislativo, PL-10	29. 8.63	2175	

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Publicação</u>		<u>Prazo</u>
		<u>DCN</u>	<u>Pág.</u>	
Cecília Braconi e Castro	Oficial Legislativo, PL-6	12.10.63	2893	30 dias
Maria de Lourdes Veiga	Auxiliar Legislativo, PL-10	13.11.63	3347	
Emanuel Novaes	Auxiliar Legislativo, PL-10	13.11.63	3347	

c) Para tratamento de interesses particulares

Paulo Rubens Pinheiro Guimarães	Auxiliar Legislativo, PL-10	1. 6.63	1068	2 anos
Jorge Miguel Conceição	Auxiliar de Portaria, PL-10	12. 7.63	1656	2 anos
Moema Fernandes Tavora	Oficial Legislativo, PL-8	3. 8.63	1916	2 anos
Beatriz Brown	Oficial Legislativo, PL-8	18.11.63	3424	2 anos

Atos do Primeiro Secretário

Para tratamento de saúde

Marcílio de Souza	Auxiliar de Portaria, PL-8	27. 4.63	622	60 dias
Amélia da Costa Côrtes	Oficial Legislativo, PL-3	25. 6.63	1410	60 dias
Bemvinda Maria Soares	Redatora, PL-3	25. 6.63	1410	90 dias
Gonçalo de Farias Oliveira	Ajudante de Porteiro, PL-7	25. 6.63	1410	40 dias
Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas	Oficial Legislativo, PL-6	20. 8.63	2068	60 dias
Francisco Rodrigues Soares Pereira	Taquígrafo-Revisor, PL-2	20. 8.63	2068	15 dias
Fernando Alfredo Carneiro Pereira	Mecânico, PL-7	1.11.63	3194	30 dias
Paulo Weguelim Delpech	Conservador de Documentos, PL-6	1.11.63	3194	20 dias
Branca Lírio Lima	Oficial Legislativo, PL-8	14.11.63	3364	90 dias
Emanuel Novaes	Auxiliar Legislativo, PL-10	21.11.63	3499	90 dias
José Coutinho de Araujo	Motorista, PL-8	21.11.63	3499	30 dias
Orlando Ayres	Auxiliar de Portaria, PL-8	21.11.63	3499	15 dias

Atos do Diretor Geral

a) - Para tratamento de saúde

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Publicação</u>		<u>Prazo</u>
		<u>DCN</u>	<u>Pág.</u>	
Heredio Del Giudice	Eletricista, PL-6	23. 5. 63	956	15 dias
José Martins de Moraes	Auxiliar de Limpeza, PL-11	25. 5. 63	987	8 dias
José Luiz dos Santos	Auxiliar de Limpeza, PL-11	25. 5. 63	987	15 dias
Aristhoteles Pereira Madruga	Auxiliar de Portaria, PL-11	25. 5. 63	987	15 dias
Gonçalo Farias de Oliveira	Ajudante de Porteiro, PL-7	13. 6. 63	1258	10 dias
Gonçalo Farias de Oliveira	Ajudante de Porteiro, PL-7	11. 7. 63	1652	10 dias
Clemente Watzl	Diretor, PL-1	11. 7. 63	1652	30 dias
Victor Lobo	Auxiliar de Portaria, PL-9	13. 7. 63	1685	15 dias
José Martins de Moraes	Auxiliar de Limpeza, PL-11	13. 7. 63	1685	10 dias
Marietta Jacy de Oliveira	Oficial Legislativo, PL-4	20. 7. 63	1764	30 dias
Francisco Rodrigues Soares Pereira	Taquígrafo-Revisor, PL-2	20. 7. 63	1764	15 dias
Aristides Seixas	Auxiliar de Limpeza, PL-11	2. 8. 63	1904	25 dias
Victor Lobo	Auxiliar de Portaria, PL-9	2. 8. 63	1904	15 dias
José Martins de Moraes	Auxiliar de Limpeza, PL-11	2. 8. 63	1904	8 dias
Helena Brown	Auxiliar Legislativo, PL-9	2. 8. 63	1904	30 dias
Cecília Braconi e Castro	Oficial Legislativo, PL-6	2. 8. 63	1904	30 dias
Victor Lobo	Auxiliar de Portaria, PL-9	3. 8. 63	1916	10 dias
José Martins de Moraes	Auxiliar de Limpeza, PL-11	3. 8. 63	1916	10 dias
José Martins de Moraes	Auxiliar de Limpeza, PL-11	6. 9. 63	2325	8 dias
Fernando Alfredo Carneiro Pereira	Mecânico, PL-7	20. 9. 63	2508	30 dias
Paulo Weguelin Delpech	Conservador de Documentos, PL-6	20. 9. 63	2508	20 dias
Francisco Olímpio Gomes	Auxiliar de Portaria, PL-9	26.10.63	3095	15 dias
Ronaldo Ferreira Dias	Oficial Legislativo, PL-8	26.10.63	3095	15 dias
Genoveva Fonseca Ayres	Auxiliar Legislativo, PL-9	26.10.63	3095	15 dias
Roberto do Amaral Furlan	Auxiliar de Almoxarifado, PL-7	26.10.63	3095	7 dias
Maria d'Aparecida Jordao	Taquígrafa, PL-3	26.10.63	3095	30 dias
Aurisan Ramos Caiado	Dentista, PL-4	26.10.63	3095	15 dias
Pedro Leao Gonella	Auxiliar de Portaria, PL-9	26.10.63	3095	10 dias
Adonias Pedro da Cos				

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Publicação</u>		<u>Prazo</u>
		<u>DCN</u>	<u>PAG.</u>	
José Coutinho de Araujo	Motorista, PL-8	26.10.63	3095	20 dias
José Soares Cavalcante	Auxiliar de Portaria, PL-10	1.11.63	3194	10 dias
José Coutinho de Araujo	Motorista, PL-8	1.11.63	3194	30 dias
José Geraldo da Cunha	Oficial Legislativo, PL-3	9.11.63	3286	7 dias
Felipe Baroud	Auxiliar de Portaria, PL-8	9.11.63	3286	15 dias
Claudionor de Araujo Barros	Radiotécnico, PL-9	9.11.63	3286	5 dias
Adonias Pedro da Costa	Motorista-Auxiliar, PL-10	15.11.63	3381	24 dias
Celso Luiz Ramos de Medeiros	Auxiliar-Legislativo, PL-10	15.11.63	3381	5 dias
Orlando Ayres	Auxiliar de Portaria, PL-8	15.11.63	3381	30 dias
Nelson Lima Davel	Motorista-Auxiliar, PL-10	.	.	.
Genoveva Fonseca Ayres	Auxiliar Legislativo, PL-9	15.11.63	3381	14 dias
Ronaldo Ferreira Dias	Oficial Legislativo, PL-8	15.11.63	3381	14 dias
Maria Riza Baptista Dutra	Oficial Bibliotecário, PL-3	15.11.63	3381	4 dias
Marília Távora	Oficial Legislativo, PL-6	5.12.63	3691	8 dias

b) - Licença especial

Maria de Maracajá Daltro	Oficial Legislativo, PL-6	24. 4.63	573	3 meses
Elena Simas	Taquígrafa-Revisora, PL-2	24. 4.63	573	3 meses
Romilda Duarte	Oficial Legislativo, PL-3	23. 5.63	956	6 meses
Abenego de Souza Lino	Auxiliar de Portaria, PL-9	11. 7.63	1652	6 meses
Miécio dos Santos Andrade	Diretor, PL-1	20. 7.63	1764	6 meses
Elena Simas	Taquígrafa-Revisora, PL-2	20. 7.63	1764	3 meses
Clemente Watzl	Diretor, PL-1	20. 7.63	1764	4 meses
Celina Ferreira Franco	Taquígrafa-Revisora, PL-2	20. 9.63	2508	2 meses
Marietta Jacy de Oliveira	Oficial Legislativo, PL-4	20. 9.63	2508	o restante

c) Licença (Art. 273, da Resolução nº 6, de 1960)

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Publicação</u>		<u>Início</u>
		<u>DCN</u>	<u>PAG.</u>	
Armandina José Vargas	Oficial Legislativo, PL-6	26. 3.63	307	29.12.63
Elza José Muniz de Melo	Oficial Legislativo, PL-4	24. 4.63	573	16. 2.63
Bibiana de Paula de Marsillac	Oficial Legislativo, PL-7	27. 4.63	622	9. 3.63
Ily Rodrigues Alves	Oficial Legislativo, PL-6	23. 5.63	956	27. 4.63
Glory Soares dos Santos Martins Ferreira	Oficial Legislativo, PL-8	13. 6.63	1258	22. 4.63
Diva Falconi de Carvalho	Auxiliar Legislativo, PL-10	13. 6.63	1258	7. 3.63
Branca Borges Goes Bakaj	Auxiliar Legislativo, PL-9	13. 6.63	1258	28. 2.63
Maria Tavares Sobral	Oficial Legislativo, PL-8	13. 7.63	1685	29. 5.63
Carmen Lúcia de Holanda Cavalcante Vilhena	Oficial Legislativo, PL-8	2. 8.63	1904	23. 6.63
Dalva Bastos Lopes	Enfermeira, PL-7	26.10.63	3095	2. 9.63

IV - AUTORIZAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
A OUTROS ÓRGÃOS

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Órgão</u>	<u>Resolução nº</u>	<u>Publicação</u>
José Vicente de Oliveira Martins	Assessor Legislativo, PL-3	Govêrno do Estado da Bahia	12/63	12. 6.63
Luiz Carlos da Fonseca	Assessor Legislativo, PL-3	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)	22/63	22. 8.63
Murilo Marroquin de Souza	Redator, PL-3	Presidência da República	23/63	29. 8.63
Lis Henriques Fernandes	Oficial Legislativo	Assembléia Legislativa da Guanabara	24/63	29.8.63

Apolônio Jorge
Faria Salles H

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Órgão</u>	<u>Resolução</u> <u>nº</u>	<u>Publicação</u>
Apolônio Jorge Fa- ria Salles Filho, Cláudio Ideburque Carneiro Leal Ne- to e Luiz Renato Vieira da Fonseca		Conselho Ad- ministrati- vo de Defe- sa Econômi- ca (CADE)	30/63	15.10.63
Caio Cesar de Me- nezes Pinheiro	Redator, PL-3	Embaixada do Brasil em Beirute	33/63	7.12.63

L. 5 - C O N C U R S O S

No corrente ano, o Senado fêz realizar dois concursos públicos para provimento de onze vagas existentes no início da carreira de Taquígrafo de Debates de Sua Secretaria, dando ampla divulgação dos mesmos através da Imprensa Nacional e órgãos de informações das principais cidades do País.

Designados pela Comissão Diretora, em reuniões de 30 de outubro de 1962 e 15 de maio de 1963, constituíram a Banca Examinadora de ambos os concursos os Senhores Senador Guido Mondin, José Campos Brício (Diretor da Taquigrafia) e Glória Fernandina Quintela (Diretora de Publicações), examinadores.

Primeiro Concurso

Quarenta e nove candidatos satisfizeram as exigências de inscrições, realizadas em Brasília e no Rio de Janeiro, de acordo com o edital. Inscreveram-se, respectivamente, trinta e um candidatos nesta e dezoito naquela Capital.

A primeira prova compareceram trinta candidatos, logrando a aprovação apenas sete concorrentes. Estes se submeteram a todas as demais provas e, ao final, obtiveram habilitação no concurso. Homologado o concurso, foram nomeados os sete candidatos habilitados, conforme a Resolução n. 10, de 1963.

Segundo Concurso

Persistindo a existência de vagas na carreira, novo edital de inscrição foi baixado, tendo satisfeito as exigências trinta e quatro candidatos, inscritos vinte e cinco em Brasília e nove no Rio de Janeiro.

Trinta e um candidatos compareceram à primeira prova, obtendo aprovação nove concorrentes. Esses nove candidatos se submeteram à prova seguinte, na qual lograram aprovação apenas sete. As demais provas do concurso se submeteram os sete candidatos, que, ao final, conquistaram aprovação no concurso. Homologado este, o Senado, através da Resolução n.º 2, de 1963, nomeou quatro candidatos, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas existentes.

L.6 - REVISÃO PSICOTÉCNICA DE MOTORISTA E FUNCIONÁRIOS DO SERVIÇO DE SEGURANÇA

A Comissão Diretora, impressionada com frequentes casos de acidentes e outros fatos reveladores de desajustamentos entre os motoristas e funcionários do Serviço de Segurança, resolveu submeter todos esses servidores a uma série de exames.

Para esse fim constituiu (Portaria n. 3/63) Comissão composta de Diretor Geral, Dr. Evandro Mendes Vianna, da Diretora de Publicações, D. Glória Fernandina Quintela (Psicóloga Supervisora) e do Major Sérgio Vilela Monteiro (Psicólogo da Força Pública do Estado de São Paulo).

Foram examinados 76 motoristas e 36 funcionários do Serviço de Segurança, inclusive inspetores, todos submetidos às seguintes provas:

- Raden coletivo - prova objetiva e simples para conhecimento do nível de inteligência de acordo com o grau de instrução;
- psico-diagnóstico mio-cinético (DMK) de Mira y Lopez, prova de personalidade para separação imediata dos tipos normais dos patológicos, fixando traços de personalidade;
- ortho-raden;
- exame de vista, para encaminhamento do candidato ao oculista, quando necessário;

- indivíduo em seu meio, condições de vida, família, conflitos, etc.;
- prova de percurso (test situativo ou real), a fim de apurar conhecimentos de normas de trânsito e fixar reações.

Os resultados não só comprovaram a eficiência desses exames, como a necessidade de medidas imediatas em decorrência deles. Tornou-se imperativo o imediato afastamento da direção do automóvel de alguns motoristas que nessa atividade representavam sério perigo não só para eles mesmos, mas também para as pessoas por eles conduzidas. Numerosos foram encaminhados a tratamentos médicos especializados, de caráter urgente; outros foram desde logo desviados para funções de natureza diversa, compatível com a sua situação e, finalmente, outros estão sendo objeto de estudos, para definitiva readaptação.

Não pôde esta Presidência, ao relatar o caso, deixar sem uma palavra de aplauso a Comissão que se encarregou dos exames, especialmente D. Glória Fernandina Quintela, que mais uma vez demonstrou a sua alta capacidade científica, que lhe assegurou o justo renome nos meios especializados, não apenas do país como do estrangeiro, e o seu espírito profundamente humano, ao encarar problemas tão delicados.

L.7 - DISTINÇÕES CONFERIDAS A FUNCIONÁRIOS

É motivo de satisfação para a Presidência aqui consignar a condecoração conferida, com integral justiça, a um dos mais cultos e devotados servidores do Senado:

<u>FUNCIONÁRIO</u>	<u>CONDECORAÇÃO</u>	<u>DECRETO</u>
Paulo Augusto Nunes de Figueiredo	Ordem do Mérito Militar (no grau de Comendador)	13.8.1963

L.8 - APERFEIÇOAMENTO DE FUNCIONÁRIOS

Também é grato a esta Presidência registrar a viagem de estudos à Europa que levaram a efeito, em agosto e setembro, os Assessores Paulo Augusto Nunes de Figueiredo e Aiman Nogueira da Gama.

Nas principais Casas de Parlamento do Velho Continente realizaram estudos, previamente programados, que por certo não de ser de reais proveitos para o trabalho legislativo.

Visitaram eles a Itália, a Jugoslávia, a Hungria, a Áustria, a França, a Bélgica e Portugal, realizando estudos sobre a organização dos Parلامentos, em especial quanto ao seu assessoramento técnico e direito social; especialmente na parte relativa à previdência e assistência social.

AÇÃO FISCALIZADORA DO SENADO

M - TAREFA FISCALIZADORA DO SENADO

M. 1 - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

Traduziu-se em 309 Requerimentos de informações a atividade do Senado neste campo de sua missão fiscalizadora da administração pública.

As informações solicitadas eram da esfera das seguintes atividades:

Presidência da República	<u>34</u>	Requerimentos (ns. 61, 70, 79, 84, 117, 193, 201, 202, 273, 311, 396, 425, 465, 469, 473, 477, 480, 496, 514, 515, 559, 590, 595, 627, 664, 698, 699, 710, 712, 723, 731, 743, 773, 1058)
Estado Maior das Forças Armadas	<u>1</u>	Requerimentos (ns. 285)
Ministros de Estado:		
- da Aeronáutica	<u>7</u>	Requerimentos (ns. 70, 82, 491, .. 510, 541, 641, 747)
- da Agricultura	<u>14</u>	Requerimentos (ns. 57, 59, 115, ... 263, 309, 464, 504, 568, 592, 598, 629, 701, 744, 1114)
- da Educação e Cultura	<u>14</u>	Requerimentos (ns. 70, 203, 313, .. 430, 453, 454, 511, 534, 542, 556, 596, 608, 706, 1131)
- da Fazenda	<u>70</u>	Requerimentos (ns. 50, 58, 60, 67, 70, 72, 87, 90, 95, 103, 108, 109, 110, 112, 134, 195, 207, 212, 264, 281, 283, 285, 294, 295, 304, 309, 441, 444, 445, 452, 454, 457, 459, 466, 470, 474, 479, 481, 488, 490, 497, 505, 507, 513, 529, 535, 542, 546, 573, 576, 596, 606, 612, 616, 618, 620, 622, 623, 633, 669, 682, 685, 769, 775, 1090, 1110, 1112, 1113, 1124, 1132)
- da Guerra	<u>5</u>	Requerimentos (ns. 50, 67, 70, 541, 652)
- da Indústria e Comércio	<u>22</u>	Requerimentos (ns. 50, 54, 57, 58, 65, 108, 111, 113, 127, 189, 206, 213, 289, 318, 397, 494, 508, 509, 575, 616, 617, 669)

- da Justiça	<u>3</u>	Requerimentos (ns. 539, 737, 761)
- da Marinha	<u>4</u>	Requerimentos (ns. 59, 70, 541, 788)
- das Minas e Energia	<u>19</u>	Requerimentos (ns. 70, 71, 88, 89, 167, 209, 272, 330, 391, 549, 560, 585, 611, 613, 657, 674, 697, 789, 1057)
- das Relações Exteriores	<u>15</u>	Requerimentos (ns. 55, 59, 100, 107, 271, 280, 314, 475, 486, 547, 553, 564, 597, 741, 1075)
- da Saúde	<u>8</u>	Requerimentos (ns. 306, 471, 482, 490, 630, 688, 788, 794)
- do Trabalho e Previdência Social	<u>47</u>	Requerimentos (ns. 64, 70, 262, 282, 328, 428, 436, 437, 446, 447, 460, 463, 465, 473, 477, 480, 484, 489, 493, 528, 530, 532, 540, 557, 565, 579, 619, 632, 634, 635, 645, 670, 675, 679, 681, 689, 695, 720, 732, 943, 1089, 1101, 1103, 1107, 1108, 1122, 1127)
- da Viação e Obras Públicas	<u>44</u>	Requerimentos (ns. 63, 69, 70, 83, 93, 94, 102, 105, 128, 141, 188, 205, 210, 211, 292, 305, 307, 310, 435, 438, 506, 521, 522, 544, 550, 589, 599, 607, 621, 622, 631, 680, 693, 740, 751, 757, 779, 788, 793, 796, 1019, 1111, 1115, 1116)
Prefeito do Distrito Federal	<u>2</u>	Requerimentos (ns. 315, 643)

Dêsses requerimentos foram respondidos 114.

Houve solicitação de prazo para resposta em relação aos seguintes:

<u>Nº</u>	<u>Senador</u>	<u>Ministro</u>
87/63	Gilberto Marinho	- da Fazenda
90/63	Jefferson de Aguiar	- da Indústria e Comércio
108/63	Vasconcellos Torres	- da Indústria e Comércio
289/63	Vasconcellos Torres	- da Indústria e Comércio
318/63	Gilberto Marinho	- da Indústria e Comércio
617/63	Adolpho Franco	- da Indústria e Comércio
674/63	Catete Pinheiro	- das Minas e Energia

De sessões legislativas anteriores foram recebidas informações relativas a 23 requerimentos, prestadas pelas autoridades.

<u>Ministro</u>	<u>Requerimento</u> <u>Nº</u>	<u>Autor</u>
- da Fazenda	9/63	Paulo Coelho
- do Trabalho e Previdência Social	"	" "
- da Fazenda	681/62	Paulo Coelho
- da Saúde	"	" "
- DASP	"	" "
- da Viação e Obras Públicas	774/62	Paulo Coelho
- da Viação e Obras Públicas	684/62	" "
- da Viação e Obras Públicas	760/62	" "
- da Aeronáutica	759/62	" "
- do Trabalho e Previdência Social	758/62	" "
- da Viação e Obras Públicas	713/62	" "
- da Viação e Obras Públicas	775/62	" "
- da Indústria e Comércio	749/62	" "
- da Indústria e Comércio	90/62	Jefferson de Aguiar
- do Trabalho e Previdência Social	8/63	Paulo Coelho
- da Viação e Obras Públicas	34/62	Paulo Coelho
- da Agricultura	29/63	Gilberto Marinho
- da Fazenda	186/59	Lino de Matos
- da Viação e Obras Públicas	679/62	Gilberto Marinho
- da Educação e Cultura	51/62	Paulo Coelho
- da Saúde	185/61	Mendonça Clark
- da Fazenda	283/62	Paulo Coelho
- da Viação e Obras Públicas	150/61	Mendonça Clark
- da Fazenda	423/62	João Vilasboas
- do Trabalho e Previdência Social	28/63	Paulo Coelho
- da Viação e Obras Públicas	111/61	Jefferson de Aguiar

O SENADO EM SUAS RELAÇÕES

N - O SENADO EM SUAS RELAÇÕES

N.1 - CORRESPONDÊNCIA

A correspondência oficial do Senado se traduziu por

	<u>Recebidos</u>	<u>Expedidos</u>
I - <u>MENSAGENS</u>		
(Presidente da República)	221	154
II - <u>OFÍCIOS</u>		
Presidente da Câmara dos Deputados		25
Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República	58	81
<u>Ministros</u>		
Aer náutica	9	8
Agricultura	11	16
Educação e Cultura	5	53
Fazenda	52	65
Guerra	6	6
Indústria e Comércio	22	27
Justiça e Negócios Interiores	2	5
Marinha	3	4
Minas e Energia	19	32
Relações Exteriores	18	72
Saúde	5	12
Trabalho e Previdência Social	10	47
Viação e Obras Públicas	29	44
Outras autoridades	12	537
III - Cartas	107	129
IV - Telegramas	799	3 859

N. 3 -- ARTICULAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

N. 3.1 - COM A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Em 8 de março esta Presidência recebeu, do então Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, comunicação de haver sido criado, naquele Gabinete, um Serviço de Relações Parlamentares, para prestar-lhes auxílio nas suas relações com o Poder Executivo.

Estava assim formulada a comunicação:

Presidência da República
Gabinete Civil

Brasília, 8 de março de 1963

CGC 2767

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Auro Moura Andrade
DD. Presidente do Senado

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Ao iniciar-se um novo período dos trabalhos legislativos, desejo comunicar a Vossa Excelência a criação, no Gabinete Civil da Presidência da República, de um Serviço de Relações Parlamentares, órgão que ficará permanentemente à disposição dos Senhores Senadores para tôdas as informações de que carecerem e para prestar-lhes todo o auxílio nas relações com o Poder Executivo.

Por outro lado, comunico a Vossa Excelência que o Chefe do Gabinete Civil estará à disposição dos Senhores Senadores, diariamente, das dez às doze horas.

Colocando-me à disposição de Vossa Excelência, solicito a sua obsequiosa interferência para que cheguem ao conhecimento dos Senhores Senadores as providências tomadas no sentido de que os membros do Poder Legislativo possam ser prontamente atendidos no Gabinete Civil da Presidência da República.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência as minhas mais

Atenciosas Saudações

a) Evandro Lins e Silva
Chefe do Gabinete Civil

Posteriormente era comunicada a designação do ex-Deputado Francisco Saturnino Braga para Assessor de Assuntos Parlamentares do Chefe do Gabinete Civil (carta CGC 3071, de 15 de março)

Mais tarde, em 28 de março, nova comunicação era recebida (do credenciamento do Ministro Domingos Velasco para manter contacto permanente com os Srs. Senadores, com a finalidade de facilitar os entendimentos entre o Executivo e o Senado.

Em 31 de julho era comunicada a designação do Sr. José Victorino de Lima, da Secretaria das Relações Parlamentares, para ele-

N.3.2 - COM OUTRAS ENTIDADES

Estiveram credenciados como elementos de ligação com o Senado :

- 1 - do Ministério da Aeronáutica - o Sr. Major Aviador Almerindo Sancho;
- 2 - do Ministério da Educação e Cultura - a Sra. Silvia Cintra Bastos Tigre (Aviso de 5 de junho);
- 3 - do Ministério da Fazenda - o Sr. Brasília Galvão;
- 4 - do Ministério da Guerra - o Sr. Coronel André Fernandes de Souza, recentemente elevado ao Generalato, honra que esta Presidência registra com especial satisfação;
- 5 - do Ministério da Indústria e do Comércio - o Sr. João Martins Luz;
- 6 - do Ministério da Marinha - os Capitães de Fragata André Leon Fleury Nazareth e Joao Mario Batista (designados em 15.8.1962);
- 7 - do Ministério das Minas e Energia, o Sr. Danilo Gadó Negócio;
- 8 - do Ministério das Relações Exteriores, o Sr. Ministro Wladimir do Amaral Murtinho (Aviso de 23 de agosto);
- 9 - do Ministério da Saúde, o Sr. Armando Salgado Lages (Aviso n. 245, de 10 de abril);
- 10 - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Sr. Paulo Caetano Tavora;
- 11 - da Prefeitura do Distrito Federal, o Sr. Luiz Serra Pinto (designado em 12.12.1962 - Ofício n. 1 408).

Com referência ao Ministério das Relações Exteriores, apraz-nos mencionar que pela Lei n. 3 917, de 14 de julho de 1961, que o reorganizou, foi criado o Serviço de Relações com o Congresso, destinado a assegurar ao Poder Legislativo e aos seus membros o assessoramento que se faça necessário, com relação aos assuntos pertinentes ao Ministério. (Comunicação constante do Aviso n. GB/1, de 23.8.1963).

Para chefiar êsse Serviço foi designado o Sr. Ministro Wladimir do Amaral Murtinho.

N.3.3 - REPRESENTAÇÃO DA IMPRENSA

Em 20 de junho foi eleito o Comitê de Imprensa, constituído dos jornalistas

Marcos de Faria	Presidente
Fernando Oliveira de Lara Rezende	Vice-Presidente
Eládio Marques Pereira	Secretário
Haig Baghdassarian	Suplente

Representaram os órgãos da imprensa e as Agências telegráficas os Srs.

<u>NOME</u>	<u>ÓRGÃOS REPRESENTADOS</u>
Marcos de Oliveira	O Globo
Eládio Marques Pereira	Agência Nacional
F.C.Nobre de Lacerda Filho	Nossapress
Evandro Carlos de Andrade	O Estado de São Paulo
Reis Vidal	Agências Associadas
José Afonso Maria de Souza	Rádio Globo
Adauto Cesar Fróes	Jornal do Comércio
Haig Baghdassarian	Diário de São Paulo
Luiz Menezes	United Press International
Fernando Oliveira de Lara Rezende	Rádio Eldorado de São Paulo
Oldeney de Carvalho	Associação Amazonense de Imprensa
Guilherme de Sena Varjão	Crítica

N.4 - C O N V I T E S

Há que registrar os seguintes:

- 1) - de S.Exa. Revma. o Sr. Dom José Newton de Miranda Batista, Arcebispo de Brasília, para a Missa comemorativa da instalação do Congresso Nacional, no dia 15 de março, às 10 horas, na Igreja de Santo Antônio;
- 2) - do Sr. Presidente da República para que os Srs. Senadores Barros Carvalho, João Agripino, Aurélio Vianna e Jefferson de Aguiar participassem da sua visita oficial ao Chile, em 22 de abril;
- 3) - do Sr. Prefeito Municipal de Corumbá, Mato Grosso, para que comparecessem às festividades comemorativas do 96º aniversário da Retomada de Corumbá pelas Fôrças Armadas Brasileiras, na guerra do Paraguái, os Srs. Senadores Humberto Néder, Bezerra Neto, Guido Mondin e Cattete Pinheiro;
- 4) - do Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que o Senado se fizesse representar na inauguração da Agência do Banco do Brasil no Chile, em 19 de agosto;
- 5) - do Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, para o ciclo de conferências a realizar-se no Auditório do Clube de Engenharia, de 2 a 11 de setembro;
- 6) - do Sr. Senador Dix-Huit Rosado, para que o Senado se fizesse representar nas solenidades comemorativas do 80º aniversário da libertação dos escravos, na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, no dia 30 de setembro;
- 7) - do Governador do Estado do Paraná, Sr. Nei Braga, para que o Senado designasse um representante a fim de participar da Comissão Especial destinada a fixar os eritérios de aplicação e fiscalizar a distribuição dos recursos financeiros recebidos pelo Governo do Estado para atender às vítimas dos flagelos que atingiram o Paraná (designado o Sr. Senador Melo Braga);
- 8) - do Presidente dos órgãos integrantes do Soviet Supremo da URSS para o envio de uma Delegação de Senadores e Deputados em visita àquele país (designados os Sen. Sigefredo Pacheco, Heribaldo Vieira, Oscar Passos, Antônio Jucá, Aarão Steinbruch e Lopes da Costa, pelo Senado; e os Deputados Humberto Lucena, Ozanam Coelho, Paulo Mincaroni, Milton Reis, Edilson Távora e Dnar Mendes, pela Câmara dos Deputados;
- 9) - do Secretário Geral da Associação Brasileira Pró-Nações Unidas (ABNU) e Vice-Presidente da Federação Mundial das Associações Pró-Nações Unidas (FMANU), para que o Senado se fizesse representar na XVIII Assembléia Plenária da Federação Mundial das Associações Pró-Nações Unidas, em Nova York, de 9 a 14 de setembro (designado em 3 de setembro o Sr. Senador Jefferson de Aguiar, que declinou da designação em 9 do mesmo mês);

- 10) - do Presidente da SUPRA para a solenidade de distribuição de sementes aos lavradores do "Cinturão Verde" do Distrito Federal, no dia 7 de novembro, no Palácio do Planalto;
- 11) - do Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Ministro Afrânio Antônio da Costa, para visitar as instalações da mesma instituição;
- 12) - do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, para as solenidades comemorativas do centenário do nascimento do Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, realizadas em Porto Alegre;
- 13) - do Sr. Presidente da República para as solenidades religiosas que fez celebrar no Palácio do Planalto em 25 de novembro, em sufrágio da alma do Presidente John Kennedy, dos Estados Unidos da América.

N. 5 - VISITANTES

A Presidência recorda, com satisfação, a visita do Sr. Gabriel Gonçalves Videla, ex-Presidente da República do Chile, em 22 de maio. O ilustre visitante foi recebido em Plenário, sendo saudado pelo Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

ASSUNTOS REFERENTES AOS SENADORES

0.5.2 - MISSÕES DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA

0.5.2.1 - MISSÕES DO SENADO

0.5.2 .1.1 - MISSÕES NO PAÍS

Há que mencionar as seguintes:

1) REPRESENTAÇÃO DO SENADO NO CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, REALIZADO EM CURITIBA, EM MARÇO DE 1963.

Senadores designados (em 20.3.63)

Adolpho Franco,
Amaury Silva,
Guido Mondin

II) REPRESENTAÇÃO DO SENADO NAS SOLENIDADES DE INAUGURAÇÃO DA V EXPOSIÇÃO NACIONAL DE GADO ZEBÚ E XXIX EXPOSIÇÃO-FEIRA AGRO-PECUÁRIA realizada em maio na cidade de Uberaba:

Senadores designados (em 25.4.63)

Sigefredo Pacheco,
Wilson Gonçalves,
Argemiro de Figueiredo,
Nogueira da Gama ,
Dênarte Mariz,
Raul Giuberti (desistiu) e
Benedicto Valladares

III) REPRESENTAÇÃO DO SENADO NOS FUNERAIS DO SENADOR CARLOS JE-REISSATI:

Senadores designados (em 9.5.63)

Dix-Huit Rosado
Ruy Carneiro
Miguel Couto,
Aarão Steinbruch e
Vasconcelos Tôrres.

IV) REPRESENTAÇÃO DO SENADO NAS SOLENIDADES COMEMORATIVAS DO ANIVERSÁRIO DA LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS NA CIDADE DE MOSSO-

Senadores designados (em 18 de setembro)

Jefferson de Aguiar
José Ermírio e
Cortez Pereira.

V) - VISITA AO HOSPITAL CENTRAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA,
NO RIO DE JANEIRO.

Senadores designados (em 13 de novembro)

Ruy Carneiro
Vasconcelos Torres e
Rui Palmeira

VI) .. REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO, NA
CIDADE DO SALVADOR (OUTUBRO) :

Senador Mello Braga

0.5.2.1.2 - MISSÕES NO ESTRANGEIRO

0.5.2.1.2.1 - MISSÕES DO CONGRESSO NACIONAL

92a. REUNIÃO DO CONSELHO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, EM LAUSANNE,
DE 15 A 21 DE ABRIL:

Senadores designados (em 29 de março e 15 de abril)

Wilson Gonçalves, (desistiu)
Zacarias de Assunção,
Artur Virgílio,
Rui Palmeira,
Filinto Müller
Gilberto Marinho

53a. CONFERÊNCIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, EM BELGRADO, DE 12
A 20 DE SETEMBRO:

Senadores designados (em 31 de julho, 1, 8, 13 de a -
gosto)

Ruy Palmeira
Filinto Müller,
Ruy Carneiro.

Irineu Bornhausen,
Nogueira da Gama,
Argemiro de Figueiredo,
Arnon de Melo e
Guido Mondin

XVIII ASSEMBLÉIA DA UNIÃO INTERNACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES OFICIAIS DE TURISMO (AUIOT).

Senadores

Gilberto Marinho,
Padre Calazans.

XVIII ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PRÓ-NAÇÕES UNIDAS.

Em 3 de setembro foi o Sr. Senador Jefferson de Aguiar designado para participar da Delegação do Congresso Nacional à XVIII Assembléia Plenária da Federação das Associações Pró Nações Unidas, a realizar-se em New York, de 9 a 14 de setembro. Sua Excelência, entretanto, declinou da designação (comunicação à Mesa lida em 9 de setembro)

VISITA DE PARLAMENTARES BRASILEIROS À UNIÃO SOVIÉTICA (A CONVITE DO SOVIET SUPREMO DA URSS) - em setembro.

Senadores

Sigefredo Pacheco,
Heribaldo Vieira,
Oscar Passos,
Antônio Jucá,
Aarão Steinbruch e
Lopes da Costa.

FUNERAIS DO PRESIDENTE JOHN KENNEDY, DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (novembro)

Senador Moura Andrade

3a. CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR AMERICANA (A REALIZAR-SE EM WASHINGTON, A PARTIR DE 3 DE FEVEREIRO DE 1964) :

0. 5.2.1.3 - MISSÕES DO EXECUTIVO

I) - VISITA OFICIAL DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO CHILE, em abril

Senadores convidados :

Parros Carvalho,
João Agripino,
Aurélio Vianna,
Jefferson de Aguiar

II) - SOLENIIDADES DE COROAÇÃO DE SUA SANTIDADE O PAPA PAULO VI, NO VATICANO (em junho) :

Senador Benedicto Valladares.

III) - POSSE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERÚ, SR. FERNANDO BELAUNDE TERRY

Senador Eduardo Catalão.

IV) - POSSE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, SR. ALFREDO STROESSNER (em agosto) :

Senador Victorino Freire

V) INSTALAÇÃO DA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL na cidade de Santiago do Chile, em 19 de agosto:

Senador Mello Braga

VI) ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DAS CAIXAS ECONÔMICAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM AGOSTO.

Senador Salviano Leite

VII) REUNIÃO DO CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ, EM LONDRES
(agosto)

Senador Nelson Maculan

VIII) ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, EM NOVA YORK, de setembro a dezembro:

Senadores:

Victorino Freire

Vivaldo Lima

Antônio Carlos

IX-REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS SOBRE "RELAÇÕES BRASIL ÁFRICA"
"DESARMAMENTO" e "DISCRIMINAÇÃO", na Argélia, a convite do
Governo daquele país (novembro):

Senador Afonso Arinos

X) - REUNIÃO TÉCNICA TRIPARTITE DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO PARA A INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DE BEBIDAS (dezembro)

Senadores. Walfredo Gurgel e Raul Giuberti.

0.6 - DISTINÇÕES RECEBIDAS POR MEMBROS DO SENADO FEDERAL

É para esta Presidência motivo de especial satisfação mencionar as seguintes condecorações conferidas a membros do Senado Federal:

- MEDALHA DO MÉRITO "TAMANDARÉ"

aos Srs. Senadores:

Artur Virgílio

Sigefredo Pacheco

- MEDALHA DE PRATA "SANTOS DUMONT"

aos Srs. Senadores:

Menezes Pimentel e

Barros Carvalho (decreto de 17 de julho)

- ORDEM DO MÉRITO MILITAR (no grau de Grande Oficial) aos

Srs. Senadores:

Amauri Silva

José Ermírio

Antônio Balbino

(por decreto de 13 de agosto).

- ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO

a) no grau de Grande Oficial

ao Senhor Senador Amauri Silva

(por decreto de 15 de outubro)

b) no grau de Comendador, aos

Srs. Senadores:

Nogueira da Gama,

Milton Campos,

Atilio Montana,

José Kairala,

Barros Carvalho,

Filinto Müller,

Zacarias de Assunção,

Lopes da Costa,

Raul Giuberti,

José Ermírio,

Aurélio Vianna,

Artur Virgílio,

Benedito Valladares,

Nelson Maculan,

Cattete Pinheiro,

Guido Mondim,

Argemiro de Figueiredo

ORDEM DO MÉRITO NAVAL

- a) - no grau de Grande Oficial, ao Sr. Senador Amauri Silva
(por decreto de 20 de novembro);
- b) - no grau de Comendador, aos Srs. Senadores :
- Barros Carvalho,
Argemiro de Figueiredo,
Artur Virgílio,
Dinarte Mariz e
Ruy Carneiro
(Decretos de 20 de novembro);

Ao Presidente do Senado foram conferidas as seguintes distinções :

- Grã-Cruz da Ordem do Mérito Rio Branco;
- Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar;
- Grã-Cruz da Ordem da Bandeira da Iugoslávia.

Com referência à condecoração da Ordem do Mérito Militar, julga esta Presidência fixar, pelo seu conteúdo de homenagem ao Senado Federal, as palavras proferidas pelo Sr. Ministro da Guerra, Sr. General de Exército Jair Dantas Ribeiro, ao entregá-la, em cerimônia realizada no Salão Nobre, no dia 13 de novembro :

" Exmo. Sr. Senador Auro Soares Moura Andrade,
M.D. Presidente do Senado Federal.

Senhores Senadores,
Minhas senhoras e meus senhores.

Na qualidade de Ministro da Guerra, tenho o imenso orgulho e a grata satisfação de comparecer a esta augusta casa, órgão de equilíbrio do Poder Legislativo, para, em nome do Exército, fazer a entrega da condecoração com que foi agraciado o Presidente do Senado Federal : a Gran Cruz da Ordem do Mérito Militar.

Veja nesta distinção, Sr. Senador Moura Andrade, uma consagração de homens de farda as altas qualidades de liderança que vos consagram para essa honrosa função e aos assinalados serviços prestados à causa da Democracia, tornando-se credor de homenagens da Nação Brasileira e particularmente de seu Exército.

Vejam nesta homenagem, Senhores Senadores, a irrestrita confiança e alto apreço com que nossa instituição militar acompanha os trabalhos do Senado Federal, órgão assegurado do atendimento dos princípios básicos de nossa evolução democrática.

Em nome de S. Excia. o Sr. Presidente da República, Grão Mestre da Ordem do Mérito Militar, tenho a honra de agradecer V. Excia. com a nossa maior condecoração : a Gran Cruz da Ordem do Mérito Militar."

Agradecendo a distinção e as palavras do Sr. Ministro da Guerra, assim se pronunciou o Presidente do Senado :

" Senhor Ministro da Guerra.

É uma honra receber Vossa Excelência e de suas mãos a insígnia do Mérito Militar que me veio confe

" Sabem Vossa Excelência e seus ilustres companheiros de gloriosa farda quanto tem sido profunda a confiança por mim depositada, como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, no Exército Brasileiro, em seus comandantes e soldados.

Chefe do Poder Legislativo da República, meu diálogo com as Forças Armadas do Brasil está revestido da lealdade devida a Constituição, a paz do povo e a segurança nacional.

São nossos deveres garantir os direitos consagrados na Constituição; e são nossos direitos exigir o cumprimento dos deveres constitucionais.

Este é, no meu entender, nosso difícil encargo. Recai sobre muitos, peça sobre mim, como Chefe do Poder Legislativo, e sobre Vossa Excelência, nas arduas responsabilidades de Ministro da Guerra, - um dos mais poderosos baluartes de legalidade democrática.

Eis porque, eminente Senhor Ministro da Guerra, devemos estar alertas contra as deformações que se fazem, nos dias atuais, do conceito de legalidade.

Legalidade não é apenas uma palavra, mas a própria ordem social, política e econômica de um povo.

O regime representativo, a Federação, a República, o Congresso, as eleições, os Tribunais, enfim, os direitos, deveres e instituições da democracia são a legalidade. Ela não é um "slogan"; é a nossa ordem como nação e como Estado.

Daí porque a autoridade só é legítima na medida em que se identifica com a vontade nacional revelada na Constituição.

A autoridade é decorrência e ação institucional. Ela foi instituída em todos os graus e existe na relação em que se exerce nos exatos limites instituídos e para os precisos fins instituídos. Assim é a autoridade de todos: a do chefe de família, a do mestre escola, a do magistrado, a dos governantes, a dos sacerdotes, a dos militares...

A representação de uma autoridade não constituída é inadmissível; significa subversão da ordem hierárquica, destruição da disciplina, quebra de convívio - e uma intolerável usurpação.

Entretanto, disto temos exemplos no País. Indivíduos e entidades há não instituídos em lei ou na Constituição, que ostensivamente usurpam a autoridade das entidades constituídas e, nas suas siglas, pretendem conter a legalidade de que não são titulares. Falam à Nação, dirigem-se ao Governo, representam a Justiça e aos Paramentos, paralisam o trabalho e se alastram impunemente, sem severas censuras, ou simples censuras, submetendo a lei e ameaçando as estruturas do regime.

São contra a legalidade. No maior número de casos, são a própria ilegalidade.

" Estas palavras, Senhor Ministro da Guerra, constituem a sincera colaboração de um breve depoimento que o Presidente do Senado Federal julgou de seu dever prestar a Vossa Excelência, no instante em que recebe a alta dignidade que lhe acaba de conferir o Exército Brasileiro.

Não desejo exceder, nem em palavras, nem em tempo, os estritos limites dos deveres. Lembra Montaigne que erra o arqueiro que ultrapassa o alvo, tanto como o que não o alcança.

O Senado Federal recebe desvanecido e com festivo aplauso a ilustre visita de Vossa Excelência, que aqui vem, em nome do Exército, honrá-lo na pessoa de seu Presidente.

O Senado da República guarda com amor e justificado orgulho nacional a memória dos fatos militares que enobreceram nossa História e têm a nossa imorredoura gratidão os bravos e os heróis de nossas Forças Armadas.

Na pessoa de Vossa Excelência, Senhor Ministro da Guerra, saúdo o Exército Brasileiro, reverencio as figuras imortais dos grandes soldados da Pátria, exalto os que lutaram pela democracia em campos da Europa e honro os que têm preservado e continuarão defendendo a democracia em nosso país".

OS ACONTECIMENTOS DE 4 DE DEZEMBRO

A fidelidade com que esta Presidência procura fixar, nos seus Relatórios anuais o que na Casa se passa não permitiria a omissão de uma referência aos tristes e lamentáveis acontecimentos do dia 4 de dezembro.

Constrangimento deveras envencível, entretanto, apenas nos permite um breve registro. O Senado foi agravado no ambiente sempre tranquilo e respeitável do seu Plenário, em plena sessão, armas foram empunhadas, tiros foram deflagrados e uma vítima, estranha aos sentimentos que assim explodiam, caía por terra, mortalmente ferida, para falecer horas depois.

Esta Presidência se viu na dolorosa contingência de prender em flagrante e entregar à Justiça dois dos membros da Casa, e a levar a efeito os atos processuais que a Constituição e o Regimento impunham. O Senado aprovou (7 de dezembro) essas providências (Resolução nº 35/63) e concedeu a permissão necessária para que as autoridades judiciárias pudessem exercer, no caso, a sua atuação.

Os demais registros ficam para os Anais.

E para todos uma advertência a convocar os espíritos para uma profunda meditação.

CONGRESSO NACIONAL

C O N G R E S S O N A C I O N A L

SESSÕES CONJUNTAS

P - A S S U N T O S R E F E R E N T E S

A O

C O N G R E S S O N A C I O N A L

P.1 - A T O S R E A L I Z A D O S E M C O N J U N T O P E L A S D U A S C A S A S

P.1.1 - S E S S Õ E S C O N J U N T A S

P.1.1.1 - S E S S Õ E S C O N J U N T A S R E A L I Z A D A S

Reuniram-se Senado Federal e Câmara dos Deputados em sessões conjuntas 24 vezes, sendo:

- 1 para instalação da 5a. sessão legislativa ordinária da 5a. Legislatura (a 15 de março);
- 22 para apreciação de vetos presidenciais a
 - 16 e 18 de abril,
 - 7, 9, 16, 28 e 30 de maio,
 - 4, 5, 6, 11, 18 e 20 de junho,
 - 9 de julho,
 - 13, 20, 22, 27 e 29 de agosto,
 - 12 e 20 de setembro e
 - 12 de dezembro;
- 1 para receber, em 22 de setembro, a visita de Chefe de Estado estrangeiro (Marechal Josip Bros Tito, Presidente da República da Iugoslavia).

VETOS PRESIDENCIAIS

Matéria vetada

Comissões Mistas

Relatórios

*Pronunciamento do Congresso sobre os
vetos*

P.3 - VETOS PRESIDENCIAIS

P.3.1 - MATERIA VETADA

Ao ter início a sessão legislativa que ora se encerra pendiam de pronunciamento do Congresso Nacional 14 vetos presidenciais, proferidos em sessões anteriores, ou nos respectivos intervalos.

No decorrer dos trabalhos normais deste ano foram recebidos mais 9, totalizando 23 o número de casos em que o Sr. Presidente da República convidou o Congresso Nacional a reexaminar proposições legislativas votadas pelas duas Casas.

Tratava-se de 7 vetos totais e 18 parciais (estes totalizando 114 disposições vetadas).

P.3.2 - COMISSÕES MISTAS PARA RELATAR VETOS PRESIDENCIAIS

Vinte e duas Comissões Mistas foram designadas, de acordo com o Regimento Comum, para relatar vetos presidenciais:

<u>Projeto nº</u>		<u>Senadores</u>	<u>Deputados</u>	
<u>C. D.</u>	<u>S. F.</u>			
4	806-A/62	180/62	Leite Neto Eurico Rezende Barros Carvalho	Último de Carvalho Rubens Berardo Pereira Lopes
4	807-A/62	179/62	Walfredo Gurgel João Agripino Bezerra Neto	Clóvis Pestana Temperani Pereira Alde Sampaio
3	379-B/61	134/62	José Guimard Antônio Carlos Josaphat Marinho	Manoel Almeida Paiva Muniz Lauro Cruz
1	293-B/59	34/62	Eugênio Barros Lopes da Costa Aarão Steinbruch	Manoel Almeida Clemens Sampaio Pedro Aleixo
4	540-B/62	182/62	Sigefredo Pacheco Adalberto Sena Lino de Matos	Humberto Lucena João Veiga Pedro Aleixo
1	662-B/60	159/61	Wilson Gonçalves Oscar Passos Raul Giuberti	Arnaldo Cerdeira Giordano Alves João Menezes
2	285-B/60	183/62	José Feliciano José Cândido Mem de Sá	Raimundo de Brito Sérgio Magalhães Luiz Viana
4	676-A/58	163/62	Lobão da Silveira Daniel Krieger Júlio Leite	Antônio Feliciano Giordano Alves Lourival Batista
3	799 /62	2/63	Victorino Freire	Raul de Góis

Projeto nº		<u>Senadores</u>	<u>Deputados</u>	
<u>C. D.</u>	<u>S.F.</u>			
4	470-B/62	4/63	Atílio Fontana Dinarte Mariz Silvestre Péricles	Celso Murta Sérgio Magalhães Edilson Távora
2	568-B/61	120/62	Pedro Ludovico Adolfo Franco Vasconcelos Tôrres	Yukishigue Tamura Paulo Freire Pedro Aleixo
2	011-B/60	44/62	Jefferson de Aguiar Artur Virgílio Heribaldo Vieira	Manoel Almeida Batista Ramos Dervile Alegretti
4	577-A/58	16/63	Ruy Carneiro Amauri Silva Arnon de Melo	João Menezes Clemens Sampaio Edilson Távora
1	837-H/60	94/61	Gilberto Marinho Nelson Maculan Milton Campos	Tarso Dutra Paiva Muniz Alde Sampaio
1	751-A/56	126/61	Lobão da Silveira Milton Campos Aloysio de Carvalho	Pedro Aleixo Ulisses Guimarães Temperani Pereira
	962-F/56	97/56	Menezes Pimentel Silvestre Péricles Rui Palmeira	Plínio Lemos Aurino Valois Euclides Wicar
	136/63	52/63	Sigefredo Pacheco Zacarias de Assunção Vivaldo Lima	Humberto Lucena Bocaiúva Cunha Rondon Pacheco
1	149-B/56	55/60	Eugênio Barros Joaquim Parente Edmundo Levi	Último de Caryalho Sérgio Magalhães Alde Sampaio
4	201-B/59	9/63	Jefferson de Aguiar Silvestre Péricles Daniel Krieger	Luiz Coelho Leao Sampaio Mário Maia
4	760 /54	81/63	Pedro Ludovico Daniel Krieger Melo Braga	Edson Garcia Pedro Aleixo Benjamin Farah
1	367-B/60	28/59	Jefferson de Aguiar Afonso Arinos Aurélio Viana	Lenoir Vargas Chagas Rodrigues Laerte Vieira
2	645-B/61	162/62	Jefferson de Aguiar Melo Braga Joaquim Parente	Nelson Carneiro Clemens Sampaio Lauro Cruz

P.3.4 - PRONUNCIAMENTO DO CONGRESSO NACIONAL
SÔBRE OS VETOS PRESIDENCIAIS

Tratou-se de 6 vetos totais e 15 parciais.

Houve o Congresso Nacional por bem manter 1 dos projetos totalmente vetados:

- o Projeto de Lei nº 2 011-B/60, na Câmara e nº 44/62 no Senado, que desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da "Sociedade Filarmônica Lyra" o imóvel situado à Rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo

e 7 dos 112 dispositivos atingidos pela impugnação presidencial nos 15 casos de vetos parciais.

Os projetos em que houve manutenção de dispositivos vetados foram os abaixo relacionados.

Projetos	Dispositivos		
	Vetados	Mantidos	Rejeitados
nº 4470-B/62, na Câmara dos Deputados e nº 4/63, no Senado Federal que altera o Anexo I da Lei nº... 3780, de 12 de julho de 1960, na parte referente aos Agentes Postais e dá outras providências.	4	4 (art. 3º e §§) art. 4º art. 5º anexo I	-
nº 1751-A/56, na Câmara dos Deputados e nº 126/61, no Senado Federal, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	1	1 (art. 149)	-
nº 136/63, na Câmara dos Deputados e 31/63, no Senado Federal, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares.	20	2 (arts. 45 e 65)	18 (§ 1º do art. 5º; § 2º do art. 5º (palavras) alíneas d e e do § 1º, do art. 15; art. 20; art. 24 (palavras); art. 33; art. 41; art. 43 (palavras); art. 45; art. 47 e §§ art. 48 (palavras); art. 49 art. 52; art. 63; art. 65; art. 72 (pala

Verificou-se rejeição dos textos vetados nos seguintes

casos:

Vetos totais

- Projeto n. 1 662-B/60 na Câmara e n. 159/61 no Senado, que assegura aos tarefeiros da Fábrica de Calçados do Estabelecimento Central de Material de Intendência do Ministério da Guerra os benefícios da Lei n. 3 483, de 8 de dezembro de 1958;
- Projeto n. 1149-B/56 na Câmara e n. 55/60 no Senado, que autoriza a constituição de uma sociedade de economia mista, denominada Companhia Hidrelétrica Borborema, no Estado da Paraíba;
- Projeto n. 4201-B/59 na Câmara e n. 9/63 no Senado, que concede ao Instituto de Biologia da Marinha, de São Paulo, a subvenção anual de Cr\$ 500 000,00, para manutenção e desenvolvimento do Laboratório de Biologia Marinha de São Sebastião;
- Projeto n. 4760/54 na Câmara e n. 81/63 no Senado, que considera como ocorrida em serviço a morte do Major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, para os fins de pensão, montepio, meio soldo e mais vantagens estabelecidas no Código de Vencimentos e vantagem dos Militares;
- Projeto n. 1367-B/60 na Câmara e n. 28/59, no Senado, que institui o "Dia de Deodoro".

Vetos parciais

P r o j e t o		Dispositivos vetados	
n ú m e r o.	E m e n t a		
C. D.	S. F.		
4 806-A/62	180/62	Estabelece normas para a restituição de receita, autoriza a reorganização das repartições arrecadadoras e dá outras providências.	1
4 807-A/62	179/62	Altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação e dá outras providências.	1
3 379-B/61	134/62	Dispõe sobre o funcionamento de novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia e dá outras providências.	1
1 293-B/59	34/62	Cria o Condomínio Rural do Piau e dá outras providências.	9
4 540-B/62	182/62	Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1963.	5
2 285-B/60	183/62	Dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal,	16
4 676-A/58	163/62	Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho da 3a. Região as disposições das Leis ns. 3 780, de 12.7.1960 e 3 826, de 23.11.domesmo ano.	5
3 799/62	2/63	Estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo e dá outras providências.	3
2 568-B/61	120/62	Transforma em unidades universitárias os cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais.	1
4 577-A/58	16/63	Reestrutura o Departamento de Portos, Rios e Canais, transformando-o em autarquia.	12
1 837-H/60	94/61	Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.	26
962-F/56	97/56	Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em autarquia e dá outras providências.	1

P r o j e t o		Dispositivos vetados
n ú m e r o	E m e n t a	
C. D.	S.F.	
136/63	31/63	Fixa novos valores para os vencimentos dos Servidores do Poder <u>E</u> xecutivo, civis e militares. 20
2 645-B/61	162/62	Reestrutura a Universidade do Ceará, cria cargos na Universidade de Alagoas e dá outras providências. 6

Os textos mantidos após veto presidencial foram promulgados pelo Sr. Presidente da República, tendo o Projeto nº 2 011-B/60, na Câmara e 44/62, no Senado (que desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da "Sociedade Filarmônica Lyra" o imóvel à rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo) passado a constituir a Lei nº 4 238, de 26 de junho de corrente ano.

Nos últimos dias desta sessão legislativa foi recebido mais um veto - ao projeto de Lei do Senado nº 31, de 1959 (nº 2 182-B de 1960 na Câmara) que estabelece prazo para o provimento dos cargos públicos.

Não sendo possível realizar a sessão conjunta do Congresso Nacional no prazo mínimo estabelecido pelo Regimento Comum em seu art. 45, a convocação foi sobrestada.

P.3.3 - RELATÓRIOS

Vinte e dois relatórios foram elaborados pelas Comissões
Mistas:

<u>Nº</u>	<u>V E T O</u>	<u>Relator</u>
1	ao Projeto de Lei nº 4 806-A/62 na Câmara e nº 180/62 no Senado, que estabelece normas para a restituição de receita, autoriza a reorganização interna das repartições arrecadoras e dá outras providências;	Sen. Eurico Rezende
2	ao Projeto de Lei nº 4 807-A/62 na Câmara e nº 179/62 no Senado, que altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação e dá outras providências;	Sen. Bezerra Neto
3	ao Projeto de Lei nº 3 379-B/61 na Câmara e nº 134/62 no Senado, que dispõe sobre o funcionamento de novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia e dá outras providências;	Sen. Josaphat Marinho
4	ao Projeto de Lei nº 1 293-B/59 na Câmara e nº 34/62 no Senado, que cria o Condomínio Rural de Pium e dá outras providências;	Sen. Eugênio Barros
5	ao Projeto de Lei nº 4 540-B/62 na Câmara e nº 182/62 no Senado, que orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1963;	Sen. Adalberto Sena
6	ao Projeto de Lei nº 1 662-B/60 na Câmara e nº 159/61 no Senado, que assegura aos tarefeiros da Fábrica de Calçados do Estabelecimento Central de Material de Intendência do Ministério da Guerra os benefícios da Lei nº 3 483, de 8 de dezembro de 1958;	Sen. Raul Giuberti
7	ao Projeto de Lei nº 3 799-B/62 na Câmara e nº 2/63 no Senado, que estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo e dá outras providências;	Sen. Vivaldo Lima
8	ao Projeto de Lei nº 2 285-B/60 na Câmara e nº 183/62 no Senado, que dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal;	Sen. Mem de Sá

<u>Nº</u>	<u>V E T O</u>	<u>Relator</u>
9	ac Projeto de Lei nº 4 676-A/62 na Câmara e nº 163/62 no Senado, que aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª. Região as disposições das Leis nºs. 3 780 e 3 826, de 1960, e dá outras providências;	Sen. Lobãc da Silveira
10	ac Projeto de Lei nº 4 740-B/62 na Câmara e nº 4/63 no Senado, que altera o Anexo I da Lei nº 3 780, de 12 de julho de 1960, na parte referente aos Operadores Postais e dá outras providências;	Sen. Atílio Fontana
11	ac Projeto de Lei nº 2 568-B/61 na Câmara e nº 120/62 no Senado, que transforma em unidades universitárias os Cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais;	Sen. Pedro Ludovico
12	ac Projeto de Lei nº 2 001-B/60 na Câmara e nº 44/62 no Senado, que desincorpora do Patrimônio da União e devolve a plena propriedade da Sociedade Filarmônica "LYRA" e imóvel situado na Rua São Joaquim nº 329, na Capital do Estado de São Paulo;	Sen. Jefferson de Aguiar
13	ac Projeto de Lei nº 4 577-A/58 na Câmara e nº 16/63 no Senado, que reestrutura o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, transformando-o em autarquia;	Sen. Arnon de Mello
14	ac Projeto de Lei nº 1 837-B/60 na Câmara e nº 94/61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural;	Sen. Nelson Maculan
15	ac Projeto de Lei nº 1 751-E/56 na Câmara e nº 126/61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado;	Sen. Lobãc da Silveira
16	ac Projeto de Lei nº 962-D/56 na Câmara e nº 97/58 no Senado, que cria, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), os 6º e 7º Distritos e o quadro próprio do pessoal e dá outras providências;	Sen. Menezes Pimentel
17	ac Projeto de Lei nº 136/63 na Câmara e nº 31/63 no Senado, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares, e dá outras provi-	Sen. Sigefredo Pacheco

<u>Nº</u>	<u>V E T O</u>	<u>Relator</u>
18	ao Projeto de Lei nº 1 149-B/60 na Câmara e nº 55/60 no Senado, que autoriza a constituição de uma companhia hidrelétrica no Estado da Paraíba;	Sen. Eugênio Barros
19	ao Projeto de Lei nº 4 201-B/58 na Câmara e nº 9/63 no Senado, que concede ao Instituto de Biologia Marinha, de São Paulo, a subvenção anual de Cr\$ 500.000,00 para manutenção e desenvolvimento do Laboratório de Biologia Marinha de São Sebastião;	Sen. Jefferson de Aguiar
20	ao Projeto de Lei nº 4 760/54 na Câmara e nº 81/63 no Senado, que considera como ocorrida em serviço a morte do Major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, para os fins de pensão, montepio, meio soldo e mais vantagens estabelecidas no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares;	Sen. Daniel Krieger
21	ao Projeto de Lei nº 1 367-B/60 na Câmara e nº 28/59 no Senado, que institui o "Dia de Deodoro";	Sen. Afonso Arinos
22	ao Projeto de Lei nº 2 645-B/61 na Câmara e nº 162/62 no Senado, que reestrutura a Universidade do Pará.	Sen. Joaquim Parente

VISITANTES

P.4 - V I S I T A N T E S

Em sessão conjunta, solene, das duas Casas, o Congresso Nacional recebeu, em 20 de setembro, a visita do Sr. Marechal Josip Broz Tito, Presidente da República da Yugoslávia.

Saudaram-no os Srs. Senador Josaphat Marinho, em nome do Senado e Deputado Afonso Celso, em nome da Câmara dos Deputados.

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Iniciados no Senado

Iniciados na Câmara

Recebidos da Câmara

Ultimados

Remanescentes no Senado

P.6 - ATOS PREPARADOS SEPARADAMENTE PELAS DUAS CASAS

Tiveram início no Senado 3 Projetos de Decreto Legislativo.

- o de n. 4/63, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que dispõe sobre a aplicação do Decreto Legislativo n. 13, de 1962;
- o de n. 5/63, do Sr. Senador Eurico Rezende, que concede anistia aos jornalistas e aos demais incursores em delitos de imprensa;
- o de n. 44/63, do Sr. Cortez Pereira, que concede anistia à Polícia do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

P.6.1.2 - PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO INICIADOS
NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na Câmara dos Deputados tiveram início Projetos de Decreto Legislativo, a saber:

<u>Nº</u>	<u>Ementa</u>
1/63	Concede autorização ao Presidente da República para ausentar-se do território nacional, a fim de atender ao convite oficial da República do Chile.
2/63	Aprova o contrato firmado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S.A.
3/63	Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S.A.
4/63	Concede anistia a eleitores incursos nas sanções previstas nos arts. 175, ns. 1 e 2, da Lei nº 1.164, de 24.7.50 (Código Eleitoral), e 38, § 1º, alíneas a, b, c, d e e da Lei nº 2.550, de 25.7.55.
5/63	Aprova os textos da Convenção relativa à proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 44ª Sessão, Genebra, 22.6.60 e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela Conferência Interna. do Trabalho.
6/63	Concede autorização ao Presidente da República para ausentar se do País, a fim de atender ao convite oficial do Governo da República Oriental do Uruguai.
7/63	Aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1953, assinada em Nova Iorque a 30 de março de 1953.
8/63	Aprova o texto do Acôrdio Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil a 11.5.62, em Washington.
9/63	Concede anistia aos jornalistas e aos demais incursos em delitos de imprensa.
10/63	Aprova os textos do Protocolos de negociações tarifárias, realizadas com a Austrália, Áustria, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia.

<u>Nº</u>	<u>Ementa</u>
11/63	Aprova o "Convênio de Entrepósito de Depósito Franco", em Pôrto Velho, no Território Federal de Rondônia, firmado com a <u>Bolivia</u> .
12/63	Aprova a "Convenção relativa ao exame médico dos pescadores" (n.113), concluído em 1959, em Genebra, durante a XLIII Conferência Internacional do Trabalho.
13/63	Aprova o texto da Convenção sobre a Troca Internacional de Publicações, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Paris, a 4 de novembro e 5 de dezembro de 1958.
14/63	Submete ao Congresso Nacional o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal; assinado em Lisboa a 9 de agosto de 1960.
15/63	Aprova a Declaração sobre a Adesão Provisória da República Argentina ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluída em Genebra a 20 de novembro de 1960.
16/63	Concede anistia aos incursos na Lei de Segurança Nacional ou em crimes decorrentes da defesa dos interesses sociais e dá outras providências.
17/63	Aprova o texto do Acordo Cultural concluído entre o Brasil e a Polônia, em Brasília, a 19 de outubro de 1961.
18/63	Autoriza o Presidente da República, Sr. João Belchior Marques Goulart, a ausentar-se do País, pelo prazo máximo de oito dias, a fim de assistir a solenidade da coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, no Vaticano.
19/63	Aprova o Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China, assinado no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1962.
20/63	Aprova o convênio de cooperação econômica e técnica, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em 29 de março de 1958.
21/63	Aprova a convenção concernente a discriminação em matéria de emprego e de profissão, concluído em Genebra, em 1958.
22/63	Ratifica o Protocolo de Emenda da Convenção para unificação de certas regras rela

Nº	Ementa
11/63	Aprova o "Convênio de Entrepósito de Depósito Franco", em Pôrto Velho, no Território Federal de Rondônia, firmado com a <u>Bolívia</u> .
12/63	Aprova a "Convenção relativa ao exame médico dos pescadores" (n.113), concluído em 1959, em Genebra, durante a XLIII Conferência Internacional do Trabalho.
13/63	Aprova o texto da Convenção sobre a Troca Internacional de Publicações, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Paris, a 4 de novembro e 5 de dezembro de 1958.
14/63	Submete ao Congresso Nacional o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal, assinado em Lisboa a 9 de agosto de 1960.
15/63	Aprova a Declaração sobre a Adesão Provisória da República Argentina ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluída em Genebra a 20 de novembro de 1960.
16/63	Concede anistia aos incursos na Lei de Segurança Nacional ou em crimes decorrentes da defesa dos interesses sociais e dá outras providências.
17/63	Aprova o texto do Acordo Cultural concluído entre o Brasil e a Polônia, em Brasília, a 19 de outubro de 1961.
18/63	Autoriza o Presidente da República, Sr. João Belchior Marques Goulart, a ausentar-se do País, pelo prazo máximo de oito dias, a fim de assistir a solenidade da coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, no Vaticano.
19/63	Aprova o Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China, assinado no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1962.
20/63	Aprova o convênio de cooperação econômica e técnica, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em 29 de março de 1958.
21/63	Aprova a convenção concernente a discriminação em matéria de emprego e de profissão, concluído em Genebra, em 1958.
22/63	Ratifica o Protocolo de Emenda da Convenção para unificação de certas regras rela

<u>Nº</u>	<u>Ementa</u>
23/63	Aprova o Acôrdio Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído no Recife em 12 de março de 1962.
24/63	Mantém decisão do Tribunal de Contas da União autorizando o pagamento, sob reserva, de Cr\$ 8.000,00 à Dea Jansen de Sá.
25/63	Concede anistia as pessoas envolvidas em litígios de terras com os Estados ou a União, e dá outras providências.
26/63	Aprova o Acôrdio sobre serviço militar entre o Brasil e a Itália, assinado a 6 de outubro de 1958, no Rio de Janeiro.
27/63	Aprova o ato do Tribunal de Contas da União que registrou a despesa de Cr\$ 579.000,00 como pagamento à Empresa Limpadora Imperial Limitada.
28/63	Aprova o ato do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato entre o D.C.T. e a firma Construtora Egra Limitada.
29/63	Mantém decisão do Tribunal de Contas da União que negou registro ao contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e o Sr. Eratóstenes Braga Lima.
30/63	Aprova as contas do Sr. Presidente da República relativas ao exercício de 1958.
31/63	Submete à aprovação do Congresso Nacional o texto do "Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo", assinado entre o Brasil e o Chile no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.
32/63	Aprova a "Convenção Internacional de Telecomunicações", firmado pelo Brasil, em 21.12.59, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional realizada em Genebra, Suíça.
33/63	Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro do contrato celebrado entre a firma "Companhia Brasileira, de Material Elétrico" e o Ministério da Educação e Cultura.
34/63	Aprova o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato de constituição de aforamento de terreno de marinha situado na rua Domingos Mondin, na Ilha do Governador, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.
35/63	Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro de contrato de

Nº

Ementa

36/63

Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro do contrato firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, para desenvolvimento da cultura do trigo.

37/63

Aprova termo rescisório de contrato firmado entre o DNOCS e a Companhia Brasileira de Material Elétrico.

38/63

Mantém o ato do Tribunal de Contas, denegatório de registro do contrato-escritura de cessão de direito à promessa de compra e venda, feita por Manoel Passos Maia à Empresa Colonizadora Madeira Bandeirante Limitada, com a intervenção das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

39/63

Institui a Biblioteca do Congresso.

40/63

Mantém decisão denegatória ao termo aditivo de contrato celebrado com o Sr. Joaquim Ferreira Lima, para desempenhar a função de Auxiliar de Dentista.

41/63

Mantém decisão denegatória ao termo aditivo de contrato celebrado com o Sr. Joaquim Bayma Nogueira, para desempenhar a função de Chefe da Seção de Navegação.

42/63

Mantém decisão denegatória de registro a contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco com Petronio Mota de Oliveira, para, naquele Território, desempenhar a função de Tesoureiro Auxiliar.

43/63

Mantém decisão denegatória ao termo aditivo de contrato celebrado com o Sr. Jaime Fabricio de Moraes, para desempenhar a função de Piloto Aviador no Serviço de Estudos, do Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

44/63

Mantém decisão denegatória de registro de contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio como outorgante vendedora e Eureka S.A. Indústria de Artefatos de Borracha, como outorgado comprador.

45/63

Mantém decisão denegatória ao termo aditivo de contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho e a Cia Paulista de Papeis e Artes Gráficas S.A., para fornecimento de materiais de consumo, destinados aos trabalhos do Abono Familiar.

46/63

Mantém decisão denegatória ao termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Pará, para execução da

Nº

Ementa

47/63

Mantém a recusa de registro do contrato celebrado entre o Departamento Administrativo do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda., para execução das obras de construção de um pavilhão dormitório na Escola Agrotécnica, Visconde da Graça, em Pelotas, Rio Grande do Sul.

48/63

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro de contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional como outorgante vendedora e João Antônio Ferreira Souto, como outorgado comprador.

49/63

Mantém decisão denegatória ao contrato de locação celebrado entre a Fazenda Nacional e o Sr. Tenório Cavalcanti de Albuquerque.

50/63

Mantém decisão denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a Divisão de Obras do MEC e a firma A. Pereira Gonçalves para obras de prosseguimento de instalação de luz e força para o pavilhão de adulescentes (feminino), na Colônia Juliano Moreira, na cidade do Rio de Janeiro.

51/63

Aprova o ato do Tribunal de Contas da União denegatório a registro de contrato firmado entre a Sexta Região Militar e o Engenheiro Civil, Clodoaldo Vieira Passos.

52/63

Aprova o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório a registro de termo aditivo a contrato celebrado entre o Governo Federal e José Gomes Figueira.

53/63

Aprova o ato do Tribunal de Contas da União denegatório a registro de contrato firmado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salústia Teixeira de Gouveia.

54/63

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais, para execução de serviços públicos relativos ao reflorestamento e proteção de matas no território do referido Estado.

55/63

Ratifica, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal a "Convenção relativa às condições de emprego dos trabalhadores de fazendas", concluídas em Genebra, em 1958, por ocasião da XLII Sessão da Conferência do Trabalho, ressalvados os arts. 15 e 20, itens 2 e 3, cuja ratificação é denegada com fundamento na tutorização da própria Convenção.

<u>Nº</u>	<u>Emenda</u>
56/63	Aprova o texto dos Atos firmados no XIV Congresso da União Postal Universal, realizado em Ottawa, Canadá, em 3 de outubro de 1957.
57/63	Anistia os militares ou civis participantes dos acontecimentos que se desenrolaram em Brasília no dia 12 de setembro de 1963, e dá outras providências.
58/63	Anistia os militares e civis participantes dos acontecimentos registrados no Distrito Federal no dia 12 de setembro de 1963.
59/63	Aprova a Convenção sobre Asilo Territorial, firmado na X Convenção Interamericana, que se reuniu em Caracas, entre 1º e 28 de março de 1954.
60/63	Aprova os Textos do Tratado de Extradicação firmado pelo Brasil e os Estados Unidos da América, assinado no Rio de Janeiro, a 13.1.1961, e do Protocolo Adicional assinado a 18.6.62.
61/63	Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório do registro do contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e o Dr. Ader-son Horn Serro, para compras de terras no Território do Iguaçu.
62 /63	Aprova os Estatutos do "Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais", criado por Resolução da IX Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em 1956.
63/63	Mantém o ato do T. de Contas da União denegatório de registro do contrato entre o Instituto de Zootécnica do Dep. Nacional de Produção Animal do Min. da Agricultura e a firma "CIRB S.A." Comércio e Indústria para fornecimento de um caminhão a óleo.
64/63	Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Pat. Nacional, como outorgante vendedora e Carlos Grandino, como outorgado comprador.
65/63	Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Alfredo Alves da Silva e sua mulher D. Adelaide Alves da Silva, para fins de irrigação agrícola, nos termos dos decretos-leis ns. 1.498 de 9.8.39 e 3.782, de 20.10.1941.
66/63	Autoriza o Tribunal de Contas da União registrar o contrato com a firma "Irmãos Barreto" e a Faculdade de Direito de Alagoas, MEC para obras de ampliação e reforma do prédio da Faculdade.

Nº	Ementa
67/63	Mantém decisão denegatória ao contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora e Nunzio Briguglio, como outorgado comprador.
68/63	Mantém decisão denegatória ao contrato entre a União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, referente à instalação de um laboratório de Cachoeira de Macacu.
69/63	Mantém decisão denegatória a contrato celebrado entre o DCT em Belém do Pará e o Engenheiro civil Luiz Alves.
70/63	Mantém decisão denegatória ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Sr. Koloman Schuller, para desempenhar a função de Auxiliar Técnico de Defesa Sanitária, na Divisão de Defesa Vegetal.
71/63	Mantém decisão denegatória ao contrato celebrado entre o Comando da Base Naval de Salvador e o Bade Instaladora Ltda.
72/63	Aprova os termos da Convenção Internacional para Proteção dos Artistas Integrantes ou Executantes aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, realizada em Roma, Itália, em 28.10.61.
73/63	Aprova o "Acôrdio de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas", assinado no Rio de Janeiro, em 20.4.63.
74/63	Concede anistia aos oficiais, sargentos e praças da Polícia Militar, Guarda Civil e Corpo de Bombeiros dos Estados, que participaram do movimento reivindicatório de 1963.
75/63	Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas de registro a contrato entre o Ministério da Agricultura e o Estado da Bahia, para trabalhos relativos à expansão da triticultura.
76/63	Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a Colonizadora e Madereira Bandeirante Ltda.
77/63	Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório ao termo de escritura de compra e venda de um imóvel que outorga à União Federal a Feliciano Miguel Abdala.
78/63	Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório a contrato celebrado entre a Estrada de Ferro Tocantins e a Cia Brasileira de Material Ferroviário.

<u>Nº</u>	<u>Emenda</u>
79/63	Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Construtora Alcindo S. Vieira.
80/63	Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro "sob reserva" de concessão a melhoria de proventos de inatividade ao extranumerário Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça.
81/63	Mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória a registro de contrato entre o MVOP e a Rádio Cultura de Araçatuba Ltda.
82/63	Mantém ato denegatório do Tribunal de Contas da União a registro do contrato celebrado entre a firma IEM do Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. e o MVOP.
83/63	Mantém ato denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado pelo Ministério da Aeronáutica com o Sr. Jorge Aurélio Possa, para na Escola Preparatória de Cadetes do Ar. desempenhar a função de Professor de Português.
84/63	Mantém decisão de registro, sob reserva, do Tribunal de Contas, de despesa realizada pelo MVOP.
85/63	Mantém autorização do registro, sob reserva, da concessão da melhoria de proventos de aposentadoria ao extranumerário Guarda, referência 20, Almir Figueira da Costa, do MJNI.
86/63	Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas a registro a contrato, relativo ao termo de revigoração de aforamento do terreno de marinha que a União Federal autorizou a imobiliária "A Pedra do Lar S.A.".
87/63	Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas a registro de contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Raul Hirt Sera.
88/63	Mantém decisão denegatória de registro a termo de desapropriação de prédios em Recife, PE.
89/63	Mantém decisão denegatória de registro a termo aditivo a contrato entre o Governo de Goiás e o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.
90/63	Mantém decisão denegatória de registro a aditivo ao contrato entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional.

<u>Nº</u>	<u>Ementa</u>
91/63	Mantém decisão denegatória ao contrato celebrado entre o Estado Maior do Exército e o Sr. Nelson Pimenta, para desempenho da função de Cartógrafo.
92/63	Aprova o texto do tratado de proscricção das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água.
93/63	Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de rescisão de contrato, entre a Divisão de Obras do M. Agricultura e a CISA S/A Engenharia e Comércio.
94/63	Determina o registro do contrato firmado entre a Delegacia Regional do Impôsto de Renda em Minas Gerais e o Banco do Brasil S.A.
95/63	Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas de registro a termo aditivo a contrato entre o Governo do Estado da Bahia, para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, do município de Canavieiras.
96/63	Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas de registro a contrato celebrado entre o DCT e as firmas Alírio Cesar de Oliveira, Carlos Manoel Gobert Damasceno, Trivelino Guapindaia e Luiz Alves, para construção dos prédios destinados às Agências Postais Telegráficas de Castanhal, Igarapé, Açú, Salinópolis e Alenquer, no Estado do Pará.
97/63	Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas, ao registro celebrado entre o DCT e o Sr. Pedro Ferreira Filho, para construção de um prédio para a Agência Postal Telegráfica de Guiratinga - MT.
98/63	Mantém decisão denegatória ao contrato - escritura de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Onofre Varani, com anuência de "Pinho e Terras Ltda."
99/63	Mantém decisão denegatória de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e o Sr. Georges Frederick Rosier, para exercer a função de geólogo na Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.
100/63	Mantém decisão denegatória de registro a contrato de constituição de aforamento de um lote de terreno de marinha beneficiado com a Salina "São Francisco III - B".
101/63	Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas a registro de contrato e termo aditivo do mesmo, celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Asca Aparelhos Ci-

Nº

102/63

Ementa

Anistia aos que a Lei de Segurança Nacional atingiu durante a vigência do Ato Adicional.

P.6.1.3 - PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO
RECEBIDOS DA CÂMARA PARA REVISÃO

Da outra Casa do Congresso chegaram ao Senado, para revisão,
Projetos de Decreto Legislativo:

Nº		<u>E M E N T A</u>
<u>C.D.</u>	<u>S.F.</u>	
1/63	6/63	
163/63	7/63	
6/63	8/63	
73/61	9/63	Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel.
99/61	10/63	Aprova o Acôrdc de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid a 27 de dezembro de 1960.
100/61	11/63	Aprova o texto do Acôrdc de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1960.
18/63	12/63	
125/62	13/63	Aprova o Convênio para a constituição de um Centro de Estudos sobre Agricultura Brasileira, assinado no Rio de Janeiro, a 6 de dezembro de 1958.
5/63	14/63	
116/62	15/63	Aprova o Acôrdc sobre Transportes Aéreos, entre o Brasil e a Colômbia, assinado em Bogotá, em 29 de maio de 1959.
161/63	16/63	
8/63	17/63	
102/61	18/63	Aprova o Acôrdc para o estabelecimento de um Instituto Latino-Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, para a Alimentação e a Agricultura.
33/60	19/63	Aprova o Convênio de Tráfico Fronteiriço, firmado pelo Brasil e Bolívia, a 29 de março de 1958.
117/62	20/63	Aprova a Convenção e o Protocolo da Emenda Constitutiva do Instituto Interamericano de Ciências

E M E N T A

<u>Nº</u>		
<u>C.D.</u>	<u>S.F.</u>	
167/62	21/63	Aprova o texto do Acôrdo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962.
165/63	22/63	
164/63	23/63	
162/63	24/63	
160/63	25/63	
22/63	26/63	
17/63	27/63	
20/63	28/63	
23/63	29/63	
11/63	30/63	
114/62	31/63	Aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdo sobre Serviços Técnicos Especiais, concluído em 1963.
115/62	32/63	Aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdo para o Programa de Agricultura e Serviços Naturais, firmado pelos dois países, a 26 de junho de 1953.
14/63	33/63	
123/62	34/63	Aprova o Acôrdo entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina sobre privilégios aduaneiros das Repartições e Agentes consulares de carreira, concluído no Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1961.
15/63	35/63	
13/63	36/63	
19/63	37/63	
101/63	38/63	
172/63	39/63	
7/63	40/63	
10/63	41/63	
31/63	42/63	

Nº		E M E N T A	
<u>C. D.</u>	<u>S. F.</u>		
30/63	43/63		
168/63	45/63		
32/63	46/63		
72/63	47/63		
60/63	48/63		
69/63	49/63		

N O T A: As ementas que aqui não figuram podem ser lidas no Capítulo P.6.1.2 (Projectos de Decreto Legislativo iniciados na Câmara dos Deputados).

P.6.1.4 - PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO ULTIMADOS

Chegaram ao fim de sua tramitação Projetos de Decreto Legislativo:

ORIGINÁRIOS DO SENADO:

RESULTADO

4/63 - Dispõe sobre a aplicação do Decreto Legislativo n. 19/62;

Rejeição
(26.7.63)

5/63 - Concede anistia aos jornalistas e aos demais incursos em delitos de imprensa.

Aprovado nas duas Casas e promulgado

ORIGINÁRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
RECEBIDOS NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

<u>Nº</u>		<u>Ementa</u>	<u>Resultado</u>
<u>C.D.</u>	<u>S.F.</u>		
1/63	6/63	Concede autorização da República para ausentar-se do Território Nacional, a fim de atender ao convite oficial do Governo da República do Chile.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/63 DCN/ 5.4.63
163/63	7/63	Aprova o texto do Convênio Internacional do Café.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 9/63 DCN/ 8.6.63
6/63	8/63	Concede autorização ao Presidente da República para ausentar-se do País, a fim de atender ao convite oficial do Governo da República Oriental do Uruguai.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/63 DCN/19.4.63
73/61	9/63	Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 21/63 DCN/10.10.63
189/61	10/63	Aprova o Acôrdo de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol.	

<u>Nº</u> <u>C.D.</u>	<u>S.F.</u>	<u>Ementa</u>	<u>Resultado</u>
100/61	11/63	Aprova o texto do Acôrdio de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1960.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 8/63 DNC/ 6.6.63
18/53	12/63	Autoriza o Presidente da República, Senhor Joao Balchior Marques Goulart, a ausentar-se do País, pelo prazo máximo de oito dias, a fim de assistir a solenidade da coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, no Vaticano.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/63 DCN/27.6.63
125/62	13/63	Aprova o Convênio para a Constituição de um Centro de Estudos sobre Agricultura Brasileira, assinado no Rio de Janeiro a 6 de dezembro de 1958.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 19/63 DCN/26.9.63
161/63 2	16/63	Aprova a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinada no Rio de Janeiro a 16 de março de 1959.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 23/63 DCN/25.10.63
8/63	17/63	Aprova o texto do Acôrdio Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil a 11 de maio de 1962.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/63 DCN/13.7.63
102/61	18/63	Aprova o Acôrdio para o estabelecimento de um Instituto Latino Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, para a alimentação e a Agricultura.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 25/63 DCN/25.10.63
117/62	20/63	Aprova a Convenção e o Protocolo da Emenda Constitutiva do Instituto Interamericano de Ciência Agronômicas, assinados em Washington, a 15 de fevereiro de 1961.	DECRETO LEGISLATIVO Nº
165/63	22/63	Mantém o ato denegatório do Tribunal de Contas ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Sociedade Pereira Júnior, Cereais S/A., para fornecimento de alimentação às repartições hospitalares do ex-Distrito Federal.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 22/63 DCN/19.10.63
162/63	24/63	Aprova o texto do Acôrdio entre o Brasil e a França sobre a Utilização da Energia Atômica para fins Pacíficos	Decreto Legislativo n.

Nº		Ementa	Resultado
C.D.	S.F.		
160/62	25/63	Ratifica o Acôrdio celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre transportes aéreos regulares, firmado no Rio de Janeiro a 29 de agosto de 1957.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 28/63 DCN/13.11.63
22/63	26/63	Ratifica o Protocolo de Emenda da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao Transporte Aéreo Internacional, concluído em Haia, a 28 de setembro de 1955.	DECRETO LEGISLATIVO Nº
17/63	27/63	Aprova o texto do Acôrdio Cultural concluído entre o Brasil e a Polônia, em Brasília, em 19 de outubro de 1961.	
20/63	28/63	Aprova o Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em 29 de março de 1958.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 29/63 DCN/4.12.63
14/63	33/63	Aprova o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 26/63 DCN/26.10.63
123/62	34/63	Aprova o Acôrdio entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, sobre privilégios aduaneiros das Repartições e Agentes consulares de carreira, concluído no Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1961.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 24/63 DCN/25.10.63
15/63	35/63	Aprova a Declaração sobre Adesão Provisória da República Argentina ao Acôrdio-Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluída em Genebra a 20 de novembro de 1960.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 30/63 DCN/4.12.63
31/63	42/63	Aprova o texto do Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmado entre o Brasil e o Chile, no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 27/63 DCN/26.10.63

NOTA: - As ementas que deixaram de ser aqui reproduzidas figuram no Capítulo P.6.1.2 (Projetos de Decretos Legislativos iniciados na Câmara dos Deputados).

RECEBIDOS EM SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

<u>Nº</u>		<u>Ementa</u>	<u>Resultado</u>
<u>C.D.</u>	<u>S.F.</u>		
74/61	6/62	Aprova o acôrdo cultural entre o Brasil e a Colômbia, assinado em Bogotá em 28 de maio de 1958.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 4/63 DCN/23.5.63
111/61	9/62	Aprova o acôrdo cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Arabe Unida.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/63 DCN/15.6.63
122/62	12/62	Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural, assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina em Buenos Aires, a 25.11.59.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 5/63 DCN/23.5.63
51/60	13/62	Determina o registro de contrato de pagamento de Cr\$. . . . 3.181.599,40 à Companhia Siderúrgica Nacional proveniente de fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 7/63 DCN/29.5.63
112/62	14/62	Aprova a Convenção relativa às carteiras de identidade dos marítimos, concluída em Genebra, em 1958.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/63 DCN/23.5.63
50/60	15/62	Mantém decisão do Tribunal de Contas, denegatório do registro ao contrato entre a Diretoria de Aeronáutica Civil e a Indústria e Comércio de Produtos Sanitários Limitada.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/63 DCN/25.9.63
126/62	23/62	Mantém o ato denegatório do Tribunal de Contas a registro do contrato celebrado entre a Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Cultura, e a sociedade Pereira Junior - Cereais S/A., - para fornecimento de alimentação.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/63 DCN/ 9.10.63

<u>Nº</u>		<u>Ementa</u>	<u>Resultado</u>
<u>C.D.</u>	<u>S.F.</u>		
58/61	1/63	Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e Oswaldino Ribeiro Marques.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/63 DCN/15.6.63
69/61	2/63	Mantém o ato do Tribunal de Contas que denegou registro ao termo do contrato celebrado em 30 de outubro de 1953, entre o Ministério da Aeronáutica e Humberto Augusto Wilke Borzatto.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/63 DCN/15.6.63
132/62	3/63	Autoriza o Tribunal de Contas a mandar proceder ao registro, sob reserva, da despesa de Cr\$. 374.900,00 para pagamento à Empresa Limpadora Imperial Ltda., por serviços prestados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/63 DCN/2.7.63

P.6.1.5 - PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO
QUE CONTINUAM EM ESTUDO

Continuam em estudo no Senado Projetos de Decreto Legislativo:

ORIGINÁRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº		<u>E M E N T A</u>
<u>C.D.</u>	<u>S.F.</u>	
790/50	35/50	Aprova o Acôrdo sôbre Privilégios de Imunidades da Organização dos Estados Americanos, firmado pelo Brasil a 22.9.49.
3614/53	96/53	Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telegrafos e A. Martins Mendes e Cia. Ltda., para construcão de uma linha de dutos em prosseguimento, para cabos telegráficos, no refúgio central da Avenida Brasil, desde a Caixa de Visitas nº 85 na confluência da Avenida Francisco Bicalho até a Caixa nº 99, inclusive.
3669/53	110/53	Aprova o contrato celebrado, em 17.4.47, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Mcreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira, para fins de irrigação agrícola na sua propriedade denominada "Penha", situada no Município de Iguatu, Estado do Ceará, nos termos dos Decretos-leis ns. 1 498, de 9.8.39 e 3 782, de 30.10.41.
4334/54	40/54	Mantém a decisão de Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato de compra e venda celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Verônica Carlini e outros, para efetivação da desapropriação de áreas com benfeitorias, situadas na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná.
57/ 60	10/60	Considera objeto de Tratado a matéria das Notas Reversais ns. 1, 2, 6 e 7, trocadas entre os Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil e da Bolívia, em La Paz, a 29 de março de 1958.
130/62	17/62	Registra o termo assinado em 13.2.59, de unificação, constituição, regularização e transferência de afloramento dos terrenos de marinha e acrescidos, situados na Avenida Trompowsky, na cidade de Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, outorgados pela União Federal ao espólio de Joaquim Vieira Ferreira.
5/63	14/63	Aprova os textos da Convenção relativa à proteção dos trabalhadores contra radiações atômicas, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pelas mesmas Conferências.

E M E N T A

<u>Nº</u>		
<u>C.D.</u>	<u>S.F.</u>	
116/62	15/63	Aprova o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Colômbia, assinado em Bogotá, em 29 de maio de 1959.
33/60	19/63	Aprova o Convênio de Tráfico Fronteiriço, firmado pelo Brasil e Bolívia, a 29 de março de 1958.
167/62	21/63	Aprova o texto do Acôrdo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962.
164/63	23/63	Aprova o texto do Acôrdo de Cooperação no Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica, entre o Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM), celebrado em Brasília, a 9 de junho de 1961.
23/63	29/63	Aprova o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962.
11/63	30/63	Aprova o Convênio de Entrepósito de Depósito Franco, em Porto Velho, no Território Federal de Rondônia, firmado entre o Brasil e a Bolívia, a 29 de março de 1958.
114/62	31/63	Aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdo sôbre Serviços Técnicos Especiais, concluído em - 1 963.
115/62	32/63	Aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdo para o Programa de Agricultura e Serviços Naturais, firmado pelos dois países a 26 de junho de 1953.
13/63	36/63	Aprova o texto da Convenção sôbre a Troca Internacional de Publicações, adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958.
19/63	37/63	Aprova o Acôrdo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China, assinado no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1962.
101/61	38/63	Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana, assinado em 6 de setembro de 1958.
172/63	39/63	Aprova o Convênio firmado entre o Brasil e o Paraguai, a 5 de novembro de 1959, estabelecendo um Depósito Franco em Encarnación.

Nº		<u>E M E N T A</u>
<u>C.D.</u>	<u>S.F.</u>	
7/63	40/63	Aprova a Convenção única sobre entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961.
10/63	41/63	Aprova os Textos dos Protocolos de negociações tarifárias, realizadas com a Austrália, Áustria, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia, sobre o Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), no período de novembro de 1960 a junho de 1961.
30/63	43/63	Aprova as contas de Sr. Presidente da República, relativas ao exercício de 1958.
168/63	45/63	Aprova o texto de Protocolo de Emenda ao art. 50, item "a", da Convenção de Aviação Civil Internacional, aprovada pelo Brasil e diversos outros países.
32/63	46/63	Aprova a "Convenção Internacional de Telecomunicações" firmada pelo Brasil, em 21 de dezembro de 1950, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional, realizada em Genebra, Suíça.
72/63	47/63	Aprova os termos da Convenção Internacional para proteção aos Artistas Interpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos da Rádio difusão, realizada em Roma - Itália, em 26 de novembro de 1961.
60/63	48/63	Aprova os textos do Tratado de Extradicação firmado pelo Brasil e os Estados Unidos da América, assinado no Rio de Janeiro, a 13 de janeiro de 1961, e do Protocolo Adicional, assinado a 18 de janeiro de 1961.
69/63	49/63	Mantém decisão denegatória a contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos, em Belém do Pará, e o engenheiro civil Luiz Alves.

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO DO
CONGRESSO NACIONAL**

P.6.7 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO

DO CONGRESSO NACIONAL

Dois Projetos de Resolução do Congresso Nacional, abaixo transcritos:

"Nº 1, de 1963

Altera o § 3º de art. 19 da Resolução nº 1, de 1951 (Regimento Comum)

Art. 1º - O § 3º de art. 19 da Resolução nº 1, de 1951, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º - O Presidente abrirá cada sobrecarta, encarregando-se os secretários e os escrutinadores da contagem e apuração, anotando cada um secretário e um escrutinador, de preferência, as cédulas de um mesmo grupo."

JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Comum às duas Casas do Parlamento (Resolução nº 1, de 1951, do Congresso Nacional) ao tratar na Seção IV, do processo de votação relativamente aos vetos, estabelece, no § 3º, de art. 19, para o Presidente, a obrigação de abrir e ler cada cédula ("o Presidente abrirá e lerá cada cédula"), encarregando-se os secretários e os escrutinadores da contagem, anotando, "cada um secretário e um escrutinador, de preferência as cédulas de um mesmo grupo".

Os escrutinadores, em número de dois (2), serão (§ 3º de art. 19) um Senador e um Deputado, de preferência filiados a partidos políticos diversos dos dois secretários.

Verifica-se dos §§ e do caput do artigo citado, que o processo de votação e de apuração dos vetos, no tocante aos vetos, está disciplinado de maneira a bem resguardar a autenticidade do voto.

Recebendo o congressista da Mesa, ao ser chamado para votar, uma sobrecarta opaca, e dirigindo-se a seguir, a um gabinete indevassável, colocado no recinto perto da Mesa, no qual devem encontrar-se cédulas para a votação; deitando, depois, na sobrecarta, a cédula escolhida, e exibindo a sobrecarta a Mesa, antes de lançá-la numa urna, existente, também, no recinto, sob a guarda de funcionários pre-

viamente designados, com isso está garantido o sigilo de voto, como garantida está a apuração deste, pelas cautelas tomadas pelo Regimento Comum, nos §§ citados, que da mesma encarrega a Mesa, na hipótese auxiliada por um Senador e um Deputado, filiados, preferentemente, a partidos políticos diferentes dos dos secretários.

A Mesa do Senado, que dirige os trabalhos, é eleita por Senadores de todos os Estados, obedecendo o critério da proporcionalidade partidária, ficando, assim, acima de qualquer suspeição, tanto mais que, no caso específico das apurações, um Senador e um Deputado, de partidos diversos dos partidos dos secretários da Mesa, servirão como escrutinadores.

Afora isso, qualquer dúvida, quanto ao resultado das votações, poderá ser sanada com a votação nominal, prevista no art. 21.

Tôdas essas disposições do Regimento Comum asseguram, como se vê, a máxima lisura ao processo de votação e apuração de votos, nas espécies indicadas, sendo, portanto, absolutamente desnecessário que se obrigue, ainda, o Presidente, a ler cada cédula, como acontece atualmente.

Essa leitura, além de inócua, pois em nada contribui para a idoneidade do processo de votação, implica em perda de tempo e impõe um pesado ônus físico ao Presidente, não raro compelido a pronunciar numa única sessão, centenas de vezes as palavras "não" e "sim".

Para ilustração do que aqui afirmamos, vale recordar que, quando da votação do Projeto que se contém na Lei conhecida como Plano de Classificação (Projeto de Lei da Câmara nº 1 853, de 1956, no Senado, nº 149, de 1958), o Presidente, só na sessão de 8.11.60, foi obrigado a pronunciar 2 260 vezes as palavras SIM, NÃO, EM BRANCO OU NULO.

O projeto simplificando o processo de apuração, está, portanto, data vnia, em condições de merecer o beneplácito do Congresso Nacional.

I - Senadores: 1. Vivaldo Lima - 2. Barros Carvalho - 3. Leão da Silveira - 4. José Guimard - Raul Gilberti - 5. Bezerra Neto - 6. Eduardo Catalão - 7. Antônio Carlos - 8. Zacarias de Assunção - 9. Amary Silva - 10. Atilio Fontana - 11. Dix-Huit Rosado - 12. Argemiro de Figueiredo - 13. Silvestre Pericles - 14. Josaphat Marinho - 15. Daniel Krieger - 16. Victorino Freire - 17. José Feliciano - 18. Arron de Mello - 19. Sigefredo Pacheco - 20. Pedro Ludovico - 21. Wilson Gonçalves - 22. Artur Virgílio - 23. Pessa de Queiroz - 24. Humberto Neder - 25. Nelson Maculan - 26. Heribaldo Vieira - 27. Eugênio Barros - 28. Dylton Costa - 29. Adalberto Sena - 30. Walfredo Gurgel - 31. Eurico Rezende - 32. Sebastião Archer - 33. Rui Carneiro - 34. Antônio Juca - 35. Aurélio Viana.

II - Deputados: 1. Paulo Coelho - 2. José Esteves - 3. Leopoldo Peres - 4. Mancel Barbuda - 5. Henrique Lins - 6. Horácio Bethônico - 7. Moisés Santiago Pimentel - 8. Marcelo Sanford - 9. Florianc Rubin - 10. Argilanc Daric - 11. Scuto Maier - 12. Milvernes Lima - 13. José Rio - 14. Paulo Mincarcne - 15. Vingt Rosado - 16. Arruda Câmara - 17. Valério Guimarães - 18. Armando Leite - 19. Hélcio Maghenzoni - 20. Medeiros Neto - 21. Aloysio Nonô - 22. Adolpho Oliveira - 23. Britto Velho - 24. Sergio Magalhães - 25. Rogé Ferreira - 26. William Salem - 27. Geraldo Mesquita - 28. Campos Vergal - 29. Moura Santos - 30. Costa Cavalcanti - 31. Leão Sampaio - 32. Edson Garcia - 33. Harry Normaton - 34. Stelio Maroja - 35. Waldemar Guimarães - 36. Dyrno Pires - 37. Simão da Cunha - 38. Humberto Lucena - 39. Haroldo Carvalho - 40. Gilberto Azevedo - 41. Aniz Badra - 42. Oscar Corrêa - 43. Getúlio Moura - 44. Sussumu Hirata - 45. Théodule Albuquerque - 46. Lima Freire - 47. Anísio Rocha - 48. Antônio Baby - 49. Ruffy Nassif - 50. Ilegivel - 51. Jamil Amidei - 52. Silvio Braga - 53. Armando Remberg - 54. Aurino Valois - 55. Janduhy Carneiro - 56. Abrahão de Moura - 57. Geraldo Sampaio - 58. Arnaldo Cerdeira - 59. Epitácio Cafeteira - 60. Gil Veloso - 61. Cid Carvalho - 62. Cley Araujo - 63. Ary Pitombo - 64. Ultimo de Carvalho - 65. Djalma Passos - 66. Mauro Cabral - 67. Raul de Góes - 68. Expedito Machado - 69. Plínio Lemos - 70. Dirceu Cardoso - 71. Carvalho Sobrinho - 72. Otávio Brizzola - 73. Mario Covas - 74. Maia Neto - 75. Philadelpho Garcia - 76. Jaeder Albergaria - 77. Unirio Machado - 78. Gabriel Hermes - 79. Celso Passos - 80. Maurício Goulart - 81. Guilherme Machado - 82. Emival Caiado - 83. Joaquim Ramos - 84. Benjamin Farah."

"Nº 2, de 1963

Cria a "Cruz de Honra da Constituição".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É criada a "Cruz de Honra da Constituição", que será conferida aos cidadãos brasileiros civis e militares que se destacarem na defesa da Constituição e do regime democrático.

Art. 2º - A insígnia de que trata esta Resolução será concedida através de um Conselho, que terá como membros o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e os Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional do Senado Federal e da Câmara

- Art. 3º - A entrega da "Cruz de Honra da Constituição" será feita em solenidade, promovida pelo Congresso Nacional na inauguração da sessão legislativa anual.
- Art. 4º - A "Cruz de Honra da Constituição", não será conferida a membro do Congresso Nacional, no curso de seu mandato.
- Art. 5º - O Regulamento da "Cruz de Honra da Constituição" será aprovado pelo Conselho a que se refere o artigo 2º.
- Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Várias Ordens Honoríficas, destinadas a enaltecer os cidadãos que, em razão de sua conduta, se tornarem merecedores do reconhecimento público, tanto no setor civil, como no âmbito militar, já foram instituídas no Brasil, podendo ser citadas as de Mérito Naval, de Mérito Aeronáutico, de Mérito Militar, a Ordem Nacional de Mérito e a Ordem de Rio Branco.

Nenhuma delas, entretanto, se propõe a exaltar, especificamente, as personalidades que se sobressaíram na defesa das instituições democráticas e da Constituição.

Em várias nações, os governos têm procurado criar, no meio do povo, um verdadeiro culto à Constituição. Nesse sentido, monumentos são erigidos, verdadeiras obras de arte são expostas, em relevo, à visitação pública. Desta forma procuram, e têm conseguido, criar um sentimento de amor à Constituição, de respeito à letra e ao espírito da Carta Magna. Mas, até o presente momento, entre nós, nenhuma providência foi adotada nesse particular. Urge, assim, iniciar-se um movimento no sentido de ser cultivado o respeito e o amor à Constituição, fonte principal de todos os direitos e garantias dos brasileiros, bem como das instituições democráticas de nosso país.

O projeto propõe um passo inicial: a criação da "Cruz de Honra da Constituição" a ser concedida aos brasileiros que se destacarem na defesa da Carta Magna e do regime democrático, com o objetivo de enaltecer e incentivar os que assim agirem.

A iniciativa do Senado, nesta matéria, é perfeitamente justificável, porque a esta Casa cabe um papel relevante na vida do regime e, em particular, na vigilância, defesa e controle da constitucionalidade das leis. O artigo 64 da Constituição lhe

atribui a missão de "suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal". Como disse o saudoso Senador Atílio Vivacqua, ao exercer essa importante atribuição, além das mais que lhe incumbem dentro do regime federativo, arca o Senado, sem dúvida, com uma das maiores responsabilidades.

Defender os princípios contidos na Constituição é dever de todos os brasileiros. Ao Congresso cabe render o reconhecimento da Nação a aquele que, sem medir sacrifícios, honra os direitos, as liberdades e as tradições de sua pátria.

Este Projeto é oferecido à consideração do Senado quando se comemora o 17º aniversário da Constituição.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1963.

Maura Andrade."

O primeiro desses projetos foi lido perante o Congresso Nacional na sessão conjunta de 11 de junho. O segundo foi apresentado no Senado em 18 de setembro.

Ambos permanecem em estudo.

**REPRESENTAÇÃO EXTERNA DO
CONGRESSO NACIONAL**

P.7 - VISITA À UNIÃO SOVIÉTICA

Na sessão de 24 de setembro esta Presidência, teve ensejo de dar conhecimento ao Senado de convite recebido dos órgãos dirigentes do Soviete Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cujos termos, em tradução, são os seguintes:

"Ao Presidente do Senado Federal do Congresso Nacional dos Estados Unidos do Brasil

Sua Excelência Senhor Auro Soares de Moura Andrade

Ao Presidente da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional dos Estados Unidos do Brasil

Sua Excelência Senhor Ranieri Mazzilli

Guiando-se pela aspiração ao estabelecimento e desenvolvimento das relações internacionais e que contribua melhor compreensão mútua e a mais ampla colaboração pacífica entre os povos e Estados, o Soviete Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas têm a honra de propor ao Congresso Nacional dos Estados Unidos do Brasil um intercâmbio de delegações parlamentares.

Em relação com isto, nós temos grande prazer de convidar uma delegação do Congresso Nacional dos Estados Unidos do Brasil, composta de 10 a 12 Congressistas a realizar uma visita de duas semanas à União Soviética a tempo mais conveniente para ela.

O que se refere ao tempo e outras questões da visita de uma delegação do Soviete Supremo da URSS aos Estados Unidos do Brasil poderiam ser discutidos durante a estada da delegação brasileira na União Soviética.

Permitam-nos expressar a certeza de que o intercâmbio das delegações entre o Soviete Supremo da URSS e o Congresso Nacional dos Estados Unidos do Brasil será uma valiosa contribuição ao fortalecimento da amizade e da colaboração dos povos da União Soviética e do Brasil.

Agradeceríamos muito a comunicação sobre Vossa decisão.

Respeitosamente. - I. V. Spiridonov, Presidente do Soviete da União do Soviete Supremo da URSS. - J. V. Peixe, Presidente do Soviete das Nacionalidades do Soviete Supremo da URSS.

Moscú, Kremlin, 14 de abril de 1963."

Estabelecidos os necessários contatos com a Câmara dos Deputados, ficou assentada a ida, à União Soviética, nos primeiros dias do mês de outubro, de uma Delegação do Congresso brasileiro, para a qual foram designados

os Srs. Senadores:

Sigefredo Pacheco

Heribaldo Vieira

Oswar Passos
Antônio Jucá
Aarão Steinbruch e
Lopes da Costa

e os Srs. Deputados:

Humberto Lucena
Ozanan Coelho
Paulo Mincarcne
Milton Reis
Edilson Távora e
Dnar Mendes.

Da viagem dos Congressistas brasileiros à União Soviética foram feitos, da tribuna do Senado, dois relatórios orais - um pelo Sr. Senador Heribaldo Vieira, na sessão de 31 de outubro, e outro, pelo Sr. Senador Aarão Steinbruch, chefe da Delegação, em 5 de corrente.

P.L.6.9 - PRESTACÃO DE CONTAS DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)

Em 7 de dezembro foi lido perante o Senado o ofício de nº 4 964/63, de 4 do mesmo mês, pelo qual o Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste encaminhou o extrato das contas bancárias da Superintendência a seu cargo, com a discriminação dos saldos dos recursos destinados ao custeio de cada obra ou serviço.

Trata-se de exigência da Lei n. 3 995, de 14 de dezembro de 1 961, que aprovou o Plano Diretor da SUDENE para o ano de 1 961, que no § 1º do seu art. 3º assim dispôs :

" § 1º. No encerramento do exercício financeiro, a SUDENE remeterá às duas Casas do Congresso Nacional e ao Ministério da Fazenda extrato de suas contas bancárias, com a discriminação dos saldos dos recursos destinados ao custeio de cada obra ou serviço".

**ATOS SUBMETIDOS À APRECIÇÃO DO
CONGRESSO NACIONAL**

P.6.8 - ATOS INTERNACIONAIS APROVADOS

Conforme se verificou dos Decretos Legislativos promulgados, o Congresso Nacional aprovou **21** atos internacionais celebrados pelo Presidente da República:

- o Convênio Cultural entre os Estados do Brasil e a República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 28 de maio de 1956;
- o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, assinado em Buenos Aires, aos 25 de novembro de 1959;
- a Convenção Concernente às Carteiras de Identidade Nacionais dos Marítimos, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1958;
- o Acôrd de Migração e Colonização entre os Estados do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1960;
- o Convênio Internacional do Café de 1962;
- o Acôrd Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida, assinado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em 17 de maio de 1960;
- o Acôrd Internacional do Trigo, de 1962, de Washington.
- o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Chile, firmado no Rio de Janeiro a 5 de julho de 1961;
- o Convênio de Instituição de um Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e a Economia Rural no Brasil, assinado na cidade do Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana;
- o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel;
- a Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos, relativa à Assistência Judiciária Gratuita, firmada, aos 16 de março de 1959, no Rio de Janeiro;
- o Acôrd entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina sobre Privilégios Aduaneiros das Repartições e Agentes Consulares de Carreira, concluído no Rio de Janeiro aos 6 de julho de 1961;
- o Acôrd para o Estabelecimento de um Instituto Latino-Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, para a Alimentação e a Agricultura;
- o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a

- o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1957;
- a Convenção e o Protocolo da Emenda Constitutiva do Instituto Interamericano de Ciências Agrônomicas, assinados em Washington, a 15 de fevereiro de 1961;
- o Acôrdo de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid a 27 de dezembro de 1960;
- o Protocolo de Emenda da Convenção para unificação de certas regras relativas ao Transporte Aéreo Internacional, concluído em Haia, a 28 de setembro de 1955;
- as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para a prorrogação do Acôrdo para o Programa de Agricultura e Serviços Naturais, firmado firmado pelos dois países a 26 de junho de 1963;
- o Convênio firmado entre o Brasil e o Paraguai, em Assunção, a 5 de novembro de 1959, estabelecendo um depósito franco em Encarnación;

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

P.8 - C O N V O C A O E X T R O R D I N Á R I A

Acha-se o Congresso Nacional convocado para se reunir extraordinariamente, de 16 de dezembro de 1963 a 8 de março de 1964.

Desta vez a iniciativa partiu do Senado, através de Ato entregue à Mesa em 13 de novembro, assim formulado:

"CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Os membros do Senado Federal que subscrevem o presente Ato, tendo em vista a gravidade da situação política, bem como da conjuntura econômica, financeira e social, e, em consequência, o indissfarçável dever dos parlamentares de se manterem em permanente vigilância, prontos a votar os instrumentos legais de natureza urgente que se tornem necessários, no período que deveria corresponder ao recesso constitucional do Poder Legislativo, resolvem, com fundamento no artigo 39, parágrafo único, da Constituição Federal, convocar o Congresso Nacional para, com esse objetivo, se reunir extraordinariamente de 16 de dezembro do ano em curso a 8 de março de 1964.

Senado Federal, 13 de novembro de 1963

aa) Pedro Ludovico. - Attilio Fontana. -
Jefferson de Aguiar. - Walfredo Gurgel. -
Gilberto Marinho. - Lobão da Silveira. -
José Feliciano. - Irineu Bornhausen. -
Daniel Krieger. - Milton Campos. -
João Agripino. - Rui Palmeira. -
Eurico Rezende. - Júlio Leite. -
Sebastião Archer. - Eugênio Barros. -
Leite Neto. - Guido Mondin. -
Raul Giuberti. - Joaquim Parente. -
Silvestre Péricles. - Mem de Sá. -
Dinarte Mariz. - Catete Pinheiro. -
Aloysio de Carvalho Filho.

A sessão conjunta de instalação da sessão legislativa extraordinária assim convocada foi marcada para o dia 16 de dezembro, às 15 horas.

PALAVRAS FINAIS

Q. - P A L A V R A S F I N A I S

Aqui, o último registro, singularmente grato a esta Presidência: o de seu reconhecimento a quantos lhe prestaram concurso ou lhe deram apoio para que pudesse realizar a sua missão, que nesta sessão legislativa apresentou momentos de especial dificuldade.

Dêsse reconhecimento nos declaramos devidos, no mais alto grau

- aos demais membros da Mesa, dedicados companheiros de todas as horas, cuja participação nos trabalhos de direção da Casa e da Comissão Diretora não poderíamos jamais esquecer;
- aos Srs. Líderes e Vice-Líderes, da Maioria, da Minoria, do Bloco das Pequenas Representações e das bancadas partidárias, pelo espírito compreensivo sempre manifestado para com a Mesa e pelo prestígio de que a cercaram em todos os momentos;
- aos Srs. Senadores em geral, pelo respeitoso apreço sempre demonstrado em relação à autoridade que a 2 de fevereiro confiaram ao colega por eles reconduzido à suprema direção do Senado;
- aos funcionários da Casa pelo devotamento que puseram no desempenho das suas atribuições;
- aos representantes da imprensa, falada e escrita, das agências telegráficas e das estações de telecomunicações, pela correção com que atuaram junto ao Senado;
- aos servidores do Departamento dos Correios e Telégrafos, pela eficiente cooperação que, no seu setor, nos deram;
- ao Departamento de Imprensa Nacional e ao seu magnífico Diretor, pelo esforço constante demonstrado em atender, apesar de todas as dificuldades e à custa de todos os sacrifícios, às necessidades do Senado relacionadas com a publicação dos seus trabalhos.

Seja-nos lícito, com a nossa gratidão, aqui consignar a

ANEXOS

A N E X O S

LISTA DOS SRS. SENADORES

LISTA DOS SRS. SENADORES

<u>Nome</u>	<u>Nome Parlamentar</u>	<u>Eleição</u>	<u>Posse</u>	<u>Parti- do</u>
<u>ACRE</u>				
Adalberto Corrêa Sena	Adalberto Sena	7.10.62	1. 2.63	PTB
Jose Guimard dos Santos	Jose Guimard	7.10.62	1. 2.63	PSD
Oscar Passos	Oscar Passos	7.10.62	1. 2.63	PTB
<u>AMAZONAS</u>				
Vivaldo Palma Lima Fº (2º mandato)	Vivaldo Lima	3.10.58	1. 2.59	PTB
Edmundo Fernandes Levi (Suplente que sucedeu ao Sen. Mourão Vieira)	Edmundo Levi	7.10.62	10. 7.63	PTB
Artur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho	Artur Virgílio	7.10.62	1. 2.63	PTB
<u>PARÁ</u>				
Alexandre Zacarias de Assumpção	Zacarias de Assumpção	3.10.58	1. 2.59	UDN
Edward Cattete Pinheiro	Cattete Pinheiro	7.10.62	1. 2.63	PTN
Joaquim Lobão da Silveira (2º mandato)	Lobão da Silveira	7.10.62	1. 2.63	PSD
<u>MARANHÃO</u>				
Eugênio Barros	Eugênio Barros	3.10.58	1. 2.59	PSD
Sebastião Archer da Silva (2º mandato)	Sebastião Archer	7.10.62	1. 2.63	PSD
Victorino de Brito Freire (4º mandato)	Victorino Freire	7.10.62	1. 2.63	PSD
<u>PIAUI</u>				
Joaquim Santos Parente	Joaquim Parente	3.10.58	1. 2.59	UDN
Jose Candido Ferraz	Jose Candido	7.10.62	1. 2.63	UDN
Sigefredo Pacheco	Sigefredo Pacheco	7.10.62	1. 2.63	PSD
<u>CEARÁ</u>				
Francisco de Menezes Pimentel	Menezes Pimentel	3.10.58	1. 2.59	PSD
Antônio Jorge de Queiroz Juca (Suplente que sucedeu ao Sen. Carlos Jereissati)	Antônio Juca	7.10.62	17. 5.63	PTB
Wilson Gonçalves	Wilson Gonçalves	7.10.62	1. 2. 63	PSD
<u>R. G. NORTE</u>				
Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia	Dix-Huit Rosado	3.10.58	1. 2.59	PTB
Dinarte de Medeiros Mariz	Dinarte Mariz	7.10.62	1. 2.63	UDN
Walfredo Gurgel	Walfredo Gurgel	7.10.62	1. 2.63	PSD
<u>PARAIBA</u>				
Ruy Carneiro (2º mandato)	Ruy Carneiro	3.10.58	1. 2.59	PSD
João Agripino Filho	João Agripino	7.10.62	1. 2.63	UDN
Argemiro de Figueiredo (2º mandato)	Argemiro de Figueiredo	7.10.62	1. 2.63	PTB
<u>PERNAMBUCO</u>				

<u>Nome</u>	<u>Nome Parlamentar</u>	<u>Eleição</u>	<u>Posse</u>	<u>Partido</u>
<u>ALAGOAS</u>				
Silvestre Péricles de Gois Monteiro	Silvestre Péricles	3.10.58	1. 2.59	PTB
Arnon Affonso de Farias Mello	Arnon de Mello	7.10.62	1. 2.63	PDC
Rui Soares Palmeira (2º mandato)	Rui Palmeira	7.10.62	1. 2.63	UDN
<u>SERGIPE</u>				
Heribaldo Dantas Vieira	Heribaldo Vieira	3.10.58	1. 2.59	S/Leg.
Francisco Leite Neto	Leite Neto	7.10.62	1. 2.63	PSD
Júlio Cesar Leite (2º mandato)	Júlio Leite	7.10.62	3. 2.63	PR
<u>BÁHIA</u>				
Aloysio de Carvalho Fº (Suplente que sucedeu ao Sr. Otavio Mangabeira - 2º mandato)	Aloysio de Carvalho	3.10.58	12.12.60	PL
Antônio Balbino de Carvalho Filho	Antônio Balbino	7.10.62	1. 2.63	PSD
Josaphat Ramos Marinho	Josaphat Marinho	7.10.62	1. 2.63	S/Leg.
<u>ESPÍRITO SANTO</u>				
Jefferson de Aguiar	Jefferson de Aguiar	3.10.58	1. 2.59	PSD
Eurico Rezende	Eurico Rezende	7.10.62	1. 2.63	UDN
Raul Giuberti	Raul Giuberti	7.10.62	1. 2.63	PSP
<u>GUANABARA</u>				
Afonso Arinos de Melo Franco	Afonso Arinos	3.10.58	1. 2.59	UDN
Aurelio Vianna	Aurelio Vianna	7.10.62	1. 2.63	PSB
Gilberto Marinho (2º mandato)	Gilberto Marinho	7.10.62	1. 2.63	PSD
<u>RIO DE JANEIRO</u>				
Miguel Couto Filho	Miguel Couto	3.10.58	1. 2.59	PSP
Aarão Steinbruch	Aarão Steinbruch	7.10.62	1. 2.63	MTR
João Batista de Vasconcelos Torres	Vasconcelos Torres	7.10.62	1. 2.63	PTB
<u>SÃO PAULO</u>				
Benedito Mário Calazans	Padre Calazans	3.10.58	1. 2.59	UDN
Auro Soares Moura Andrade (2º mandato)	Auro Moura Andrade	7.10.62	1. 2.63	PSD
Juvenal Lino de Matos (2º mandato)	Lino de Matos	7.10.62	1. 2.63	PST
<u>PARANÁ</u>				
Nelson Maculan (Suplente que sucedeu ao Sen. Souza Naves)	Nelson Maculan	3.10.58	10. 2.60	PTB
Amaury de Oliveira e Silva	Amauri Silva	7.10.62	1. 2.63	PTB
Adolpho de Oliveira Franco	Adolpho Franco	7.10.62	1. 2.63	UDN
<u>SANTA CATARINA</u>				
Irineu Bornhausen	Irineu Bornhausen	3.10.58	1. 2.59	UDN
Antônio Carlos Konder Reis	Antônio Carlos	7.10.62	1. 2.63	UDN
Attilio Fontana	Attilio Fontana	7.10.62	1. 2.63	PSD

<u>Nome</u>	<u>Nome Parlamentar</u>	<u>Eleição</u>	<u>Posse</u>	<u>Partido</u>
<u>R. G. SUL</u>				
Guido Mondin	Guido Mondin	3.10.58	1. 2.59	PSD
Mem de Sa (2º mandato)	Mem de Sa	7.10.62	1. 2.63	PL
Daniel Krieger (2º mandato)	Daniel Krieger	7.10.62	1. 2.63	UDN
<u>MINAS GERAIS</u>				
Milton Soares Campos	Milton Campos	3.10.58	1. 2.59	UDN
Benedicto Valladares Ribeiro (2º mandato)	Benedicto Valladares	7.10.62	1. 2.63	PSD
Camillo Nogueira da Gama (2º mandato)	Nogueira da Gama	7.10.62	1. 2.63	PTB
<u>MATO GROSSO</u>				
Paulino Lopes da Costa (Suplente que sucedeu ao Sen. Fernando Corrêa da Costa)	Lopes da Costa	3.10.58	1. 2.59	UDN
Filinto Müller (3º mandato)	Filinto Müller	7.10.62	1. 2.63	PSD
Vicente Bezerra Neto	Bezerra Neto	7.10.62	1. 2.63	UDN
<u>GOIÁS</u>				
Juscelino Kubitschek de Oliveira	Juscelino Kubitschek	7.61	12. 7.61	PSD
Pedro Ludovico Teixeira (3º mandato)	Pedro Ludovico	7.10.62	1. 2.63	PSD
José Feliciano Ferreira	José Feliciano	7.10.62	1. 2.63	PSD

LISTA DOS SRS. SUPLENTE

ANEXO N. II

LISTA DOS SRS. SUPLENTE

<u>Nome</u>	<u>Suplente do Senador</u>	<u>Eleição</u>	<u>Partido</u>
<u>ACRE</u>			
Goldwasser Pereira dos Santos	Adalberto Corrêa Sena	7.10.62	PTB
Kairala José Kairala (1)	José Guimard dos Santos	7.10.62	PSD
Eduardo Assmar	Oscar Passos	7.10.62	PTB
<u>AMAZONAS</u>			
Josué Cláudio de Souza	Vivaldo Lima	3.10.58	PTB
Edmundo Fernandes Levi (2)	Antônia Rodrigues Mourão Vieira	7.10.62	PTB
Desiré Guarani e Silva	Artur Virgílio do Carmo Ribeiro Rilho	7.10.62	PTB
<u>PARÁ</u>			
Antônio Pedro Martins Junior	Alexandre Zacarias de Assumpção	3.10.58	UDN
Pedro Carneiro de Moraes e Silva	Edward Cattete Pinheiro	7.10.62	PTN
Pedro Moura Palha	Joaquim Lobão da Silveira	7.10.62	PSD
<u>MARANHÃO</u>			
Raimundo Públio Bandeira de Melo	Eugênio Barros	3.10.58	PSD
Miguel Monteiro de Barros Lins	Victorino de Brito Freire	7.10.62	PSD
José de Matos Carvo	Sebastião Archer da Silva	7.10.62	PSD
<u>PIAUI</u>			
José Victorino Corrêa	Joaquim dos Santos Parente	3.10.58	UDN
Manoel da Silva Dias	José Candido Ferraz	7.10.62	UDN
Claudio Pacheco Brasil	Sigefredo Pacheco	7.10.62	PSD
<u>CEARÁ</u>			
José Waldemar de Alcântara e Silva	Francisco Menezes Pimentel	3.10.58	PSD
Vicente Ferrer Augusto Lima	Wilson Gonçalves	7.10.62	PSD
Antônio Jorge de Queiroz Juca (3)	Carlos Jereissati	7.10.62	PTB
<u>R. G. NORTE</u>			
José Bezerra de Araujo	Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia	3.10.58	UDN
Manoel Cordeiro Vilaça	Walfredo Gurgel	7.10.62	PSD
José Cortez Pereira de Araujo	Dinarte Medeiros Mariz	7.10.62	UDN
<u>PARAIBA</u>			
Salviano Leite Rolim	Ruy Carneiro	3.10.58	PTB
Domício Gondim Barreto	João Agripino Filho	7.10.62	UDN
Augusto Gonçalves	Argemiro de Figueiredo	7.10.62	PTB

<u>Nome</u>	<u>Suplente do Senador</u>	<u>Eleição</u>	<u>Partido</u>
<u>PERNAMBUCO</u>			
Antônio Bezerra Baltar	Antônio de Barros Carvalho	3.10.58	PSB
Luiz Pinto Ferreira	José Ermírio de Moraes	7.10.62	PTB
Severino Jordão Emerenciano	Francisco Pessor de Queiroz	7.10.62	(UDN-PR)
<u>ALAGOAS</u>			
Nelson Tenório de Oliveira	Silvestre Péricles de Gois Monteiro	3.10.58	PSP
Hermann Medeiros Torres	Arnon Affonso de Farias Mello	7.10.62	PDC
Mario Gomes de Barros	Rui Soares Palmeira	7.10.62	UDN
<u>SERGIPE</u>			
Albino Silva da Fonseca	Heribaldo Dantas Vieira	3.10.58	UDN
Jose Rollemberg Leite	Francisco Leite Neto	7.10.62	PSD
Dylton Augusto Rodrigues da Costa	Julio Cesar Leite	7.10.62	PR
<u>BAHIA</u>			
.....	Aloysio de Carvalho Filho	3.10.58	PL
Eduardo Catalão	Antonio Balbino de Carvalho Filho	7.10.62	PTB
Artur Leite da Silveira	Josaphat Ramos Marinho	7.10.62	
<u>ESPÍRITO SANTO</u>			
Messias Luiz de Oliveira Chaves	Jefferson de Aguiar	3.10.58	PSD
Paulo Barros	Eurico Rezende	7.10.62	UDN
Silverio del Carø (2a.eleição)	Raul Giuberti	7.10.62	PRP
<u>GUANABARA</u>			
Venâncio Igrejas Lopes	Afonso Arinos de Melo Franco	3.10.58	UDN
Adamastor de Oliveira Lima	Aurelio Vianna da Cunha Lima	7.10.62	PTB
Hélio Santos Damasceno	Gilberto Marinho	7.10.62	PTN
<u>RIO DE JANEIRO</u>			
Raimundo Bandeira Vaughan	Miguel Couto Filho	3.10.58	PTB
Olegario Bernarçes	Aarao Steinbruch	7.10.62	MTR
João Pedro Gouvea de Carvalho Vieira	Jø Batista de Vasconcelos Torres	7.10.62	PTB
<u>SÃO PAULO</u>			
..... (5)	Padre Calazans	3.10.58	...
Miguel Leuzzi	Auro Soares Moura Andrade	7.10.62	-
Linneu Gomes	Juvenal Lino de Matos	7.10.62	PTN
<u>PARANÁ</u>			
..... (6)	Nelson Maculan	3.10.58	...
Rubens de Mello Braga	Amaury de Oliveira e Silva	7.10.62	PTB
..... (7)			
Milton Ribeiro de Menezes	Adolpho de Oliveira Franco	7.10.62	UDN
<u>SANTA CATARINA</u>			
Brasílio Celestino da Silva	Irineu Bornhausen	3.10.58	UDN
Celso Ramos Branco	Antônio Carlos Konder Reis	7.10.62	UDN

<u>Nome</u>	<u>Suplente do Senador</u>	<u>Eleição</u>	<u>Partido</u>
<u>R. G. SUL</u>			
Geraldo Simões Lindgren	Guido Mondin	3.10.58	PRP
Fernando A. G. da Fonseca	Mem de Sa	7.10.62	UDN
Nestor Pereira	Daniel Krieger	7.10.62	UDN
<u>MINAS GERAIS</u>			
José de Faria Tavares	Milton Soares Campos	3.10.58	UDN
Ovídio Xavier de Abreu	Benedicto Valladares Ribeiro	7.10.62	PSD
Walter Geraldo A. Athayde	Camillo Nogueira da Gama	7.10.62	PTB
<u>MATO GROSSO</u>			
..... (8)	Paulino Lopes da Costa	3.10.58	...
Humberto Neder	Filinto Müller	7.10.62	PTB
Gastão de Matos Müller	Vicente Bezerra Neto	7.10.62	PSD
<u>GOIÁS</u>			
..... (9)	Juscelino Kubitschek de Oliveira	7.61	...
José Elias Isaac	Pedro Ludovico Teixeira	7.10.62	PSD
Armando Storni	José Feliciano Ferreira	7.10.62	PSD

- (1) - O Sr. Kairala José Kairala, suplente do Sr. Senador José Guionard dos Santos, faleceu em 4.12.1963.
- (2) - O Sr. Edmundo Fernandes Levi, eleito suplente, sucedeu ao Sr. Senador Antônia Rodrigues Mourão Vieira, por morte deste, ocorrida em 17.6.1963).
- (3) - O Sr. Antônio Jorge de Queiroz Jucá, eleito suplente, sucedeu ao Sr. Senador Carlos Jereissati, por morte deste, em 9.5.1963.
- (4) - O Sr. Aloysio de Carvalho Filho, eleito suplente, sucedeu ao Sr. Senador Otávio Mangabeira, por morte deste, ocorrida em 29.11.1960.
- (5) - O Sr. Francisco Glycério de Freiras, suplente do Sr. Senador Padre Calazans, faleceu em 24.7.1960.
- (6) - O Sr. Nelson Maculan, eleito suplente, sucedeu ao Sr. Senador Bilon de Souza Naves, por morte deste, ocorrida em 12.12.1959).
- (7) - O Sr. Rubens de Mello Braga, suplente do Sr. Senador Amauri Silva, continuava em exercício em 15.12.1963, na ausência do titular da cadeira (Ministro do Trabalho e Previdência Social).
- (8) - O Sr. Paulino Lopes da Costa, eleito suplente, sucedeu ao Sr. Senador Fernando Correa da Costa, ao ser este empossado no cargo de Governador do Estado de Mato Grosso, em 31.1.1961.
- (9) - O Sr. José Feliciano Ferreira, suplente do Sr. Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi eleito Senador em 7.10.1962, sendo empossado em 1.2.1963.

COMISSÕES PERMANENTES

ANEXO N. III

COMISSÕES PERMANENTES

(Em 15.12.1963)

A G R I C U L T U R A (7 membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Attilio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giuberti	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

Nota - Vaga a Presidência

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>	<u>Substitu- tos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedicto Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo	Melo Braga
Bezerra Neto	PTB	2. Silv. Pericles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

<u>Titulares</u>	<u>DIRETORA</u>
Auro Moura Andrade - Presidente	PSD
Camillo Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Cattete Pinheiro	PTN
Joaquim Parente	UDN
Guido Mondin	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Müller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugenio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antonio Juca
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

E C O N O M I A (9 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Filinto Müller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugenio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Attilio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guiomard	PSD	4. Josaphat Marinho
Jose Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Julio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. Jose Candido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedicto Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antonio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

F I N A N Ç A S (15 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>	<u>Substitu- tos</u>
Victorino Freire	PSD	1. José Guiomard	
Lobão da Silveira	PSD	2. Eugenio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Attilio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Argemiro de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed. Levi
Jose Ermirio	PTB	5. Antonio Juca	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Bornhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Ruy Carneiro (Vice-Pr.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurelio Vianna
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	PTB	3. Antonio Juca
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antonio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

POLÍGONO DAS SÊCAS (7 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
Aurelio Vianna (Vice-Pr.)	PTB	5. Júlio Leite
Dinarte Mariz	UDN	1. João Agripino
José Candido	UDN	2. Lopes da Costa

R E D A C Ã O (5 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pr.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

RELACÕES EXTERIORES (11 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Benedicto Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Müller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Araão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pr.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antonio Juca
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antonio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Candido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sa

S A Ú D E (5 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pr.)	PTB	1. Antonio Juca
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giuberti

SEGURANCA NACIONAL (7 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
José Guiomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Attilio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Pericles (Vice-Pr.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zacarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

SERVICO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
Leite Neto (Vice-Pr.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Pericles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antonio Juca
Antonio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes da Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Mem de Sá

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

<u>Titulares</u>	<u>Partidos</u>	<u>Suplentes</u>
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Müller
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Pericles
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto
Irineu Bornhausen (Vice-Pr.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção

COMISSÕES ESPECIAIS

ANEXO N. IV

COMISSÕES ESPECIAIS

A) - Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTCR

Criada em virtude do Requerimento n. 480/62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20.11.62

Designada em 22.11.62

Prorrogada até 15.12.63 em virtude do Requerimento n. 793/62, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 12.12.62.

Completada em 4.11.63, com a designação dos Srs. Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15.12.1964 em virtude do Requerimento n. 1198/63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15.12.1963.

<u>Membros (7)</u>	-	<u>Partidos</u>
Gilberto Marinho	-	PSD
Menezes Pimentel	-	PSD
Heribaldo Vieira	-	UDN
Milton Campos	-	UDN
Vasconcelos Torres	-	PTB
Edmundo Levi	-	PTB
Aloysio de Carvalho	-	PL

B) - Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento n. 561/63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14.8.1963. Designada em 28.8.63.

Prorrogada até 14.3.1964 (90 dias), em virtude do Requerimento n. 1160/63, do Sr. Senador Jefferson Aguiar, aprovado em 10.12.1963

<u>Membros (7)</u>	-	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar (Presidente)	-	PSD
Wilson Gonçalves	-	PSD
Artur Virgílio	-	PTB
Edmundo Levi	-	PTB
Adolpho Franco	-	UDN
Eurico Rezende (Vice-Presidente)	-	UDN
Josaphat Marinho	-	S/Legenda

C) - Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento n. 531/63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 28.10.63

<u>Membros (5)</u>	<u>Partidos</u>
Attilio Fontana - Presidente	PSD
José Feliciano (Vice-Pr.)	PSD
José Ermírio - Relator	PTB
Adolpho Franco	UDN
Aurelio Vianna	PSB

- D) - Para o estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.

Criada em virtude do Requerimento n. 569/63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20.8.1963.

Designada em 22.8.1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento n. 1 197/63, do Sr. Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15.12.1963.

<u>Membros (5)</u>	<u>Partidos</u>
José Feliciano	PSD
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.)	PSD
José Ermírio (Presidente)	PTB
Lopes da Costa	UDN
Aurélio Vianna (Relator)	PSB

- E) - Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Criada em virtude do Requerimento n. 665/63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18.9.1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento de n. 1 159/63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10.12.63.

<u>Membros (9)</u>	<u>Partidos</u>
José Feliciano	PSD
Attilio Fontana	PSD
Eugênio Barros	PSD
José Ermírio (Relator)	PTB
Bezerra Neto	PTB
Melo Braga	PTB
Lopes da Costa	UDN
Milton Campos (Presidente)	UDN
Júlio Leite (Vice-Pr.)	PR

- F) - Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento n. 752/63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13.11.63

Designada em 13.11.1963.

Prorrogada até 15.12.1964, em virtude do Requerimento n. 1 162/63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10.12.63.

G) - para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento n. 768/63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13.11.63.

Designada em 13.11.63.

Prorrogada até 15.12.1964, em virtude do Requerimento n. 1 158/63, do Sr. Senador Antonio Juca, aprovado em 10.12.63.

<u>Membros (5)</u>	<u>Partidos</u>
José Feliciano	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Antônio Juca	PTB
Padre Calazans	UDN
Josaphat Marinho	S/Legenda

COMISSÃO MISTA

H) para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA.

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 13.12.1963.

Designada em 13.12.1963.

<u>Membros (18)</u>	<u>Partidos</u>
<u>Senadores</u>	
Wilson Gonçalves	PSD
Leite Neto	PSD
Sigefredo Pacheco	PSD
Argemiro de Figueiredo	PTB
Edmundo Levi	PTB
Adolpho Franco	UDN
João Agripino	UDN
Aurelio Vianna	PSB
Josaphat Marinho	S/Legenda
<u>Deputados</u>	
Gustavo Capanema (Presidente)	PSD
Aderbal Jurema	PSD
Laerte Vieira	UDN (Substituído pelo Dep. Arnaldo Nogueira)
Heitor Dias	UDN
Doutel de Andrade	PTB
Afonso Celso	PTB
Arnaldo Cerdeira	PSP
Juarez Tavora	PDC
Ewaldo Pinto	MTR

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS
A CONSTITUIÇÃO

I - Projeto de Emenda à Constituição n. 4/61

(que dispõe sobre vencimentos dos magistrados)

Eleita em 27.6.61.

Prorrogada :

- até 15.12.62 pelo Req. 609/61, apr. em 14.12.61

- até 15.12.63 pelo Req. 779/62, apr. em 12.12.62

- até 15.12.64 pelo Req. 1138/63, apr. em 10.12.63

Completada em 29.10.62, 15.5.63 e 23.4.63.

Membros (16)

Partidos

Jefferson de Aguiar	PSD
Lobão da Silveira (23.4.63)	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Benedicto Valladares	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63)	PSD
Daniel Krieger	UDN
Lopes da Costa (29.10.62)	UDN
Milton Campos (Vice-Presidente)	UDN
Heribaldo Vieira	UDN
Rui Palmeira	UDN
Silvestre Pericles (23.4.63) - Relator	PTB
Bezerra Neto (23.4.63)	PTB
Nogueira da Gama	PTB
Barros Carvalho	PTB
Aloysio de Carvalho (Presidente)	PL
Mem de Sá	PL

J - Projeto de Emenda à Constituição n. 7/61

(que dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado, incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática permanente e aprovar o estabelecimento, o rompimento e o reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleita em 4.10.61.

Prorrogada :

- até 15.12.62 pelo Req. 607/61, apr. em 14.12.61;

- até 15.12.63 pelo Req. 780/62, apr. em 12.12.62;

- até 15.12.63 pelo Req. 1139/63, apr. em 10.12.63.

Completada em 29.10.62 e 23.4.63

Membros (16)

Partidos

Menezes Pimentel	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - Presidente	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Ruy Carneiro (23.4.63)	PSD
Guido Mondin (29.10.62)	PSD
Eurico Rezende (23.4.63)	UDN
Daniel Krieger	UDN
Milton Campos (Vice-Presidente)	UDN
Heribaldo Vieira	UDN
Lopes da Costa	UDN
Silvestre Pericles (23.4.63)	PTB
Vivaldo Lima	PTB
Amury Silva (23.4.63)	PTB

K - Projeto de Emenda à Constituição n. 8/61

(sobre exoneração, por proposta do Senado, de Chefe de Missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5.10.61

Prorrogada :

- até 15.12.62, pelo Req. 608/61, aprovado em 14.12.61;
- até 15.12.63, pelo Req. 781/62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64, pelo Req. 1140/63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 30.3.62, 29.10.62, 23.4.63.

<u>Membros (16)</u>	-	<u>Partidos</u>
Menezes Pimentel		PSD
Ruy Carneiro (23.4.63) - Presidente		PSD
Lobão da Silveira		PSD
Jefferson de Aguiar (23.4.63)		PSD
Guido Mondin (29.10.62)		PSD
Daniel Krieger		UDN
Eurico Rezende (23.4.63)		UDN
Milton Campos		UDN
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente)		UDN
Lopes da Costa		UDN
... Vaga do Sen. Pinto Ferreira (23.4.63)		PTB
	Relator	
Bezerra Neto (23.4.63)		PTB
Amaury Silva (23.4.63)		PTB
Vivaldo Lima		PTB
Aloysio de Carvalho		PL
Lino de Matos		PTN

L - Projeto de Emenda à Constituição n. 9/61

(que modifica o regime de discriminação das rendas)

Eleita em 20.11.61.

Prorrogada :

- até 15.12.62, pelo Req. 605/61, aprovado em 14.12.61;
- até 15.12.63, pelo Req. 782/62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64, pelo Req. 1141/63, aprovado em 10.12.63.

<u>Membros (16)</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar (23.4.63)	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Filinto Müller	PSD
Guido Mondin (29.10.62)	PSD
Ruy Carneiro (23.4.63)	PSD
Daniel Krieger (Relator)	UDN
Eurico Rezende (23.4.63)	UDN
Milton Campos	UDN
Heribaldo Vieira	UDN
Rui Palmeira	UDN
Amaury Silva (23.4.63)	PTB
Barros Carvalho	PTB
Argemiro de Figueiredo	PTB
Bezerra Neto (23.4.63)	PTB
Aloysio de Carvalho	PL
Lino de Matos	PTN

M) - Projeto de Emenda à Constituição n. 10/61
(aplicação das cotas de impostos, destinadas aos municípios)
Eleita em 28.3.1962.

Prorrogada :

- até 15.12.63 pelo Req. 783/62, aprovado em 12.12.62
- até 15.12.64 pelo Req. 1142/63, aprovado em 10.12.63

Completada em 30.3.62, 29.10.62 e 23.4.63.

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63)	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Guido Mondin (29.10.62)	PSD
Milton Campos	UDN
Heribaldo Vieira	UDN
Lopes da Costa	UDN
João Agripino (23.4.63)	UDN
Eurico Rezende (23.4.63)	UDN
Silvestre Pericles (23.4.63)	PTB
Nogueira da Gama	PTB
Barros Carvalho	PTB
Josaphat Marinho (23.4.63)	S/LEG.
Aloysio de Carvalho	PL
Lino de Matos	PTN

N) Projeto de Emenda à Constituição n. 11/61

(criação de novos municípios)

Eleita em 28.3.62.

Prorrogação :

- até 15.12.63, pelo Req. 784/62, aprovado em 12.12.62
- até 15.12.64, pelo Req. 1143/63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 29.10.62, 23.4.63 e 22.7.63.

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar - Presidente	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63)	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Guido Mondin (29.10.62)	PSD
Milton Campos	UDN
Heribaldo Vieira	UDN
João Agripino (23.4.63)	UDN
Lopes da Costa	UDN
Eurico Rezende (23.4.63)	UDN
Silvestre Pericles (23.4.63)	PTB
Nogueira da Gama	PTB
Barros Carvalho	PTB
Aloysio de Carvalho	PL
Miguel Couto	PSP
Cattete Pinheiro (23.4.63)	PTN

O) - Projeto de Emenda à Constituição n. 1/62

(obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo :
inicial de carreira e proibição de nomeações interinas)

Eleita em 10.5.62.

Prorrogada :

- até 15.12.62, pelo Req. 785/62, aprovado em 12.12.62
- até 15.12.63, pelo Req. 1144/63, aprovado em 10.12.63.

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63)	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Leite Neto (23.4.63) - Presidente	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Milton Campos	UDN
Heribaldo Vieira	UDN
Eurico Rezende (23.4.63)	UDN
João Agripino (23.4.63) - Vice-Presidente	UDN
Daniel Krieger	UDN
Silvestre Pericles (23.4.63)	PTB
Nogueira da Gama	PTB
Barros Carvalho	PTB
Aloysio de Carvalho	PL
Aurélio Vianna (23.4.63) - Relator	PSB

P) - Projeto de Emenda à Constituição n. 2/62
(institui nova discriminação de rendas em favor dos Municí-
pbs).

Eleita em 23.5.62.

Prorrogada :

- até 15.12.63 pelo Req. 786/62, aprovado em 12.12.62;

- até 15.12.64 pelo Req.1145/63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.63.

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63)	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Leite Neto (23.4.63)	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Milton Campos	UDN
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente	UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - Relator	UDN
Silvestre Pericles (23.4.63) - Presidente	PTB
Nogueira da Gama	PTB
Barros Carvalho	PTB
Aloysio de Carvalho	PL
Linó de Matos	PTN
João Agripino (23.4.63)	UDN
Daniel Krieger	UDN

Q) - Projeto de Emenda à Constituição n. 3/62

(Autoriza o Tribunal Superior Eleitoral a fixar data para a
realização do plebiscito previsto na Emenda Constitucional n.
4 - Ato Adicional)

Eleita em 10.7.62

Prorrogação :

- até 15.12.63 pelo Req. 787/62, aprovado em 12.12.62;

- até 15.12.64 pelo Req.1146/63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.1963

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63)	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Menezes Pimentel	PSD

Eurico Rezende (23.4.63)	UDN
Daniel Krieger	UDN
Silvestre Pericles (23.4.63)	PTB
Nogueira da Gama	PTB
Barros Carvalho	PTB
Mem de Sa	PL
Aarão Steinbruch	MTR

R) - Projeto de Emenda à Constituição n. 5/62
(Dispõe sobre a entrega, aos Municípios, de 30% da arrecadação dos Estados, quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.62.

Prorrogada :

- até 15.12.63 pelo Req. 789/62, aprovado em 12.12.62;

- até 15.12.64 pelo Req. 1147/63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.63

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar - Relator	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63)	PSD
Leite Neto (23.4.63)	PSD
Menezes Pimentel - Presidente	PSD
Milton Campos	UDN
Heribaldo Vieira	UDN
Josaphat Marinho - (23.4.63) - Vice-Presidente	UDN
Daniel Krieger	UDN
Eurico Rezende (23.4.63)	UDN
... Vaga do Sr. Pinto Ferreira (23.4.63)	PTB
Nogueira da Gama	PTB
Barros Carvalho	PTB
Mem de Sa	PL
Miguel Couto (23.4.63)	PSP

S) - Projeto de Emenda à Constituição n. 6/62
(Aumenta, para quatro, o numero de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.62.

Prorrogada :

- até 15.12.63 pelo Req. 790/62, aprovado em 12.12.62;

- até 15.12.64 pelo Req. 1148/63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.63.

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira - Relator	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63)	PSD
Benedicto Valladares	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Milton Campos	UDN
Heribaldo Vieira	UDN
Josaphat Marinho (23.4.63)	UDN
Daniel Krieger	UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - Vice-Presidente	UDN
.... Vaga do Sen. Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente	PTB
Nogueira da Gama	PTB

T) - Projeto de Emenda à Constituição n. 7/62

(Revoga a Emenda Constitucional n. 4, que instituiu o sistema parlamentar de Governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18.9.1946)

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada :

- até 15.12.63 pelo Req. 791/62, aprovado em 12.12.62;

- até 15.12.64 pelo Req. 1149/63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.63.

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Pedro Ludovico	PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63)	PSD
Benedicto Valladares	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Milton Campos	UDN
Heribaldo Vieira	UDN
Eurico Rezende (23.4.63)	UDN
Daniel Krieger	UDN
João Agripino (23.4.63)	UDN
Amaury Silva (23.4.63)	PTB
Nogueira da Gama	PTB
Barros Carvalho	PTB
Mem de Sa	PL
Raul Giuberti	PSP

U) - Projeto de Emenda à Constituição n. 1/63

(Trabalho de mulheres e menores e trabalho em indústrias insalubres)

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Req. 1150/63, aprovado em 10.12.63

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Wilson Gonçalves - Relator	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Leite Neto	PSD
Amaury Silva	PTB
Bezerra Neto - Vice-Presidente	PTB
... Vaga do Sen. Pinto Ferreira	PTB
Silvestre Péricles	PTB
Argemiro de Figueiredo	PTB
Eurico Rezende	UDN
Milton Campos	UDN
Daniel Krieger	UDN
Josaphat Marinho	S/Log.
Aloysio de Carvalho	PL

V) - Projeto de Emenda à Constituição n. 2/63

(Direito de propriedade)

Designados em 23.4.63

Prorrogada :

- até 15.12.64 pelo Req. 1151/63, aprovado em 10.12.63

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro - Presidente	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Wilson Gonçalves	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente	PSD
Amaury Silva	PTB
Bezerra Neto	PTB
.... Vaga do Sen. Pinto Ferreira	PTB
Silvestre Pericles	PTB
Artur Virgílio	PTB
Eurico Rezende	UDN
Milton Campos - Relator	UDN
João Agripino	UDN
Josaphat Marinho	S/Leg.
Aloysio de Carvalho	PL

W) - Projeto de Emenda à Constituição n. 3/63

(Dispõe sobre a administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado)

Designada em 2.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Req. 1152/63, aprovado em 10.12.63

<u>Membros</u>	<u>Partidos</u>
Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Wilson Gonçalves	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Leite Neto	PSD
Amaury Silva	PTB
Bezerra Neto	PTB
... Vaga do Sen. Pinto Ferreira	PTB
... Vaga do Sen. Eduardo Catalao (Vice-Presidente)	PTB
Vasconcelos Torres	PTB
... Vaga do Sen. Eduardo Assmar	PTB
Eurico Rezende - Presidente	UDN
Milton Campos	UDN
Daniel Krieger	UDN
Aloysio de Carvalho	PL
Josaphat Marinho - Relator	S/L

X) - Projeto de Emenda à Constituição n. 4/63
(Concede imunidades aos vereadores)

Designada em 20.5.63.
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento n. 1153/63,
aprovado em 10.12.63

Membros

Partidos

Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Wilson Gonçalves	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Leite Neto	PSD
Amaury Silva	PTB
Bezerra Neto	PTB
... Vaga do Sen. Pinto Ferreira	PTB
Silvestre Pérciles	PTB
Adalberto Sena	PTB
Eurico Rezende	UDN
Milton Campos	UDN
João Agripino	UDN
Aloysio de Carvalho	PL
Josaphat Marinho	S/Leg.

Y) - Projeto de Emenda à Constituição n. 5/63

(Dispõe sobre o imposto de vendas e consignações)

Designada em 31.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Req. n. 1154/63, aprovado
em 10.12.63

Membros

Partidos

Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Wilson Gonçalves	PSD
Menezes Pimentel	PSD
Leite Neto	PSD
Amaury Silva	PTB
Bezerra Neto	PTB
... Vaga do Sen. Pinto Ferreira	PTB
... Vaga do Sen. Humberto Neder	PTB
Argemiro de Figueiredo	PTB
Eurico Rezende	UDN
Milton Campos	UDN
Daniel Krieger	UDN
Aloysio de Carvalho	PL
Josaphat Marinho	S/Leg.

Z) - Projeto de Emenda à Constituição n. 6/63
(Inelegibilidades)

Designada em 2.10.63.

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento n. 1155/63, aprovado em 10.12.63

Membros

Partidos

Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Wilson Gonçalves	PSD
Jose Feliciano	PSD
Walfredo Gurgel	PSD
Argemiro de Figueiredo	PTB
Bezerra Neto	PTB
Silvestre Pericles	PTB
Edmundo Levi	PTB
Eurico Rezende	UDN
Milton Campos	UDN
Aloysio de Carvalho	UDN
Afonso Arinos	UDN
Josaphat Marinho	S/Leg
Raul Giuberti	PSP
Julio Leite	PR

Z-1) - Projeto de Emenda à Constituição n. 7/63

(Transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo).

Designada em 2.10.63.

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento n. 1156/63, aprovado em 10.12.63

Membros

Partidos

Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Wilson Gonçalves	PSD
Jose Feliciano	PSD
Walfredo Gurgel	PSD
Argemiro de Figueiredo	PTB
Bezerra Neto	PTB
Silvestre Pericles	PTB
Edmundo Levi	PTB
Eurico Rezende	UDN
Milton Campos	UDN
Aloysio de Carvalho	UDN
Afonso Arinos	UDN
Josaphat Marinho	S/Leg.
Raul Giuberti	PSP
Julio Leite	PR

Z-2) - Projeto de Emenda à Constituição n. 8/63
(Autonomia dos Municípios)

Designada em 22.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento n. 1157/63,
aprovado em 10.12.63

Membros

Partidos

Jefferson de Aguiar	PSD
Ruy Carneiro	PSD
Wilson Gonçalves	PSD
Jose Feliciano	PSD
Lobão da Silveira	PSD
Bezerra Neto	PTB
Edmundo Levi	PTB
Argemiro de Figueiredo	PTB
Mello Braga	PTB
Eurico Rezende	UDN
Milton Campos - Presidente	UDN
Aloysio de Carvalho	UDN
Afonso Arinos	UDN
Josaphat Marinho - Relator	S/Leg.
Aurelio Vianna	PSB
Julio Leite	PR

ANEXO V

COMISSÕES PARLAMENTARES
DE INQUÉRITO

Criadas de acôrdo com o art. 53 da Constituição e o art. 149, alínea a, do Regimento Interno.

1a.) - Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia. Siderurgica Nacional.

Criada pela Resolução n. 11/63, assinada pelo Sr. Nelson Maculan e mais 28 Srs. Senadores (apresentada em 30.5.63)

Designada em 31.5.63. Prazo - 120 dias, até 28.9.63

Prorrogada :

- por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento n. 656/63, do Sr. Sen. Joao Agripino, na sessão de 18.9.63 (21 hs.).

- por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento n. 1 173/63, do Sr. Senador Leite Neto, na sessão de 12.12.63.

Membros (5)

Partidos

Jefferson de Aguiar	PSD
Leite Neto (Presidente)	PSD
Nelson Maculan	PTB
João Agripino (Relator)	UDN
Josaphat Marinho	S/Leg.

2a.) - Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telegrafos.

Criada pela Resolução n. 32/63, assinada pelo Sr. Jefferson de Aguiar e mais 33 Srs. Senadores (apresentada na sessão de 30.10.63).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15.3.1964) em virtude do Requerimento n. 1 163/63, do Sr. Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10.12.63 (21.30).

Designação em 6.11.63

Membros (11)

Partidos

Jefferson de Aguiar	PSD
Leite Neto	PSD
Attilio Fontana	PSD
Wilson Gonçalves - Presidente	PSD
Arthur Virgílio	PTB
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente	PTB
Mello Braga	PTB
João Agripino	UDN
Daniel Krieger	UDN
Eurico Rezende - Relator	UDN
Aurelio Vianna	PSB

**PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
EM CURSO NO SENADO**

PROJETOS DE EMEND. À CONSTITUIÇÃO
EM CURSO NO SENADO

<u>Projeto</u> <u>Nº</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u> <u>Senador</u>	<u>Apresenta-</u> <u>cao</u>
1/58	Acrescenta alínea ao art. 7º, n. 7, da Constituição (Univameralidade do Poder Legislativo Estadual)	Coimbra Bueno	11.7.58
1/59	Dispõe sobre a organização política, administrativa e judiciária da Capital da Republica	Cunha Mello	6.5.59
2/59	Acrescenta disposições ao art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reguladoras da transformação do antigo Distrito Federal em Estado da Guanabara	Cunha Mello	6.5.59
1/61	Dá nova redação ao item III do art. 95 da Constituição Federal (irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados)	Brasílio Celestino	22.6.61
2/62	Dá nova redação ao item I do art. 63 da Constituição Federal (escolha de autoridades pelo Senado)	Daniel Krieger	29.9.61
8/61	Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da Republica - da Emenda Constitucional n. 4/61, que institui o sistema parlamentar de Governo (exoneração de Chefe de missão diplomática de caráter permanente)	Daniel Krieger	29.9.61
9/61	Modifica o regime de discriminação de rendas	Filinto Müller	14.11.61
10/61	Acrescenta § 7º ao Art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios)	Coimbra Bueno	11.12.61
11/61	Acrescenta §§ (4º e 5º) ao art. 28 da Constituição Federal (criação de novos municípios)	Coimbra Bueno	11.12.61
1/62	Modifica a redação do art. 186 da Constituição (origatoriedade de concurso em cargo de carreira e proibição de nomeações interinas)	Coimbra Bueno	6. 4.62
2/62	Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios	Coimbra Bueno	17. 5.62
3/62	Dispõe sobre a realização do plebiscito a que se refere o art. 25 do Ato Adicional	Nogueira da Gama	5. 7.62

<u>Projeto</u> <u>N.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u> <u>Senador</u>	<u>Apresen-</u> <u>tacao</u>
6/62	Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição (representação dos Estados e do Distrito Federal no Senado)	Vivaldo Lima	9.8.62
7/62	Revoga a Emenda Constitucional n. 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal	Jefferson de Aguiar	29.11.62
1/63	Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição Federal (proibição de trabalho ao menor de 12 anos)	Guido Mondin	16.4.63
2/63	Altera os arts. 141 § 1º e 147 da Constituição Federal (sobre a garantia da propriedade)	Vasconcelos Torres	17.4.63
3/63	Altera a redação dos arts. 26 e 63 da Constituição (administração de Brasília, vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, etc.)	José Feliciano	30.4.63
4/63	Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal (concessão de imunidades aos vereadores)	Vasconcelos Torres	17.5.63
5/63	Dá nova redação ao item II e ao § 4º do art. 19 da Emenda Constitucional n. 5, de 21.11.1961 (competência dos Estados para decretar impostos)	Nelson Maculan	30.5.63
6/63	Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades)	Aurélio Vianna	30.9.63
7/63	Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva de militar que se candidate a cargo eletivo)	Aurélio Vianna	30.9.63
8/63	Dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios)	Câmara dos Deputados	21.10.63

PROJETOS DE LEI DO SENADO APRESENTADOS

ANEXO VII

PROJETOS DE LEI DO SENADO

APRESENTADOS

NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DE 1 963

<u>Projeto</u> <u>N.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u> <u>Senador</u>	<u>Apresen-</u> <u>tacao</u>
7/63	Estabelece o direito de o empregado despedido sem justa causa voltar ao trabalho no caso de o empregador precisar contratar outro empregado	Aarão Steinbruch	18.3.63
8/63	Inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção de ponte rodoviaria entre as cidades do Rio de Janeiro e Niteroi, através da Baía de Guanabara	Miguel Couto	20.3.63
9/63	Mantém Colégios Militares sob a jurisdição do Ministério da Guerra e dá outras providências	Nelson Maculan	26.3.63
10/63	Concede direitos, deveres e vantagens aos trabalhadores em Sociedade de Economia Mista	Vascon- celos Torres	26.3.63
11/63	Dispõe sobre a readaptação a que refere o Capítulo X da Lei n. 3780, de 12 de julho de 1 960	so Nogueira da Gama	26.3.63
12/63	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e dá outras providências	Nelson Maculan	27.3.63
13/63	Regula a profissão de corretor de seguros do ramo vida	Dinarte Mariz	29.3.63
14/63	Altera a denominação do cargo isolado, de provimento efetivo, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores de "Ministro para Assuntos Economicos"	Vivaldo Lima	1.4.63
15/63	Declara de utilidade pública a Sociedade Mineira de Ensino Médico, sediada na cidade de Belo-Horizonte, Estado de Minas Gerais	Nogueira da Gama	2.4.63
16/63	Considera insalubres os serviços prestados em cortumes e indústrias figurificas e dá outras providências	Guido Mondin	3.4.63
17/63	Dá nova denominação à Estação Aduaneira de Importação Aérea de São Paulo e dá outras providências	Guido Mondin	5.4.63
18/63	Dispõe sobre o congelamento dos preços dos produtos farmaceuticos.pro	Nogueira da Gama	5.4.63

19/63	Torna obrigatória às empresas que empreguem mais de cem operários a construção de casas e vilas para os mesmos e dá outras providencias	Vasc. Torres	15.4.63
20/63	Aplica nos Delegados e membros dos Conselhos dos Sindicados o disposto no art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5 452, de 19 de maio de 1 943	Vasc. Torres	18.4.63
21/63	Extingue o Território de Fernando de Noronha	Pinto Ferreira	23.4.63
22/63	Atribui à Justiça do Trabalho faculdade para determinar, em audiência, a assinatura da Carteira Profissional e dá outras providencias	Vasc. Torres	24.4.63
23/63	Declara de utilidade pública o Instituto dos Advogados do Paraná, com sede em Curitiba, Estado do Paraná,	Amaury Silva	8.5.63
24/63	Confere a cidadania brasileira a Winston Leonard Churchill	Vasc. Torres	14.5.63
25/63	Declara de utilidade pública a Maternidade e Gota de Leite de Araraquara	Moura Andrade	15.5.63
26/63	Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, a instalar um hospital central, no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, para atender a essa cidade e as vizinhas de S. João do Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu	Vasc. Torres	15.5.63
27/63	Regulamenta o pagamento referente à quota de que trata o art. 20 da Constituição Federal e dá outras providencias	Nelson Maculan	17.5.63
28/63	Dá ao Aeroporto de Manaus a denominação de Aeroporto de Ajuricaba	Vivaldo Lima	22.5.63
29/63	Institui jornada de trabalho de 6 horas, nas empresas de trabalho contínuo, por meio de turnos sucessivos ou de revezamento e dá outras providencias	Vasc. Torres	22.5.63
30/63	Dispõe sobre as atividades da indústria farmacêutica e dá outras providencias	Vasc. Torres	24.5.63
31/63	Dá o nome de "Rodovia Teófilo Otoni" à Estrada Rio-Bahia (BR-4)	Vasc. Torres	27.5.63
32/63	Inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção da ponte rodoviária sobre o Rio Negro (Paraná) e Mafra (Santa Catarina)	Amaury Silva	28.5.63
33/63	Cria, na 1a. Região da Justiça do Trabalho, dez Juntas ambulantes de Conciliação e Julgamento, com o objetivo de tornar rápida e efetiva a Justiça Trabalhista no Interior	Vasc. Torres	29.5.63
34/63	Dispõe sobre a cooperação e o auxílio ao desenvolvimento econômico e a elevação do	Humberto Neder	31.5.63

35/63	Altera dispositivo da Lei n. 10, na parte referente a Policlínica dos Pescadores, e da Lei n. 1.707, de 23 de outubro de 1952, que dispõe sobre a situação, perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos Armadores de Pesca e empregados em profissões conexas com a indústria de pesca	Vasc. Torres	3.6.63
36/63	Inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção da ponte rodoviária na BR-13, no Município de Belém de São Francisco, ligando as margens do Rio São Francisco	Pinto Ferreira	5.6.63
37/63	Concede aos trabalhadores abono -família nos moldes dos funcionários públicos civis da União e da outras providências	Vasc. Torres	5.6.63
38/63	Promove a divulgação do ensino primário pela TV-Escola em todo o país e o televisual - mento dos trabalhos das escolas técnicas profissionais	Miguel Couto	5.6.63
39/63	Altera a redação do art. 97 do Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares)	Aarão Steinbruch	6.6.63
40/63	Estabelece novos valores para as multas pelo descumprimento, por parte dos empregadores, das leis trabalhistas e da outras providências	Vasc. Torres	6.6.63
41/63	Assegura ao empregado o pagamento de salários, após a rescisão do contrato de trabalho e até a efetiva liberação e regularização dos documentos necessários a nova contratação	Vasc. Torres	10.6.63
42/63	Institui, nos Bancos, a Carteira de Crédito Rural e da outras providências	Amaury Silva	10.6.63
43/63	Dispõe sobre as normas de Previdência Social para os trabalhadores rurais, cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Agrários e da outras providências	Nelson Maculan	12.6.63
44/63	Concede férias de 30 dias aos trabalhadores e da outras providências	Vasc. Torres	14.6.63
45/63	Dispõe sobre a redução de 50% nos fretos da Rede Ferroviária Federal S. A., para adubos, fertilizantes e forragens	Attilio Fontana	14.6.63
46/63	Prescreve o estabelecimento de convênios, entre a União e os Municípios, para efeitos fiscais	Vasc. Torres	18.6.63
47/63	Estabelece nova redação ao item "b" do art. 1º da Lei n. 1.234, de 14.11.1950	Aarão Steinbruch	19.6.63
48/63	Altera a redação do art. 29 do Decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, relativo ao abono familiar	Vasc. Torres	20.6.63
49/63	Autoriza o Poder Executivo a mandar editar as obras completas de Lúcio de Mendonça e da outras providências	Vasc. Torres	20.6.63
50/63	Dispõe que, pela morte do empregado, seus beneficiários terão direito de haver diretamente do empregador uma remuneração, paga de acordo com o disposto no art. 178 da Consolidação	Aarão Steinbruch	20.6.63

51/63	Cria, no Ministério da Marinha, o Museu Fluvial e Marítimo e dá outras providências	Vasc. Torres	21.6.63
52/63	Concede aposentadoria especial à mulher com 20 e 25 anos de serviços prestados a empresas particulares	Vasc. Torres	24.6.63
53/63	Considera quite com o serviço militar os alunos que concluírem, com aproveitamento, o curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Vasc. Torres	25.6.63
54/63	Dispõe sobre a contagem do tempo anterior ao Decreto n. 40 077, de 8.10.56, que aprovou a Tabela Numérica de Mensalistas do Pessoal da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), para efeito de licença especial e adicional por tempo de serviço	Aarão Steinbruch	25.6.63
55/63	Cria a Universidade Federal do Norte do Estado do Rio, federaliza as Faculdades de Direito e de Filosofia de Campos e dá outras providências	Vasc. Torres	26.6.63
56/63	Concede aos dirigentes sindicais o direito de intervir livremente nos processos em julgamento na Justiça do Trabalho, nas diligências requeridas pelo respectivo Sindicato	Vasc. Torres	27.6.63
57/63	Fixa critério para cálculo do adicional devido ao empregado em exercício de atividade ou em ambiente prejudicial à saúde	Vasc. Torres	27.6.63
58/63	Institui o voto a bordo e nas embaixadas ou consulados e dá outras providências	Vasc. Torres	27.6.63
59/63	Altera o art. 20 do Decreto-lei n. 7 036, de 10 de novembro de 1 941 (Lei de Acidentes do Trabalho)	Vasc. Torres	28.6.63
60/63	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, uma área de terra a ser desmembrada da Fazenda Experimental de Criação Santa Mônica e dá outras providências	Vasc. Torres	28.6.63
61/63	Autoriza o Poder Executivo a doar um terreno ao Humaitá Atlético Clube de Niterói, Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências	Vasc. Torres	28.6.63
62/63	Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, a adquirir o Hospital Antonio Pedro, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro	Vasc. Torres	28.6.63
63/63	Modifica a Lei n. 4 156, de 28.11.1962, que altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação	João Agripino	4.7.63
64/63	Estende aos motoristas a serviço de particulares os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho	Aarão Steinbruch	5.7.63
65/63	Altera a redação do art. 29 da Lei n. 4 069, de 11 de junho de 1 962	Aarão Steinbruch	8.7.63
66/63	Inclui no Plano Rodoviário Nacional a pavimentação das Estradas : Colatina-Barra de São Francisco - Ecoporanga e Itapemirim - Cachoeiro - Alegre-Guacui, no Estado do Espírito Santo, e dá outras	Raul Giuberti	9.7.63

- 67/63 Modifica o art. 26 da Lei n. 2 370, de 9 de dezembro de 1 954 (da Inatividade dos Militares) Miguel Couto 10.7.63
- 68/63 Acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei n. 3 529, de 18 de janeiro de 1 959 Gilbor to Maranhão 11.7.63
- 69/63 Cria o Conselho de Política da Propriedade Industrial e dá outras providências Domicio Gondim 18.7.63
- 70/63 Estende aos magistrados e membros do Ministério Público dos Territórios Federais e do Estado do Acre as vantagens da Lei n. 4 019, de 20.12.61 José Kairala 18.7.63
- 71/63 Altera os Anexos I e IV da Lei n. 3 780, de 12 de julho de 1 960, na parte relativa a classificação dos Bibliotecários Ad-1b. Sona 23.7.63
- 72/63 Determina a inclusão de mais um parágrafo no art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5 452, de 1.5.1943 Artur Virgílio 23.7.63
- 73/63 Dispõe sobre o pagamento de um auxílio, além das indenizações previstas em lei, à mulher grávida dispensada a qualquer título do emprego Artur Virgílio 23.7.63
- 74/63 Obriga o empregador, em caso de rescisão do contrato de trabalho, ao pagamento do salário e da contribuição previdenciária até o dia em que der baixa na carteira profissional do empregado Artur Virgílio 23.7.63
- 75/63 Altera a redação do art. 35 do Decreto-lei n. 3199, de 14.4.1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências Vivaldo Lima 24.7.63
- 76/63 Dá nova redação a dispositivos do Código de Propriedade Industrial (Decreto-lei n. 7 903, de 17.8.45) José Ernirio 25.7.63
- 77/63 Altera a redação do art. 82 da Lei n. 3 807, de 26 de agosto de 1 960 (recolhimento de contribuições às instituições de previdência) Artur Virgílio 26.7.63
- 78/63 Cria Centros de Pesquisa e Estudo de Cooperativismo nas Unidades do País e dá outras providências José Feliciano 2.8.63
- 79/63 Revoga o art. 78 e seus parágrafos da Lei n. 4242, de 17 de julho de 1 963 Jef. Aguiar 5.8.63
- 80/63 Dispõe sobre a criação, em cada órgão de administração centralizada ou autárquica do Poder Executivo Federal, do Fundo Habitacional e dá outras providências Gastão Müller 6.8.63
- 81/63 Torna obrigatório, para os diplomados em Medicina, em estabelecimentos oficiais ou particulares, o estágio de um ano em localidade sem médico residente e dá outras providências Manoel Vilaça 7.8.63
- 82/63 Dispõe sobre a venda de imóveis e prestações, mediante sorteio e dá outras providências José Ernirio 8.8.63
- 83/63 Dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, antes de o empregado completar o período de doze meses de serviço e dá outras providências Artur Virgílio 8.8.63
- 84/63 Altera a redação do art. 461, caput, e seu § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5 452, de 1.5.1943 Artur Virgílio 8.8.63

85/63	Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação Porto Coimbra-Corumbá, no Estado de Mato Grosso e da outras providências	Bezerra Neto	9.8.63
86/63	Altera a redação do art. 86 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5 452, de 1.5.1943 e da outras providências	José Ermírio	13.8.63
87/63	Estabelece teto mínimo para a aposentadoria concedida por instituição de previdência social	Aarão Steinbruch	27.8.63
88/63	Torna extensivo aos servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais o disposto no art. 7º da Lei n. 4 067, de 5 de junho de 1 962	Aarão Steinbruch	27.8.63
89/63	Acrescenta um parágrafo único ao art. 87 do Decreto-lei n. 7 036, de 10.11.1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho)	Aarão Steinbruch	28.8.63
90/63	Declara de utilidade pública a Casa do Trabalhador do Amazonas, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas	Artur Virgílio	28.8.63
91/63	Dispõe sobre a autonomia administrativa para os Hospitais de Previdência Social e estabelece outras providências	Artur Virgílio	28.8.63
92/63	Modifica a redação do § 1º do art. 499 do Decreto-lei n. 5 452, de 1.5.43 (Consolidação das Leis do Trabalho)	Aarão Steinbruch	29.8.63
93/63	Proíbe a recondução dos vogais na Justiça do Trabalho	Aarão Steinbruch	30.8.63
94/63	Estabelece que o fechamento de câmbio seja efetuado onde o exportador ou importador tenha a sua sede	Vasc. Torres	2.9.63
95/63	Regula o uso de livros didáticos nos estabelecimentos de ensino mantidos pela União e nos de ensino secundário e técnico especializados	Vasc. Torres	3.9.63
96/63	Dispõe sobre a participação do trabalhador nos lucros das empresas, sobre a democratização do capital destas e a participação do trabalhador rural na exploração das propriedades agropecuárias	Eurico Rezende	3.9.63
97/63	Estabelece normas para a entrega, aos Municípios, da parte dos impostos de consumo e de renda a eles destinada	Guido Mondin	4.9.63
98/63	Altera o Código Eleitoral	Eurico Rezende	4.9.63
99/63	Prorroga, por dois anos, o prazo previsto no art. 5º da Lei n. 3 841, de 15.12.1960, relativo a averbação de tempo de serviço	Aarão Steinbruch	5.9.63
100/63	Considera de utilidade pública a Associação dos Artistas Brasileiros, com sede na Guanabara	Guido Mondin	5.9.63
101/63	Cria a Comissão Nacional de Irrigação e Proteção aos Solos e da outras providências	Vasc. Torres	6.9.63
102/63	Concede franquia postal-telegráfica à correspondência oficial, objeto de serviço, aos Juizes de Direito, Promotores e Defensores Públicos	Aarão Steinbruch	9.9.63

103/63	Cria o Plano de Aproveitamento e Valorização do Vale do Rio Paraíba e das outras providências	Vasc. Torres	9.9.63
104/63	Determina a prestação de assistência, da União, ao Estado do Paraná, para atender a situação de calamidade pública resultante dos incêndios ocorridos no mesmo Estado	Jeff. Aguiar	9.9.63
105/63	Altera o art. 54 do Decreto-lei n. 5 452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho	Vasc. Torres	10.9.63
106/63	Assegura preferência, na concessão de bolsas de estudo, pelo Ministério da Educação e Cultura, aos filhos dos trabalhadores que percebam salário-mínimo	Aarão Steinbruch	11.9.63
107/63	Dispõe sobre o preenchimento de vaga de Juiz Togado do Tribunal Superior do Trabalho	Aarão Steinbruch	11.9.63
108/63	Disciplina a constituição de congregação de professores de escolas de ensino superior e das outras providências	Vasc. Torres	12.9.63
109/63	Altera a redação do parágrafo único do art. 899 do Decreto-lei n. 5 452, de 1.5.1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	Vasc. Torres	13.9.63
110/63	Estende a jurisdição das Juntas de Consolidação e Julgamento de Campos e de Nova Friburgo	Aarão Steinbruch	13.9.63
111/63	Cria o Parque Nacional do Mambucaba, no Vale do Rio Mambucaba, no Estado do Rio de Janeiro	Vasc. Torres	16.9.63
112/63	Dispõe sobre contagem de tempo de servidores de nível universitário	Vasc. Torres	17.9.63
113/63	Estende o salário-família a todas as categorias profissionais da cidade e do campo e das outras providências	Eurico Rezende	18.9.63
114/63	Inclui na relação descritiva a que se refere o art. 20 da Lei n. 2 975, de 27.11.56, a rodovia Assis Brasil-Brasileia-Xapuri (BR-29)	Oscar Passos	18.9.63
115/63	Institui uma nova unidade monetária, a escala móvel de salários, estabelece diretrizes sócio-econômicas e das outras providências	Vasc. Torres	19.9.63
116/63	Estende aos trabalhadores nos portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no que couber, os direitos e vantagens das Leis ns. 288, de 8 de junho de 1948 e 1 756, de 8 de dezembro de 1962	Celso Branco	19.9.63
117/63	Dispõe sobre o prévio depósito judicial, nos feitos trabalhistas, em havendo recurso de condenação de valor até dez vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País	Aarão Steinbruch	23.9.63
118/63	Submete concessões de energia hidráulica a planejamento e das outras providências	Vasc. Torres	23.9.63
119/63	Regula a forma de quitação dos empregados dispensados com indenização dos empregadores	Vasc. Torres	24.9.63
120/63	Declara de utilidade pública a "Associação de Caridade Hospital de Iguaçu", com sede em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro	Vasc. Torres	25.9.63

121/63	Altera a Lei n. 1 293, de 27.12.1950, que reorganiza o Serviço de Inspeção de Coletorias Federais e dá outras providências	Vasc. Torres	26.9.63
122/63	Altera o art. 663, do decreto-lei n. 5 452, de 1.5.1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	Vasc. Torres	27.9.63
123/63	Modifica o § 1º do art. 24 da Lei n. 3 807, de 26.8.1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), aumentando o auxílio-doença	Vasc. Torres	30.9.63
124/63	Modifica o art. 16 do Decreto-lei n. 5 452, de 1.5.1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	Vasc. Torres	1.10.63
125/63	Interpreta o disposto no parágrafo único do art. 258 do Código Civil	Vasc. Torres	2.10.63
126/63	Dispõe o que seja menor-aprendiz, em face do Decreto-lei n. 5 452, de 1.5.1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) e dá outras providências	Vasc. Torres	3.10.63
127/63	Modifica o § 3º do art. 30 da Lei n. 3 807, de 26.8.1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), aumentando a indenização aos trabalhadores aposentados compulsoriamente	Vasc. Torres	4.10.63
128/63	Eleva o Território Federal de Rondônia à categoria de Estado e dá outras providências	José Kairala	7.10.63
129/63	Altera o Decreto-lei n. 5 573, de 14.6.1943, que dispõe sobre o pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica	Vasc. Torres	7.10.63
130/63	Cria o Tribunal Aeronáutico e dá outras providências	Vasc. Torres	8.10.63
131/63	Prorroga até 31 de dezembro de 1964 a vigência da Lei n. 1 300, de 28.12.1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências	Attilio Fontana	9.10.63
132/63	Cria o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências	Vasc. Torres	9.10.63
133/63	Dispõe sobre o sistema de Previdência Social para os seringueiros da Amazônia e dá outras providências	Edmundo Levi	10.10.63
134/63	Inclui na relação descritiva a que se refere a Lei n. 2 975, de 27.11.1956, a rodovia Mineiros-Coxim-Corumba	Lopes da Costa	10.10.63
135/63	Altera o Decreto-lei n. 1 995, de 1.2.1940, que concede franquias postal e telegráfica as Prefeituras e Câmaras Municipais e dá outras providências	Vasc. Torres	14.10.63
136/63	Reconhece jurisdição nas ilhas oceânicas	Jeff. Aguiar	15.10.63
137/63	Autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Para	Martins Jr.	16.10.63
138/63	Modifica o art. 37 da Lei n. 3 807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social)	Vasc. Torres	16.10.63
139/63	Transfere a arrecadação integral do Imposto Sindical para as entidades sindicais	Vasc. Torres	17.10.63
140/63	Concede ao empregado dispensado antes de completar doze meses de trabalho o direito a indenização	Vasc. Torres	19.10.63

141/63	Determina a inclusão, nos cursos de História Natural, das Faculdades de Filosofia, da cadeira de Genética como anexo da cadeira de Biologia	Mello Braga	19.10.63
142/63	Modifica o art. 227 do Decreto-lei n. 5 452, de 1º de maio de 1952 (Consolidação das Leis do Trabalho)	Vasc. Torres	21.10.63
143/63	Autoriza o exercício da função de despachante junto as Coletorias Federais e das outras providências	Vasc. Torres	22.10.63
144/63	Estabelece novas diretrizes para a execução dos Planos Quinquenais de Obras Rodoviárias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e das outras providências	José Feliciano	22.10.63
145/63	Exclui, para a concessão da aposentadoria ao trabalhador, os limites de idade previstos na Lei Organica da Previdência Social	Vasc. Torres	23.10.63
146/63	Torna obrigatório o estágio rural no último ano do curso médico e das outras providências	Wald. Alcântara	25.10.63
147/63	Dispõe sobre a suplementação, pela União, dos pagamentos de fretes de produtos de procedência nacional, destinados ao mercado interno	José Kairala	25.10.63
148/63	Estabelece normas para o consumo de papel de imprensa, pelos jornais editados no país, e das outras providências	José Ermírio	28.10.63
149/63	Dá o nome de "Aeroporto Antônio João" ao Aeroporto de Dourados, no Estado de Mato Grosso	Bezerra Neto	28.10.63
150/63	Declara de utilidade pública a Associação Berço de Belém, sediada em Belém, Estado do Pará	Lobão da Silv.	29.10.63
151/63	Estende às Casas de Diversões Públicas os dispositivos do Capítulo V - Seções I, II e III da Consolidação das Leis do Trabalho e das outras providências	Vasc. Torres	30.10.63
152/63	Amplia os casos de desapropriação por interesse social definidos na Lei n. 4 132, de 10.9.62, que regula a aquisição de imóveis alienados pelo poder público e toma outras providências	Bezerra Neto	4.11.63
153/63	Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Artística Bragantina, sediada em Bragança, Estado do Pará	Lobão da Silv.	5.11.63
154/63	Modifica os arts. 82 e 104 do Decreto-lei 7036, de 10.11.1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho	Vasc. Torres	7.11.63
155/63	Estabelece a Classificação de Contas para as empresas industriais que tem por objeto a fabricação de autopeças e fabricação e montagem de veículos automoveis	Vasc. Torres	8.11.63
156/63	Determina providências para a comemoração do centenário de nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e Institui o Dia Nacional do Índio	Bezerra Neto	12.11.63
157/63	Dá nova redação à alínea "a" do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho	Edmundo Levi	13.11.63

159/63	Dá nova redação ao art. 8º da Lei n. 3 807, de 26 de agosto de 1 960	João Agripino	14.11.63
160/63	Dispõe sobre o pagamento do 13º salário aos servidores das autarquias e sociedades de economia mista e estabelece que o benefício-aposentadoria não seja inferior ao salário mínimo vigente na região	Vasc. Torres	18.11.63
161/63	Autoriza o Poder Executivo a promover junto à Superior Administração do Banco do Brasil S.A., a incorporação, no seu quadro de servidores, dos servidores e funcionários da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Aarão Steinbruch	19.11.63
162/63	Dispõe sobre a supressão gradativa das importações de trigo estrangeiro	José Ermírio	20.11.63
163/63	Altera o Anexo IV da Lei n. 3.780, de 12 de julho de 1 960, no que se refere às séries de classes de Assistente de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem	Aarão Steinbruch	21.11.63
164/63	Altera o enquadramento dos Desenhistas, Cartógrafos e funções correlatas do Serviço Público Federal e Autárquico	Vasc. Torres	21.11.63
165/63	Dispõe sobre a contagem, em dobro, do tempo de serviço prestado entre 21 de abril de 1 960 e igual data de 1 962, pelos funcionários do Poder Executivo designados para ter exercício em Brasília	Eurico Rezende	21.11.63
166/63	Dispõe sobre o pagamento em cheque nominal das importâncias devidas pelos empregadores aos empregados, referentes a indenizações de rescisão de contrato de trabalho, férias e gratificação de Natal instituída pela Lei n. 4 090, de 13.8.1962	Aarão Steinbruch	22.11.63
167/63	Dispõe sobre o salário dos trabalhadores que servem em locais insalubres	Vasc. Torres	25.11.63
168/63	Isenta de incorporação para prestação de serviço militar, em todo o território nacional, os cidadãos que exerçam atividades profissionais na lavoura e na pesca	Aarão Steinbruch	26.11.63
169/63	Concede, <u>post mortem</u> , a John F. Kennedy, Presidente dos Estados Unidos da América, o título de cidadão brasileiro	Eurico Rezende	26.11.63
170/63	Concede aposentadoria integral, aos 25 anos de serviço, a todos os trabalhadores marítimos que executem trabalho com risco de vida e saúde	Vasc. Torres	27.11.63
171/63	Declara de utilidade pública o "Lar de Maria", sediado em Belém, Estado do Pará	Lobão da Silv.	27.11.63
172/63	Suprime franquias ou isenções de tarifas dos serviços postais e de telecomunicações prestados pela União	Bezerra Neto	28.11.63
173/63	Dispõe sobre a data relativa ao início do direito a percepção da gratificação prevista no art. 145, itens V e VI, da Lei n. 1 711, de 31 de outubro de 1 952, para os ocupantes de cargos de médicos	Aarão Steinbruch	29.11.63
174/63	Dispõe sobre a publicação e distribuição de músicas populares brasileiras e dá outras providências	Vasc. Torres	29.11.63

- 175/63 Dispõe sobre a contagem de tempo de servidores requisitados pelas Sociedades de Economia Mista e de outras providências Walfr. 2.12.63
Gurgel
- 176/63 Assegura ao funcionário público federal e autárquico, para efeito de aposentadoria, o direito de computo as contribuições para quaisquer Institutos e Caixas de Previdência Vasc. 3.12.63
Torres
- 177/63 Modifica o art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre contrato individual de trabalho Vasc. 9.12.63
Torres
- 178/63 Institui a Agência do Desenvolvimento do Pantanal de Mato Grosso e de outras providências Lopes 10.12.63
da Costa
- 179/63 Regula o exercício da profissão de Técnico de Administração Wilson 10.12.63
Gonçalves
- 180/63 Dispõe sobre o transporte de mercadorias importadas ou exportadas com o benefício de favores governamentais e de outras providências Bezerra 11.12.63
Neto
- 181/63 Estende aos empregados domésticos os benefícios da Consolidação das Leis do Trabalho Vasc. 12.12.63
Torres
- 182/63 Institui as Linhas Aéreas Brasileiras S. A. e de outras providências Bezerra 13.12.63
Neto
- 183/63 Dispõe sobre horário de trabalho de funcionário público que seja jornalista profissional e de outras providências Aarão 15.12.63
Steinbruch

PROJETOS DE LEI DO SENADO ULTIMADOS

ANEXO VIII

PROJETOS DE LEI DO SENADO

ULTIMADOS

A) - APROVADOS E REMETIDOS À CÂMARA

<u>Projeto n.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u>	<u>Aprovação</u>
21/59	Autoriza o Poder Executivo a emitir sê-lo comemorativo do cinquentenário da descoberta, por Carlos Chagas, do agente da tripanosomíase humana	Reginaldo Fernandes	7.10.63
38/61	Dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores públicos federais, da administração centralizada ou autárquica que, em caráter policial, exercem funções de Guarda de vigilância	Gilberto Marinho	16.8.63
49/61	Altera os Anexos I e IV da Lei n. 3 780, de 2 de julho de 1 960, na parte relativa à classificação dos Nutricionistas	Gilberto Marinho	31.7.63
53/61	Determina a delimitação de zonas industriais no Distrito Federal	Paulo Fender	5.9.63
29/62	Declara de utilidade pública o Banco Estudantil da Escola de Minas de Ouro Preto, com sede na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais e dá outras providências	Nelson Maculan	10.10.63
36/62	Autoriza a entrega, ao Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal, das verbas destinadas à mesma Secretaria	Comissão Diretora	19.9.63
45/62	Regulamenta a realização do plebiscito	Jº Vilasboas	7.8.63
48/62	Altera disposições do Decreto-lei n. 7 036, de 10.11.1944 (que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho)	Paulo Fender	3.5.63
49/62	Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM), com sede na cidade de Belo-Horizonte, Estado de Minas Gerais	Frederico Nunes	21.8.63
52/62	Declara de utilidade pública o Instituto Anatómico Benjamin Batista, sediado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara	Reginaldo Fernandes	30.8.63
55/62	Altera a redação do art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5 452, de 1.5.1 953	Paulo Fender	23.10.63
58/62	Dispõe sobre a concessão de vantagens, na aposentadoria, a funcionário quando acometido das moléstias consignadas no art. 104 da Lei n. 1 711, de 28 de outubro de 1 952	Rui Palmeira	19.9.63
8/63	Inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção de ponte rodoviária entre as cidades do Rio	Miguel Couto	10.10.63

15/63	Declara de utilidade pública a Sociedade Mineira de Ensino Médio, sediada em Belo-Horizonte, Estado de Minas Gerais	Nogueira da Gama	2. 8.63
23/63	Declara de utilidade pública o Instituto dos Advogados do Paraná, com sede em Curitiba, Estado do Paraná	Amaury Silva	18. 7.63
25/63	Declara de utilidade pública a Maternidade e Gota de Leite de Araraquara	Moura Andrade	30. 8.63
32/63	Inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção da ponte rodoviária sobre o Rio Negro (Paraná)	Amaury Silva	5. 9.63
63/63	Modifica a Lei n. 4.156, de 28.11.1962, que altera a legislação sobre o Fundo de Eletrificação	João Agripino	18. 9.63
72/63	Determina a inclusão de mais um parágrafo no art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943	Artur Virgílio	10.12.63
85/63	Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação Forte Coimbra-Corumbá, no Estado de Mato Grosso e dá outras providências	Bezerra Neto	7.10.63
99/63	Prorroga, por dois anos, o prazo previsto no art. 5º da Lei n. 3.841, de 15.12.1960, relativo à averbação de tempo de serviço	Aarão Steinbruch	26.11.63
104/63	Determina a prestação de assistência, da União, ao Estado do Paraná para atender a situação de calamidade pública resultante dos incêndios ocorridos no mesmo Estado	Jeff. Aguiar	19.9.63

B) - REJEITADOS (Projetos de Lei do Senado)

<u>Projeto n.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u>	<u>Rejeição</u>
8/59	Dispõe sobre a forma de pagamento dos débitos dos cafeicultores amparados pelas Leis ns. 2 095, de 16.11.53, 2 697, de 27.12.55 e 3 393, de 27.5.58 e das outras providências	Souza Naves	10.10.63
12/60	Autoriza o Poder Executivo a emitir selos postais comemorativos do centenario da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas	Francisco Gallotti	29. 4.63
24/60	Dispõe que os Presidentes eleitos da República submeterão ao Congresso, dentro dos nove primeiros meses após sua posse, o plano quinquenal de desenvolvimento econômico e social do País e das outras providências	Coimbra Bueno	27. 3. 63
35/60	Restringe o exercício do magistério do ensino médio aos licenciados dentro da finalidade de cada curso	Geraldo Lindgren	3. 4.63
39/60	Divide o Supremo Tribunal Federal em 3 Turmas Julgadoras e das outras providências	Milton Campos	24. 4.63
6/61	Dispõe sobre o horário semanal de trabalho dos servidores públicos civis do Poder Executivo, ocupantes de cargos que integram as séries de classes de Médico da administração centralizada ou autárquica	Jarbas Maranhão	21. 6.63
30/61	Altera disposições do Decreto-lei n.5452, de 19 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	Paulo Fender	19. 9.63
34/61	Assegura, aos servidores das Secretarias do Ministério Público Federal, os mesmos vencimentos e vantagens a que alude o art. 12 da Lei n. 1 441, de 24.9.1951	Gilberto Marinho	28. 5.63
41/61	Dispõe sobre aquisição de terras, garantia de preço da produção, isenção de imposto de renda a pessoas ou firmas e das outras providências	Alô Guimarães	13.11.63
50/61	Dispõe sobre limite de tempo de serviço para aposentadoria voluntaria dos servidores do Departamento de Imprensa Nacional cujas atribuições estejam diretamente vinculadas com a manipulação de substancias nocivas a saúde	Gilberto Marinho	26. 9.63
34/62	Dispõe sobre os cursos de medicina e o aproveitamento de doutorandos no exercício profissional em Municípios	Coimbra Bueno	24. 6.63
46/62	Dispõe sobre a concessão de gratificação especial, em consequencia de remoção ex-officio	Paulo Coelho	24. 6.63

3/63	Dispõe sobre o corpo científico dos Institutos Universitários de Pesquisa Fundamental	Jarbas Maranhão	11. 6.63
4/63	Dispõe sobre o aproveitamento agrícola de terras devolutas e áreas rurais pertencentes a órgãos do poder público e da outras providencias	Coimbra Bueno	28. 5.63
6/63	Autoriza o Poder Executivo a organizar e instalar uma exposição-feira agropecuaria em Brasília	Saulo Ramos	20. 8.63
9/63	Mantém colégios militares sob a jurisdição do Ministério da Guerra e da outras providencias	Nelson Maculan	21.11.63
10/63	Concede direitos, deveres e vantagens aos trabalhadores em Sociedades de Economia Mista	Vasc. Torres	31. 7.63
18/63	Dispõe sobre o congelamento dos preços dos produtos farmaceuticos, proibe o fabrico e a distribuição de amostras gratis e da outras providencias	Nogueira da Gama	23. 7.63
21/63	Extingue o Território Federal de Fernando de Noronha	Pinto Ferreira	10.10.63
22/63	Atribui à Justiça do Trabalho faculdade para determinar, em audiência, a assinatura da Carteira Profissional e da outras providencias	Vasc. Torres	24. 7.63
33/63	Cria, na 1.ª Região da Justiça do Trabalho, dez Juntas ambulantes de Conciliação e Julgamento, com o objetivo de tornar rápida e efetiva a Justiça Trabalhista no interior	Vasc. Torres	25. 9.63
36/63	Inclui, no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgencia, a construção de ponte rodoviaria na BR-13, no Município de Belém do São Francisco, Pernambuco, ligando as margens do Rio São Francisco	Pinto Ferreira	29.10.63
46/63	Prescreve o estabelecimento de convênios entre a União e os Municípios, para efeitos fiscais	Vasc. Torres	1. 8.63
48/63	Altera a redação do art. 29 do Decreto-lei n. 3 200, de 19.4.1941, relativo ao abono familiar	Vasc. Torres	2. 8.63
59/63	Altera o art. 20 do Decreto-lei n. 7 036, de 10 de novembro de 1941 (Lei de Acidentes do Trabalho)	Vasc. Torres	31.10.63
60/63	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marquez de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, uma area de terra a ser desmembrada da Fazenda Experimental de Criação Santa Monica e da outras providencias	Vasc. Torres	29.10.63
62/63	Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, a adquirir o Hospital Antonio Pedro, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro	Vasc. Torres	31.10.63

64/63	Estende aos motoristas a serviço de particulares os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho	Aarão Steinbruch	22.10.63
67/63	Modifica o art. 26 da Lei n. 2 370, de 9 de dezembro de 1 954 (da Inatividade dos Militares)	Miguel Couto	29. 8.63
70/63	Estende aos magistrados e membros do Ministério Público dos Territórios Federais e do Estado do Acre as vantagens da Lei n. 4 019, de 20 de dezembro de 1 961	José Kairala	11.12.63
86/63	Altera a redação do art. 86 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5 452, de 1º de maio de 1 943 e das outras providências	José Ernirio	11.12.63
92/63	Modifica a redação do § 1º do art. 499 do Decreto-lei n. 5 452, de 1º de maio de 1 943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	Aarão Steinbruch	3.12.63
94/63	Estabelece que o fechamento de câmbio seja efetuado onde o exportador ou importador tenha sua sede	Vasc. Torres	24.10.63
95/63	Regula o uso de livros didáticos nos estabelecimentos de ensino mantidos pela União e nos de ensino secundário e técnico especializados	Vasc. Torres	3.12.63
101/63	Cria a Comissão Nacional de Irrigação e Proteção aos Solos e das outras providências	Vasc. Torres	23.10.63
135/63	Altera o Decreto-lei n. 1 995, de 1º de fevereiro de 1 940, que concede franquia postal e telegráfica as Prefeituras e Câmaras Municipais e das outras providências	Vasc. Torres	11.12.63

C) - RETIRADOS (Projetos de Lei do Senado)

8/61	Modifica o art. 2º e revoga o parágrafo único do mesmo artigo do Decreto-lei n. 5 773, de 24 de agosto de 1 943	Jeff. Aguiar	13. 8.63
37/62	Considera, para todos os efeitos, de magistério de nível superior, as funções dos Inspectores de Ensino do Ministério da Educação e Cultura	Gilberto Marinho	7. 5.63

D) - PREJUDICADOS (Projetos de Lei do Senado)

41/60	Dispõe sobre o Montepio dos Parlamentares	Caetano de Castro	29.1.63
31/62	Dá nova redação aos arts. 22º e 226 da Consolidação das Leis do Trabalho	Afrânio Lages	24.1.63

E) - ARQUIVADOS (Projetos de Lei do Senado)

<u>Projeto</u> <u>n.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u>	<u>Arquivamº</u>
35/52	Modifica o art. 3º da Lei n. 842, de 4.10.49	Flávio Guimarães	15.12.63
48/56	Declara isentos de sanções disciplinares os militares reformados e os da Reserva das Forças Armadas	João Vilasboas	15.12.60
24/58	Prorroga a data fixada para a mudança da Capital Federal e da outras providencias	Oton Mäder	15.12.63
1/59	Dispõe sobre os proventos da aposentadoria dos servidores civis e militares	Domingos Velasco	15.12.63
6/59	Altera a Lei n. 1 184, de 30.8.50 e dá outras providencias	Juracy Magalhães	15.12.63
18/59	Modifica o art. 4º do Decreto-lei n. 7 293, de 2.2.1945	Coimbra Bueno	15.12.63
14/60	Dispõe sobre migrações internas, imigração, colonização e situação do estrangeiro no Brasil	Carlos Saboia	15.12.63
25/60	Cria o Conselho Superior de Expansão do Brasil e dá nova organização aos atuais Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial	Lima Teixeira	15.12.63
26/60	Dispõe sobre servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais	Mourão Vieira	15.12.63
28/60	Reorganiza as Caixas Econômicas Federais e dá outras providencias	Salviano Leite	15.12.63
30/60	Dispõe sobre trechos, em construção, do Tronco Principal Sul, sua incorporação à Rede Ferroviária Federal S.A. e dá outras providencias	Geraldo Lindgren	15.12.63
36/60	Regula a fiscalização nas Indústrias de Produtos Animais	Geraldo Lindgren	15.12.63
42/60	Modifica os Decretos ns. 942-A, de 31.10.1890 e 22 414, de 30.1.933	Gilberto Marinho	15.12.63
5/61	Altera a legislação do imposto de renda	Nelson Maculan	15.12.63
7/61	Assegura aos atuais Adjuntos Cate-dráticos em caráter provisório, do magisterio do Exército, com mais de 2 anos de exercício nas funções, a re condução para os estabelecimentos de ensino onde lecionavam, prevista no Decreto n. 37.999, de 4.10.55 e dá outras providencias	Gilberto Marinho	15.12.63

48/61	Dispõe sobre a aplicação do art. 1º da Lei n. 3 484, de 8.12.1958, aos servidores da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAEI)	Jarbas Maranhão	15.12.63
12/62	Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, dos servidores que integram a serie de classes de vendedor de selos, constante dos Anexos I e IV, Código CT-215, da Lei n. 3 780, de 12.7.60 (Plano de Classificação de Cargos)	Gilberto Marinho	15.12.63
23/62	Altera o art. 2º da Lei n. 1 806, de 6 de janeiro de 1 953, relativa ao Plano de Valorização Econômica da Amazonia	Coimbra Bueno	15.12.63
24/62	Dispõe sobre os postos agropecuários (PAP) existentes e a criação de novos e de outras providências	Coimbra Bueno	15.12.63
33/62	Dispõe sobre a idade mínima para habilitação de motorista amador e de outras providências	Coimbra Bueno	15.12.63
39/62	Dispõe sobre o direito de reforma, a pedido, de oficiais das Forças Armadas integrantes do magistério militar	Gilberto Marinho	15.12.63
41/62	Inclui na relação descritiva do Plano Rodoviario Nacional a ligação entre a Enseada de Botafogo e a Lagoa Rodrigo de Freitas, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara	Gilberto Marinho	15.12.63
42/62	Dispõe sobre o monopólio estatal da pesquisa, lavra, comércio, produção, industrialização e distribuição do carvão nacional e de outras providências	Saulo Ramos	15.12.63
57/62	Dispõe sobre o Plano de Assistência ao funcionário e sua família, a que se referem os arts. 161 e 256, da Lei n. 1 711, de 28 de outubro de 1 952, na parte que diz respeito a previdência	Gilberto Marinho	15.12.63

**PROJETOS DE LEI DO SENADO
QUE CONTINUAM EM CURSO**

ANEXO IX

PROJETOS DE LEI DO SENADO
QUE CONTINUAM EM CURSO

<u>Proj. n.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u>	<u>Apresen- tação</u>
49/47	Modifica o Decreto n. 942-A, de 31.10.1890, que regula o Montepio Civil	João Vilasboas	10.12.47
28/51	Regula a participação obrigatória e directa do trabalhador no lucro das empresas	João Vilasboas	2. 7.51
2/52	Regula a execução do art. 4º do Decreto-lei n. 4 841, de 17.10.52	João Vilasboas	11. 2.52
30/52	Modifica o art. 880 do Código do Processo Civil	Ferreira de Sousa	24.7.52
35/52	Modifica o art. 3º da Lei n. 842, de 4 de outubro de 1 949	Flávio Guimarães	26.8.52
37/52	Modifica os arts. 378, 379, 381, 842, XVII, do Código do Processo Civil	Ferreira de Sousa	27.8.52
8/54	Cria o Serviço Nacional de Assistência à Velhice e da outras providências	Attilio Vivacqua	9.3.54
66/54	Autoriza a construção do prédio da Faculdade de Direito do Espírito Santo e da outras providências	Attilio Vivacqua	6.8.54
7/55	Cria o Fundo Nacional de Fomento à extração e plantio da borracha	Mourão Vieira	11.4.55
26/55	Dá nova redação ao art. 2º e respectivo § 1º da Lei n. 2 284, de 9.8.54	Attilio Vivacqua	25.8.55
41/57	Aplica aos atuais substitutos de promotor militar, com mais de 5 anos de efetivo exercício, o disposto na Lei n. 2 284, de 9.8.1954	Gilberto Marinho	29.10.57
22/58	Autoriza o Poder Executivo a conceder às Cooperativas e Empresas de Pescadores e Armadores de Pesca nacionais, pelo prazo de 5 anos, facilidades cambiais do custo de cambio para importação de barcos pesqueiros modernos	Saulo Ramos	8.10.58
13/59	Inclui na BR-2 a ligação Taió-BR-2 -Santa Cecília, no Estado de Santa Catarina	Irinçu Bornhausen	14.5.59
14/59	Dispõe sobre a articulação e a coordenação dos serviços do Ministério da Agricultura com serviços congêneros locais, cria o Conselho de Produção Agrícola e da outras providências	Attilio Vivacqua	15.5.59
23/59	Revoga dispositivos da Lei n. 1 316, de 20.1.51 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares)	João Vilasboas	1.7.59

1/60	Dispõe sobre a execução do Plano de Contenção de Despesas	Sérgio Marinho	28.1.60
3/60	Dispõe sobre autorização para emissão de papéis-moeda de curso forçado	Sérgio Marinho	16.2.60
4/60	Autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do Alto Solimões	Mourão Vieira	17.2.60
19/60	Regula o exercício da Odontologia	Paulo Fernandes	13.4.60
20/60	Institui a cooperação entre a União, as Unidades Federativas, os Municípios, Autarquias e entidades particulares para solução dos problemas urbanísticos e habitacionais, cria o Fundo de Habitação e o Conselho Nacional de Urbanismo e Habitação	Attilio Vivacqua	22.4.60
38/60	Institui os distritos eleitorais para a eleição de Deputados	Milton Campos	25.11.60
10/61	Dispõe sobre a criação da Transportadora de Minérios Minas Gerais S. A. - Transminas - e das outras providências	Nogueira da Gama	14.4.61
18/61	Dispõe sobre a nacionalidade do menor estrangeiro residente no país, filho de pais estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados	Guido Mondin	21.6.61
24/61	Dispõe sobre a remoção de funcionários civis da União e das outras providências	Heribaldo Vieira	11.7.61
26/61	Transforma a Fundação Brasil Central em órgão da administração federal	Gilberto Marinho	25.7.61
45/61	Dispõe sobre o congelamento de preços	Alô Guimarães	27.10.61
46/61	Regula a revenda de material agropecuário	José Feliciano	6.11.61
3/62	Altera a redação do parágrafo único do art. 2º da Lei n. 3 149, de 21.5.1957, que dispõe sobre a organização do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econômiários e das outras providências	Lino de Matos	9.2.62
5/62	Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Médicos e Profissionais afins	Nogueira da Gama	26.3.62
15/62	Proíbe a remoção de servidor público civil ou autárquico da União	Ari Viana	17.5.62
17/62	Determina a entrega, sem ônus, aos colonos da Colônia Federal de Dourados, dos títulos definitivos de propriedade dos respectivos lotes	João Villasboas	5.6.62
40/62	Dispõe sobre a revisão das concessões de privilégio de invenções e registro de marcas, estabelece normas para a remessa de "royalties" e das outras providências	Nogueira da Gama	16.8.62
44/62	Isenta das prescrições da Lei n. 4 090, de 13.7.1962, as instituições de caráter beneficente, cultural e assistencial	Padre Calazans	10.9.62

51/62	Dispõe sobre o provimento de cargo de Juiz do Trabalho, presidente de Junta	Arlindo Rodrigues	14.9.62
53/62	Cria uma zona franca na cidade de Belém, capital do Estado do Para e dá outras providências	Martins Junior	29.10.62
54/62	Dá nova redação aos arts. 358 e 1 605 do Código Civil	Afrânio Lages	30.10.62
59/62	Dispõe sobre venda de apartamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, situados em Brasília, aos atuais moradores	Zacarias Assumpção	6.12.62
61/62	Altera dispositivos do Código do Processo Civil e dá outras providências	Afrânio Lages	15.12.62
2/63	Acrescenta um parágrafo ao art. 67 da Lei n. 3 807, de 26.8.1960	Afrânio Lages	17.1.63
7/63		Aarão Steinbruch	18.3.63
11/63		Nogueira da Gama	26.3.63
12/63		Nelson Maculan	27.3.63
13/63		Dinarte Mariz	29.3.63
14/63		Vivaldo Lima	1.4.63
16/63		G.Mondin	3.4.63
17/63		G.Mondin	5.4.63
19/63		V.Torres	15.4.63
20/63		V.Torres	18.4.63
24/63		V.Torres	14.5.63
26/63		V.Torres	15.5.63
27/63		N.Maculan	17.5.63
28/63		Viv.Lima	22.5.63
29/63		V.Torres	22.5.63
30/63		V.Torres	24.5.63
31/63		V.Torres	27.5.63
34/63		V.Torres	3.6.63
37/63		V.Torres	5.6.63
38/63		Mig.Couto	5.6.63
39/63		A.Steinb.	6.6.63
40/63		V.Torres	6.6.63
41/63		V.Torres	10.6.63
42/63		Am.Silva	10.6.63
43/63		N.Maculan	12.6.63
44/63		V.Torres	14.6.63

50/63
51/63
52/63
53/63
54/63
55/63
56/63
57/63
58/63
61/63
65/63
66/63
68/63
69/63
71/63
73/63
74/63
75/63
76/63
77/63
78/63
79/63
80/63
81/63
82/63
83/63
84/63
87/63
88/63
89/63
90/63
91/63
93/63
96/63
97/63
98/63
100/63
102/63
103/63
105/63
106/63
107/63
108/63
109/63
110/63
111/63
112/63
113/63
114/63
115/63
116/63
117/63
118/63
119/63
120/63
121/63
122/63
123/63
124/63
125/63
126/63
127/63

A. Steinbruch 20.6.63
Vasc. Torres 21.6.63
Vasc. Torres 24.6.63
Vasc. Torres 25.6.63
A. Steinbruch 25.6.63
Vasc. Torres 26.6.63
Vasc. Torres 27.6.63
Vasc. Torres 27.6.63
Vasc. Torres 27.6.63
Vasc. Torres 28.6.63
A. Steinbruch 8.7.63
R. Giuberti 9.7.63
G. Marinho 11.7.63
D. Gondim 18.7.63
Ed. Sona 23.7.63
A. Virgílio 23.7.63
A. Virgílio 23.7.63
Viv. Lima 24.7.63
Jose Ernirio 25.7.63
A. Virgílio 26.7.63
J. Feliciano 2.8.63
Jeff. Aguiar 5.8.63
G. Müller 6.8.63
M. Vilaça 7.8.63
Jose Ernirio 8.8.63
A. Virgílio 8.8.63
A. Virgílio 8.8.63
A. Steinbruch 27.8.63
A. Steinbruch 27.8.63
A. Steinbruch 28.8.63
A. Virgílio 28.8.63
A. Virgílio 28.8.63
A. Steinbruch 30.8.63
E. Rezende 3.9.63
Guido Mondin 4.9.63
E. Rezende 4.9.63
Guido Mondin 5.9.63
A. Steinbruch 9.9.63
Vasc. Torres 9.9.63
Vasc. Torres 10.9.63
Vasc. Torres 11.9.63
A. Steinbruch 11.9.63
Vasc. Torres 12.9.63
Vasc. Torres 13.9.63
A. Steinbruch 13.9.63
Vasc. Torres 16.9.63
Vasc. Torres 17.9.63
Eurico Rezende 18.9.63
Oscar Passos 18.9.63
Vasc. Torres 19.9.63
Celso Branco 19.9.63
A. Steinbruch 23.9.63
Vasc. Torres 23.9.63
Vasc. Torres 24.9.63
Vasc. Torres 25.9.63
Vasc. Torres 26.9.63
Vasc. Torres 27.9.63
Vasc. Torres 30.9.63
Vasc. Torres 1.10.63
Vasc. Torres 2.10.63
Vasc. Torres 3.10.63
Vasc. Torres 4.10.63
Jose Kainala 7.10.63

131/63	A. Fontana	9.10.63
132/63	Vasc.Torres	9.10.63
133/63	Ed. Levi	10.10.63
134/63	L. Costa	10.10.63
136/63	Jeff.Ag.	15.10.63
137/63	Martins Jr.	16.10.63
138/63	Vasc.Torres	16.10.63
139/63	Vasc.Torres	17.10.63
140/63	Vasc.Torres	19.10.63
141/63	Melo Braga	19.10.63
142/63	Vasc.Torres	21.10.63
143/63	Vasc.Torres	22.10.63
144/63	J.Feliciano	22.10.63
145/63	Vasc.Torres	23.10.63
146/63	W.Alcant.	25.10.63
147/63	J. Kairala	25.10.63
148/63	J.Ernirio	28.10.63
149/63	Bezerra N ^o	28.10.63
150/63	Lobao Silv.	29.10.63
151/63	Vasc.Torres	30.10.63
152/63	Bez,Neto	4.11.63
153/63	Lobao Silv.	5.11.63
154/63	Vasc.Torres	7.11.63
155/63	Vasc.Torres	8.11.63
156/63	Bez,Neto	12.11.63
157/63	Ed.Levi	13.11.63
158/63	J ^o Agr.	13.11.63
159/63	J ^o Agr.	14.11.63
160/63	Vasc.Torres	18.11.63
161/63	A.Steinbr.	19.11.63
162/63	J.Ernirio	20.10.63
163/63	A.Steinbr.	21.11.63
164/63	Vasc.Torres	21.11.63
165/63	E.Rezende	21.11.63
166/63	A.Steinb.	22.11.63
167/63	Vasc.Torres	25.11.63
168/63	A.Steinbr.	26.11.63
169/63	E.Rezende	26.11.63
170/63	Vasc.Torres	27.11.63
171/63	Lobao Silv.	27.11.63
172/63	Bez,Neto	28.11.63
173/63	A.Steinb.	29.11.63
174/63	Vasc.Torres	29.11.63
175/63	W.Gurgel	2.12.63
176/63	Vasc.Torres	3.12.63
177/63	Vasc.Torres	9.12.63
178/63	L. Costa	10.12.63
179/63	W.Gonçalves	10.12.63
180/63	Bez,Neto	11.12.63
181/63	Vasc.Torres	12.12.63
182/63	Bez,Neto	13.12.63
183/63	A.Steinb.	15.12.63

Nota - As ementas que foram omitidas neste Anexo (páginas 317 a 319) figuram no Anexo n. VII (páginas 297 a 307).

**PROJETOS DE LEI DO SENADO
APRECIADOS PELA CÂMARA**

- ANEXO X -

PROJETOS DE LEI DO SENADO
APRECIADOS PELA CÂMARA

A) - APROVADOS E REMETIDOS À SANÇÃO

<u>PROJETOS</u>	<u>NS.</u>	<u>Autor</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Aprovação</u>
<u>SF</u>	<u>CD</u>			<u>na CD</u>
28/59	1 567/60	Silvestre Péricles	Institui o Dia de Deodoro	19. 8.63
31/59	2 182/60	Milton Campos	Estabelece prazo para o provimento dos cargos públicos	13.11.63
29/60	4 355/62	Jefferson de Aguiar	Estabelece normas para o recebimen- to de verbas orçamentárias e créditos da Justiça do Trabalho	4. 7.63
4/61	3 892/62	Venâncio Igrejas	Altera o inciso I do art. 945 do Código do Processo Civil e os arti- gos 1º e 2º do Decreto 3 077, de 26 de fevereiro de 1 941	4. 7.63
14/62	4 545/62	Guido Mondin	Modifica dispositivos do Código de Processo Civil	13.11.63
38/62	114/63	Vivaldo Lima	Altera disposições da Lei n.3 501, de 21 de dezembro de 1 958 e dá ou- tras providências (Aposentadoria do aeronauta)	20. 9.63
5/63	115/63	Vivaldo Lima	Altera os parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei n. 3 501, de 21 de de- zembro de 1 958, que dispõe sobre a aposentadoria do aeronauta e dá ou- tras providências	28.8.63

B) - REJEITADOS

30/62	93/63	Milton Campos	Dispõe sobre o Estatuto da Terra	7.8.63
-------	-------	------------------	----------------------------------	--------

C) - DEVOLVIDOS COM EMENDAS

63/63	1049/63	João Agripino	Modifica a Lei 4 156, de 28 de no- vembro de 1 962, que altera a Legis- lação sobre o Fundo Federal de Ele- trificação	<u>Leitura da</u> <u>emenda</u> <u>no SF</u> 13.12.63
-------	---------	------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------

**PROJETOS DE LEI DO SENADO
QUE AGUARDAM PRONUNCIAMENTO DA CÂMARA**

ANEXO XI

PROJETOS DE LEI DO SENADO

que aguardam pronunciamento da C.D.

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.º</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data de remessa</u> <u>a C.D.</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			
11/47		Henrique Novais	Dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.	2.7.48
15/47			Assegura promoção ao posto imediato e graduação subsequente aos oficiais das forças armadas que passarem para a inatividade e contarem 40 ou mais anos de serviço efetivo.	7.1.48
18/47		Ferreira de Souza	Altera disposições da Lei de Introdução do Código Civil (Decreto-lei nº ... 4.657, de 1942).	28.5.48
20/47		Sá Tinoco	Promove medidas para restauração da economia cafeeira.	22.5.48
21/47		Augusto Meira	Autoriza a abertura de crédito para a ampliação do prédio e das instalações e serviços da Escola Industrial Federal em Belém, Estado do Pará.	3.11.48
25/47		Ferreira de Souza	Regula a ação popular instituída pelo art. 141, § 38 da Constituição Federal.	17.9.52
26/47		Carlos Saboia	Dispõe sobre os crimes contra a economia popular, nos contratos de locação de imóveis.	14.6.48
28/47		Joaquim Pires	Regula a transferência para o Q.O.A. dos oficiais do Q.O. Auxiliar que satisfizeram o art. 6º do Decreto-lei nº 3.448, de .. 23.7.41.	30.9.48
46/47		Andrade Ramos	Extingue a Comissão Central de Preços e das outras providências.	9.6.50
13/48		João Vilasboas	Regula o aproveitamento do militar em cargo público.	14.5.52

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data da remessa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			<u>a C.D.</u>
14/49		Apolônio Sales	Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao MEC, um crédito de Cr\$ 300.000,00 como auxílio especial as Escolas Profissionais dos Padres Salesianos do Recife.	15.9.49
26/49	160/50	Maynard Gomes	Estende aos Oficiais Dentistas da Reserva de 1ª classe do Exército que, convocados no período de 22.8.42 a 15.8.45, hajam prestado serviços profissionais, por mais de 6 meses, os benefícios da Lei nº 11, de 28.9.46.	23.3.49
27/49		Alfredo Neves	Concede auxílio de Cr\$ 200.000,00 à Comissão Organizadora do 2º Congresso Nacional de Ortopedia e Traumatologia.	10.11.49
29/49		João Vilasboas	Revoga o Decreto-lei nº 9.116, de 1.4.46.	7.6.61
33/49		Melo Viana	Concede auxílios diversos a instituições que menciona, no Estado de Minas.	15.9.49
47/49	1.118/51	-	Permite aos empregados das empresas de natureza comercial e industrial a cargo do governo da União ou das suas instituições autárquicas, consignar em folha de pagamento até 50% dos proventos em favor de sociedade cooperativa de consumo da qual seja sócio.	3.9.51
51/49		Olavo Oliveira	Autoriza o Presidente da República a doar à Associação dos Chauffeurs do Ceara, terreno para a construção de um hospital.	28.3.50
3/50		Francisco Gallotti	Modifica a redação do parágrafo único do art. 378 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, e dá outras providências.	27.4.51
9/50		Melo Viana	Estende à Rede Mineira de Viação os Benefícios da Lei nº.. 1.071, de 16.3.50.	14.7.50
13/50		Olavo	Considera de utilidade pública	3.8.51

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data de remessa</u> <u>a C.D.</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			
15/50		Comissão de Finanças	Revoga em relação aos bens adquiridos e negócios concluídos de 1.1.48 em diante, todas as medidas restritivas da propriedade e da atividade econômica das	10.5.50
16/50		Joaquim Pires	Dispõe sobre a contribuição ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, dos servidores não inscritos por limite de idade.	24.8.53
17/50		Joaquim Pires	Autoriza o Poder Executivo a auxiliar com a importância de dois milhões de cruzeiros o Centro Estudantil Piauiense, em Teresina, Estado do Piauí.	21.8.50
28/50	1.354/51	Andrade Ramos	Dispõe sobre a instituição da Ordem do Mérito do Engenheiro e das outras providências.	9.6.50
37/50	3.308/53	Francisco	Modifica disposições do Decreto-lei nº 8.311, de 6.12.45.	17.8.50
42/50		Lucio Corrêa	Dá nova redação ao art. 27 do Decreto-lei nº 9.669, de 29.8.46, modificado pela Lei 837, de 20.9.49.	8.11.50
9/51		Alvaro Adolfo	Considera de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Filosofia, com sede na Capital da Republica.	27.6.51
18/51		Olavo Oliveira	Modifica as penas de crimes contra a economia popular e altera o seu processo, no Distrito Federal.	3.9.51
23/51		Francisco Gallotti	Dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Loide Brasileiro" (Patrimônio Nacional).	27.7.54
25/51		Olavo Oliveira	Modifica o art. 24 do Código Penal, instituindo a ação penal popular para os delitos de responsabilidade.	18.5.54
29/51		Anísio Jobim	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos	30.10.51

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data da remessa</u> <u>a C.D.</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			
38/51		Joaquim Pires	Destaca do Fundo Rodoviário Na- cional a verba de Cr\$ 15.000.000,00, para a constru- ção de uma ponte mista sobre o Rio Caninde, na cidade de Oeiras, no Estado do Piauí.	12.2.52
49/51		Carlos Lindemberg	Dispõe sobre aposentadoria e pensões dos Institutos e Cai- xas.	26.7.54
51/51		Mozart Lago	Dispõe sobre o pagamento do sa- lário-família.	2.9.53
13/52		Ismar de Goes	Dispõe sobre a defesa do açu- car inferior definida no Decre- to-lei nº 1.831, de 4.12.39.	26.11.52
15/52	3.778/61	João Vilas- boas	Modifica o Decreto-lei nº 9.760, de 5.9.46, que dispõe so- bre os bens imóveis da União.	12.12.61
19/52		João Vilas- boas	Altera o Código Eleitoral - Lei nº 1.164, de 24.6.50.	26.6.54
46/52		Joaquim Pires	Autoriza a ereção de um monu- mento que perpetue a memória do Mal. Hermes Rodrigues da Fonseca.	18.5.55
8/53		Olavo de Oliveira	Regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a cons- trução de jangadas.	16.3.54
9/53		Vivaldo Lima	Altera a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 86, de 8.9.47.	27.8.53
12/53		Francisco Gallotti	Autoriza o Poder Executivo a instalar em Santa Catarina uma usina termo-elétrica destinada, principalmente, ao abastecimen- to de energia elétrica ao Esta- do de São Paulo.	17.9.53
14/53	819/55	Kerginaldo Cavalcanti	Cria o Parque Indígena de Xingu e dispõe sobre sua organiza- ção.	23.11.55
21/53	39/55	Domingos Velasco	Estende às viúvas dos milita- res os direitos assegurados às suas filhas e irmãos, nos tēr- mos do art. 2º do Decreto nº .. 471, de 1.8.1891, do art. 27 do Decreto nº 695, de 1890, e	10.2.55

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data de remessa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			<u>a C.D.</u>
25/53		Plínio Pom-	Autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste.	27.7.54
27/53	4.733/54	Oton Neder	Revoga os arts. 359 e 362 e seus respectivos parágrafos, do Decreto-lei nº 5.452, de.... 1.5.43 (Consolidação das Leis do Trabalho).	15.7.54
30/53		Ezechias da Rocha	Isenta de contribuição obrigatória para mais de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões o portador de carteira de motorista profissional, e dá outras providências.	27.10.54
31/53	4.770/54	João Vilasboas	Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho.	26.7.54
32/53		Atílio Vaccua	Dispõe sobre assistência financeira destinada ao combate à broca do café.	8.3.54
33/53		Mozart Lago	Reconhece e facilita o funcionamento dos escritórios eleitorais.	15.12.53
5/54		Guilherme Malaquias	Concede aposentadoria integral aos contribuintes dos IAPe CAF aposentados por letra independente do número de contribuições.	15.6.55
6/54		Olavo Oliveira	Institui homenagem à memória do Governador Agamemnon Magalhães.	26.5.55
12/54		Alfredo Neves	Dispõe sobre dívidas hipotecárias e obrigações cambiais dos agricultores, criadores, recriadores e agro-industriais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.	31.5.54
18/54	4.980/54	Nestor Massena	Dispõe sobre o exercício das funções de Prefeito.	21.6.54
22/54	4.816/54	Nestor Massena	Dispõe sobre o Vice-Presidente da República eleito Senador ou Deputado.	16.8.54
26/54	348/55	Guilherme Malaquias	Dispõe sobre a prestação de assistência medido-social com contribuintes e beneficiários das	25.5.55

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data de remessa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			<u>a C.D.</u>
41/54	781/59	Othon Mäder	Dá nova redação à Lei nº 2.196, de 1.4.54, que acrescentou novo item ao parágrafo único do art. 285, da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias.	28.7.59
46/54	30/55	João Vilasboas	Regula a ação do Ministério Público na fiscalização da observância dos §§ 20, 23, 25 e 32 do art. 141 da Constituição Federal.	10.2.55
60/54		Nestor Massena	Dispõe sobre publicações periódicas ilustradas e publicações destinadas a infância.	31.3.55
61/54	2.618/61	Atílio Vivacqua	Regula o Plano de Valorização Econômica do Vale do Piraquê-Assu e do aproveitamento do porto de Santa Cruz, no Estado do Espírito Santo.	15.12.60
62/54	2.095/56	Ezequias da Rocha	Concede anistia fiscal aos devedores da Fazenda Nacional da taxa de ocupação de terrenos de marinha e seus acrescidos, desde o ano de 1921 até o corrente exercício, inclusive.	13.8.56
64/54	788/55	Atílio Vivacqua	Inclui, no Plano Rodoviário Nacional, a ligação de cidades do Estado do Espírito Santo.	11.1.56
67/54	611/55	Mozart Lago	Dá novas normas ao trabalho da Junta Especial do Ensino Livre.	26.8.55
70/54	828/55	Martiniano Fernandes	Dispõe sobre a venda de produtos farmacêuticos com propriedades ocitócicas.	28.11.55
71/54	4.803/62	Atílio Vivacqua	Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica do Vale de São Mateus.	14.9.62
83/54		Costa Pereira	Revoga o art. 2º da Lei nº .. 2.266, de 12.7.54 e a letra "g" do item I do art. 6º da Lei nº 1.493, de 13.12.51.	15.6.55
3/55	2.610/57	Lucio Bittencourt	Dispõe sobre a aplicação da quota de imposto de renda destinada aos Municípios.	27.3.57
6/55	2.278/57	Lucio Bittencourt	Dá nova redação ao § 2º do art. 100 da Consolidação das Leis	12.5.55

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data da remessa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			<u>A C.D.</u>
8/55	1.042/56	Fernandes Távora	Altera a Lei nº 1.393, de 12 de julho de 1951, que regula a aplicação da quota de que trata o art. 15, § 4º, da Constituição Federal.	9.2.56
20/55	799/55	Mendonça Clark	Cria Escolas-Hospitais nos diversos Estados e Territórios Federais para menores com idade de 7 a 16 anos.	16.11.60
24/55	2.140/56	Mendonça Clark	Altera o § 1º do art. 534, da Consolidação das Leis do Trabalho.	27.11.56
27/55	3.823/58	Reginaldo Fernandes	Cria o Conselho Nacional de Tuberculose.	5.3.58
29/55	2.005/56	Moura Andrade	Confere aos Reitores das Universidades Federais e das que lhes sejam equiparadas a qualidade de membros natos do Conselho Nacional de Educação, e dá outras providências.	16.10.56
30/55	1.005/56	Moura Andrade	Autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem, em suas contabilidades, o livro "Diário de escrituração mercantil", pelo livro "Balances Diários e Balanços", cujas características define: atribui eficácia probatória aos lançamentos efetuados segundo o sistema de "partidas" ou "vouchers", e dá outras providências.	27.1.56
35/55		Caiado de Castro	Institui o dia 2 de maio, data da Vitória das Forças Aliadas na Itália na 2ª grande guerra, como Dia das Forças Armadas.	-
36/55	1.614/56	João Vilasboas	Modifica a Lei nº 2.550, de 25.7.55 (Lei Eleitoral).	11.7.56
1/56	1.043/56	Moura Brasil	Suspende, pelo prazo de um ano, as ações de despejo ou possessórias, contra conjuntos residenciais faveleiros.	22.2.56
5/56	1.566/56	Rui Palmeira	Isenta de visto consular, turistas, nacionais de países amigos que pretendam permanecer no território nacional pelo prazo de trinta dias.	7.7.56

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data de remessa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			<u>a C.D.</u>
11/56	2.563/60	Atilio Vivacqua	Cria o Serviço Nacional de Irrigação e de Solos Agrícolas e dá outras providências.	9.12.60
24/56	2.279/57	Mourão Vieira	Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do bicentenário da fundação da cidade de Borba, no Município do mesmo nome, no Estado do Amazonas.	10.12.56
25/56	1.470/60	Mendonça Clark	Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções.	16.12.59
28/56	3.751/58	Rui Palmeira	Estabelece medidas para o desenvolvimento econômico da região seca de Alagoas e dá outras providências.	14.12.57
29/56	2.740/57	Cunha Mello	Dispõe sobre a reestruturação da Comissão Executiva de Defesa da Borracha e outras providências, mediante modificação parcial das Leis ns. 86, de 8.9.47, e 1.1184, de 30.8.50.	29.5.57
43/56	2.375/57	Ezechias da Rocha	Altera o Decreto-lei nº 9.760, de 5.9.45.	20.12.56
2/57	3.993/62	Ary Vianna	Consolida a legislação sobre a situação jurídica dos procuradores de autarquias federais e dá outras providências.	28.2.62
3/57	2.609/57	Paulo Fernandes	Dispõe sobre o aproveitamento de energia hidroelétrica de rios que percorrem mais de um Estado.	10.3.57
8/57	4.705/58	João Vilasboas	Considera de magistério as funções de inspetor de Ensino Secundário.	12.11.58
9/57	1.325/59	Mendonça Clark	Autoriza o Poder Executivo a doar a Diocese de Parnaíba, no Estado do Piauí, o prédio e terreno situados na Pedra do Sal, no mesmo Município, que inicialmente, foi ocupado pelo Ministério da Marinha.	26.11.59
12/57	4.429/58	Rodrigo Lobo	Dispõe sobre o registro de diplomas expedidos por estabelecimentos de Ensino Superior.	30.6.58
20/57	2.210/57	Atilio	Institui o Plano de Valoriza	2.10.57

A) - De sessões legislativas anteriores

Projeto n.		Autor	Ementa	Data da remessa a C.D.
S.F.	C.D.			
21/57	2.590/61	Atílio Vivacqua	Regula a prestação de alimentos provisionais às vítimas de acidentes pessoais de transporte e a seus beneficiários, e estabelece outras providências.	14.12.60
33/57	4.799/59	Lutterbach Nunes	Estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de cargas e outros.	15.12.58
38/57	4.243/58	João Vilasbôas	Modifica dispositivo da legislação referente ao direito a pensão pela viúva do militar.	30.5.58
40/57	3.824/58	Alencastro Guimarães	Declara de utilidade pública a Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, com sede no Distrito Federal.	28.2.58
43/57	4.100/58	Moura Andrade	Dispõe sobre as comemorações do 50º aniversário da imigração japonesa no País, e das outras providências.	10.4.58
4/58	96/59	Othon Mäder	Dá interpretação ao art. 7º da Lei nº 2.095, de 15.11.53, estendendo os benefícios da citada Lei aos lavradores de café não financiados pelo Banco do Brasil atingidos pelas geadas de 1953 e 1955.	31.1.59
13/58	4.673/58	Atílio Vivacqua	Outorga a regalia de prisão especial aos Oficiais de Marinha Mercante.	16.10.58
20/58	701/59	Gilberto Marinho	Atribui aos Magistrados Federais as vantagens constantes dos números I, II e III do art. 184 da Lei nº 1.711, de 28.10.52.	21.7.59
25/58	1.469/60	Jorge Maynard	Regulariza a situação dos engenheiros mecânicos letricistas diplomados pela Escola de Engenharia Eletro-Mecânica da Bahia.	16.12.59
27/58	-	Othon Mäder	Suspende o financiamento as lavouras de café de baixa produtividade, mal localizadas ou mal cultivadas, e cria um financiamento especial para a sua transformação em pastagens.	11.2.60
2/59	791/59	Juracy Magalhães	Dá nova redação ao art. 8º da Lei nº 2.599, de 13.9.55, que dispõe sobre o plano geral de aproveitamento econômico do	10.8.59

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data da remess.</u> <u>a C.D.</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			
3/59	3.763/61	Attilio Vivacqua	Regula o pagamento de juros moratórios pela União, pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e Autarquias.	6.12.61
4/59	3.087/61	Gilberto Marinho	Acrescenta parágrafo ao art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho.	9.6.61
10/59	922/59	Irineu Bornhausen	Altera a constituição do Conselho Consultivo da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional.	25.8.59
11/59	3.244/61	Paulo Fernandes	Revoga o art. 59 e seus parágrafos da Lei nº 3.244, de 14.8.57 (Reforma das tarifas das alfândegas).	26.7.61
16/59	1.859/60	Saulo Ramos	Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.487, de 10.12.58, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959.	20.4.60
17/59	1.326/59	Vitorino Freire	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 8.554, de 4 de janeiro de 1946.	26.11.59
22/59	3.406/61	Silvestre Pericles	Altera o art. 3º do Decreto-lei nº 925, de 2.12.38, que estabelece o Código da Justiça Militar.	1.9.61
29/59	3.399/61	Lobão da Silveira	Equipara aos extranumerários mensalistas da União os servidores do Museu paraense "Emílio Goeldi", funcionários do Estado do Pará, aproveitados pela administração do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.	30.8.61
34/59	1.473/60	Ary Vianna	Dá nova denominação ao Aeroporto de Goiabeiras, no Estado do Espírito Santo.	17.12.59
35/59	1.472/60	Logão da Silveira	Denomina "Julio Cesar" o aeroporto de Val-de-Cans em Belém, Estado do Pará.	17.12.59
37/59	2.262/60	Lobão da Silveira	Altera a Lei nº 3.431, de 18.7.58, que constituiu o Estabelecimento Rural do Tapajós.	30.8.60
2/60	2.589/61	Nelson Maculan	Dispõe sobre a garantia de preços mínimos aos corais.	14.12.60

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data da remessa</u> <u>a C.D.</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			
10/60		Francisco Gallotti	Autoriza o Poder Executivo a emitir uma série de selos postais comemorativos do sesqui-centenário da Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810.	30.1.61
13/60	3.142/61	Francisco Gallotti	Autoriza o Poder Executivo a emitir uma série de selos postais comemorativos do centenario do nascimento de André Gustavo Paulo de Frontin, a celebrar-se a 17.9.60.	4.7.61
18/60	3.403/61	Attilio Vivacqua	Autoriza a emissão de selos postais comemorativos da transformação do atual Distrito Federal em Estado da Guanabara.	30.8.61
23/60	2.617/61	Ary Vianna	Declara de utilidade pública a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.	14.12.60
27/60	3.769/61	Ruy Palmeira	Dispõe sobre servidores do Ministério da Educação e Cultura que percebem pelo Fundo Nacional de Ensino Médio.	27.11.61
33/60	3.994/62	Geraldo Lindgren	Determina sejam efetivados os professores do Ensino Primário e Médio que fizeram provas de seleção para o Magistério de Brasília.	28.2.62
40/60	2.584/61	Filinto Müller	Regula a situação dos servidores da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviano dispensados por motivo de conclusão de Obras da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia.	15.12.60
3/61	3.400/61	Nogueira da Gama	Autoriza a criação da Companhia de Aço Minas Gerais - Aço Minas - e dá outras providências.	30.8.61
9/61	2.953/61	Mem de Sa'	Regula a aquisição da nacionalidade brasileira por efeito da adoção.	26.4.61
12/61	3.609/61	Nelson Maculan	Altera a Lei nº 1.779, de ... 22.12.52, que criou o Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.	7.11.61
13/61	209/63	Lobão da Silveira	Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que cria a Ordem dos Musicos do Brasil, dispõe sobre a regulamentação	30.1.63

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data da remessa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			<u>a C.D.</u>
14/61	3.545/61	Caiaido de Castro	Restabelece os postos de Almirante de Esquadra e Marechal, na Reserva, como dignidade ou título.	20.10.61
15/61	3.401/61	Alô Guimarães	Declara de utilidade pública a Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, Paraná.	31.8.61
16/61	3.655/61	João Villasboas	Revoga o art. 41 da Lei nº. 3.751, de 13.4.60 (eleições para a Câmara Municipal do Distrito Federal).	22.8.61
17/61	3.785/61	Guido Mondin	Aplica aos trabalhadores rodoviários dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	12.12.61
20/61	3.630/61	Silverio del Caro	Considera de utilidade pública a Conferência de São Vicente de Paulo, de São Torquato, Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.	13.11.61
21/61	4.826/62	Fernandes Távora	Regula a locação de imóveis residenciais e dá outras providências.	25.11.62
29/61	4.546/62	Jefferson de Aguiar	Altera a redação do art. 7º, da Lei nº 1.341, de 30.1.51. (Lei Orgânica do Ministério Público).	
31/61	3.844/62	Nelson Maculan	Dispõe sobre o financiamento às Prefeituras Municipais, com garantia das cotas constitucionais dos artigos 15, parágrafo 4º e 20, da Constituição Federal, e dá outras providências.	6.2.62
32/61	4.144/62	Salviano Leite	Institui o Prêmio "Visconde de São Leopoldo", e dá outras providências.	29.3.62
33/61	4.316/62	Afrânio Lages	Dispõe sobre a instalação de Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura, e dá outras providências.	22.5.62
35/61	3.324/61	Guido Mondin	Prorroga vencimentos de dividas divi ou comerciais.	13.9.61
36/61	3.698/61	Caiaido de Castro	Considera de utilidade pública a Obra do Estudante Pobre	28.11.61

A) - De sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data de remes</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			<u>a C.D.</u>
37/61	3.930/62	Afranio Lages	Dispõe sobre o loteamento ou desmembramento de terras rurais, e dá outras providências.	14.2.62
38/61	913/63	Gilberto Marinho	Dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores públicos federais da administração centralizada ou autárquica que, em caráter policial, exercem função de Guarda de Vigilância.	20.8.63
42/61	4.675/62	Lobão da Silveira	Autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da cidade de Altamira, no Estado do Pará.	20.8.62
43/61	3.611/61	Filinto Müller	Restabelece a denominação da Faculdade de Direito de Mato Grosso, federalizada pela Lei nº 3.877, de 30.1.61.	13.11.61
44/61	4.789/62	Gilberto Marinho	Dispõe sobre o valor da aposentadoria dos segurados das instituições de previdência social quando inválidos em consequência de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia e cardiopatia grave.	21.9.62
49/61	808/63	Gilberto Marinho	Altera os Anexos I e IV da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, (Nutricionistas).	5.8.63
52/61	4.263/62	Del Caro	Considera de utilidade pública a Conferência de São Sebastião do Alto Guandu da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede em Afonso Claudio, Estado do Espírito Santo.	4.5.62
53/61	1.042/63	Paulo Fender	Determina a delimitação de zonas industriais no Distrito Federal.	9.9.63
2/62	4.772/62	Moura Andrade	Autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do 40º aniversário da Semana da Arte Moderna.	13.9.62
4/62	4.449/62	Moura Andrade	Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, no Estado de	12.6.62

A) - De sessões legislativas anteriores

Projeto n.º		Autor	Ementa	Data da remess.
S.F.	C.D.			a C.D.
7/62	4.452/62	Moura Andrade	Declara de utilidade pública o Hospital Santo Amaro, de Guarujá, Estado de São Paulo.	15.6.62
8/62	4.451/62	Ovídio Teixeira	Considera de utilidade pública o Círculo Operário de Caetité, com sede na cidade de Caetité, Estado da Bahia.	6.6.62
9/62	116/62	Milton Campos	Regula a declaração de inconstitucionalidade para os efeitos do art. 7º, nº VI, da Constituição Federal.	30.1.63
13/62	4.574/62	Eugênio de Barros	Dispõe sobre a participação do Governo da União nas solenidades comemorativas do 350º ano de fundação da cidade de São Luís do Maranhão.	19.7.62
18/62	4.773/62	Moura Andrade	Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba, Estado de São Paulo.	21.9.62
19/62	4.780/62	Moura Andrade	Declara de utilidade pública a Associação das Irmãs Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, com sede em Vila Pompeia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	21.9.62
20/62	4.788/62	Milton Campos	Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo.	21.9.62
21/62	4.787/62	Guido Mondin	Considera de utilidade pública o Centro de Estudos Musicais Villa-Lobos, de Brasília.	21.9.62
22/62	4.790/62	Afrânio Lages	Altera o art. 870, do Código do Processo Civil.	30.8.62
26/62	4.781/62	Afrânio Lages	Altera normas da Consolidação das Leis do Trabalho relativas aos dissídios coletivos, e dá outras providências.	30.8.62
27/62	4.862/62	Eugênio de Barros	Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, com sede em São Luís, Estado do Maranhão.	27.11.62
28/62	4.774/62	Eugênio de Barros	Determina a emissão de selos postais comemorativos do 350º aniversário da fundação da ci-	30.8.62

A) - De Sessões legislativas anteriores

<u>Projeto n.º</u>		<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data da remessa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			<u>a C.D.</u>
29/62	1.230/63	Nelson Maculan	Declara de utilidade pública o Banco Estudantil Escola de Minas dos Estudantes da Escola de Minas de Ouro Preto, com sede na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e da outras providências.	23.10.63
35/62	4.702/63	Sérgio Marinho	Estende os benefícios instituídos pela Lei nº 4.090, de 12.7.62 (Gratificação natalina).	13.9.62
36/62	1.057/63	Comissão Diretora	Autoriza a entrega ao Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal das verbas destinadas a mesma Secretaria.	
43/62	4.677/62	Daniel Krieger	Dispõe sobre a limitação da remessa de rendimentos de capital estrangeiro.	30.8.62
45/62	915/63	João Villasboas	Regulamenta a realização do plebiscito.	12.8.63
48/62	495/63	Paulo Fender	Altera disposições do Decreto-lei nº 7.036, de 10.11.44 (Reforma a Lei de Acidentes de Trabalho).	7.5.63
49/62	929/63	Frederico Nunes	Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Escola Médicas (A.B.E.M.) com sede na cidade de Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais.	23.8.63
50/62		Martins Junior	Declara de utilidade pública a "Maternidade do Povo" de Belém, capital do Estado do Pará.	30.1.63
52/62	980/62	Reginaldo Fernandes	Declara de utilidade pública o Instituto Anatômico Banjanin Batista, sediado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.	30.8.63
55/62		Paulo Fender	Altera a redação do art.116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1.5.43.	30.8.63
56/62	96/63	Afrânio Lages	Acrescenta parágrafo ao art. 173 do Código Civil.	28.1.62
58/62	1.058/63	Ruy Palmeira	Dispõe sobre concessão de vantagens na aposentadoria, a funcionário quando acometido das moléstias consignadas no art. 104, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	24.9.63

PROJETOS DE LEI DO SENADO

que aguardam pronunciamento da C.D.

B) - Da sessão legislativa a que se refere o Relatório

<u>Projeto n.</u>	<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data de remessa</u>
<u>S.F.</u> <u>C.D.</u>			<u>a C.D.</u>
8/63 1.229/63	Miguel Couto	Inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção de ponte rodoviária entre as cidades do Rio de Janeiro e Niteroi, através da Baía da Guanabara.	14.10.63
15/63 914/63	Nogueira da Gama	Declara de utilidade pública a Sociedade Mineira de Ensino Médio, sediada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	7.8.63
23/63 792/63	Amaury Silva	Declara de utilidade pública o Instituto dos Advogados do Paraná, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.	24.7.63
25/63 979/63	Moura Andrade	Declara de utilidade pública a Maternidade e Gôta de Leite de Araraquara.	30.8.63
32/63 1.041/63	Amaury Silva	Inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção de ponte rodoviária, sobre o Rio Negro, ligando as cidades do Rio Negro (Paraná) e Mafra (Santa Catarina).	9.9.63
63/63 1.049/63	João Agripino	Modifica a Lei nº 4.156, de 28.11.62, que altera a Legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação.	24.9.63
85/63 1.231/63	Bezerra Neto	Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação Forte Coimbra-Corumbá - no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.	8.10.63
104/63 1.059/63	Jefferson de Aguiar	Determina a prestação de assistência, da União, ao Estado do Paraná para atender a situação de calamidade pública resultante dos indênidos ocorridos no mesmo Estado.	23.9.63

**PROJETOS DE LEI DA CÂMARA
RECEBIDOS**

II
ANEXO X

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA
RECEBIDOS

<u>Projeto nº</u>		<u>E m e n t a</u>	<u>Recobi- mento</u>
<u>SF</u>	<u>CD</u>		
18/63	3819/62	Cria três Juntas de Conciliação e Julgamento na 2a. Região da Justiça do Trabalho, com sedes nas Comarcas que especifica	18.3.63
19/63	3846/62	Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 3 149, de 21.5.1957, que dispõe sobre associações obrigatórias do Serviço de Assistência e Serviço Social dos Econômiários	18.3.63
20/63	172/59	Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Philco Rádio e Televisão S. A. para instalação de uma fábrica de transistores	18.3.63
21/63	733/59	Concede pensão mensal de Cr.\$ 5 000,00 a Guilherme Flores, ex-guarda-chaves da Viação Férrea do Rio Grande do Sul	18.3.63
22/63	2648/61	Concede auxílios financeiros ao Colégio dos Irmãos Maristas e a União Sul Americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em Brasília, e da outras providências	26.3.63
23/63	3171/57	Regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e da outras providências	26.3.63
24/63	136/46	Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários (IAPA)	1.4.63
25/63	4283/62	Reestrutura o aparelhamento policial da União e da outras providências	4.4.63
26/63	4864/62	Prorroga a vigência do art. 21 e seu parágrafo único da Lei n. 2 975, de 27 de novembro de 1 956	23.4.63
27/63	4337/62	Denomina "Hospital Professor Edgard Santos" o atual Hospital das Clínicas da Universidade da Bahia	29.4.63
28/63	4759/59	Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras e imposto de consumo para os materiais importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S. A.	6.5.63
29/63	4145/62	Concede pensão vitalícia de Cr.\$ 40 000,00 ao jornalista Apparicio Torelly	21.5.63
30/63	1989/60	Autoriza o Poder Executivo a doar à Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ou útil da área de terreno localizada no Morro da Jabaquara, no Município de Santos	21.5.63
31/63	136/63	Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares	3.6.63
32/63	2008/60	Dispõe sobre a divisão do território nacional em Zonas Aéreas	11.6.63
33/63	2708/57	Regula a execução do art. 3º da Lei n. 458 de	11.6.63

Projeto n.		E m e n t a	Recobi- mento
SF	CD		
34/63	2469/57	Proíbe a distribuição dos saldos das autarquias aos seus funcionários	11.6.63
35/63	2196/60	Institui a Operação Município da Anarônia e dá outras providências	11.6.63
36/63	2558/60	Dispõe sobre a situação dos contribuintes do Montepio Civil dos Funcionários Públicos Federais e dá outras providências	11.6.63
37/63	3692/61	Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Darcy Vargas o terreno de acrescido de marinha, situado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara	12.6.63
38/63	2704/61	Regula as atividades dos Representantes Comerciais Autônomos	12.6.63
39/63	3241/61	Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A., para importação de equipamento destinado a instalações hidrelétricas ou termelétricas no Estado do Rio de Janeiro	26.6.63
40/63	3724/61	Prorroga até 31 de dezembro de 1963 a vigência da Lei n. 1300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências	27.6.63
41/63	2646/61	Organiza o Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Economia e dá outras providências	5.7.63
42/63	4756/62	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr. \$ 2 695 000 000,00, destinado a cobrir despesas com a restauração e adaptação de vários aeroportos	9.7.63
43/63	3218/57	Estabelece a idade-limite de permanência no serviço ativo dos Oficiais do Quadro de Administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica	11.7.63
44/63	2794/61	Transforma a 2a. Coletoria Federal, no Estado do Rio de Janeiro, em Coletoria Federal de Miguel Pereira, e a Coletoria Federal de Itabapoana, no Estado do Espírito Santo, em Coletoria Federal de Apiacá	15.7.63
45/63	3069/61	Concede isenção de impostos de importação e de consumo para equipamento e maquinaria importados pela Cooperativa de São Carlos, no Estado de São Paulo	15.7.63
46/63	4291/62	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr. \$ 30 000 000,00, como auxílio ao Instituto Mackenzie, sediado em São Paulo, para aplicação na Universidade Mackenzie	15.7.63
47/63	2455/60	Considera patrimônio nacional a Chácara do Visconde", situada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo	16.7.63
48/63	4696/58	Reestrutura o Quadro de Oficiais Veterinários do Exército e dá outras providências	16.7.63
49/63	4589/58	Concede a pensão especial de Cr. \$ 6 000,00 mensais a Herundina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro aposentado Francisco Josefino Maria	16.7.63

Projeto n.		E m e n t a	Recebi- mento
SF	CD		
50/63	1912/60	Concede pensão à viúva do ex-funcionário público Leopoldo Bernardes dos Santos	17.7.63
51/63	2886/61	Releva a prescrição do direito à reclamação administrativa em que incorreu o ex-soldado fuzileiro-naval Antônio Santiago de Lima	17.7.63
52/63	2877/57	Estabelece medidas de proteção à borracha; cria o Fundo Nacional da Borracha; transforma a Comissão Executiva da Defesa da Borracha no Conselho Nacional da Borracha e dá outras providências	25.7.63
53/63	201/59	Autoriza a doação de terreno, em Cacequi do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a Sociedade Cultural de Cacequi	29.7.63
54/63	1248/59	Concede a pensão especial de Cr.\$ 10 000,00 mensais a Albertina de Viveiros Marques, viúva do ex-Deputado Gerson Correa Marques	29.7.63
55/63	3415/61	Autoriza o prolongamento da rodovia BR-92 (Pelotas-Chui, Passo Fundo), no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências	23.8.63
56/63	3628/61	Institui o salário-família do trabalhador e dá outras providências	23.8.63
57/63	2286/60	Institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia e dá outras providências	27.8.63
58/63	1763/63	Retifica, sem ônus, a Lei n. 4 177, de 11 de dezembro de 1 962, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1 963	30.8.63
59/63	231/63	Altera dispositivo da Lei n. 3 242, de 13 de agosto de 1 957, que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto a Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências	2.9.63
60/63	4510/62	Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do crédito especial de Cr.\$ 1 500 000 000,00, para atender aos encargos de implantação básica, melhoramentos e pavimentação de trechos das rodovias BR-36 e BR-59	3.9.63
61/63	4575/62	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400 000 000,00, destinado a participação da União, no exercício de 1 962, da quota de capital da sociedade de economia mista Açoes Finos Piratini S. A.	3.9.63
62/63	2139/60	Concede pensão vitalícia de Cr.\$ 30 000,00 mensais a Fausta da Gama Ribeiro, viúva do ex-Deputado Eurico Ribeiro da Costa	3.9.63
63/63	2735/57	Concede a pensão vitalícia de Cr.\$ 3 000,00 a Vicentina Peres Homen, viúva de Manoel Francisco Homen	4.9.63
64/63	4691/58	Isenta dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de previdência social, equipamento importado pela Empresa Telefônica Nova Friburgo	4.9.63

Projeto n.		E m e n t a	Recebi- mento
CD	SF		
65/63	4155/62	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr. \$ 980 000 000,00, destinado a fazer face as despesas com os trabalhos de construção da ligação rodoviária Fortaleza-Brasília	4.9.63
66/63	4901/63	Dá nova redação ao art. 19 da Lei n. 4 154, de 28.12.1962 (que dispõe sobre legislação de rendas)	9.9.63
67/63	741/63	Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal	9.9.63
68/63	1173/63	Dispõe, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, sobre o tempo de serviço prestado pelo pessoal brasileiro à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana	11.9.63
69/63	742/63	Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e da outras providências	11.9.63
70/63	2742/61	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr.\$ 38 115 777,70, para pagamento dos débitos do Serviço Nacional de Tuberculose, referentes aos exercícios de 1 955 a 1 959	11.9.63
70/63	2742/61	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr.\$ 38 115 777,70, para pagamento dos débitos do Serviço Nacional de Tuberculose referentes aos exercícios de 1 955 a 1 959	11.9.63
71/63	4908/63	Retifica a Lei n. 4 189, de 17 de dezembro de 1 962, que isenta de licença de importação e outros tributos para donativos a Confederação Evangélica do Brasil	11.9.63
72/63	332/63	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1 964	12.9.63 a 30.10.63
73/63	4516/63	Autoriza a desapropriação de bens do domínio do Estado de Minas Gerais e dos municípios atingidos pelo reservatório a formar-se na corredeira de Furnas	13.9.63
74/63	1915/60	Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação entre Rio Verde, no Estado de Goiás (BR-19) e Campo Grande, no Estado de Mato Grosso (BR-16)	13.9.63
75/63	657/59	Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação entre Mafra e o porto de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina	13.9.63
76/63	4307/62	Concede isenção de direitos de importação e outros, para mercadorias doadas pela General Conference of Seventh Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte, a União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia	13.9.63
77/63	67/63	Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação Rio Grande-Acegua	13.9.63

<u>Projeto n.</u>	<u>E n e n t a</u>	<u>Recobi- mento</u>
78/63 2319/60	Concede o auxílio de Cr.\$ 40 000 000,00, durante 3 anos, às Irmãs Salesianas do Colégio Maria Auxiliadora, de Brasília, para construção do edifício-sede e manutenção de atividades didáticas e das outras providências	18.9.63
79/63 2333/60	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a reeditar, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, os documentos e livros alusivos ao Domínio Holandês e à Guerra Holandesa no Brasil, e das outras providências	18.9.63
80/63 4502/58	Dispõe sobre a aposentadoria e pensões dos Institutos ou Comissões de Aposentadoria e Pensões para ex-combatentes e seus dependentes	18.9.63
81/63 3966/61	Dá nova discriminação às rodovias BR-76, BR-24, BR-51, BR-75, BR-76 e BR-96 e das outras providências	18.9.63
82/63 3479/61	Amplia o alcance do art. 2º do Decreto-lei n. 5 343, de 25 de março de 1943, que dispõe sobre habilitação para direção de educação física e das outras providências	18.9.63
83/63 99/63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr. \$ 28 270 000 000,00, destinado a atender as despesas com as obras complementares da Rodovia Rio-Bahia (BR-4)	19.9.63
84/63 4784/62	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 28 da Lei n. 3 917, de 14 de Julho de 1961 (que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores) e das outras providências	24.9.63
85/63 785/59	Dispõe sobre pagamento relativo às importações feitas por empresas concessionárias de serviços telefônicos e das outras providências	24.9.63
86/63 3832/58	Dispõe sobre a fiscalização das estradas, de rodagem federais, estaduais e municipais, e das outras providências	30.9.63
87/63 1049/59	Modifica o art. 13 da Lei n. 1 711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)	7.10.63
88/63 1205/59	Proíbe o uso da expressão "Brasília", pelas sociedades mercantis de natureza imobiliária e das outras providências	22.10.63
89/63 569/59	Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Aquidauana, no Estado de Mato Grosso	22.10.63
90/63 40/63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 12 269 000,00, para ocorrer ao pagamento da cota do imposto de consumo aos Municípios	22.10.63
91/63 2987/62	Institui abono especial, em caráter permanente, para aposentadoria de institutos de previdência	22.10.63

Projeto n.		E m e n t a	Recobi- mento
SF	CD		
92/63	2762/61	Dá nova redação ao art. 12, inciso II, da Lei n. 3.782, de 22 de julho de 1950, que cria os Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia e das outras providências	23.10.63
93/63	1729/60	Inclui parágrafo no art. 3º da Lei n. 3.322, de 26 de novembro de 1957, que estabelece em novos moldes a aposentadoria ordinária, dispõe sobre aposentadoria por invalidez dos trabalhadores vinculados aos Institutos de Aposentadoria e Pensões e das outras providências	23.10.63
94/63	253/59	Altera o Decreto-lei n. 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho	23.10.63
95/63	33773/61	Concede isenção de direitos de importação, de imposto de consumo e de taxas aduaneiras para mercadorias doadas a Confederação de Igrejas Evangélicas Fundamentalistas do Brasil pela International Christian Relief, dos Estados Unidos da América	23.10.63
96/63	4873/62	Ratifica Convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente, até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste	23.10.63
97/63	2651/61	Cria cargos isolados de provimento em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Saúde	23.10.63
98/63	647/59	Modifica o art. 16 do Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	23.10.63
99/63	4920/63	Altera o valor da pensão concedida à Sra. Lathenia de Vasconcelos Peres, viúva do Deputado Federal Leopoldo Peres	23.10.63
100/63	1135/63	Solicita a abertura, ao Poder Legislativo - Senado Federal - do crédito suplementar de Cr. \$ 1.068.245.000,00, como reforço das verbas que enumera	23.10.63
101/63	1093/63	Abre ao Poder Legislativo - Subanexo 2.01 - Câmara dos Deputados - o crédito suplementar de Cr. \$ 2.241.410.000,00, ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1963	23.10.63
102/63	418/59	Cria Juntas de Sanificação e Saneamento e dá outras providências	24.10.63
103/63	1192/59	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr. \$ 2.500.000,00, destinado a conclusão das obras do Ginásio "Euclides da Cunha", na cidade de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco	24.10.63
104/63	698/59	Altera a redação do art. 281 do Código Penal	24.10.63
105/63	3617/61	Determina a arborização das margens das rodovias do Nordeste com árvores forrageiras, bem como a construção de aterros-barragem para represamento de águas	24.10.63
106/63	824/63	Abre ao Poder Legislativo - Câmara dos Deputados - o crédito especial de Cr. \$ 40.000.000,00	8.11.63

Projeto n.		E n e n t a	Recebi- mento
SF	CD		
107/63	399/63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Aeronautica, o credito especial de Cr.\$ 130 000 000,00 para prosseguimento das obras do Aeroporto de Corumba	13.11.63
108/63	2296/60	Concede auxílio de Cr.\$ 20 000 000,00 à Sociedade Pestalozzi do Brasil e de Cr.\$ 20 000 000,00 à Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, para a campanha de assistência ao menor retardado, e dá outras providências	15.11.63
109/63	617/63	Concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderurgica Nacional e dá outras providências	19.11.63
110/63	1137/63	Altera o art. 189 da Lei n. 1 711, de 28 de outubro de 1 952, que dispõe sobre acumulação de cargos, pelos médicos, nas autarquias	20.11.63
111/63	1245/63	Prorroga, até 30 de junho de 1 964, a vigência da Lei n. 1 300, de 28 de dezembro de 1 950, com as alterações posteriores	22.11.63
112/63	3408/61	Reverte ao Serviço Ativo do Exército o Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos e dá outras providências	25.11.63
113/63	500/63	Fixa o dia 25 de maio como a data comemorativa do Trabalhador Rural	25.11.63
114/63	789/59	Institui o "Dia Nacional dos Bancários"	25.11.63
115/63	3908/62	Altera o art. 1º da Lei n. 2 586, de 5 de setembro de 1 955, que reestrutura o quadro de Oficiais Intendentes do Exército, e dá outras providências	25.11.63
116/63	3364/61	Modifica as normas processuais dos crimes previstos nos arts. 121, § 3º e 129, § 6º, do Código Penal	25.11.63
117/63	4136/62	Concede pensão mensal de Cr.\$ 30 000,00 a Ana de Oliveira Almeida Gonçalves, viuva do Professor Archimedes de Siqueira Gonçalves	25.11.63
118/63	500/63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - o credito especial de Cr.\$ 730 000 000,00, para conclusão das obras rodoviárias da BR-71, trecho do Trevo Itutaba,, no Estado de Minas Gerais	25.11.63
119/63	670/63	Altera o art. 60, preâmbulo, do Código da Justiça Militar (Decreto-lei n. 925, de 2 de dezembro de 1 938)	26.11.63
120/63	466/63	Altera a redação do art. 870 do Código do Processo Civil, permitindo que o preparo do recurso, originário de comarca diversa daquela em que está situada a superior instância, seja efetuado no próprio Juízo ou Tribunal <u>ad quem</u>	26.11.63
121/63	1056/63	Dispõe sobre a aquisição, por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários a residência dos agentes diplomaticos das respectivas Missões Diplomaticas	26.11.63
122/63	2415/60	Prorroga, até 31 de dezembro de 1 950, a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras na	26.11.63

Projeto n.		E m e n t a	Recebi- mento
SF	CD		
123/63	4904/63	Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito extraordinário de Cr. \$ 200 000 000,00, para socorrer as populações do Médio e Superior São Francisco, atingidas por inundações	27.11.63
124/63	770/63	Eleva o efetivo de Almirante de Esquadra do Corpo da Armada	27.11.63
125/63	524/63	Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr. \$ 3 000 000 000,00, para execução de obras e serviços da Adutora do Rio das Velhas, em Belo-Horizonte	27.11.63
126/63	2570/61	Federaliza o Instituto de Música da Bahia e dá outras providências	29.11.63
127/63	3204/63	Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia	4.12.63
128/63	2725/61	Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados aos programas e projetos vinculados ao Ponto IV, do Governo dos Estados Unidos da América do Norte	4.12.63
129/63	393/63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr. \$ 11 000 000,00, em favor da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina e um crédito especial de Cr. \$ 2 000 000 000,00, para ocorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificadas no Estado do Rio Grande do Sul	4.12.63
130/63	4105/62	Modifica a Lei n. 909, de 8 de novembro de 1949, elevando o valor do selo postal adicional, emitido em benefício dos filhos dos lázaros e dá outras providências	5.12.63
131/63	89/63	Provê sobre a rescisão da concessão dos portos do Rio Grande do Sul e dá outras providências	5.12.63
132/63	612/63	Autoriza a criação da Escola de Arquitetura na Universidade do Ceará e dá outras providências	5.12.63
133/63	902/63	Dá nova discriminação às rodovias BR-55 e BR-66, do Plano Rodoviário Nacional	5.12.63
134/63	612/63	Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr. \$ 885 000 000,00, para construção da rede de abastecimento de água, em cidades do Estado de Santa Catarina	5.12.63
135/63	2877/62	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr. \$ 125 000 000,00, para auxílio aos Municípios do Rio Grande do Sul atingidos por violento temporal	11.12.63
136/63	502/63	Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1964	12.12.63
137/63	769/63	Altera o § 4º do art. 1º da Lei n. 3 858, de 13 de dezembro de 1960, que cria a Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, e dá outras providências	12.12.63
138/63	4087/62	Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito Cr. \$ 000 000,00, em favor de	12.12.63

<u>Projeto n.</u>		<u>E m e n t a</u>	<u>Recobi- mento</u>
<u>SF</u>	<u>CD</u>		
139/63	4875/62	Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr.\$ 250 000 000, para o fim que especifica	13.12.63
140/63	213/63	Restabelece o trajeto primitivo da Rodovia BR-35-Pr, constante do Plano Rodoviário Nacional	13.12.63
141/63	564/62	Inclui no Plano Rodoviário Nacional a Rodovia Colônia Somer-Júlio de Castilhos (BR-14), no Rio Grande do Sul	13.12.63
142/63	3805/62	Federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e dá outras providências	13.12.63
143/63	1414/63	Altera o art. 3º da Lei n. 1506, de 19 de dezembro de 1951	

**PROJETOS DE LEI DA CÂMARA
ULTIMADOS**

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

ULTIMADOS

A) - APROVADOS E REMETIDOS À SANÇÃO

<u>Projeto n.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Aprovação</u>
<u>SF</u> <u>CD</u>		
5/61 589/57	Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial de Cr.\$ 5 000 a Hercília Carpes de Medeiros, viuva de Olavo Cassiano de Medeiros	24.4.63
123/61 813/55	Altera o Decreto-lei n. 915, de 1.12.1938, retificação pelo Decreto-lei n. 1 061, de 20.1.1939, que dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e da outras providências	11.12.63
64/62 1214/59	Isenta do imposto de importação e consumo equipamento a ser importado pela firma Rupturita S.A. Explosivos, destinado a produção de nitroglicerina	29.4.63
75/62 3222/61	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr.\$ 1 500 000,00, destinado a atender as despesas com a realização do VII Congresso Brasileiro de Cirurgia	31.5.63
90/62 792/59	Concede a pensão especial de Cr.\$ 3 750,00 mensais a família de Domingos Luiz Rotti, servidor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha, falecido em consequência de doença profissional	25.4.63
103/62 10/59	Autoriza o Poder Executivo a mandar promover a publicação das obras completas de Euclides da Cunha, e da outras providências	13.8.63
105/62 2594/61	Aprova o ajuste de contas assinado entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo	21.8.63
112/62 2745/61	Isenta dos impostos de importação e consumo uma central telefônica automática a ser importada pela Empresa Telefônica de Uberaba S. A., no Estado de Minas Gerais	24.4.63
115/62 3905/58	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr.\$ 50 000 000,00, para regularizar a despesa com a desapropriação da área mencionada no Decreto n. 42 627, de 13.11.1957	29.4.63
116/62 694/59	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr.\$ 5 000 000,00, destinado a auxiliar a construção de um Panteon Militar, na Academia Militar das Agulhas Negras, Município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro	11.6.63
118/62 3397/61	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr.\$ 3 000 000, destinado a atender as despesas com a realização do	17.5.63

Projeto n.		E m o n t a	Reccebi- mento
SF	CD		
158/62	4214/62	Estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei n. 3 995, de 14 de dezembro de 1 961 (Plano Diretor da SUDENE)	24.4.63
165/63	283/59	Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos, de São Paulo	11.6.63
166/62	423/59	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr. \$ 2 500 000,00, destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de história natural e física e química do Ginásio Federal do Território do Rio Branco	31.5.63
167/62	891/59	Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Siderúrgica Barra Mansa S. A.	28.5.63
168/62	2932/61	Isenta do imposto aduaneiro e taxas, inclusive imposto de consumo, os materiais importados pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos, de São Paulo, a partir do ano de 1 958	11.7.63
169/62	667/59	Altera dispositivo do Código Brasileiro do Ar	25.4.63
173/62	3580/57	Promove "post mortem" ao posto de General de Divisão o General de Infantaria Pedro Ângelo Correa	20.6.63
174/62	489/59	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr. \$ 2 000 000,00, destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de N. S. da Anunciação, na Capital de São Paulo	5.6.63
175/62	2610/61	Altera dispositivo do Decreto-lei n. 9 218, de 1946, que autoriza a instituição da Fundação da Casa Popular	3.6.63
176/62	3912/62	Retifica, sem ônus, a Lei n. 3 994, de 2 de dezembro de 1 961, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1 962	30.7.63
8/63	4818/62	Prorroga pelo prazo de um exercício a vigência da Lei n. 3 974, de 25.10.1961, que concede crédito especial destinado a obras da rodovia Belém-Brasília	24.7.63
9/63	4021/62	Concede ao Instituto de Biologia Marinha, de São Paulo, a subvenção anual de Cr. \$ 500 000,00, para manutenção e desenvolvimento do Laboratório de Biologia Marinha de São Paulo	31.7.63
10/63	2977/61	Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, Estado de Mato Grosso	10.5.63
12/63	948/59	Relva a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado do Exército Jorge Ledo Cos	28.5.63
13/63	4600/58	Concede a pensão especial de Cr. \$ 5 000,00, a Adalgisa Leal Braga, irma inválida do funcionário	25.4.63

<u>Projeto n.</u>		<u>E m e n t a</u>	<u>Recebi-</u> <u>mento</u>
<u>SF</u>	<u>CD</u>		
15/63	1543/56	Autoriza o Poder Executivo a permutar o terreno de propriedade da 3a. Base Aérea de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo terreno de propriedade de Ernesto Baron, situado no perímetro da referida base	29.4.63
17/63	512/57	Dispõe sobre o auxílio da União aos programas e atividades esportivas dos Clubes de Caça e Tiro e associações congêneres das zonas de colonização	11.7.63
22/63	2648/61		23.10.63
27/63	4337/62		10.5.63
28/63	4759/54		30.5.63
29/63	4145/62		29.8.63
32/63	2008/60		25.7.63
34/63	2469/57		20.11.63
36/63	2558/60		29.8.63
39/63	3241/61		27.8.63
42/63	4756/62		25.7.63
45/63	3069/61		18.9.63
47/63	2455/60		20.11.63
50/63	1912/60		21.8.63
51/63	2886/61		28.8.63
53/63	201/59		28.8.63
54/63	1248/59		29.8.63
55/63	3415/61		7.10.63
56/63	3628/61		26.9.63
59/63	231/63		28.11.63
60/63	4510/62		7.10.63
61/63	4575/62		9.10.63
64/63	4691/58		9.10.63
65/63	4155/62		7.11.63
66/63	4901/63		7.10.63
67/63	741/63		29.10.63
69/63	742/63		12.12.63
70/63	2742/61		10.10.63
80/63	4502/58		12.12.63
83/63	99/63		29.10.63
85/63	785/59		18.10.63
89/63	569/59		6.12.63
90/63	40/63		23.10.63
91/63	2987/62		31.10.63
100/63	1135/63		24.10.63
101/63	1093/63		24.10.63
106/63	824/63		11.12.63
107/63	399/63		15.12.63
111/63	1245/63		5.12.63
119/63	670/63	117/63 4136/62	15.12.63
123/63	4904/63		15.12.63
124/63	770/63		10.12.63
125/63	524/63		13.12.63
128/63	2725/63		15.12.63
129/63	393/63		13.12.63
133/63	902/63		15.12.63
134/63	612/63		15.12.63
135/63	2877/63		13.12.63
136/63	502/63		13.12.63
138/63	4087/63		12.12.63
139/63	4875/62		15.12.63
140/63	7805/63		15.12.63

<u>Projeto n.</u>		<u>E m e n t a</u>	<u>Aprovação</u>
<u>SF</u>	<u>CD</u>		
46/63	4291/62	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr. \$ 30 000 000,00, como auxílio ao Instituto Mackenzie, sediado em São Paulo, para aplicação na Universidade Mackenzie	26.11.63
49/63	4589/63	Concede a pensão especial de Cr. \$ 6 000,00 mensais a Herundina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro aposentado Francisco Josefino Maria da Silva	8.11.63
58/63	17/63	Retifica, sem ônus, a Lei n. 4 177, de 11 de dezembro de 1 962, que estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1 963	14.11.63
62/63	2139/60	Concede pensão vitalícia de Cr. \$ 30 000,00 mensais a Fausta da Gama Ribeiro, viuva do ex-Deputado Eurico Ribeiro da Costa	29.11.63
63/63	2735/57	Concede a pensão vitalícia de Cr. \$ 3 000,00 a Vicentina Peres Homem, viuva de Manoel Francisco Homem	21.10.63
71/63	4908/63	Retifica a Lei n. 4 189, de 17 de dezembro de 1 962, que isenta de licença de importação e outros tributos para donativos a Confederação Evangélica do Brasil	21.10.63
72/63	332/63	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1 964	23.11.63
76/63	4307/62	Concede isenção de direitos de importação e outros, para mercadorias doadas pela General Conference of Seventh Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte, à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia	8.11.63

ANEXO XIII

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

ULTIMADOS

B) - REJEITADOS

<u>Projeto n.</u>		<u>E m e n t a</u>	<u>Rejeição</u>
<u>SF</u>	<u>CD</u>		
23/53	190/51	Ampara a pequena propriedade e fomenta a produção por meio de crédito	6.12.63
392/56	835/55	Autoriza o Poder Executivo a estudar, projetar e construir uma ponte sobre o Rio Tocantins, entre Tocantinópolis, no Estado de Goiás, e Porto Franco, no Estado do Maranhão	1. 8.63
71/58	3569§53	Dispõe sobre loteamento para aligação a terceiros, dos terrenos pertencentes à Rede Viação Paraná-Santa Catarina, situados nos perímetros urbanos das cidades e vilas cortadas por suas linhas	31. 7.63
34/59	3774/58	Estende aos servidores da União e das Autarquias que, por força da Lei n. 1 721, de 4.11.52, que dispõe sobre as carreiras de contínuos e serventes do Serviço Federal, passaram a denominar-se Auxiliares e Chefes de Portaria, a Lei n. 3 334, de 10.12.57, que dispõe sobre o quadro dos servidores auxiliares do Tribunal de Contas da União e da outras providências	4. 9.63
24/61	2891/57	Inclui, na reserva do Serviço de Saúde do Exército, no posto de Segundo Tenente, amparadas pelas disposições da Lei n. 3 160, de 1 de junho de 1 957, as enfermeiras que foram convocadas para a Força Expedicionária Brasileira e, posteriormente, designadas para permanecerem nos hospitais militares de Natal ou de Recife, nos anos de 1944 a 1 946	6. 8.63
62/61	2260/60	Restabelece o caráter federal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal	15. 5.63
26/62	3216/61	Concede franquias postal às bibliotecas públicas e da outras providências	7.10.63
37/62	1075/59	Concede pensão mensal de Cr. \$ 6 000,00 a D. Vitória Georgina Braga de Castro, filha do Capitão Sebastião Antônio Rodrigues Braga, herói da Guerra do Paraguai	5. 6.63
114/62	2323/62	Concede a pensão vitalícia de Cr. \$ 3 000,00 a Ana Alzira Pacheco de Campos Seraphico e da outras providências	5. 6.63
119/62	1580/60	Permite ao pessoal das polícias militares estaduais acumular cargo de magisterio com outro técnico ou científico, e da outras providências	18. 9.63
87/63	1049/59	Modifica o art. 13 da Lei n. 1 711, de 28 de outubro de 1 952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)	3.12.63
92/63	2762/61	Dá nova redação ao art. 12, inciso II, da Lei n. 27.11.63	27.11.63

ANEXO XIII

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

ULTIMADOS

C) - DEVOLVIDOS À CÂMARA COM EMENDAS

Projeto n.		E m e n t a	Aprovaçã
SF	CD		
63/57	750/55	Proíbe, durante 5 anos, a exportação de couros de animais silvestres maníferos	30.8.63
41/58	1413/56	Manda computar, para efeito de cálculo da percentagem limite das consignações em folha, as vantagens pecuniárias e acessórias de caráter permanente	7.10.63
79/62	917/59	Concede pensão especial ao servidor Francisco Teixeira Dantas, em virtude de haver sido acidentado em serviço na Base Naval de Natal	31. 5.63
162/62	3788/62	Isenta dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro materiais destinados à instalação de uma fábrica de borracha sintética	26. 9.63
185/62	4696/62	Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1 963, 1 964, 1 965, e da outras providências	5. 6.63
7/63	458/63	Concede pensão especial de Cr. \$ 860,00 a Maria Floriza Brandão, viuva de Agenor Mendes de Castilho Brandão	2. 7.63
11/63	4688/58	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial destinado à obra do estudante pobre do Colégio Militar do Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara	26.11.63
20/63	172/63	Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Philco Radio e Televisão S. A., para instalação de uma fábrica de Transistores	13.12.63
21/63	733/59	Concede pensão mensal de Cr. \$ 5 000,00 a Guilherme Flores, ex-guarda-chaves da Viação Férrea do Rio Grande do Sul	7.10.63
26/63	4864/62	Prorroga a vigência do art. 21 e seu parágrafo único da Lei n. 2 975, de 27.11.1956	2. 7.63
31/63	136/63	Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares	4. 7.63
40/63	3724/61	Prorroga até 31 de dezembro de 1 963 a vigência da Lei n. 1 300, de 28.12.1950 (Lei do Inquilinato) e da outras providências	27. 6.63
41/63	2646/61	Organiza o Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Economia e da outras providências	13.12.63
43/63	3218/57	Estabelece a idade-limite de permanência no serviço ativo dos Oficiais do Quadro Administrativo do Corpo de Oficiais da Aeronáutica	19. 8.63
44/63	2794/61	Transforma a 2a. Coletoria Federal, no Estado do Rio de Janeiro, em Coletoria Federal de Miguel Pereira e a Coletoria Federal de Itaboraá, no	8.11.63

**PROJETOS DE LEI DA CÂMARA
QUE CONTINUAM EM ESTUDO NO SENADO**

ANEXO XIV

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA
QUE CONTINUAM EM ESTUDO

<u>Projeto n.</u>	<u>E m e n t a</u>
350/48 135/48	Assegura aos advogados o direito de receberem autos com vista e em confiança.
198/50 1035/48	Regula o regime das empresas concessionárias de serviços públicos.
27/52 764/61	Regula a emissão e circulação de cheques.
57/62 693/51	Revoga os Decretos-leis ns. 6 688, de 13.7.44 (Lei da Mobilização Industrial); 7 265, de 24.1.45; 9 778, de 6.9.1946
62/62 113/49	Reajusta as dívidas dos seringalistas financiados pelo Banco de Crédito da Borracha e dá outras providências.
133/52 671/51	Autoriza o Poder Executivo a instalar uma agência telegráfica no Município de Ipanerí, Goiás, uma agência postal-telegráfica em Ivoré, Distrito de Julio de Castilhos, uma agência telegráfica em Nova Esperança, Município de Jaguarí e uma agência postal em Arambaré, Canaquan, Estado do Rio Grande do Sul.
333/52 1039/48	Dispõe sobre a participação do trabalhador nos lucros das empresas.
140/53 1376/51	Modifica dispositivos das Leis ns. 86, de 8.9.47, e 1184 de 10.8.1950, e dá outras providências.
271/53 1870/52	Institui o Fundo Partidário, regula a sua distribuição e dá outras providências.
357/53 2960/53	Cria uma Coletoria Seccional junto à Estrada de Ferro Mossoró-Sousa, no Estado do Rio Grande do Norte, subordinada técnica e administrativamente à Contadoria Geral da República, na forma da legislação vigente.
1/54 2383/52	Cria o Instituto Nacional do Cinema e dá outras providências.
258/54 3699/53	Modifica o inciso IV do art. 842 do Decreto-lei n. 1 608 de 18.9.39 (Código do Processo Civil).
39/55 1481/51	Altera disposições do Decreto-lei n. 1 608, de 18.9.1939 (Código do Processo Civil)
246/55 782/51	Declara de utilidade pública o "Processo Arantes", de coagulação do latex gomífero, autoriza a respectiva desapropriação e dá outras providências.
206/56 941/56	Dispõe sobre a concessão de adiantamento e registros posteriores de despesas referentes à aplicação de créditos orçamentários e suplementares e dá outras providências.
333/56 3311/53	Regula o pagamento de cabos e soldados do Exército, estendendo-lhes os benefícios do art. 102, alínea b, n. 3, do Estatuto dos Militares (Decreto-lei n. 9 698, de 2.9.46).
385/56 4467/54	Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para o aparelhamento cirúrgico e de urologia, destinado à instalação da 14a. Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.
208/57 342/55	Modifica e suprime disposições da Consolidação das Leis

Projeto n.º

E n e n t a

SF CD

- 28/58 238/55 Define, regula e atualiza a proteção ao direito do autor.
- 65/58 545/55 Dispõe sobre a **transferência** para o serviço da União, como extranumerários, do pessoal para obras, brasileiro, empregado na construção do trecho ferroviário Rio Negro-Bento Gonçalves, no Tronco Principal do Sul.
- 82/58 2425/58 Restabelece a Polícia Militar do Território do Acre e dá outras providências.
- 135/58 2747/57 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça - Serviço de Assistência a Menores - o crédito especial de Cr.\$ 2 000 000,00, destinado à conclusão das obras do Patronato Agrícola e Industrial (PAI), na cidade de Araguaari, Estado de Minas Gerais.
- 168/58 3694/58 Prorroga o prazo para a abertura de crédito especial de Cr.\$ 1 000 000,00, de que trata a Lei n. 2 925, de 21 de outubro de 1956, para reconstrução dos edifícios em que funcionavam as obras educacionais e sociais da Paróquia de Iraputã, Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.
- 212/58 1279/56 Estende aos funcionários ou empregados do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e dos Conselhos Regionais os benefícios de que gozam ou venham a gozar os funcionários civis da União.
- 1/59 3967/58 Unifica as carreiras de Engenheiro e de Engenheiro de Aeronáutica e dá outras providências.
- 74/59 325/59 Dispõe sobre a correção do valor original dos bens do ativo das empresas de energia elétrica e dá outras providências.
- 105/59 1376/56 Reduz as taxas postais incidentes sobre livros e delas isenta os livros didáticos.
- 125/59 2287/57 Revoga o art. 2º da Lei n. 705, de 1949, os arts. 3º e 4º da Lei n. 1 639, de 1952 e a Lei n. 2 212, de 1954.
- 132/59 2139/56 Acrescenta alínea à letra "b" do art. 102 do Decreto-lei n. 9 690, de 2 de setembro de 1946 (Casamento de cabos e sargentos).
- 168/59 2730/57 Modifica o art. 1º da Lei n. 2 839, de 2.8.1956.
- 87/61 3928/58 Dá nova redação ao n. 2, da letra b, do art. 102 do Estatuto dos Militares (Decreto-lei n. 9698, de 2 de setembro de 1946) e dá outras providências.
- 101/61 4210/58 Dispõe sobre os processos de reajustamento das dívidas de criadores e recriadores de gado bovino.
- 161/61 2560/60 Exclui do art. 4º a alínea X da Lei n. 3 782, de 22 de julho de 1960, que cria os Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia.
- 176/61 2741/61 Transforma em funcionário do serviço civil do Poder Executivo, para fins da Lei n. 3 780, de 12 de julho de 1960, o pessoal pago por economias administrativas e outros recursos das organizações dos Ministérios da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha.
- 181/61 292/59 Concede isenção das tarifas postais e telegráficas aos sindicatos de classe em todo o território nacional.
- 23/62 2844/57 Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas

Projeto n.
SF CD

E m e n t a

- 39/62 3968/58 Concede pensão vitalícia, no valor mensal de Cr.\$ 5000,00, a Alexandre Sertori, ex-servidor do DNER.
- 47/62 594/59 Dispõe sobre o tráfego de embarcações com arqueação até 50 toneladas, em serviços nos altos rios e dá outras providências.
- 57/62 4055/62 Dispõe sobre taxas de juros e dá outras providências.
- 60/62 2258/57 Concede uma pensão mensal de Cr.\$ 7 000,00 à viúva do guarda-rodoviário Mario Meloni Sobrinho.
- 67/62 55/59 Estabelece a data a partir da qual deverá ser contado o prazo de vinte anos a que se refere o art. 199 da Constituição, para execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências.
- 74/62 1939/60 Acrescenta uma letra ao § 1º do art. 6º da Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salários nos dias feriados civis e religiosos.
- 82/62 1077/59 Dá o nome de Leoberto Leal ao Aeroporto da cidade de Crisúma, no Estado de Santa Catarina.
- 106/62 4232/58 Altera a redação do art. 1º da Lei n. 3 319, de 18 de novembro de 1957, que revigora, pelo prazo de 2 anos, o crédito especial para pagamento de pensões aos veteranos, as viúvas e aos herdeiros dos ex-combatentes da Campanha do Uruguai e da Guerra do Paraguai.
- 113/62 2450/60 Concede estabilidade aos Capelães Militares que contarem mais de dez anos consecutivos de serviços e dá outras providências.
- 143/62 1317/59 Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para instalação de sua sede, o Edifício onde funciona o Ministério da Viação e Obras Públicas.
- 144/62 1573/60 Autoriza o Poder Executivo a doar à Escola Doméstica das Filhas de Maria Imaculada, em Niterói, imóvel pertencente à Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária e dá outras providências.
- 170/62 3246/61 Isenta dos impostos de importação e de consumo, nem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos que as incapacitem para a utilização dos modelos comuns.
- 181/62 3714/53 Cria o Instituto Brasileiro de Turismo (IBRATUR) e dá outras providências.
- 1/63 2200/56 Estabelece dotação orçamentária destinada a manter e desenvolver serviços assistenciais da Associação da Juventude do Rio de Janeiro (ASJR).
- 14/63 2722/61 Altera o art. 64 do Código do Processo Civil (Decreto-lei n. 1 608, de 18.9.1939).
- 18/63 3819/62
19/63 3846/62
23/63 3171/57
24/63 136/46
25/63 4823/62
30/63 1989/60

<u>Projeto n.</u>		<u>E m e n t a</u>
<u>SE</u>	<u>CD</u>	
38/63	2704/61	
48/63	4696/58	
52/63	2877/57	
57/63	2286/60	
68/63	1173/59	
73/63	4516/58	
74/63	1915/60	
75/63	657/59	
77/63	674/63	
78/63	2319/60	
79/63	2333/60	
81/63	3966/61	
82/63	3479/61	
84/63	4784/62	
86/63	3832/58	
88/63	1205/59	
93/63	1729/60	
94/63	253/59	
95/63	3773/61	
96/63	4873/62	
97/63	2651/61	
98/63	647/59	
99/63	4920/63	
102/63	418/59	
103/63	1192/59	
104/63	698/59	
105/63	3617/61	
108/63	2296/60	
109/63	617/63	
110/63	1137/63	
112/63	3408/61	
113/63	500/63	
114/63	789/59	
115/63	3908/62	
116/63	3364/61	
117/63	4136/62	
118/63	500/63	
120/63	466/63	
121/63	1056/63	
122/63	2415/60	
126/63	2570/61	
127/63	3204/63	
130/63	4103/62	
131/63	89/63	
132/63	612/63	
137/63	769/63	
139/63	4875/62	
140/63	213/63	
141/63	564/62	

NOTA - As ementas omitidas nesta relação figuram no Anexo n. XII
Paginas ns. 337 a 345.

**EMENDAS DO SENADO
APRECIADAS PELA CÂMARA**

EMENDAS DO SENADO

apreciadas pela Câmara dos Deputados
(projetos remetidos a sanção pela Casa de origem)

Projeto n.		Ementa	Apreciação das emendas do S		
S.F.	C.D.		Nº	Data	Resultado
38/52	201/50	Institui normas financeiras para a União, os Estados e os Municípios.	subst.	13.11.63 (mat)	aprov. e parte
81/58	4.760/54	Considera como ocorrida em serviço a morte do Major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, para os fins de pensão, montepio, meio soldo e mais vantagens estabelecidas no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.	1	27.9.63	rejeitada
97/58	962/56	Transforma o Departamento Nacional de Obras contra as Secas em autarquia, e da outras providências.	subst.	13.5.63	aprov.
213/58	4.375/58	Concede auxílios especiais anuais ao Colégio Salesiano Santa Rosa e à Escola Industrial D. Bosco, de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	4	6.9.63 (mat)	aprov.
2/59	1.652/56	Concede isenção de direitos aduaneiros, adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para equipamento importado pela Empresa Telefônica Aquidauanense Limitada.	1	13.5.63	aprov.
128/59	3.399/57	Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$. 3.000.000,00 em favor do Hospital Espirita André Luís, de Belo Horizonte.	2	19.9.63	rejeitada
55/60	1.149/56	Autoriza a constituição de uma Companhia Hidrelétrica no Estado da Paraíba.	1	27.6.63	aprov.
51/61	2.490/60	Cria o Instituto de Previdência dos Congressistas (I.P.C.).	subst.	23.8.63	aprov. em parte
65/61	3.600/57	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$. 4.000.000,00, para prosseguimento das obras do Hospital Matogrossense do Pênfigo, com sede em Campo Grande. MT.	1	4.7.63 (mat)	aprov.

<u>Projeto n.</u>		<u>Ementa</u>	<u>Apreciação das emendas do SF</u>		
<u>S. F.</u>	<u>C.D.</u>		<u>Nº</u>	<u>Data</u>	<u>Resultado</u>
142/61	2 181/60	Cria a Escola Agrotécnica Antônio Versiani de Athayde, no Estado de Minas Gerais e dá outras providências	3	6.9.63 (mat.)	Rejeitadas
15/62	4 781/58	Altera a redação dos arts. 330 e 334 da Lei n. 1 316, de 20.1.51 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares)	Subst.	5.11.63	Apr. em parte
55/62	3 126/61	Cria, para cumprimento da Lei n. 3 401, de 12.6.58, cargos no Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do MEC e dá outras providências	2	3. 7.63	Aprovadas
132/62	4 542/58	Dispõe sobre a extirpação de órgão ou tecido de pessoa falecida	Subst.	19. 9.63	Apr. em parte
185/62	4 696/62	Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1 963, 1 964, e 1 965 e dá outras providências	114	18. 6.63	35 apr. 2 apr. em parte 27 rej.
26/63	4 964/62	Prorroga a vigência do art. 21 e seu paragrafo unico, da Lei n. 2 975, de 27.11.56 (isenção de impostos para a Petrobras S. A.)	3		1 apr. 2 rej.
31/63	136/63	Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo e dá outras providências	Subst.	10: 7.63	Aprov. em parte
40/63	3 724/61	Regula a locação de prédios urbanos	4	2º.6.63	2 apr. 2 rej.
72/63	332/63	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1 964	3897	-	Apr. em parte

**EMENDAS DO SENADO
QUE AGUARDAM PRONUNCIAMENTO DA CÂMARA**

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

emendados pelo Senado e aguardando o pronunciamento da Casa de origem sobre as emendas

<u>Número</u>		<u>Ementa</u>	<u>Nº de emendas do Senado</u>	<u>Devolução à C.D.</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			
229/47	843/47	Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, inclusive de previdência social e imposto de consumo, para 9.600.387 quilos de carvão de pedra, a granel, e 242.113 quilos de coque.	1	3.11.48
258/47	923/47	Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social e impostos de consumo, para rolos com cordoalha de arame de aço simples, importados pela Cia. Nacional de Navegação Costeira - Organização Henrique Lage - destinados aos estaleiros da Ilha do Viana e aos navios de sua frota.	1	30.11.48
315/48	613/48	Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 77.169.117,10, para liquidação de contas de transportes efetuados pela Estrada de Ferro Central do Brasil, e das outras providências.	subst.	28.7.49
343/48	491/48	Concede abatimento de transporte aos ex-combatentes e seus dependentes menores.	4	14.12.48
356/48	380/48	Transfere para a S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense "Varig" a isenção de taxas aduaneiras, inclusive de previdência social, anteriormente concedida a Panair do Brasil S.A., para importação de aeronave.	1	24.11.48
465/48	212/48	Assegura aos ex-servidores do Departamento Nacional de Café, mais antigos no serviço e de prole numerosa, o direito de imediato enprof.	1	24.5.50

Número		Ementa	Nº de emendas do Senado	Devolução à C.D.
S.F.	C.D.			
489/48	597/48	Isenta de direitos e taxas aduaneiras, e do imposto de consumo, as importações de máquinas destinadas ao beneficiamento do sisal e de seus sub-produtos e dá outras providências.	3	14.11.49
11/49	1.138/48	Autoriza a abertura, pelo MRE, do crédito suplementar de Cr\$ 4.150.000,00, em reforço das Verbas 1 - Pessoal, 2 - Material e 3 - Serviços, do Anexo 22, da Lei 162, de 2.12.47.	emenda subst. ao art. 1º	3.6.49
83/49	1.285/48	Concede às Empresas de Navegação Aérea isenção de direitos e taxas aduaneiras, exetuada a de previdência, nas condições que especifica.	1	30.8.49
124/49	30/49	Restabelece a Delegação de Contrôle do Serviço de Navegação da Baía do Prata.	1	23.1.51
270/49	529/48	Revoga o parágrafo 4º do art. 789 do Decreto-lei nº 8.737, de 19.1.46, que dispõe sobre o pagamento de custas de processo, e dá outras providências.	1	21.7.50
476/49	1.150/48	Concede auxílio de Cr\$..... 500.000,00 à 1ª Exposição de Animais do Estado do Pará, a realizar-se no mesmo Estado.	1	16.6.50
8/50	949/49	Abre o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para o financiamento da safra de sisal.	1	30.6.50
10/50	1.160/49	Dispõe sobre a contribuição para o montepio limitat, dos Generais do Exército, Almirante de Esquadra e Tenentes Brigadeiros e dá outras providências.	1	16.6.50
13/50	841/49	Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde do crédito suplementar de Cr\$ 6.000,00 em reforço da verba que especifica (verba 2-material - iluminação, fôrca motriz e gas - Diretoria	1	9.6.50

Número		Ementa	Nº de emendas do Senado	Devolução à C.D.
S.F.	C.D.			
16/50	1.071/49	Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário o crédito suplementar de Cr\$ 10.000,00 para ocorrer ao reforço da verba material do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Distrito Federal).	1	23.10.59
26/50	1.267/48	Dispõe sobre a Organização Sindical.	45	22.9.52
40/50	817/49	Cria uma Coletoria Federal em Fernandópolis, no Estado de São Paulo.	1	30.11.50
56/50	443/49	Concede isenção de impostos e taxas a materiais importados pelo Estado do Rio Grande do Sul e destinados a instalação de usinas elétricas.	subst.	27.9.51
100/50	980/48	Autoriza o financiamento da indústria de carvão e das outras providências.	1	21.8.50
158/50	608/47	Institui a Lei Orgânica dos Territórios Federais.	subst.	10.10.57
236/50	84/50	Dispõe sobre o financiamento destinado a reparar os danos causados à pecuária pela estiagem que assolou o sul do país.	1	19.10.51
245/50	489/49	Dispõe sobre a medição e de marcação e registro de propriedade das terras ocupadas pelos silvícolas.	subst.	21.8.62
360/50	510/49	Altera dispositivo do Decreto-lei 7.700, de 17.1.46, que dispõe sobre o provimento em cargos de classe inicial de Oficial Administrativo.	1	16.8.51
262/51	1.071/51	Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito suplementar de Cr\$ 1.170.000,00, em reforço de dotações do Anexo nº 26, do Orçamento vigente.	1	15.12.51
289/51	912/51	Regula a forma de constituição da Comissão de Promoções do Ministério Público junto a Justiça Militar, e dá outras providências.	subst.	8.3.52
4/52	1.140/50	Estabelece regras para a defesa de interesses da Fazenda Pública, em juízo, e	12	23.10.57

Número		Ementa	Nº de emendas do Senado	Devolução à C.D.
S.F.	C.D.			
37/52	834/51	Determina a emissão de selo postal comemorativo ao 4º Congresso Brasileiro de Homeopatia.	1	23.6.52
107/52	632/51	Institui o Departamento Nacional de Indústria e Comércio, o registro das empresas exportadoras, cria uma Junta de Conciliação e Julgamento dos dissídios no comércio exportador, e dá outras providências.	1	23.4.56
137/52	605/51	Cria uma estação de Viticultura no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.	12	26.3.54
263/52	91/51	Dispõe sobre as atribuições dos Auditores a que se refere o § 2º do artigo 22 da Lei nº 830, de 23.9.49.	1	29.12.52
265/53	2.782/53	Dispõe sobre atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros.	1	18.7.62
370/53	2.592/52	Altera a redação do artigo 1º da Lei 264, de 25.2.48, que fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria de Superior Tribunal e abre, ao Poder Judiciário - Justiça Militar - o crédito suplementar de Cr\$537.930,00, em reforço de dotação do Anexo nº 26 do Orçamento Geral da União (Lei nº 1.757, de 10.12.52).	1	14.7.54
20/54	3.457/53	Reduz de 20% anualmente, com base no volume exportado em 1953, as exportações de minério de manganês das jazidas do Estado de Minas Gerais.	1	11.11.57
156/54	3.912/52	Modifica o art. 1º do Decreto-lei nº 12.299, de 22 de abril de 1943.	4	15.12.57

Número		Ementa	Nº de emendas do Senado	Devolução à C.D.
S.F.	C.D.			
198/54	2.873/53	Concede isenção de todos os tributos para maquinaria im- portada e a ser importada pe- la Cia. de Fiscalização e Tecelagem de Juta.	1	21.9.62
188/55	103/51	Dispõe sobre o consentimen- to de que trata o art. 1.132 do Decreto-lei nº 4.657, de 4.9.42 (Codigo Civil).	subst.	14.3.56
48/55	326/49	Aprova o Plano Nacional de Viação Nacional.	subst.	
259/55	190/55	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do MVOP - DCT - uma série de selos pos- tais comemorativos do cente- nário da elevação de Caçapa- va, SP, a categoria de Vila; e dos centenários dos muni- cípios de Jaguarão e S.Vitó- ria do Palmar, RS.	1	4.10.56
83/56	198/55	Cria o Serviço de Estatísti- ca dos Transportes, Comuni- cações e Obras Publicas, e dá outras providências.	4	10.7.57
94/56	436/55	Autoriza a emissão de selos postais comemorativos da fundação do Município de Qui- xada, no Estado do Ceará.	1	5.9.57
122/56	289/55	Altera o art. 13 da Lei nº 1.533, de 31.12.51 (altera disposições do Processo Ci- vil, relativas ao Mandato de Segurança).	subst.	26.2.60
134/56	465/55	Estabelece regime especial para a navegação fluvial e lacustre do interior do Pa- ís.	1	5.2.62
220/56	562/55	Dispõe sobre a legitimação adotiva.	subst.	28.8.61
224/56	1.342/56	Abre ao Ministério da Fazen- da o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 destinado a auxiliar a reconstrução do Palácio da Assembléia Legis- lativa do Estado de Santa Catarina; destruído por um incêndio.	2	26.11.57

Número		Ementa	Nº de emendas do Senado	Devolução à C.D.
S.F.	C.D.			
268/56	1.362/56	Concede o auxílio de Cr\$... 300.000,00 ao II Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia de Pernambuco, e da outras providências.	subst.	21.6.57
280/56	977/56	Modifica as normas para funcionamento da Caixa de Crédito da Pesca, baixadas com o Decreto-lei nº 9.022, de 26.2.46; e da outras providências.	2	15.12.57
310/56	771/55	Autoriza o Poder Executivo a transferir ao Patronato de Ponta Negra o prédio onde funciona aquela instituição.	2	14.8.57
338/56	4.132/54	Dá novo texto à Lei Orgânica do Ensino Secundário.	subst.	4.1.59
391/56	2.980/53	Institui o Intercâmbio Universitário Interestadual.	3	25.7.57
399/56	1.884/56	Retifica, sem alteração de despesa, a Lei nº 2.665, de 6.12.55.	subst.	10.3.58
1/57	2.047/56	Abre ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - o crédito suplementar de Cr\$ 485.100,00, em reforço de dotação para o exercício de 1956.	subst.	16.5.57
12/57	132/55	Oficializa as festas nacionais do trigo, institui prêmios; e da outras providências.	1	23.10.57
18/57	1.115/56	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 55.000.000,00 para construção de casas populares em Santos, Monte Alegre e Fortaleza, nos Estados de São Paulo, Pará e Ceará.	2	17.6.57
31/57	4.870/54	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado a custear despesas decorrentes do alojamento de tropas	1	11.7.57

Número		Ementa	Nº de emendas do Senado	Devolução à C.D.
S.F.	C.D.			
62/57	242/55	Manda erigir o Panteon Ricardo Franco, no Forte de Coimbra, Estado de M. Grosso	1	10.7.57
63/57	750/55	Proíbe, durante cinco anos, a exportação de couros de <u>a</u> <u>n</u> imais silvestres mamíferos	2	5.9.63
68/57	931/56	Abre ao Congresso Nacional-Câmara dos Deputados - o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para pagamento a Fundação Getulio Vargas pela prestação de assistência técnica a Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira.	1	31.5.57
69/57	1.970/52	Cria a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Manaus, e da outras providências.	1 subst.	15.12.60
125/57	1.364/56	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Tribunal Federal de Recursos - o crédito especial de Cr\$... 1.520.125,70 para atender a despesas decorrentes das leis ns. 2.488, de 16.5.55, e 2.588, de 8.9.55.	1	29.8.57
148/57	2.009/52	Cria o Grande Prêmio Nacional de Medicina.	2	30.11.59
178/57	2.236/57	Concede o auxílio de Cr\$..... 1.000.000,00 a Casa do Pequeno Jornaleiro.	2	18.11.57
199/57	1.664/56	Estende aos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por cardiopatia grave ou mutilação a isenção determinada no § 2º, letra "f", do Decreto n. 24.239, de 22 de dezembro de 1947, que regula a cobrança do imposto sobre a renda.	2	20.8.62
239/57	1.632/52	Cria no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o cargo de Inspetor Geral Penitenciário, e da outras providências.	2	22.4.59
1/58	1.054/56	Cria o Curso de Treinadores Desportivos e estabelece as condições de seu funcionamento.	3	29.9.59
11/58	1.930/56	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MEC, o crédito es	2	30.6.59

Número		Ementa	Nº de emendas do Senado	Devolução à C.D.
S.F.	C.D.			
21/58	386/55	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MVOP, os créditos especiais de Cr. \$ 2 000 000, e Cr. \$ 2 000 000,00, para construção dos prédios das Agências Postais-telegráficas, nas cidades de Chapeco e Dourados, Estados de Santa Catarina e Mato Grosso	4	20.11.58
22/58	4377/54	Autoriza e prevê recursos para a construção de uma ponte sobre o rio Jequitinhonha, na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais	emenda	9. 1.59
24/58	1471/49	Regula o direito de greve, na forma do art. 158 da Constituição Federal	Subst.	29. 8.62
29/58	2745/57	Concede o auxílio anual de Cr. \$ 800 000,00 a Biblioteca Pública do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro	3	2.12.58
41/58	1413/56	Manda computar para efeito de cálculo da percentagem limite das consignações em folha as vantagens pecuniárias acessórias de caráter permanente	1	9.10.63
44/58	2131/56	Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr. \$ 5 000 000,00, para ampliação da pista de aterrissagem e construção do abrigo de passageiros do aeroporto de Joaçaba, no Estado de Santa Catarina	1	15.12.60
51/58	2392/57	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MVOP, o crédito especial de Cr. \$ 2 000 000,00, para construção de prédio próprio para Agência Postal Telegráfica, na cidade de Capanema, Estado do Para	2	16. 2.60
56/58	3253/57	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MF, o crédito especial de Cr. \$ 1 000 000,00, para auxiliar a Prefeitura Municipal de Bragança, no Estado do Para, na comemoração do I Congresso da elevação a categoria de cidade, e realização de sua I Exposição Agro-Industrial	3	30.11.59
86/58	2701/57	Modifica o art. 11 da Lei n. 2613, de 23.9.55, autorizando a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Ru-	Subst.	10. 7.58

Número		Ementa	Nº de emendas Ao Senado	Devolução à C.D.
S.F.	C.D.			
107/58	2.196/56	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo MEC; o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 como auxílio a biblioteca da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.	2	30.6.59
115/58	2.454/57	Regula a venda de ações de sociedades anônimas, inclusive de economia mista, pertencentes a União, aos Estados ou aos Municípios.	3	30.11.59
117/58	609/55	Concede o auxílio de Cr\$ 800.000,00 a Casa do Estudante do Brasil, para amortização de sua dívida com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.	2	23.6.59
119/58	2.205/56	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MF; o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a realização das Exposições Agro-pecuárias e dos Cafés Finos, na cidade de Três Pontas, no Estado de Minas Gerais.	subst.	29.11.58
142/58	3.263/57	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MEC, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para atender ao pagamento da subvenção a que se refere a Lei nº 2.431, de 21.2.55.	2	29.9.59
146/58	3.170/57	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MF, o crédito especial de Cr\$ 900.000.000,00, em três parcelas anuais e consecutivas de Cr\$ 300.000.000,00, para a construção de uma refinaria de petróleo na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará.	1	29.11.58
172/58	2.684/57	Concede isenção de direitos de importação, mais taxas aduaneiras e imposto de consumo para materiais importados pela S.A. Rádio Tupi, com sede no Distrito Federal.	1	14.9.59
194/58	2.179/56	Determina que os proventos da aposentadoria em geral, depois de revistos e atualizados pelo art. 1º da Lei nº 2.622, de 18.10.55, não poderão sofrer alterações.	emenda subst.	22.9.61

Número		Ementa	Nº de emendas no Senado	Devolução a C.D.
S.F.	C.D.			
216/58	3.044/57	Concede o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 a Associação Evangélica de Cataguases dos Índios, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.	3	14.4.60
3/59	2.254/57	Retifica, sem aumento de despesa, as Leis ns. 2.665 e 3.327, de 6.12.55 e 3.12.57, respectivamente, que estimam a receita e fixam a despesa da União para os exercícios de 1956 e 1958.	3	29.9.59
57/59	4.643/58	Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para os equipamentos, suas peças e sobressalentes, destinados à instalação ou ampliação de indústrias complementares de construção naval.	1	30.11.59
63/59	2.281/57	Concede auxílio para as comemorações do bicentenário da criação do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo.	emenda subst.	13.13.60
119/59	4.335/58	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial a favor da Associação das Franciscanas Missionárias de Maria e da Sociedade de Educação e Cultura.	1	12.7.60
142/59	2.655/57	Reajusta o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal.	emenda	21.3.60
160/59	1.882/56	Extingue a Comissão Executiva dos Produtos da Merdioca.	1	19.9.61
167/59	255/59	Dispõe sobre a inscrição de funcionários e serventarias da Justiça em concursos públicos de provas e títulos.	1	20.10.61
175/59	3.257/57	Autoriza a criação da Escola de Enfermagem no Paraná e federaliza a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo e a Escola de Enfermagem de Recife.	5	19.8.61
23/61	2.390/57	Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00, respectivamente, aos preciphas, soldados, ex-	2	21.9.62

Número		Ementa	Nº de emendas no Senado	Devolução à C.D.
S.F.	C.D.			
32/61	1.221/56	Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.	1	13.11.62
33/61	1.643/60	Altera, sem ônus, a Lei nº 3.682, de 7.12.59, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício de ... 1960 (Subanexo 4.12-MEC).	3	28.2.62
40/61	641/59	Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e dá outras providências.	subst.	12.6.62
82/61	4.801/59	Retifica a Lei nº 3.327, de 3.12.57, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1958.	2	23.3.62
126/61	1.751/56	Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de advogado.	45	13.9.62
129/61	2.675/61	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelos Ministérios da Educação e Cultura, da Justiça e Negócios Interiores, da Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio, créditos especiais, no montante de Cr\$8.000.000,00 destinados às Instituições que especifica.	3	21.8.62
136/61	1.931/60	Concede pensão especial de Cr\$ 8.933,00 mensais a Maria Pompeia de Carvalho, viúva de Rivaldo Coelho de Carvalho, e seus filhos maiores.	1	12.12.61
137/61	2.646/57	Proíbe a utilização dos "fundos de assistência" para o pagamento de pessoal e aquisição de material, despesas administrativas, gratificações "pro labore", e dá outras providências.	2	13.11.62
138/61	493/59	Concede aos radialistas aposentadoria integral aos trinta anos de serviço.	emenda subst.	13.6.62
187/61	3.680/58	Isenta os mineradores do pagamento da contribuição arrecadada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.	subst.	14.12.62

Número		Ementa	Nº de emendas do S.F. Subst.	Devolução à C.D. 9. 7.62
S.F.	C.D.			
29/62	2760/61	Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento na 4a. Região da Justiça do Trabalho, em Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul	Subst.	9. 7.62
35/62	3001/61	Estabelece condições mínimas de conforto aqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais	Subst.	5.12.62
36/62	3733/58	Altera o Imposto de faróis fixado no Decreto-lei n. 5 406, de 14.4.43	Subst.	13.11.62
50/62	1983/52	Autoriza as Caixas Econômicas Federais a financiar a aquisição de máquinas de costura destinadas as famílias dos trabalhadores e da outras providências	1	13.11.62
69/62	2474/60	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr. \$ 7 400,000,00, destinado a atender as despesas decorrentes da comemoração do sesquicentenario da Academia Militar das Agulhas Negras	Subst.	19. 7.62
79/62	917/59	Concede pensão especial ao servidor Francisco Teixeira Dantas, em virtude de haver sido acidentado em serviço, na Base Naval de Natal	1	6. 6.63
86/62	3696/61	Dispõe sobre normas para garantia dos pequenos depositantes dos estabelecimentos bancários e cooperativas de crédito e da outras providências	7	21. 9.62
98/62	4836/59	Altera a alínea "j" do art. 3º da Lei n. 2 391, de 7.1.55, que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz	Subst.	5.12.62
124/62	2021/60	Modifica o Código de Processo Penal e da outras providências	1	21. 9.62
152/62	2645/61	Reestrutura a Universidade do Pará e da outras providências	Subst.	22. 1.63
7/63	458/59	Concede pensão especial de Cr. \$ 860,00 mensais a Maria Floriza Brandão, viuva de Agegor Mendes de Castilho Brandão	3	3. 7.63
21/63	733/59	Concede pensão mensal de Cr. \$ 5 000,00 a Guilherme Flores, ex-guarda-chaves da Viação Férrea do Rio Grande do Sul	1	9.10.63

<u>Número</u>		<u>Ementa</u>	<u>Nº de emendas</u>	<u>Devoção à</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>		<u>do Senado</u>	<u>Câmara</u>
41/63	2646/61	Organiza o Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Economia e da outras providencias	Subst.	13.12.63
43/63	3218/57	Estabelece a idade-limite de permanencia no serviço ativo dos Oficiais do Quadro de Administração do Corpo de Oficiais da Aeronautica	3	16. 8.63
44/63	2794/61	Transforma a 2a. Coletoria Federal, no Estado do Rio de Janeiro, em Coletoria Federal de Miguel Pereira e a Coletoria Federal de Itabapoana, no Estado do Espírito Santo, em Coletoria Federal de Apiaca	2	12.11.63
49/63	4589/58	Concede a pensão especial de Cr. \$ 6 000,00 mensais a Herudina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro, aposentado, Francisco Josefino Maria da Silva	1	12.11.63
58/63	17/63	Retifica, sem ônus, a Lei n. 4177, de 11.12.1962, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1 963	19	15.11.63
63/63	2731/57	Concede a pensão vitalícia de Cr. \$ 3 000,00 a Vicentina Peres Homem, viúva do Marechal Francisco Homem	1	23.10.63
71/63	4908/63	Retifica a Lei n. 4 189, de 17.12.62, que isenta de licença de importação e outros tributos, para donativos, a Confederação Evangelica do Brasil	2	23.10.63
76/63	4307/62	Concede isenção de direitos de importação e outros, para mercadorias doadas pela General Conference Of Seventh Day Adventists, dos Estados Unidos da America do Norte, a União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia	1	12.11.63

LEIS SANCIONADAS E PROMULGADAS

LEIS SANCCIONADAS

durante o recesso do Congresso Nacional - 31. 1.63 a
14. 3.63.

<u>DATA</u>	<u>E M E N T A</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>	<u>PROJETO DE QUEM RESULTOU</u>	
			<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>
4. 2.63	Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4a. Região da Justiça do Trabalho.	18. 2.63	29/62	2 760/61
5. 2.62	Estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo, e dá outras providências.	18. 2.63	2/63	3 799/62 <i>visto</i>
5. 2.63	Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e outros tributos à Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA).	18. 2.63	3/63	4 720/62
6. 2.63	Altera o imposto de faróis incidente sobre navios estrangeiros que demandam portos do Brasil.	18. 2.63	36/62	3 733/58
7. 2.63	Altera o Anexo I da Lei nº 3 780, de 12 de julho de 1960, e dá outras providências.	8. 2.63	4/63	4 740/62 <i>visto</i>
7. 2.63	Isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos que participarem dos IV Jogos Pan-Americanos.	4. 3.63	5/63	4 692/62

<u>DATA</u>	<u>E M E N T A</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u>		<u>PROJETO DE QUE RESULTOU</u>	
		<u>D.O.</u>	<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>	
7. 2.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização, em setembro de 1960, na Capital do Estado de São Paulo, do I Congresso Latino Americano, II Internacional e I Brasileiro de Proctologia.	7. 2.63	161/62	2 141/60	
7. 2.63	Autoriza a abertura do crédito especial de ---- Cr\$ 23.200.000,00 para construção de prédios destinados a Agências Postais-Telegráficas nas cidades que enumera.	18. 2.63	21/58	386/55	- 372 -
7. 2.63	Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.	18. 2.63	40/61	641/59	
9. 2.63	Transforma em unidades universitárias os cursos Cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais.	13. 2.63	120/62	2 568/61	<i> veto parcial</i>
9. 2.63	Altera a denominação do Instituto Joaquim Nabuco, para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com sede no Recife, Estado de Pernambuco.	13. 2.63	96/62	2 960/61	

<u>DATA</u>	<u>E M E N T A</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u>	<u>PROJETO DE QUE RESULTOU</u>	
		<u>D.O.</u>	<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>
11. 2.63	Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	12. 2.63	6/63	4 476/62
11. 2.63	Inclui a Pontifícia Universidade Católica de Sao Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.	18. 2.63	156/62	3 320/61
11. 2.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ----- Cr\$ 80.000.000,00 para construção do prédio onde se instalará o Instituto de Química Agrícola e dá outras providências.	18. 2.63	54/62	2 042/60
11. 2.63	Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional e dá outras providências.	21. 2.63	16/63	4 677/58 <i>Relatório parcial</i>
2. 3.63	Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências.	18. 3.63	94/61	1 837/60 <i>Relatório parcial</i>

- 373 -

LEIS SANCIONADAS

E PROMULGADAS

na sessão legislativa ordinária de 15.3 a 15.12.63

<u>Data</u>	<u>Ementa</u>	<u>Publicação</u> <u>D.O.</u>	<u>Projeto de que resultou</u>		<u>Observações</u>	
			<u>Número</u> <u>S.F.</u>	<u>Origem</u> <u>C.D.</u>		
27.4.63	Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	10.5.63	126/61	1 751/56	CD	Veto parcial
6.5.63	Estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano-Diretor da SUDENE).	28.5.63	158/62	4 636/62	CD	
8.5.63	Concede pensão vitalícia de Cr\$3.000,00 a Otilia Barreto Trindade, viúva de Indalécio Trindade.	28.5.63	149/62	2 771/57	CD	
8.5.63	AutORIZA o Poder Executivo a conceder a pensão especial de Cr\$5.000,00 mensais a Hercília Carpes de Medeiros, viúva de Olavo Cassiano de Medeiros.	28.5.63	5/61	2 589/59	CD	
8.5.63	Isenta dos impostos de importação e consumo uma central telefônica automática a ser importada pela Empresa Telefônica de Uberaba S.A., no Estado de Minas Gerais.	28,5.63	112/62	2 745/61	CD	
8.5.63	Concede a pensão especial de Cr\$5.000,00 a Adalgisa Leal Braga, irmã inválida do funcionário Jorge Leal Braga.	28.5.63	13/63	4 600/58	CD	
8.5.63	Altera dispositivos do Código Brasileiro do Ar.	16.5.63	169/62	667/59	CD	
8.5.63	Concede a pensão especial de Cr\$3.750,00 mensais à família de Domingos Luiz Rotti, servidor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha, falecido em consequência de doença profissional.	28.5.63	90/62	792/59	CD	

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Observações
			Número S.F.	C.D. Origem	
0.5.63	Autoriza o Poder Executivo a permutar o terreno de propriedade da 3ª Base Aérea de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo terreno de propriedade de Ernesto Barro, situado no perímetro da referida Base.	28.5.63	15/63	1 543/56	CD
0.5.63	Isenta do imposto de importação e consumo, equipamento a ser importado pela firma Rupturita S.A. Explosivos, destinado à produção de nitroglicerina.	28.5.63	64/62	1 214/59	CD
0.5.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$50.000.000,00, para regularizar a despesa com a desapropriação da área mencionada no Decreto nº 42.627, de 13.11.1957.	28.5.63	115/62	3 905/58	CD
03.5.63	Denomina "Hospital Professor Edgard Santos" o atual Hospital das Clínicas da Universidade da Bahia.	29.5.63	27/63	4 537/62	CD
03.5.63	Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.	10.6.63	10/63	2 977/61	CD
01.5.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) destinado a atender às despesas do IV Congresso Latino Americano de Psicanálise.	10.6.63	118/62	3 397/61	CD
1.6.63	Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências.	10.6.63	97/58	962/56	CD Veto parcial

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Observação
			Número S.F.	C.D. Origem	
1.6.63	Concede isenção de direitos, adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegarias para equipamento importado pela Empresa Telefônica Aquidauanense Limitada, Companhia Telefônica de Valinhos e Empresa de Melhoramentos de Andradina - EMA - Construtora S.A..	10.6.63 14.6.63	2/59	1 652/56	CD
7.6.63	Releva a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado do Exército Jorge Lado Cés.	19.6.63	12/63	948/59	CD
7.6.63	Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Siderúrgica Barra Mansa S.A..	19.6.63	167/62	891/59	CD
13.6.63	Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras e imposto de consumo para os materiais importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas Sociedade Anônima.	26.6.63	28/63	4 759/54	CD
17.6.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$. 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar o Colégio Brasileiro de Cirurgias nas despesas realizadas com o VII Congresso Brasileiro de Cirurgia em julho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro.	26.6.63	75/62	3 222/61	CD
17.6.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado do equipamento dos gabinetes e laboratórios de História Natural, Física e Química, do Ginásio "Euclides da Cunha", no Território de Roraima.	26.6.63	166/62	428/59	CD

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou			Observações
			Número S.F.	C.D.	Origem	
21.6.63	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 9 218, de 1946, que autoriza a instituição da Fundação da Casa Popular.	26.6.63	175/62	2 610/61	CD	Promulgada pelo Pres. do SF
21.6.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$. 2.000.000,00, destinado à construção do edifício Ambulatório Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, na Capital de São Paulo.	1.7.63	174/62	489/62	CD	Promulgada pelo Pres. do SF
24.6.63	Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos.	28.6.63	165/62	283/59	CD	
24.6.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$. 5.000.000,00, destinado a auxiliar a construção de um Panteon Militar, na Academia Militar das Agulhas Negras, Município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro,	1.7.63	116/62	694/59	CD	
26.6.63	Desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na Rua São Joaquim, 239, na Capital do Estado de São Paulo.	1.7.63	44/62	2 001/60	CD	
27.6.63	Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1 963, 1 964 e 1 965, e dá outras providências.	12.7.63	185/62	4 696/62	CD	
28.6.63	Prorroga, até 31 de dezembro de 1 963, a vigência da Lei nº 1 300, de 28 de dezembro de 1 950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências.	28.6.63	40/63	3 724/61	CD	

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Origem	Observações
			Número S.F.	C.D.		
5.7.63	Promove "post-mortem" ao posto de General de Divisão o Coronel de Infantaria Pedro Ângelo Corrêa.	17.7.63	173/62	3 580/57	CD	
7.7.63	Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Civis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.	18.7.63	31/63	136/63	CD	Veto parcial
9.7.63	Cria, para cumprimento da Lei n. 3.401, de 12 de junho de 1958, cargos no Quadro de Es- soal, Parte Permanente, do Ministério da E- ducação e Cultura, e dá outras providências.	23.7.63	55/62	3 126/61	CD	
0.7.63	Estabelece normas para o recebimento de ver- bas orçamentárias e créditos da Justiça do Trabalho.	28.8.63	29/60	4 355/62	SF	
0.7.63	Isenta de imposto aduaneiro e taxas, inclu- sive do imposto de consumo, os materiais im- portados pela Companhia Municipal de Trans- portes Coletivos, a partir do ano de 1 958.	28.8.63	168/62	2 932/61	CD	
0.7.63	Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$8.000.000,00, pelo Ministério da Saúde, para atender às despesas com o prosseguimen- to das obras do Hospital Matogrossense do Pênfigo, com sede em Campo Grande - Mato Grosso - e ampliação das instalações do Hos- pital do Pênfigo de Uberaba - Minas Gerais.	28.8.63	65/61	3 600/57	CD	
0.7.63	Dispõe sobre o auxílio da União aos pro- gramas e atividades esportivas dos Clubes de Caça e Piro e associações congêneres das zonas de colonização.	1.8.63	17/63	511/59	CD	Promulgada pelo Pres. do SF

<u>Data</u>	<u>Evento</u>	<u>Publicação</u> <u>D.O.</u>	<u>Projeto de que resultou</u>		<u>Observações</u>
			<u>Número</u> <u>S.F.</u>	<u>Origem</u> <u>C.D.</u>	
30.7.63	Altera o inciso I do art. 945 do Código de Processo Civil, e o art. 1º do Decreto-lei nº 3 077, de 26 de fevereiro de 1 941.	1.8.63	4/61	3 892/62 SF	
6.8.63	Prorroga pelo prazo de um exercício a vigência da Lei nº 3 974, de 25 de outubro de 1 961, que concede crédito especial destinado às obras da rodovia Belém-Brasília.	28.8.63	8/63	4 818/62 CD	
8.8.63	Retifica, sem ônus, a Lei nº 3 994, de 2 de dezembro de 1 961, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1 962.	30.8.63	176/62	3 952/62 CD	
8.8.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$2.695.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros) destinado a cobrir despesas com a restauração e adaptação de mávios aeroportos.	20.8.63	42/63	4 756/62 CD	
10.8.63	Dispõe sobre a divisão do território nacional em Zonas Aéreas.	10.8.63	32/63	2 008/60 CD	
27.8.63	Autoriza o Poder Executivo a mandar promover a publicação das obras completas de Euclides da Cunha, e dá outras providências.	29.8.63	103/62	10/59 CD	
20.8.63	Concede pensão à viúva do ex-funcionário público federal Leopoldo Bernardes dos Santos.	16.9.63	50/63	1 912/60 CD	
9.9.63	Autoriza a doação de terreno, em Cacequi do Sul - Estado do Rio Grande do Sul - à Sociedade Cultural de Cacequi.	18.9.63	53/53	201/59 CD	
9.9.63	Approva o ajuste de contas assinado entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo.	17.9.63	105/62	2 594/61 CD	

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Observações
			Número S.F.	C.D. Origem	
10.9.63	Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S/A, para importação de equipamento destinado a instalações hidrelétricas ou termelétricas no Estado do Rio de Janeiro.	30.9.63	39/63	3 241/61 CD	
12.9.63	Releva a prescrição do direito à reclamação administrativa em que incorreu o ex-soldado fuzileiro naval Antonio Santiago de Lima.	19.9.63	51/63	2 886/63 CD	-
12.9.63	Dispõe sobre a situação dos contribuintes do Montepio Civil dos Funcionários Públicos Federais e dá outras providências.	7.10.63	36/63	2 558/60 CD	-
12.9.63	Concede pensão especial de Cr\$10.000,00 mensais a Albertina de Viveiros Marques, viúva do ex-Deputado Gerson Corrêa Marques.	30.9.63	54/63	1 248/59 CD	-
12.9.63	Concede pensão vitalícia de Cr\$40.000,00 ao jornalista Apparício Torelly.	30.9.63	29/63	4 145/62 CD	-
12.9.63	Altera os parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 3 501, de 21.12.58, que dispõe sobre a aposentadoria do aeronauta e dá outras providências.	10.10.63	5/63	115/63 SF	-
12.9.63	Altera dispositivos da Lei nº 3 501, de 21 de dezembro de 1 958, que dispõe sobre a aposentadoria dos aeronautas.	10.10.63	38/62	114/63 SF	-
3.10.63	Concede auxílios especiais ao Colégio Salesiano Sta. Rosa e a Escola Industrial Dom Bosco, de Niterói; à Escola Salesiana Dom Bosco, de Fortaleza; ao Colégio Salesiano N.S. da Vitória, de Vitória; ao Ginásio Arquidocesano, de Teresina; e dá outras providências.	4.10.63	213/58	4 375/58 CD	Promulgada pelo Pres.do Senado

Data	Assenta	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Observações
			NUMERO S.F.	Origem C.D.	
3.10.63	Concede isenção de impostos de importação e de consumo para equipamento e maquinaria importados pela Cooperativa de São Carlos, no Estado de São Paulo.	29.10.63	45/63	3 069/61 CD	-
3.10.63	Institui o salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	8.10.63	56/63	3 628/61 CD	-
8.10.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$3.000.000,00 em favor do Hospital Espírita André Luís, de Belo Horizonte.	31.10.63	128/59	3 399/57 CD	-
19.10.63	Autoriza o prolongamento da rodovia BR-92-Pelotas-Chui-Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	4.11.63	55/63	3 415/61 CD	-
22.10.63	Dá nova redação ao art. 19 da Lei n.4 154, de 28.12.62 (Dispõe sobre legislação de rendas).	24.10.63	66/63	4 901/63 CD	Promulgada pelo Presidente do Senado
22.10.63	Autoriza a abertura, pelo MVOP, consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de Cr\$1.500.000.000,00 para atender aos encargos de implantação básica, melhoramentos e pavimentação de trechos das rodovias BR-36 e BR-59.	24.10.63	60/63	4 510/62 CD	Promulgada pelo Presidente do Senado
24.10.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$400.000.000,00, destinado à participação da União, no exercício de 1962, da quota de capital da Sociedade de Economia Mista Aços Finos Piratini S.A.	4.11.63	61/63	4 575/62 CD	-
24.10.63	Isenta dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de previdência social, equipamento importado pela Empresa Telefônica Nova Friburgo.	4.11.63	64/63	4 691/58 CD	-

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Origem	Observações
			Número S.F.	C.D.		
24.10.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$38.115.777,70, para pagamento dos débitos do Serviço Nacional de Tuberculose, referentes aos exercícios de 1 955 a 1 959.	4.11.63	70/63	2 742/61	CD	-
31.10.63	Dispõe sobre pagamento relativo às importações feitas por empresas concessionárias de serviços telefônicos, e dá outras providências.	21.11.63	85/63	785/59	CD	-
4.11.63	Concede auxílios financeiros ao Colégio dos Irmãos Maristas e à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em Brasília, e dá outras providências.	26.11.63	22/63	2 648/61	CD	-
4.11.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$12.269.000.000,00, para ocorrer ao pagamento da cota do imposto de consumo aos Municípios.	20.11.63	90/63	40/63	CD	-
4.11.63	Abre ao Poder Legislativo - Subanexo 2.01 - Câmara dos Deputados - o crédito suplementar de Cr\$2.241.410.000,00 ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1 963.	18.11.63	101/63	1 093/63	CD	-
4.11.63	Abre ao Poder Legislativo - Senado Federal - o crédito suplementar de Cr\$1.068.245.000,00 como reforço das verbas que enumera.	18.11.63	100/63	1 135/63	CD	-
4.11.63	Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.	11.11.63	67/63	741/63	CD	-

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Origem	Observações
			Número S.F.	C.D.		
6.11.63	Dispõe sobre a extirpação de órgão ou tecido de pessoa falecida.	11.11.63	132/62	4 542/58	CD	Promulgada pelo Pres. do Senado
8.11.63	Institui abono especial, em caráter permanente para aposentados de institutos de previdência.	11.11.63	91/63	2 987/62	CD	-
11.11.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr. 28 270 000 000,00, destinado a atender às despesas com as obras complementares da Rodovia Rio-Bahia (BR-4)	4.12.63	83/63	99/63	CD	-
18.11.63	Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas e dá outras providências	22.11.63	152/62	2 645/61	CD	Veto parcial
20.11.63	Cria o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	21.11.63	51/61	3 490/60	CD	-
21.11.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr. \$ 980 000 000,00, destinado a fazer face às despesas com os trabalhos de construção da ligação ferroviária Fortaleza-Brasília	4.12.63	65/63	4 155/62	CD	-
3.12.63	Proíbe a distribuição dos saldos das autarquias aos seus funcionários	14.1.64	34/63	2 469/57	CD	-
3.12.63	Concede isenção fiscal à Petróleo Brasileiro S. A. e suas subsidiárias, a partir de 1º de janeiro de 1963, e dá outras providências	27.12.63	26/63	4 864/62	CD	-
3.12.63	Altera a redação dos arts. 330 e 334 da Lei n. 1 316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares	9. 1.64	15/62	4 781/58	CD	-

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Observações
			S.F.	Número Origem C.D.	
5.12.63	Considera patrimônio nacional a "Chácara do Visconde", situada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo	27.12.63	47/63	2 455/60	CD -
5.12.63	Modifica dispositivos do Código do Processo Civil	27.12.63	14/62	4 545/62	SF -
12.12.63	Altera dispositivo da Lei n. 3242, de 13 de agosto de 1957, que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências	27.12.63	59/63	231/63	CD -
12.12.63	Prorroga, até 30 de junho de 1964, a vigência da Lei n. 1300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores	27.12.63	40/63	3724/63	CD -
12.12.63	Abre ao Poder Legislativo - Câmara dos Deputados - o crédito especial de Cr. \$ 40 000 000, para atender às despesas que especifica	27.12.63	106/63	824/63	CD -
12.12.63	Retifica, sem onus, a Lei n. 4177, de 11 de dezembro de 1962, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1963	18.12.63	58/63	17/63	CD -
15.12.63	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964	16.12.63	72/63	332/63	CD Promulgado pelo Presidente do Senado
20.12.63	Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso	27.12.63	89/63	569/63	CD
23.12.63	Dispõe sobre a aposentadoria e pensões de Institutos de Caixas de Aposentadoria e Pensões para os ex-combatentes e seus descendentes	14. 1.64	80/63	4502/58	CD -
23.12.63	Altera o Quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	14. 1.64	69/63	742/63	CD -
23.12.63	Altera o Decreto-lei n. 915, de 1.12.1938, retificado pelo Decreto-lei n. 1061, de 20.1.39, que dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências	14. 1.64	123/61	813/55	CD -

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Origem	Observações
			S.F.	C.D.		
23.12.63	Eleva o efetivo de Almirante de Esquadra do Corpo da Armada	3.1.64	124/63	770/63	CD	-
23.12.63	Altera o art. 60, preâmbulo, do Código de Justiça Militar (Decreto-lei n. 925, de 12.12.38)	6.1.64	119/63	670/63	CD	-
23.12.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr. \$ 7.400 000,00, para as despesas da comemoração do Sesquicentário da Academia Militar das Agulhas Negras	13.1.64	69/62	2474/60	CD	-
23.12.63	Altera o art. 2º da Lei n. 1 506, de 19 de dezembro de 1 951		143/63	1414/63	CD	-
23.12.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr. \$ 130 000 000,00, para o prosseguimento das obras do Aeroporto de Corumbá	14.1.64	128/63	2725/61	CD	-
23.12.63	Institui normas para aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados aos programas e projetos vinculados ao Ponto IV, do Governo dos Estados Unidos da América	14.1.64	128/63	2725/61	CD	-
23.12.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr. \$ 250 000 000,00, para o fim que especifica	14.1.64	139/63	4875/62	CD	-
23.12.63	Federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e dá outras providências	14.1.64	142/63	3805/62	CD	-
23.12.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr. \$ 11 000 000,00, em favor da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina e um crédito especial de Cr. \$ 2 000 000 000,00, para acorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificadas nos Estados do Rio Grande do Sul	14.1.64	129/63	393/63	CD	-

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Origem	Observações
			S.F.	C.D.		
23.12.63	Provê sobre a rescisão de concessão dos portos do Rio Grande do Sul e dá outras providências	14.1.64	131/63	89/63	CD	-
23.12.63	Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr.\$3 000 000 000, para a execução de obras e serviços da Adutora do Rio das Velhas, em Belo-Horizonte	14.1.64	125/63	524/63	CD	-
23.12.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr.\$ 85 000 000,00, para construção de rede de abastecimento d'água em cidades do Estado de Santa Catarina	10.1.64	134/63	405/63	CD	-
23.12.63	Concede pensão especial de Cr.\$ 30 000,00 à Sra. Ana de Oliveira Almeida Gonsalves, viúva do Professor Archimedes de Siqueira Gonsalves	10.1.64	117/63	4136/62	CD	-
23.12.63	Dá nova discriminação às rodovias BR-55 e BR-66, do Plano Rodoviário Nacional	14.1.64	133/63	902/63	CD	-
23.12.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr.\$200 000 000,00, a fim de atender às populações do Médio e Superior São Francisco, no Estado de Minas Gerais, atingidas por inundações	10.1.64	123/63	4904/63	CD	-
23.12.63	Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica de Minas Gerais	10.1.64	172/62	2106/60	CD	-

Data	Ementa	Publicação D.O.	Projeto de que resultou		Origem	Observações
			S.F.	C.D.		
23.12.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr.\$ 600 000 000, em favor do Estado da Guanabara, destinado aos festejos comemorativos do quadrícentenário da cidade do Rio de Janeiro, a realizar-se em 1 965	10.1.64	138/63	4087/62	CD	-
23.12.63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr.\$ 125 000 000,00, a fim de atender aos agricultores e entidades dos Municípios atingidos por violento temporal e chuva de granizo, no Rio Grande do Sul	14.1.64	135/63	2877/61	CD	-
23.12.63	Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1 964	9.1.64	136/63	502/63	CD	-

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO
APRESENTADOS**

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

APRESENTADOS

<u>Projeto</u> <u>n.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u>	<u>Apresen-</u> <u>tação</u>
5/63	Altera o Regimento Interno do Senado	Bezorra Neto	22.3.63
6/63	Altera a redação do art. 11 do Regi- mento Interno	JR Agripino	27.3.63
7/63	Dá nova redação ao art. 67 da Resolu- ção n. 2, de 1 959, alterada pela Re- solução n. 3, de 1 963	Vivaldo Lina	28.3.63
8/63	Dá nova redação ao art. 143 da Reso- lução n. 6, de 1 960 (Regulamento da Secretaria)	Com.Diretora	29.3.63
9/63	Concede aposentadoria a Antônio Mene- zes do Nascimento, no cargo de Chefe de Serviço de Transportes, PL-6, do Qua- dro da Secretaria do Senado Federal	Com.Diretora	29.3.63
10/63	Aposenta Nelson Gonçalves Ribeiro, no cargo de Chefe do Serviço de Transpor- tes, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	Com.Diretora	29.3.63
11/63	Concede aposentadoria a Godofredo Cor- reia de Toledo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	Com.Diretora	29.3.63
12/63	Aplica aos servidores do Quadro da Sec- retaria do Senado Federal disposições da Lei n. 4 019, de 20 de dezembro de 1 961	Com.Diretora	26.4.63
13/63	Prorroga, até 7 de abril de 1 967, o prazo a que se refere a Resolução n. 25, de 1962, que pôs a disposição do Gover- no do Estado da Bahia, José Vicente de Oliveira Martins, Assessor Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	Com.Diretora	29.4.63
14/63	Acrescenta disposição ao Regimento In- terno do Senado	D.Krieger	14.5.63
15/63	Nomeia para os cargos de Taquígrafo de Debates candidatos habilitados em con- curso	Com.Diretora	15.5.63
16/63	Cria Comissão Permanente no Senado Fe- deral e dá outras providencias	N.Maculan	17.5.63
17/63	Dispõe sobre as mesas destinadas à Ta- quígrafia, no Plenário, e dá outras pro- videncias	E. Rezende	27.5.63
18/63	Restabelece a tribuna do Plenário	E. Rezende	27.5.63
19/63	Suspende a execução, em parte, da Lei n. 1 215, de 6.2.1959, de Mato Grosso, e do Decreto n. 591, de 25.2.1959, do mesmo Estado	C.Justiça	31.5.63
20/63	Concede autorização ao Governo do Es-	C.Finanças	7.6.63

<u>Projeto</u> <u>n.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u>	<u>Aprosentamento</u>
21/63	Autoriza a Mesa do Senado a entrar em entendimentos com a Mesa da Câmara dos Deputados para a edição, pelo Congresso Nacional, das obras completas de José Bonifácio de Andrada e Silva	Af.Arinos	12. 6.63
22/63	Concede aposentadoria, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 178, item III, da Lei n. 1 711, de 28.10.1952, e com o art. 341, item III, da Resolução n. 6, de 1 960, do Senado Federal, a Efraim Rego Barros, Auxiliar de Limpeza, PL-11, da Secretaria do Senado Federal	Com.Diret.	21. 6.63
23/63	Dispõe sobre a criação, no Rio de Janeiro, do Serviço de Informação, Pesquisas e Atendimento do Senado Federal	E. Rezende	22. 7.63
24/63	Concede aos funcionários da Secretaria do Senado Federal aumento nas bases percentuais estabelecidas para os cargos do Poder Executivo pela Lei n. 4 242, de 17.7.1963	Com.Diret.	24. 7.63
25/63	Aposenta, no cargo de Vice-Diretor Geral, PL-0, o Diretor PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Clemente Watzl	Com.Diretora	31. 7.63
26/63	Nomeia, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado, o Taquígrafo-Revisor José Campos Brício	Com.Diret.	31. 7.63
27/63	Autoriza o Governo do Estado do Pará a realizar operações de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a realização de um plano de obras de higiene e saúde pública em Belém	C.Finanças	7. 8.63
28/63	Altera o § 2º do art. 76 e o art.77 do Regimento Interno	A. Jucá	7. 8.63
29/63	Autoriza a Comissão Diretora a organizar os Serviços Gráficos do Senado e da outras providências	C.Diret.	14. 8.63
30/63	Nomeia para os cargos de Taquígrafo de Debates candidatos habilitados em curso	C.Diret.	14. 8.63
31/63	Põe à disposição do Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE) o Assessor Legislativo Luiz Carlos Vieira da Fonseca	C.Diret.	14. 8.63
32/63	Reconhece como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Brasileiro filiado à Associação Parlamentar Mundial, em Londres, Inglaterra	R.Palmeira	14. 8.63
33/63	Altera a redação do art. 3º da Resolução n. 31, de 1 962	C.Diret.	21. 8.63
34/63	Põe à disposição da Presidência da República, sem vencimentos, o Redator, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Murilo Marroquin de Sousa	C.Diret.	21.8.63

<u>Projeto n.</u>	<u>E m e n t a</u>	<u>Autor</u>	<u>Apresenta- cao</u>
36/63	Põe à disposição do Governo do Estado da Bahia, sem vencimentos, o Redator, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Amphisio Lessa Ribeiro	C.Directora	21. 8.63
37/63	Altera a Resolução n. 20, de 1963	C.Directora	4. 9.63
38/63	Põe à disposição do C.DE os funcionários da Secretaria do Senado Federal Apolonio Jorge de Farias Sales Filho, Claudio Ideburque Carneiro Leal Neto e Luiz Renato Vieira da Fonseca	C.Directora	8.10.63
39/63	Aposenta José Santos de Almeida, Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	C.Directora	11.10.63
40/63	Dispõe sobre a representação do Senado Federal em Conferencias ou Reuniões no exterior ou para atender a convites de Governos estrangeiros	Jef.Aguiar	11.10.63
41/63	Exonera, a pedido, Antônio Carlos Nogueira, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	C.Directora	24.10.63
42/63	Põe à disposição do Ministério das Relações Exteriores, para servir na Embaixada do Brasil em Beirute, o Redator Caio Cesar de Menezes Pinheiro	C.Directora	24.10.63
43/63	Põe à disposição do Governo do Estado de Minas Gerais a Oficial Legislativo, PL-8, Anna Maria Sobral Teixeira Soares	C.Directora	24.10.63
44/63	Estabelece denominação para o prédio destinado aos Serviços Gráficos do Senado	C.Directora	12.11.63
45/63	Aposenta o Redator, PL-3, José da Silva Lisboa	C.Directora	14.11.63
46/63	Altera o Regimento Interno do Senado Federal (proibição do porte de armas)	A.Virgílio	5.12.63
47/63	Aprova a prisão em flagrante, autoriza a formação de culpa de Senadores em razão dos fatos ocorridos em sessão plenária de 4 de dezembro de 1963 e determina a remessa dos autos do respectivo inquerito a autoridade judiciária competente	C.Directora	5.12.63
48/63	Altera a estrutura administrativa e Quadro do Pessoal da Secretaria do Senado Federal, cria o Quadro Especial e dá outras providencias	C.Directora	10.12.63
49/63	Autorisa o Governo do Estado de Goiás a assumir, perante a Aliança para o Progresso, através da Association for International Development (AID), as obrigações e responsabilidades necessárias a efetivação de um empréstimo no valor de Cr. \$ 1 300 000 000,00 destinado a execução do programa educacional do referido Estado	C.Finanças	12.12.63

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO
ULTIMADOS**

ANEXO XVIII

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

ULTIMADOS

A) - APROVADOS

<u>Projeto n.</u>	<u>Ementa</u>	<u>Autor</u>	<u>Promulgação</u>	<u>Resolução em que se transformou</u>
8/63	Dá nova redação ao art. 143 da Resolução n. 6, de 1 960 (Regulamento da Secretaria do Senado Federal)	Com.Diret.	19.4.63	8/63
12/63	Aplica aos servidores do Quadro da Secretaria do Senado Federal disposições da Lei n. 4 019, de 20 de dezembro de 1 961	Com.Diret.	30.7.63	16/63
13/63	Prorroga, até 7 de abril de 1967, o prazo a que se refere a Resolução n. 25, de 1962, que pôs a disposição do Governo do Estado da Bahia José Vicente de Oliveira Martins, Assessor Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	Com.Diret.	7.6.63	12/63
15/63	Nomeia para os cargos de Taquígrafo de Debates candidatos habilitados em concurso	Com.Diret.	21.5.63	10/63
19/63	Suspende a execução, em parte, da Lei n. 1 215, de 6.2.1959, de Mato Grosso, e do Decreto n. 591, de 25 de fevereiro de 1959, do mesmo Estado	C. Just.	2.7.63	
20/63	Concede autorização ao Governo do Estado do Espírito Santo para assumir, perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as obrigações e responsabilidades destinadas a efetivação de um empréstimo externo no montante de US \$ 2 000 000,00	C.Finan- ças	3.7.63	14/63
22/63	Concede aposentadoria a Efraim Rego Barros, Auxiliar de Limpeza, PL-11, da Secretaria do Senado Federal	C.Diret.	26.6.63	13/63
24/63	Concede aos funcionários da Secretaria do Senado Federal aumento nas bases percentuais estabelecidas para os cargos do Poder Executivo pela Lei n. 4 242, de 17.7.1963	C.Diret.	31.7.63	17/63
25/63	Aposenta, no cargo de Vice-Diretor Geral, PL-0, o Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Clemente Watzl	C. Diret.	31.7.63	18/63
26/63	Nomeia, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado,	C.Diret.	2.8.63	19/63

<u>Projeto</u> <u>n.</u>	<u>Ementa</u>	<u>Autor</u>	<u>Promul-</u> <u>gacao</u>	<u>Resolução</u> <u>em que se</u> <u>transfor-</u> <u>mou</u>
27/63	Autoriza o Governo do Estado do Para a realizar operações de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para um plano de obras de higiene e saúde pública em Belem	C.Diret.	26.9.55	29/63
28/63	Altera o § 2º do art. 76 e o art. 77 do Regimento Interno	A. Jucá	30.8.63	26/63
29/63	Autoriza a Comissão Diretora a organizar os Serviços Graficos e de Documentação do Senado e das outras providencias	C.Diret.	14.8.63	20/63
30/63	Nomeia para cargos de Taquígrafo de Debates candidatos habilitados em concurso	C.Diret.	20.8.63	21/63
31/63	Põe à disposição do Conselho Administrativo da Defesa Economica - CADE - o Assessor Legislativo Luiz Carlos Vicira de Fonseca	C.Diret.	21.8.63	22/63
33/63	Altera a redação do art. 3º da Resolução n. 31, de 1.962	C.Diret.	18.9.63	28/63
34/63	Põe à disposição da Presidência da República, sem vencimentos, o Redator, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Murilo Marroquim de Souza	C.Diret.	27.8.63	33/63
35/63	Põe à disposição da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, sem vencimentos, o Oficial Legislativo, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Lis Henrique Fernandes	C.Diret.	27.8.63	24/63
36/63	Põe à disposição do Governo do Estado da Bahia, sem vencimentos, o Redator, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Amphrisio Lessa Ribeiro	C.Diret.	27.8.63	25/63
37/63	Altera a Resolução n. 20, de 1963	C.Diret.	5.9.63	27/63
38/63	Põe à disposição do CADE os funcionários da Secretaria do Senado Federal Apolônio Jorge de Faria Sales Fº, Claudio Ideburque Carneiro Leal Neto e Luiz Renato Vieira da Fonseca	C.Diret.	9.10.63	30/63
39/63	Aposenta José Santos de Almeida, Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	C.Diret.	16.10.63	31/63

<u>Projeto</u> <u>n.</u>	<u>Ementa</u>	<u>Autor</u>	<u>Promul-</u> <u>gação</u>	<u>Resolução</u> <u>em que se</u> <u>transfor-</u> <u>mou</u>
44/63	Põe à disposição do Ministério das Relações Exteriores, para servir na Embaixada do Brasil em Beirute, o Redator Caio Cesar de Menezes Pinheiro	C.Dir.	6.12.63	33/63
45/63	Aposenta o Redator, PL-3, José da Silva Lisboa	C.Dir.	15.12.63	37/63
46/63	Altera o Regimento Interno do Senado (proibição do porte de armas)	Artur Virgílio	6.12.63	34/63
47/63	Aprova a prisão em flagrante, autoriza a formação de culpa de Senadores em razão dos fatos ocorridos em sessão plenário de 4 de dezembro de 1963 e determina a remessa dos autos do respectivo inquerito a autoridade judiciária competente	C.Diret.	7.12.63	35/63
48/63	Altera a estrutura administrativa e o Quadro do Pessoal da Secretaria do Senado Federal, cria o Quadro Especial e dá outras providências	C.Diret.	19.12.63	38/63
49/63	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a assumir, perante a Aliança para o Progresso, através da Association for International Development (AID), as obrigações e responsabilidades necessárias a efetivação de um empréstimo no valor de Cr.\$ 1 300 000 000,00, destinado à execução de programa educacional do referido Estado	C.Finan ças	13.12.63	36/63

B) - REJEITADOS

<u>Projeto</u> n.	<u>Ementa</u>	<u>Autor</u>	<u>Rejeição</u>
32/62	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fraude eleitoral no Estado do Para	Paulo Fender	24.10.63
3/63	Dispõe sobre a publicação dos trabalhos parlamentares	Coimbra Bueno	11.12.63

C) - ARQUIVADOS (ART. 323, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO)

<u>Projeto</u> n.	<u>Ementa</u>	<u>Autor</u>	<u>Arquivamº</u>
24/56	Dispõe sobre remessa de exemplares do Diário do Congresso Nacional, Seção II, as Camaras Legislativas Estaduais e Municipais	Coimbra Bueno	15.12.63
41/56	Altera o Regimento Interno	Mendonça Clark	15.12.63
18/60	Autoriza providências para funcionamento do serviço de radio do Congresso Nacional	João Vilasboas	15.12.63
3/61	Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Senado Federal a que se refere o art. 8º da Resolução n. 6/60	C.Diret.	15.12.63
12/61	Cria Comissão de Inquérito	J.Aguiar	15.12.63
17/61	Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Senado Federal a que se refere o art. 8º da Resolução n. 6, de 1 960, na parte que especifica	C.Diret.	15.12.63
20/61	Dispõe sobre a estrutura administrativa do Serviço Radiotécnico do Senado	C.Diret.	15.12.63
21/61	Dispõe sobre a aposentadoria do pessoal do Senado compulsoriamente transferido para Brasília	G.Marinho	15.12.63
39/61	Suspende a execução dos arts. 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 89 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e os artigos das suas Disposições Transitorias que aos mesmos se referem (julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal)	C.Just.	15.12.63
45/61	Dispõe sobre o encaminhamento de reclamações relativas ao não cumprimento de prazos	G.Marinho	15.12.63

D) - PREJUDICADOS

22/61	Altera dispositivos do Regimento Interno	Nog.Gama	
-------	------------------------------------------	----------	--

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO
QUE CONTINUAM EM ESTUDO**

PROJETOS DE RESOLUÇÃO
QUE CONTINUAM EM
CURSO

<u>Projeto</u> <u>n.</u>	<u>Amenta</u>	<u>Autor</u>	<u>Apresenta-</u> <u>ção</u>
5/59	Fixa e determina os limites entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, ao norte do Rio Doce	Jeff. Aguiar	6. 5.59
15/61	Define, quanto a vencimentos e vantagens, a situação do funcionário do Senado, posto a disposição de outro órgão do poder público	C.Diret.	30. 5.61
5/63	Altera o Regimento Interno do Senado	Bez.Neto	22. 3.63
6/63	Altera a redação do art. 11 do Regimento Interno	Jº Agrip.	27. 3.63
7/63	Dá nova redação ao art. 67 da Resolução n. 2, de 1 959, alterada pela Resolução n.3, de 1 963	Vivaldo Lima	28. 3.63
14/63	Acrescenta disposição ao Regimento Interno	D.Krieger	14.5.63
16/63	Cria Comissão Permanente no Senado Federal e da outras providencias		17.5.63
18/63	Restabelece a tribuna do Plenário.		27.5.63
21/63	Autoriza a Mesa do Senado Federal a entrar em entendimentos com a da Camara dos Deputados para a edição, pelo Congresso Nacional, das obras completas de José Bonifácio de Andrada e Silva	Af.Arinos	12.6.63
23/63	Dispõe sobre a criação, no Rio de Janeiro, do Serviço de Informação, Pesquisas e Atendimentos do Senado Federal	E. Rezende	22.7.63
32/63	Reconhece como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasileiro filiado a Associação Parlamentar Mundial, em Londres	R.Palmeira	14.8.63
40/63	Dispõe sobre a representação do Senado Federal em Conferencias ou Reuniões no exterior ou para atender a convites de Governos estrangeiros	Jeff. Aguiar	11.10.63
41/63	Exonera, a pedido, Antônio Carlos Nogueira, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	C.Diret.	24.10.63
43/63	Põe à disposição do Govêrno do Estado de Minas Gerais a Oficial Legislativo, PL-8, Ana Maria Sobral Teixeira Soares	C.Diret.	24.10.63
44/63	Estabelece denominação para o prédio destinado aos Serviços Gráficos do Senado	C.Diret.	12.11.63

RESOLUÇÕES PUBLICADAS

RESOLUÇÕES PROMULGADAS

<u>Resolu- cao n.</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data</u>	<u>Publi- cação</u>	<u>Projeto de que resultou</u>
8/63	Dá nova redação ao art. 143 da Resolução n. 6, de 1 960 (Regulamento da Secretaria), referente a lotação dos Gabinetes	19.4.63	25.4.63	8/63
9/63	Autoriza a Comissão Diretora a promover o ressarcimento das despesas e prejuízos ocasionados pela remoção de funcionários residentes no Bloco 50 da Asa Norte, em Brasília	25.4.63	26.4.63	28/62
10/63	Nomeia, para cargos de Taquígrafo de Debates, PL-4, Lizette de Almeida Castro, Edson Teodoro dos Santos, Allan Viggiano, Maria Lúcia Lopes, Arimar de Oliveira Freitas, Serafim de Oliveira e Lélia Mascarenhas de Moura, candidatos habilitados em concurso	21.5.63	22.5.63	15/63
11/63	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito, de cinco membros, para averiguar, no prazo de 120 dias, a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos das concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional	29.5.63	30.5.63	- - -
12/63	Prorroga, até 7 de abril de 1 965, o prazo a que se refere a Resolução n. 25/62, que pôs a disposição do Governo do Estado da Bahia, José Vicente de Oliveira Martins, Assessor Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	7.6.63	12.6.63	13/63
13/63	Concede aposentadoria a Efraim Régio Barros, Auxiliar de Limpeza, PL-11, da Secretaria do Senado Federal	25.6.63	2.7.63	22/63
14/63	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a assumir, perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as obrigações e responsabilidades necessárias a efetivação cresta-te de um empréstimo externo no montante de US \$ 2 000 000,00.	2.7.63	3.7.63	20/63
15/63	Suspende a execução do art. 2º da Lei n. 1 215, de 6.2.1959, do Estado de Mato Grosso e a do Decreto n. 591, de 25.2.1959, do mesmo Estado	2.7.63	5.7.63	19/63
15/63	Aplica aos servidores do Quadro da Secretaria do Senado Federal disposições da Lei n. 4 019, de 20.12.1961	30.7.63	31.7.63	12/63
17/63	Concede aos funcionários da Secretaria do Senado Federal aumento nas	30.7.63	31.7.63	24/63

<u>Resolu- cao n.</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data</u>	<u>Publi- cação</u>	<u>Projeto de que resul- tou</u>
18/63	Aposenta Clemente Watzl no cargo de Vice-Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal	31.7.63	1.8.63	25/63
19/63	Nomeia, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado, o Taquígrafo-Revisor, PL-2, José Campos Brício	1.8.63	2.8.63	26/63
20/63	Autoriza a Comissão Diretora a organizar os Serviços Gráficos e de Documentação do Senado e de outras providências	14.8.63	15.8.63	29/63
21/63	Nomeia para cargos de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maurício Pereira Vasques, Adolpho Perez, Sebastião Nogueiro e Myrthes Nogueira, candidados aprovados em concurso	21.8.63	22.8.63	30/63
22/63	Põe à disposição do Conselho Administrativo da Defesa Econômica - CADE - o Assessor Legislativo Luiz Carlos Vieira da Fonseca	21.8.63	22.8.63	31/63
23/63	Põe à disposição da Presidência da República o Redator Murilo Marroquim de Souza	28.8.63	29.8.63	34/63
24/63	Põe à disposição da Assembléia Legislativa da Guanabara o Oficial Legislativo Lis Henrique Fernandes	28.8.63	29.8.63	35/63
25/63	Põe à disposição do Governo da Bahia o Redator Amphisio Lessa Ribeiro	28.8.63	29.8.63	36/63
26/63	Altera o § 2º do art. 76 e o art. 77 do Regimento Interno	30.8.63	31.8.63	28/63
27/63	Altera a Resolução n. 20, de 1963	5.9.63	6.9.63	37/63
28/63	Altera a redação do art. 3º da Resolução n. 31, de 1962	19.9.63	20.9.63	33/63
29/63	Autoriza o Governo do Estado do Pará a realizar, por intermédio do Departamento de Águas e Esgotos, operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no total de US \$ 2 500 000,00	26.9.63	27.9.63	27/63
30/63	Põe à disposição do CADE os funcionários da Secretaria do Senado Federal Apolônio Jorge de Farias Sales Filho, Claudio Ideburque Carneiro Leal Neto e Luiz Renato Vieira da Fonseca	14.10.63	15.10.63	38/63
31/63	Aposenta José Santos Almeida, Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	16.10.63	18.10.63	39/63
32/63	Cria Comissão Parlamentar de Inq[ui]rições para apurar	30.10.63	1.11.63	---

<u>Resolu- cao n.</u>	<u>Ementa</u>	<u>Data</u>	<u>Publica- cao</u>	<u>Projeto de que resultou</u>
33/63	Põe à disposição do Ministério das Relações Exteriores, para servir na Embaixada do Brasil em Beirute, o Redator Caio Cesar de Menezes Pinheiro	6.12.63	7.12.63	40/63
34/63	Altera o Regimento Interno do Senado (proibição do porte de armas)	6.12.63	7.12.63	46/63
35/63	Aprova a prisão em flagrante, autoriza a formação de culpa de Senadores em razão dos fatos ocorridos em sessão plenária de 4 de dezembro de 1963 e determina a remessa dos autos do respectivo inquerito a autoridade judiciária competente	7.12.63	8.12.63	47/63
36/63	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a assumir, perante a Aliança para o Progresso, através da Association for International Development (AID), as obrigações e responsabilidades necessárias a efetivação de um empréstimo no valor de Cr. \$ 1 300 000 000,00, destinado à execução de programa educacional do referido Estado	13.12.63	13.12.63	40/63
37/63	Aposenta o Redator, PL-3, José Silva Lisboa	da 15.12.63	16.12.63	45/63
38/63	Altera a estrutura administrativa e o Quadro do Pessoal da Secretaria do Senado Federal, cria o Quadro Especial e da outras providências	19.12.63	20.12.63	48/63

Nota - As Resoluções ns. 11 e 32/63 não resultaram de Projetos de Resolução. Constituíram atos de mais de um terço do Senado, de acordo com o art. 53 da Constituição e o art. 149, a, do Regimento Interno.

PARECERES PROFERIDOS

ANEXO XXII

PARECERES PROFERIDOS

I) - ESCRITOS

<u>Nº</u>	<u>Comissao</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
55/63	Const. Justiça	Heribaldo Vieira	14.11.62	P.L.S. 49/62
56/63	Saude	Fernandes Tavora	- .11.62	P.L.S. 49/62
57/63	Const. Justiça	Lourival Fontes	31. 1.63	PLS 37/62
58/63	Const. Justiça	Venancio Igrojas	26. 4.63	PLS 6/61
59/63	Leg. Social	Afranio Lages	14. 6.62	PLS 6/61
60/63	Serv. Publico	Fausto Cabral	21. 1.63	PLS 6/63
61/63	Directora	Gilberto Marinho	2. 4.63	PR 9/63
62/63	Directora	Gilberto Marinho	2. 4.63	PR 10/63
63/63	Directora	Gilberto Marinho	2. 4.63	PR 11/63
64/63	Const. Justiça	Lourival Fontes	- 7.62	PDL 6/62
65/63	Educação e Cultura	Padre Calazans	23. 8.62	PDL 6/62
66/63	Relações Exteriores	Afranio Lages	25. 8.62	PDL 6/62
67/63	Finanças	Pessoa de Queiroz	3. 4.63	PDL 6/62
68/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	4. 7.62	PDL 13/62
69/63	Finanças	Lopes da Costa	- .11.62	PDL 13/62
70/63	Const. e Justiça	Milton Campos	- 8.62	PLS 29/62
71/63	Educação e Cultura	Arlindo Rodrigues	14. 9.62	PLS 29/62
72/63	Finanças	Bezerra Neto	3. 4.63	PLS 29/62
73/63	Const. e Justiça	Caetano de Castro	3. 4.63	PLC 5/61
74/63	Finanças	Bezerra Neto	3. 4.63	PLC 5/61
75/63	Finanças	Daniel Krieger	3. 4.63	PLC 23/62
76/63	Finanças	Pessoa de Queiroz	3. 4.63	PLC 114/62
77/63	Finanças	Irineu Bornhausen	3. 4.63	PLC 115/62
78/63	Finanças	Daniel Krieger	3. 4.63	PLC 149/62
79/63	Finanças	Lobao da Silveira	3. 4.63	PLC 165/62
80/63	Redação	Walfredo Gurgel	4. 4.63	PDL 6/63
81/63	Finanças	Irineu Bornhausen	3. 4.63	PLC 112/62
82/63	Economia	Del Caro	11. 7.62	PLC 64/62
83/63	Finanças	Victorino Freire	3. 4.63	PLC 64/62
84/63	Redação	Julio Leite	2. 4.63	PLS 48/62
85/63	Finanças	Pessoa de Queiroz	15. 4.63	PLC 7/63
86/63	Const. e Justiça	Attilio Vivacqua	19. 8.59	PLS 8/59
87/63	Economia	Lima Teixeira	1. 3.60	PLS 8/59
88/63	Finanças	Mem de Sa	17. 4.63	PLS 8/59
89/63	Const. e Justiça	Milton Campos	24. 6.59	PLS 21/59
90/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	9.12.59	PLS 21/59
91/63	Transportes	Joaquim Parente	26. 7.60	PLS 21/59
92/63	Finanças	Mem de Sa	17. 4.63	PLS 21/59
93/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	30. 3.60	PLS 4/60
94/63	Transportes	Joaquim Parente	27. 7.60	PLS 4/60
95/63	Finanças	Mem de Sa	17. 4.63	PLS 4/60
96/63	Const. e Justiça	Daniel Krieger	13. 4.60	PLS 12/60
97/63	Transportes	Joaquim Parente	26. 7.60	PLS 12/60
98/63	Finanças	Mem de Sa	17. 4.63	PLS 12/60
99/63	Const. e Justiça	Lourival Fontes	21. 2.62	PLS 49/61
100/63	Serviço Publico	Lourival Fontes	11. 6.62	PLS 49/61
101/63	Finanças	Victorino Freire	17. 4.63	PLS 49/61
102/63	Const. e Justiça	Silvestre Pericles	28.11.62	PDL 1/57
103/63	Finanças	Bezerra Neto	17. 4.63	PDL 1/57
104/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	- . 8.62	PDL 12/62
105/63	Educação e Cultura	Mem de Sa		PDL 12/62
106/63	Relações Ext.	Aloysio de Carvalho	7.12.62	PDL 12/62
107/63	Finanças	Mem de Sa	17. 4.63	PDL 12/62

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
111/63	Saúde	Pedro Ludovico	- 12.62	PLC 118/62
112/63	Finanças	Mem de Sá	17. 4.63	PLC 118/62
113/63	Finanças	Victorino Freire	17. 4.63	PLC 168/62
114/63	Const. e Justiça	Silvestre Pericles	30. 1.63	PLC 13/63
115/63	Finanças	Mem de Sá	13. 4.63	PLC 13/63
116/63	Finanças	Mem de Sá	17. 4.63	PLC 15/63
117/63	Finanças	Lobão da Silveira	17. 4.63	PLC 158/62
118/63	Redação	Sebastiao Archer	18. 4.63	PDL 8/63
119/63	Relações Exteriores	Eduardo Catalão	-	Of.M.R.Ext.
120/63	Const. e Justiça	Heribaldo Vieira	14.11.62	PDL 14/62
121/63	Legislação Social	Lima Teixeira	25. 1.63	PDL 14/62
122/63	Relações Exteriores	Arnon de Mello	-	PDL 14/62
123/63	Relações Exteriores	Arnon de Mello	-	Mensagem
124/63	Diretora	Nogueira da Gama	19. 4.63	PR 8/63
125/63	Const. e Justiça	Lobao da Silveira	5. 4.63	PDL 5/63
126/63	Const. e Justiça	Milton Campos	10. 5.63	PLS 22/55
127/63	Educação e Cultura	Walfredo Gurgel	- 4.63	PLS 22/55
128/63	Const. e Justiça	Lourival Fontes	23. 1.63	PLC 169/62
129/63	Legislação Social	Lima Teixeira	29. 1.63	PLC 169/62
130/63	Transportes	Bezerra Neto	17. 4.63	PLC 169/62
131/63	Const. e Justiça	Silvestre Pericles	6.12.62	PR 28/62
132/63	Const. e Justiça	Milton Campos	30. 1.63	PLS 4/63
133/63	Redação	Walfredo Gurgel	25. 4.63	PR 28/62
134/63	Const. e Justiça	Lourival. Fontes	30. 1.63	PLC 166/62
135/63	Educação e Cultura	Adalberto Sena	- .63	PLC 166/62
136/63	Finanças	Bezerra Neto	24. 4.63	PLC 166/62
137/63	Finanças	Lobão da Silveira	24. 4.63	PLC 10/63
138/63	Const. e Justiça	Lourival Fontes	12. 9.63	PLS 36/62
139/63	Finanças	Sigefredo Pacheco	24. 4.63	PLS 36/62
140/63	Redação	Sebastiao Archer	25. 4.63	PDL 5/63
141/63	Const. e Justiça	Lobao da Silveira	25. 4.63	PR 13/63
142/63	Diretora	Nogueira da Gama	29. 4.63	PR 13/63
143/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvo	25. 4.63	PR 22/61
144/63	Const. e Justiça	Josaphat Marinho	3. 4.63	PLS 54/62
145/63	Segurança Nacional	Raul Giuberti	25. 4.63	PLS 15/62
146/63	Const. e Justiça	Milton Campos	3. 4.63	Req. 49/63
147/63	Relações Exteriores	Jefferson de Aguiar	29. 4.63	Req. 49/63
148/63	Saúde	Pedro Ludovico	. 5.63	PLC 27/63
149/63	Redação	Walfredo Gurgel	8. 5.63	PDL 6/62
150/63	Redação	Walfredo Gurgel	8. 5.63	PDL 14/63
151/63	Redação	Walfredo Gurgel	8. 5.63	PDL 12/62
152/63	Const. e Justiça	Lourival Fontes	12. 7.63	PDL 9/62
153/63	Educação e Cultura	Saulo Ramos	28.11.62	PDL 9/62
154/63	Relações Exteriores	Lourival Fontes	7.12.62	PDL 9/62
155/63	Finanças	Eduardo Catalão	8. 5.63	PDL 9/62
156/63	Const. e Justiça	Milton Campos	30. 1.63	PDL 1/63
157/63	Finanças	Wilson Gonçalves	8. 5.63	PDL 1/63
158/63	Saúde	Fernandes Tavora	16. 8.62	PLC 75/62
159/63	Finanças	Wilson Gonçalves	8. 5.63	PLC 75/62
160/63	Finanças	Dinarte Mariz	8. 5.63	PLC 79/62
161/63	Finanças	Wilson Gonçalves	8. 5.63	PLC 162/62
162/63	Finanças	Eduardo Catalão	8. 5.63	PLC 167/62
163/63	Segurança Nacional	Dix-Huit Rosado	18. 4.63	PLC 12/63
164/63	Finanças	Pessoa de Queiroz	8. 5.63	PLC 12/63
165/63	Finanças	Eduardo Catalão	- , 5.63	PLC 20/63
166/63	Redação	Julio Leite	8. 5.63	PLC 118/62
167/63	Redação	Julio Leite	8. 5.63	PLS 45/62
168/63	Relações Exteriores	Meneses Pimentel	- . 5.63	Req. 125/63
169/63	Redação	Julio Leite	14. 5.63	PDL 13/62
			25. 1.63	PLC 17/62

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
173/63	Const. e Justiça	Silvestre Péricles	30. 1.63	PDL 2/63
174/63	Finanças	Sigefredo Pacheco	- 4.63	PDL 2/63
175/63	Const. e Justiça	Pinto Ferreira	17. 4.63	PLS 3/63
176/63	Finanças	Leite Neto	- 5.63	PLC 28/63
177/63	Const. e Justiça	Silvestre Péricles	6.11.62	PLS 50/61
178/63	Serviço Público	Jarbas Maranhão	29. 1.63	PLS 50/61
179/63	Finanças	Leite Neto	29. 1.63	PLS 50/61
180/63	Diretora	Nogueira da Gama	- 5.63	PR 15/63
181/63	Redação	Walfredo Gurgel	21. 5.63	PL 166/62
182/63	Leg. Social	Horibaldo Vieira	25. 4.63	PLC 175/62
183/63	Finanças	Bezerra Neto	22. 5.63	PLC 175/62
184/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	30. 1.63	PLC 174/62
185/63	Saude	Pedro Ludovico	2. 5.63	PLC 174/62
186/63	Finanças	Lopes da Costa	22. 5.63	PLC 174/62
187/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	17. 4.63	PLS 8/63
188/63	Transportes	Bezerra Neto	3. 5.63	PLS 8/63
189/63	Finanças	Lobão da Silveira	22. 5.63	PLS 8/63
190/63	Const. e Justiça	Milton Campos	23. 1.63	PLC 185/62
191/63	Polígono das Secas	Aurício Vianna	19. 4.63	PLC 185/62
192/63	Finanças	Dinarte Mariz	- 5.63	PLC 185/62
193/63	Redação	Walfredo Gurgel	24. 5.63	PLC 79/62
194/63	Redação	Walfredo Gurgel	24. 5.63	PLC 75/62
195/63	Rel. Exteriores	Benedicto Valladares	24. 5.63	Req. 191/63
196/63	Const. Justiça	Bezerra Neto	22. 5.63	PLS 48/56
197/63	Const. Justiça	Jefferson de Aguiar	22. 5.63	PDL 11/63
198/63	Rel. Exteriores	Menezes Pimentel	27. 5.63	PDL 11/63
199/63	Agricultura	Jose Feliciano	28. 5.63	PDL 11/63
200/63	Saude	Pedro Ludovico	28. 5.63	PDL 11/63
201/63	Ed. e Cultura	Walfredo Gurgel	- 5.63	PDL 11/63
202/63	Const. Justiça	Lobão da Silveira	29. 5.63	PLS 34/62
203/63	Const. Justiça	Josaphat Marinho	25. 4.63	PLS 7/63
204/63	Legislação Soc.	Eurico Rezende	29. 5.63	PLS 7/63
205/63	Const. Justiça	Ruy Carneiro	29. 5.63	PLS 23/63
206/63	Const. Justiça	Lobão da Silveira	29. 5.63	PR 19/63
207/63	Const. Justiça	Ruy Carneiro	30. 1.63	PLS 46/62
208/63	Redação	Dix-Huit Rosado	- 5.63	PLC 185/62
209/63	Const. Justiça	Pinto Ferreira	17. 4.63	PLS 59/62
210/63	Const. Justiça	Lobão da Silveira	8. 5.63	PR 13/63
211/63	Diretora	Nogueira da Gama	3. 6.63	PR 13/63
212/63	Redação	Walfredo Gurgel	31. 5.63	PDL 11/63
213/63	Const. Justiça	Bezerra Neto	22. 5.63	PLC 125/59
214/63	Const. Justiça	Ruy Carneiro	21. 2.63	PLC 181/61
215/63	Leg. Social	Menezes Pimentel	25. 1.63	PLC 181/61
216/63	Transportes	Irincu Bornhausen	3. 4.63	PLC 181/61
217/63	Finanças	Wilson Gonçalves	5. 6.63	PLC 181/61
218/63	Seg. Nacional	Victorino Freire	18. 4.63	PLC 173/62
219/63	Finanças	Sigefredo Pacheco	5. 6.63	PLC 173/62
220/63	Agricultura	Eugenio Barros	25. 4.63	PLC 17/63
221/63	Ed. e Cultura	Adalberto Sena	- 5.63	PLC 17/63
222/63	Finanças	Eduardo Catalão	5. 6.63	PLC 17/63
223/63	Redação	Walfredo Gurgel	17. 5.63	PDL 9/62
224/63	Redação	Walfredo Gurgel	4. 6.63	PDL 1/63
225/63	Redação	Sebastião Archer	5. 6.63	PDL 2/63
226/63	Const. Justiça	Silvestre Péricles	30. 1.63	PDL 3/63
227/63	Finanças	Wilson Gonçalves	5. 6.63	PDL 3/63
228/63	Seg. Nacional	Sergio Marinho	20.11.62	PLC 116/62
229/63	Finanças	Daniel Krieger	16. 5.63	PLC 116/62
230/63	Const. Justiça	Jefferson de Aguiar	16. 5.63	PDL 7/63
231/63	Especial	Irincu Bornhausen	5. 6.63	PDL 7/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
236/63	Redação	Josaphat Marinho	7. 6.63	PDL 7/63
237/63	Redação	Josaphat Marinho	7. 6.63	PLS 8/63
238/63	Const. Justiça	Josaphat Marinho	16. 5.63	PLC 26/63
239/63	Finanças	Daniel Krieger	-	PLC 26/63
240/63	Const. Justiça	Aloysio de Carvo	16. 5.63	PLS 22/63
241/63	Leg. Social	Heribaldo Vieira	12. 6.63	PLS 22/63
242/63	Transportes	Sebastião Archer	3. 4.63	PLC 8/63
243/63	Finanças	Lobão da Silveira	12. 6.63	PLC 8/63
244/63	Const. Justiça	Milton Campos	23. 1.63	PLS 38/61
245/63	Serviço Público	Sigefredo Pacheco	14. 5.63	PLS 38/61
246/63	Finanças	Eduardo Catalão	12. 6.63	PLS 38/61
247/63	Const. Justiça	Eurico Rezende	15. 5.63	PLS 49/61
248/63	Serviço Público	Sigefredo Pacheco	6. 6.63	PLS 49/61
249/63	Finanças	Victorino Freire	12. 6.63	PLS 49/61
250/63	Const. Justiça	Jefferson de Aguiar	8. 5.63	PLS 10/63
251/63	Serviço Público	Nelson Maculan	28. 5.63	PLS 10/63
252/63	Finanças	Victorino Freire	12. 6.63	PLS 10/63
253/63	Const. Justiça	Josaphat Marinho	8. 5.63	PR 7/63
254/63	Diretora	Rui Palmeira	4. 6.63	PR 7/63
255/63	Redação	Padre Calazans	19. 6.63	PLC 7/63
256/63	Redação	Walfredo Gurgel	19. 6.63	PR 20/63
257/63	Seg. Nacional	Dix-Huit Rosado	6. 6.63	PLC 87/63
258/63	Const. Justiça	Josaphat Marinho	8. 5.63	PLS 15/63
259/63	Educação e Cultura	Walfredo Gurgel	- 6.63	PLS 15/63
260/63	Const. Justiça	Bezerra Neto	- 6.63	PLC 31/63
261/63	Serviço Público	Sigefredo Pacheco	- 6.63	PLC 31/63
262/63	Seg. Nacional	Zacharias de Ass.	18. 6.63	PLC 31/63
263/63	Finanças	Dinarte Mariz	19. 6.63	PLC 31/63
264/63	Finanças	Dinarte Mariz	19. 6.63	PLC 176/62
265/63	Const. e Justiça	Milton Campos	15. 2.63	PLS 53/61
266/63	Educação e Cultura	Pinto Ferreira	18. 4.63	PLS 53/61
267/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvo	8. 5.63	PLS 53/61
268/63	Diretora	Nogueira da Gama	25. 6.63	PR 22/63
269/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	24. 6.63	PLC 31/63
270/63	Serviço Público	Sigefredo Pacheco	24. 6.63	PLC 31/63
271/63	Seg. Nacional	Zacharias de Ass.	24. 6.63	PLC 31/63
272/63	Redação	Josaphat Marinho	26. 6.63	PDL 3/63
273/63	Redação	Walfredo Gurgel	26. 6.63	PLC 26/63
274/63	Redação	Walfredo Gurgel	26. 6.63	PR 19/63
275/63	Redação	Walfredo Gurgel	26. 6.63	PDL 12/63
276/63	Const. Justiça	Bezerra Neto	26. 6.63	PLC 31/63
277/63	Seg. Nacional	Zacharias de Ass.	26. 6.63	PLC 31/63
278/63	Relações Exteriores	Benedicto Vallad.	9. 5.63	PDL 10/63
279/63	Agricultura	Eugenio Barros	21. 6.63	PDL 10/63
280/63	Saúde	Dix-Huit Rosado	26. 6.63	PDL 10/63
281/63	Finanças	Victorino Freire	26. 6.63	PDL 10/63
282/63	Redação	Walfredo Gurgel	27. 6.63	PLC 31/63
283/63	Redação	Sebastião Archer	27. 6.63	PLC 40/63
284/63	Serviço Público	Sigefredo Pacheco	27. 6.63	PLC 31/63
285/63	Segurança Nac.	Zacharias de Ass.	27. 6.63	PLC 31/63
286/63	Finanças	Victorino Freire	27. 6.63	PLC 31/63
287/63	Redação	Sebastião Archer	4. 7.63	PLC 31/63
288/63	Const. Justiça	Lobão da Silveira	11. 7.63	PDL 4/63
289/63	Redação	Sebastião Archer	12. 7.63	PLS 23/63
290/63	Redação	Lobão da Silveira	11. 7.63	PDL 177/63
291/63	Redação	Lobão da Silveira	12. 7.63	PLS 18/63
292/63	Redação	Lobão da Silveira	17. 7.63	PLC 176/62
293/63	Const. Justiça	Aloysio de Carvo	18. 7.63	Req. 468/63
294/63	Const. Justiça	Jeff. de Aguiar	5. 6.63	PLS 25/63
295/63	Saúde	Sigefredo Pacheco	18. 7.63	PLS 295/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
301/63	Const. Justiça	Josaphat Marinho	17. 7.63	PLS 46/63
302/63	Saude	Sigefredo Pacheco	18. 7.63	PLS 19/60
303/63	Economia	Alencastro Guim.	3. 7.58	PLC 71/58
304/63	Const. e Justiça	Josaphat Marinho	17. 7.63	PLC 71/58
305/63	Finanças	Irineu Bornhausen	12. 6.63	PLC 71/58
306/63	Const. e Justiça	Amayry Silva	29. 5.63	PR 12/63
307/63	Finanças	Lobão da Silveira	24. 7.63	PR 12/63
308/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	30. 1.63	PLC 103/62
309/63	Educação e Cultura	Walfredo Gurgel	3. 4.63	PLC 103/62
310/63	Finanças	Daniel Krieger	24. 7.63	PLC 103/62
311/63	Const. e Justiça	Lourival Fontes	28. 3.62	PLC 24/61
312/63	Segurança Nacional	Jarbas Maranhão	- .12.61	PLC 24/61
313/63	Finanças	Lopes da Costa	24. 7.63	PLC 24/61
314/63	Const. e Justiça	Silvestre Pericles	30. 1.63	PLC 9/63
315/63	Educação e Cultura	Padre Calazans	6. 5.63	PLC 9/63
316/63	Finanças	Daniel Krieger	24. 7.63	PLC 9/63
317/63	Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	8. 5.63	PLS 11/63
318/63	Serviço Público	Leite Neto	23. 7.63	PLS 11/63
319/63	Finanças	Daniel Krieger	24. 7.63	PLC 32/63
320/63	Segurança Nacional	Raul Giuberti	- - 63	PLC 32/63
321/63	Redação	Sebastião Archer	24. 7.63	PLS 15/63
322/63	Finanças	Victorino Freire	24. 6.63	PLC 37/63
323/63	Finanças	Lopes da Costa	24. 7.63	PLC 42/63
324/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	24. 7.63	PR 24/63
325/63	Finanças	Lobão da Silveira	25. 7.63	PR 24/63
326/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	24. 7.63	PLS 48/63
327/63	Redação	Heribaldo Vieira	26. 7.63	PLS 49/63
328/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	24. 7.63	PLS 51/63
329/63	Transportes	Coimbra Bueno	20. 7.63	PLC 329/56
330/63	Finanças	Dinarte Mariz	8. 5.63	PLC 392/56
331/63	Diretora	Rui Palmeira	30. 6.63	PR 12/63
332/63	Diretora	Rui Palmeira	30. 6.63	PR 24/63
333/63	Especial	Silvestre Pericles	30. 7.63	PEC 3/61
334/63	Diretora	Nogueira da Gama	31. 7.63	PR 25/63
335/63	Diretora	Nogueira da Gama	1. 8.63	PR 26/63
336/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	31. 7.63	PLS 6/63
337/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	31. 7.63	Of. Pr. Rep.
338/63	Segurança Nacional	Zacharias de Aas.	1. 8.63	PLC 43/63
339/63	Const. e Justiça	Nogueira da Gama	- . 7.62	PLC 63/57
340/63	Economia	Lopes da Costa	17. 7.63	PLC 63/57
341/63	Finanças	Victorino Freire	7. 8.63	PLC 63/57
342/63	Finanças	Lobão da Silveira	7. 8.63	PR 27/63
343/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	8. 5.62	PLC 105/62
344/63	Finanças	Leite Neto	7. 8.63	PLC 105/62
345/63	Segurança Nacional	Irineu Bornhausen	18. 6.63	PLC 186/62
346/63	Finanças	Daniel Krieger	7. 8.63	PLC 186/62
347/63	Economia	Lopes da Costa	25. 7.63	PLC 170/62
348/63	Finanças	Victorino Freire	7. 8.63	PLC 170/62
349/63	Const. e Justiça	Heribaldo Vieira	30. 1.63	PLC 11/63
350/63	Finanças	Leite Neto	7. 8.63	PLC 11/63
351/63	Economia	Eugenio Barros	17. 7.63	PLC 39/61
352/63	Finanças	Leite Neto	7. 8.63	PLC 39/61
353/63	Finanças	Daniel Krieger	7. 8.63	PLC 50/63
354/63	Segurança Nacional	Silvestre Pericles	1. 8. 63	PLC 51/63
355/63	Finanças	Pessoa de Queiroz	7. 8.63	PLC 51/63
356/63	Const. e Justiça	Afranio Lagos	23. 1.63	PLS 58/62
357/63	Serviço Público	Leite Neto	6. 7.63	PLS 58/62
358/63	Finanças	Victorino Freire	7. 8.63	PLS 58/62
359/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	5. 6.63	PLS 32/63
360/63	Transportes	Sebastião Archer	- . - 63	PLS 32/63
		Irineu Bornhausen	7. 8. 63	PLS 32/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
424/63	Relações Exteriores	Aarão Steinbruch	1. 8.63	PDL 13/63
425/63	Agricultura	Lopes da Costa	23. 8.63	PDL 13/63
426/63	Constituição e Justiça	Lourival Fontes	12. 9.62	PLS 30/61
427/63	Economia	Eugenio Barros	12. 7.63	PLS 30/61
428/63	Legislação Social	Heribaldo Vieira	12. 8.63	PLS 30/61
429/63	Diretora	Nogueira da Gama	26. 8.63	PR 36/63
430/63	Diretora	Nogueira da Gama	26. 8.63	PR 34/63
431/63	Diretora	Nogueira da Gama	26. 8.63	PR 35/63
432/63	Redação	Josaphat Marinho	28. 8.63	PLS 32/63
433/63	Redação	Walfredo Gurgel	28. 8.63	PLS 53/61
434/63	Redação	Walfredo Gurgel	29. 8.63	PR 28/63
435/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvo	28. 8.63	PLS 33/63
436/63	Const. e Justiça	Josaphat Marinho	28. 8.63	PR 33/63
437/63	Const. e Justiça	Lobao da Silveira	24. 7.63	PLC 139/62
438/63	Legislação Social	Heribaldo Vieira	28. 8.63	PLC 139/62
439/63	Segurança Nacional	Raul Giuberti	29. 8.63	PLS 23/59
440/63	Eaude	Miguel Couto	29. 8.63	PLS 50/61
441/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	22. 5.63	PLS 13/63
442/63	Legislação Social	Heribaldo Vieira	- . 8.63	PLS 13/63
443/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvo	28. 8.63	PR 32/63
444/63	Diretora	Nogueira da Gama	28. 8.63	PR 32/63
445/63	Redação	Walfredo Gurgel	4. 9.63	PLS 63/63
446/63	Redação	Heribaldo Vieira	4. 9.63	PLS 58/62
447/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvo	16. 5.63	PLS 21/59
448/63	Educação e Cultura	Adalberto Sena	- " "	PLS 21/59
449/63	Transportes	Jose Feliciano	5. 6.63	PLS 21/59
450/63	Finanças	Mem de Sá	4. 9.63	PLS 21/59
451/63	Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	5. 5.63	PDL 9/63
452/63	Relações Exteriores	Antonio Carlos	- . 7.63	PDL 9/63
453/63	Educação e Cultura	Antonio Carlos	20. 8.63	PDL 9/63
454/63	Finanças	Wilson Gonçalves	4. 9.63	PDL 9/63
455/63	Const. e Justiça	Silvestre Pericles	6.12.62	PDL 23/62
456/63	Finanças	Leite Neto	4. 9.63	PDL 23/62
457/63	Const. e Justiça	Lobao da Silveira	21. 8.63	PDL 22/63
458/63	Finanças	Wilson Gonçalves	4. 9.63	PDL 22/63
459/63	Serviço Público	Mem de Sá	3.11.58	PLC 41/58
460/63	Legislação Social	Ruy Carneiro	13. 7.61	PLC 41/58
461/63	Legislação Social	Ruy Carneiro	29.11.62	PLC 41/58
462/63	Finanças	Leite Neto	4. 9.63	PLC 41/58
463/63	Diretora	Vasc. Torres	5. 9.63	PR 37/63
464/63	Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	4. 9.63	PR 27/63
465/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	6. 9.63	PLC 119/62
466/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	6. 9.63	PLS 88/63
467/63	Redação	Walfredo Gurgel	11. 9.63	PLS 36/62
468/63	Redação	Josaphat Marinho	11. 9.63	PDL 15/62
469/63	Redação	Josaphat Marinho	11. 9.63	PDL 13/63
470/63	Const. e Justiça	Heribaldo Vieira	28. 3.63	PR 15/61
471/63	Finanças	Lobao da Silveira	12. 9.63	PR 15/61
472/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	14. 8.63	PLC 55/63
473/63	Transportes	Bezerra Neto	4. 8.63	PLC 55/63
474/63	Finanças	Daniel Krieger	12. 9.63	PLC 55/63
475/63	Finanças	Wilson Gonçalves	12. 9.63	PLC 60/63
476/63	Finanças	Lopes da Costa	12. 9.63	PLC 66/63
477/63	Finanças	Daniel Krieger	12. 9.63	PLC 144/62
478/63	Legislação Social	Vivaldo Lima	28. 8.63	PLC 38/63
479/63	Economia	Engenio Barros	12. 9.63	PLC 38/63
480/63	Distrito Federal	Lino de Matos	12. 9.63	Ind. 1/63
481/63	Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	6. 9.63	PLC 162/62
482/63	Finanças	Eduardo Catalão	13. 9.63	PLC 162/63
		Walfredo Gurgel	- . 8.63	PLS 104/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
365/63	Distrito Federal	Meneses Pimentel	8. 8.63	PLS 53/61
366/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	30. 5.63	Of. S/5
367/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	7. 8.63	
368/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	7. 8.63	
369/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	7. 8.63	
370/63	Economia	Sergio Marinho	7. 6.62	PLC 123/61
371/63	Finanças	Argemiro de Figueiredo	7. 8.63	PLC 123/61
372/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	8. 8.63	Req. 178
373/63	Redação	Josaphat Marinho	12. 8.63	PLC 43/63
374/63	Redação	Joaquim Parente	14. 8.63	PR 29/63
375/63	Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	14. 8. 63	Of. 6/63
376/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	14. 8.63	PLS 67/63
377/63	Diretora	Gilberto Marinho	20. 7.63	PR 30/63
378/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carv	17. 7.63	PR 18/63
379/63	Diretora	Guido Mondin	12. 8.63	PR 18/63
380/63	Diretora	Guido Mondin	21. 8.63	PR 31/63
381/63	Diretora	Nogueira da Gama	- . 8.63	PR 34/63
382/63	Diretora	Nogueira da Gama	- . 8.63	PR 35/63
383/63	Diretora	Nogueira da Gama	- . 8.63	PR. 36/63
384/63	Finanças	Lopes da Costa	21. 8.63	PLC 385/56
385/63	Redação	Lobão da Silveira	21. 8.63	PLC 63/57
386/63	Finanças	Bezerra Neto	21. 8.63	PLC 29/63
387/63	Legislação Social	Raul Giuberti	10. 7.63	PLC 36/63
388/63	Serviço Público	Padre Calazans	30. 7.63	PLC 36/63
389/63	Finanças	Eduardo Catalão	21. 8.63	PLC 36/63
390/63	Finanças	Lopes da Costa	21. 8.63	PLC 45/63
391/63	Finanças	Lopes da Costa	21. 8.63	PLC 54/63
392/63	Redação	Heribaldo Vieira	21. 8.63	PLS 52/62
393/63	Const. e Justiça	Pinto Ferreira	29. 5.63	PLS 14/63
394/63	Relações Exteriores	Eduardo Catalão	14. 8.63	PLS 14/63
396/63	Serviço Público	Silvestre Pericles	20. 8.63	PLS 14/63
396/63	Redação	Heribaldo Vieira	21. 8.63	PLS 25/63
397/63	Const. e Justiça	Josaphat Marinho	17. 7.63	PLS 63/63
398/63	Economia	Adolpho Franco	30. 7.63	PLS 63/63
399/63	Finanças	Lopes da Costa	21. 8.63	PLS 63/63
400/63	Diretora	Gilberto Marinho	21. 8.63	PR 31/63
401/63	Serviço Público	Lourival Fontes	17. 5.62	PLC 34/59
402/63	Finanças	Mem de Sa	21. 8.63	PLC 34/59
403/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	11. 6.63	PLC 21/63
404/63	Finanças	Mem de Sa	21. 8.63	PLC 21/63
405/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	14. 8.63	PLC 49/63
406/63	Finanças	Bezerra Neto	21. 8.63	PLC 49/63
407/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	31. 7.63	PLC 26/62
408/63	Finanças	Mem de Sa	21. 8.63	PLC 26/63
409/63	Educação e Cultura	Antônio Carlos	20. 8.63	PLC 53/63
410/63	Finanças	Mem de Sa	21. 8.63	PLC 53/63
411/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	22. 5.63	PLS 29/62
412/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	- . 7.63	PLS 29/62
413/63	Finanças	Bezerra Neto	21. 8.63	PLS 29/62
414/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	31. 6.63	PLS 36/62
415/63	Finanças	Lobão da Silveira	21. 8.63	PLS 36/62
416/63	Transportes	Bezerra Neto	16. 6.63	PLS 8/63
417/63	Finanças	Lobão da Silveira	2. 8.63	PLS 8/63
418/63	Const. e Justiça	Waldemar Pedrosa	23. 7.53	PDL 35/50
419/63	Finanças	Mem de Sa	21. 8.63	PDL 35/50
420/63	Const. e Justiça	Lourival Fontes	- . 8.62	PDL 15/62
421/63	Finanças	Bezerra Neto	31. 8.63	PDL 15/62
422/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvalho	21. 8.63	PLC 87/61
423/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	31. 7.63	PDL 13/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
486/63	Agricultura	Eduardo Catalão	19. 9.63	PLS 8/59
487/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	22. 5.63	PLS 55/62
488/63	Legislação Social	Heribaldo Vieira	18. 9.63	PLS 55/62
489/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvalho	21. 8.63	PDL 10/63
490/63	Educação e Cultura	Walfredo Gurgel	19. 9.63	PDL 10/63
491/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	21. 8.63	PDL 16/63
492/63	Relações Exteriores	Aarão Steinbruch	- 9.63	PDL 16/63
493/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	13. 9.63	PLS 8/63
494/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	13. 9.63	PLC 67/63
495/63	Serviço Público	Silvestre Pericles	19. 9.63	PLC 67/63
496/63	Finanças	Wilson Gonçalves	25. 9.63	PLC 67/63
497/63	Redação	Heribaldo Vieira	19. 9.63	PLC 56/63
498/63	Redação	Julio Leite	25. 9.63	PLC 41/63
499/63	Finanças	Eduardo Catalão	25. 9.63	PLC 63/63
500/63	Finanças	Bezerra Neto	25. 9.63	PLC 64/63
501/63	Finanças	Aurelio Vianna	25. 9.63	PLC 70/63
502/63	Finanças	Aurelio Vianna	25. 9.63	PLC 71/63
503/63	Finanças	Aurelio Vianna	25. 9.63	PLC 58/63
504/63	Redação	Walfredo Gurgel	25. 9.63	PDL 9/63
505/63	Redação	Julio Leite	25. 9.63	PLC 162/62
506/63	Redação	Julio Leite	25. 9.63	PLS 21/59
507/63	Redação	Walfredo Gurgel	25. 9.63	PDL 23/62
508/63	Finanças	Eduardo Catalão	25. 9.63	PLC 62/63
509/63	Finanças	Bezerra Neto	25. 9.63	PLC 61/63
510/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	13. 9.63	PDL 34/63
511/63	Relações Exteriores	Antonio Juca	18. 9.63	PDL 34/63
512/63	Finanças	Bezerra Neto	25. 9.63	PDL 34/63
513/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	14. 8.63	PDL 18/63
514/63	Relações Exteriores	Pessoa de Queiroz	14. 8.63	PDL 18/63
515/63	Agricultura	Eugenio Barros	28. 8.63	PDL 18/63
516/63	Educação e Cultura	Walfredo Gurgel	19. 9.63	PDL 18/63
517/63	Finanças	Bezerra Neto	25. 9.63	PDL 18/63
518/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	22. 5.63	PLS 21/63
519/63	Segurança Nacional	Victorino Freire	10. 9.63	PLS 21/63
520/63	Finanças	Bezerra Neto	25. 9.63	PLS 21/63
521/63	Relações Exteriores	Antonio Carlos	-	Mens. 117/63
522/63	Relações Exteriores	Aarão Steinbruch	18. 9.63	Mens. 117/63
523/63	Redação	Julio Leite	25. 9.63	PR 27/63
524/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	4. 9.63	PLS 85/63
525/63	Transportes	Sebastião Archer	25. 9.63	PLS 85/63
526/63	Redação	Julio Leite	26. 9.63	PLC 21/63
527/63	Redação	Walfredo Gurgel	30. 9.63	PLS 85/63
528/63	Const. e Justiça	Lourival Fontes	16. 8.63	PLS 41/61
529/63	Transportes	Jose Feliciano	2.10.63	PLC 60/63
530/63	Finanças	Mem de Sa	2.10.63	PLC 85/63
531/63	Redação	Walfredo Gurgel	25. 9.63	PDL 33/63
532/63	Relações Exteriores	Aarão Steinbruch	18. 9.63	PDL 33/63
533/63	Finanças	Daniel Krieger	2.10.63	PDL 33/63
534/63	Const. e Justiça	Milton Campos	6.12.63	PLS 47/62
535/63	Economia	Jose Ermirio	12. 8.63	PLS 47/62
536/63	Finanças	Daniel Krieger	2.10.63	PLS 47/62
537/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	14. 8.63	PLS 36/63
538/63	Transportes	Bezerra Neto	25. 9.63	PLS 36/63
539/63	Finanças	Pessoa de Queiroz	2.10.63	PLS 36/63
540/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	6. 9.63	PLC 59/63
541/63	Serviço Público	Sigefredo Pacheco	25. 9.63	PLC 59/63
542/63	Finanças	Bezerra Neto	2.10.63	PLC 59/63
543/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	14. 8.63	PLC 46/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
544/63	Educação e Cultura	Mem de Sá	5. 9.63	PLC 46/63
545/63	Finanças	Daniel Krieger	2.10.63	PLC 46/63
546/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	2.10.63	PLS 62/63
547/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvalho	2.10.63	PLS 101/63
548/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	2.10.63	PLS 24/63
549/63	Finanças	Adolpho Franco	2.10.63	PLC 76/63
550/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	15. 5.63	PLC 22/63
551/63	Educação e Cultura	Pinto Ferreira	- . 6.63	PLC 22/63
552/63	Distrito Federal	Eurico Rezende	12. 9.63	PLC 22/63
553/63	Finanças	Adolpho Franco	2.10.63	PLC 22/63
554/63	Redação	Sebastião Archer	8.10.63	PLS 8/63
555/63	Const. e Justiça	Amáury Silva	30. 5.63	PLC 25/63
556/63	Serviço Público	Nelson Maculan	11. 6.63	P.C 25/63
557/63	Finanças	Bezerra Neto	8.10.63	PLC 25/63
558/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	2.10.63	PLC 49/63
559/63	Finanças	Bezerra Neto	8.10.63	PLC 49/63
560/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	31. 7.63	PLS 59/63
561/63	Legislação Social	Raul Giuberti	7.10.63	PLS 59/63
562/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	17. 7.63	PLS 64/63
563/63	Legislação Social	Eurico Rezende	7.10.63	PLS 64/63
564/63	Const. e Justiça	Josaphat Marinho	21. 8.63	PLS 72/63
565/63	Legislação Social	Aurelio Vianna	6.10.63	PLS 72/63
566/63	Const. e Justiça	Eurico Resende	2.10.63	PLC 11/63
567/63	Finanças	Bezerra Neto	8.10.63	PLC 11/63
568/63	Redação	Walfredo Gurgel	9.10.63	PDL 16/63
569/63	Redação	Walfredo Gurgel	9.10.63	PLS 29/62
570/63	Serviço Público	Padre Calazans	8.10.63	PLC 44/63
571/63	Diretora	Rui Palmeira	- 10.63	PR 38/63
572/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	9.10.63	PLC 84/63
573/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	6. 9.63	PLS 94/63
574/63	Economia	Jose Ermirio	9.10.63	PLS 94/63
575/63	Const. e Justiça	Josaphat Marinho	2.10.63	PLS 99/63
576/63	Serviço Público	Aloysio de Carvalho	10.10.63	PLS 99/63
577/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	- .10.63	PLS 117/63
578/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	28. 8.63	PDL 25/63
579/63	Relações Exteriores	Aarão Steinbruch	3. 9.63	PDL 25/63
580/63	Economia	Attilio Fontana	9.10.63	PDL 25/61
581/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	2.10.63	PDL 42/63
582/63	Relações Exteriores	Eduardo Catalão	8.10.63	PDL 42/63
583/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	9.10.63	Req. 659/63
584/63	Redação	Padre Calazans	10.10.63	PLS 55/62
585/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	9.10.63	PR 32/62
586/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	31. 7.63	PLS 59/62
587/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	28. 8.63	PLS 60/63
588/63	Finanças	Wilson Gonçalves	15.10.63	PLS 60/63
589/63	Diretora	Nogueira da Gama	- .10.63	PR 39/63
590/63	Redação	Walfredo Gurgel	16.10.63	PDL 34/63
591/63	Redação	Julio Leite	16.10.63	PLC 63/63
592/63	Redação	Julio Leite	16.10.63	PLC 71/63
593/63	Redação	Walfredo Gurgel	16.10.63	PDL 18/63
594/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	2.10.63	PLC 20/63
595/63	Finanças	Eduardo Catalão	16.10.63	PLC 20/63
596/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	12. 9.63	PLC 65/63
597/63	Transportes	José Feliciano	2.10.63	PLC 65/63
598/63	Finanças	Wilson Gonçalves	16.10.63	PLC 65/63
599/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	13. 9.63	PDL 35/63
600/63	Relações Exteriores	Antonio Juca	18. 9.63	PDL 35/63
		Adolpho Franco	2.10.63	PDL 35/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
602/63	Finanças	Wilson Gonçalves	16.10.63	PDL 35/63
603/63	Const. e Justiça	Argemiro de Fiq.	16.10.63	PLS 121/63
604/63	Const. e Justiça	Edmundo Levi	16.10.63	PLS 92/63
605/63	Redação	Julio Leite	22.10.63	PDL 42/63
606/63	Redação	Julio Leite	22.10.63	PDL 33/63
607/63	Finanças	Dinarte Mariz	23.10.63	PLC 90/63
608/63	Finanças	Dinarte Mariz	24.10.63	PLC 101/63
609/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	9.10.63	PLC 67/63
610/63	Serviço Público	Silvestre Pericles	17.10.63	PLC 67/63
611/63	Finanças	Bezerra Neto	23.10.63	PLC 67/63
612/63	Finanças	Dinarte Mariz	24.10.63	PLC 100/63
613/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	2.10.63	PLC 83/63
614/63	Transportes	José Feliciano	9.10.63	PLC 83/63
615/63	Finanças	Eduardo Catalão	23.10.63	PLC 83/63
616/63	Relações Exteriores	Aarão Steinbruch	18. 9.63	PDL 28/63
617/63	Economia	José Ermirio	4.10.63	PDL 28/63
618/63	Finanças	Eduardo Catalão	23.10.63	PDL 28/63
619/63	Relações Exteriores	Ben. Valladares	18. 9.63	PDL 26/63
620/63	Transportes	Sebastião Archer	16.10.63	PDL 26/63
621/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	24. 7.63	PLC 34/63
622/63	Legislação Social	Eurico Rezende	7.10.63	PLC 34/63
623/63	Finanças	Dinarte Mariz	23.10.63	PLC 34/63
624/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	2.10.63	PLC 47/63
625/63	Educação e Cultura	Walfredo Gurgel	8.10.63	PLC 47/63
626/63	Finanças	Arg. Figueiredo	23.10.63	PLC 47/63
627/63	Const. e Justiça	Jeff. Aguiar	23.10.63	PLS 135/63
628/63	Redação	Walfredo Gurgel	24.10.63	PLC 100/63
629/63	Redação	Julio Leite	24.10.63	PLC 49/63
630/63	Redação	Sebastião Archer	24.10.63	PLC 76/63
631/63	Educação	Julio Leite	24.10.63	PDL 25/63
632/63	Redação	Julio Leite	24.10.63	PLS 47/63
633/63	Redação	Sebastião Archer	24.10.63	PLC 44/63
634/63	Agricultura	Raul Giuberti	24.10.63	PLC 47/62
635/63	Finanças	Bezerra Neto	24.10.63	PLC 72/63
636/63	Finanças	Bezerra Neto	24.10.63	PLC 72/63
637/63	Finanças	Dinarte Mariz	24.10.63	PLC 72/63
638/63	Finanças	Mom d e Sa	24.10.63	PLC 72/63
639/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvo	9.10.63	PLS 95/63
640/63	Educação e Cultura	Walfredo Gurgel	23.10.63	PLS 95/63
641/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	25. 9.63	PDL 37/63
642/63	Relações Exteriores	Eduardo Catalão	8.10.63	PDL 37/63
643/63	Economia	Eugenio Barros	25.10.63	PDL 37/63
644/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvo	28. 8.63	PDL 24/63
645/63	Relações Exteriores	Eduardo Catalão	18. 9.63	PDL 24/63
646/63	Economia	Julio Leite	28.10.63	PDL 24/63
647/63	Finanças	Bezerra Neto	30.10.63	PLC 72/63
648/63	Finanças	Dinarte Mariz	30.10.63	PLC 72/63
649/63	Finanças	Dinarte Mariz	30.10.63	PLC 72/63
650/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	2.10.63	PLC 23/63
651/63	Finanças	Daniel Krieger	30.10.63	PLC 23/63
652/63	Diretora	Guido Mondin	30.10.63	PR 42/63
653/63	Finanças	Bezerra Neto	30.10.63	PLC 99/63
654/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	6. 9.63	PDL 30/63
655/63	Relações Exteriores	Aarão Steinbruch	-	PDL 30/63
656/63	Economia	Eugenio Barros	9.10.63	PDL 30/63
657/63	Finanças	Dinarte Mariz	30.10.63	PDL 30/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
658/63	Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	6. 9.63	PDL 20/63
659/63	Relações Exteriores	Ben. Valladares	18. 9.63	PDL 20/63
660/63	Agricultura	Jose Feliciano	9.10.63	PDL 20/63
661/63	Finanças	Irineu Bornhausen	30.10.63	PDL 20/63
662/63	Const. e Justiça	Silvestre Pericles	22.10.63	PLC 62/63
663/63	Finanças	Bezerra Neto	30.10.63	PLC 62/63
664/63	Educação e Cultura	Walfredo Gurgel	8.10.63	PLC 78/63
665/63	Finanças	Daniel Krieger	30.10.63	PLC 78/63
666/63	Const. e Justiça	Edmundo Levi	26. 9.63	PLS 102/63
667/63	Transportes	Bezerra Neto	9.10.63	PLS 102/63
668/63	Finanças	Daniel Krieger	30.10.63	PLS 102/63
669/63	Redação	Julio Leite	6.11.63	PLS 99/63
670/63	Finanças	Bezerra Neto	4.11.63	PLC 72/63
671/63	Const. e Justiça	Milton Campos	- . -.63	Req. 760/63
672/63	Finanças	Dinarte Mariz	4.11.63	PLC 72/63
673/63	Finanças	Bezerra Neto	4.11.63	PLC 72/63
674/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	25. 9.63	PLS 100/63
675/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	23.10.63	PLS 100/63
676/63	Finanças	Argemiro de Fig.	6.11.63	PLS 100/63
677/63	Redação	Walfredo Gurgel	6.11.63	PLC 46/63
678/63	Finanças	Dinarte Mariz	6.11.63	PLC 99/63
679/63	Relações Exteriores	Jose Candido	8.10.63	PDL 27/63
680/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	23.10.63	PDL 27/63
681/63	Finanças	Mem de Sa	6.11.63	PDL 27/63
682/63	Finanças	Dinarte Mariz	6.11.63	PLC 95/63
683/63	Segurança Nacional	Silvestre Pericles	6.11.63	PLC 25/63
684/63	Const. e Justiça	Josaphat Marinho	28. 8.63	PLC 123/61
685/63	Economia	Sebastião Archer	25.10.63	PLC 123/61
686/63	Finanças	Arg. Figueiredo	6.11.63	PLC 123/61
687/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	16. 8.63	PLC 23/53
688/63	Agricultura	Jose Feliciano	28. 8.63	PLC 23/53
689/63	Finanças	Mem de Sa	6.11.63	PLC 23/53
690/63	Const. e Justiça	Amaury Silva	25. 4.63	PLS 9/63
691/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	23.10.63	PLS 9/63
692/63	Finanças	Dinarte Mariz	6.11.63	PLS 9/63
693/63	Finanças	Dinarte Mariz	6.11.63	PLC 72/63
694/63	Finanças	Dix-Huit Rosado	6.11.63	PLC 72/63
695/63	Finanças	Mem de Sa	6.11.63	PLC 72/63
696/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	2.10.63	PLS 4/60
697/63	Transportes	Sebastião Archer	6.10.63	PLS 4/60
698/63	Finanças	Wilson Gonçalves	6.11.63	PLS 4/60
699/63	Finanças	Aurelio Vianna	7.11.63	PLC 92/63
700/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	6.11.63	PLS 70/63
701/63	Com. Esp. Pr.Em.C. n. 8/63	Josaphat Marinho	7.11.63	PEC 8/63
702/63	Finanças	Dinarte Mariz	6.11.63	PLC 72/63
703/63	Finanças	Bezerra Neto	11.11.63	PLC 72/63
704/63	Finanças	Dinarte Mariz	30.11.63	PLC 72/63
705/63	Finanças	Daniel Krieger	11.11.63	PLC 72/63
706/63	Finanças	Mem de Sa	8.11.63	PLC 72/63
707/63	Finanças	Dinarte Mariz	7.11.63	PLC 72/63
708/63	Finanças	Mem de Sa	8.11.63	PLC 72/63
709/63	Finanças	Argemiro de Fig.	6.11.63	PLC 72/63
710/63	Finanças	Mem de Sa	7.11.63	PLC 72/63
711/63	Finanças	Irineu Bornhausen	6.11.63	PLC 72/63
712/63	Finanças	Bezerra Neto	8.11.63	PLC 72/63
713/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	13. 9.63	PDL 32/63
714/63	Relações Exteriores	Aarão Steinbruch	18. 9.63	PDL 32/63
715/63	Agricultura	Eduardo Catalão	9.10.63	PDL 32/63
716/63	Finanças	Aurelio Vianna	8.11.63	PDL 32/63
717/63	Const. e Justiça	Edmundo Levi	6.11.63	PLC 58/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
722/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	2.10.63	PLS 14/63
723/63	Relações Exteriores	Ben. Valladares	8.10.63	PLS 14/63
724/63	Serviço Público	Silvestre Pericos	12.11.63	PLS 14/63
725/63	Finanças	Bezerra Neto	8.11.63	PLC 72/63
726/63	Redação	Julio Leite	13.11.63	PLS 72/63
727/63	Redação	Julio Leite	13.11.63	PLC 20/63
728/63	Redação	Julio Leite	13.11.63	PLC 11/63
729/63	Redação	Walfredo Gurgel	13.11.63	PDL 26/63
730/63	Redação	Walfredo Gurgel	13.11.63	PDL 28/63
731/63	Redação	Walfredo Gurgel	13.11.63	PDL 35/63
732/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	23.11.63	PLC 59/63
733/63	Serviço Público	Leite Neto	12.11.63	PLC 59/63
734/63	Finanças	Bezerra Neto	13.11.63	PLC 59/63
735/63	Finanças	Dix-Huit Rosado	11.11.63	PLC 72/63
736/63	Finanças	Dinarte Mariz	13.11.63	PLC 72/63
737/63	Finanças	Mem de Sa	13.11.63	PLC 72/63
738/63	Redação	Sebastião Archer	13.11.63	PLC 58/63
739/63	Finanças	Lobao da Silveira	8.11.63	PLC 72/63
740/63	Finanças	Wilson Gonçalves	12.11.63	PLC 72/63
741/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	2.10.63	PLS 74/63
742/63	Leg. Social	Eurico Rezende	13.11.63	PLS 74/63
743/63	Const. e Justiça	Jeff. Aguiar	- 9.63	PLS 83/63
744/63	Leg. Social	Walfredo Gurgel	13.11.63	PLS 83/63
745/63	Const. e Justiça	Josaphat Marinho	13. 9.63	PLS 86/63
746/63	Leg. Social	Raul Giuberti	13.11.63	PLS 86/63
747/63	Leg. Social	Walfredo Gurgel	13.11.63	PLS 117/63
748/63	Leg. Social	Ruy Carneiro	13.11.63	PDL 10/63
749/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	30.10.63	PS 140/63
750/63	Leg. Social	Eurico Rezende	13.11.63	PLS 140/63
751/63	Finanças	Wilson Gonçalves		PLC 72/63
752/63	Finanças	Arg. Figueiredo		PLC 72/63
753/63	Finanças	Daniel Krieger		PLC 72/63
754/63	Finanças	Wilson Gonçalves		PLC 72/63
755/63	Finanças	Bezerra Neto		PLC 72/63
756/63	Finanças	Dinarte Mariz	18.11.63	PLC 72/63
757/63	Finanças	Dix-Huit Rosado	13.11.63	PLC 72/63
758/63	Const. Justiça	Ruy Carneiro	13.11.63	PLS 137/63
759/63	Finanças	Lobao da Silveira	19.11.63	PLS 137/63
760/63	Finanças	Wilson Gonçalves	19.11.63	PLC 72/63
761/63	Finanças	Mem de Sa	- .11.63	PLC 72/63
762/63	Finanças	Bezerra Neto	- 11.63	PLC 72/63
763/63	Finanças	Dinarte Mariz	14.11.63	PLC 72/63
764/63	Finanças	Mem de Sa	14.11.63	PLC 72/63
765/63	Finanças	Arg. Figueiredo	14.11.63	PLC 72/63
766/63	Finanças	Mem de Sa	14.11.63	PLC 72/63
767/63	Finanças	Irineu Bornhausen	- .11.63	PLC 72/63
768/63	Finanças	Wilson Gonçalves	21.11.63	PLC 72/63
769/63	Finanças	Leite Neto	19.11.63	PLC 72/63
770/63	Finanças	Dix-Huit Rosado	- 11.63	PLC 72/63
771/63	Finanças	Leite Neto	22.11.63	PLC 72/63
772/63	Finanças	Wilson Gonçalves	21.11.63	PLC 72/63
773/63	Finanças	Lobao da Silveira	22.11.63	PLC 72/63
774/63	Finanças	Arg. Figueiredo	- .11.63	PLC 72/63
775/63	Finanças			PLC 72/63
776/63	Finanças	Bezerra Neto	- 11.63	PLC 72/63
777/63	Finanças	Bezerra Neto	18.11.63	PLC 72/63
778/63	Finanças	Wilson Gonçalves	- .11.63	PLC 72/63
779/63				
780/63	Redação	Sebastião Archer	26.11.63	PLC 62/63
781/63	Redação	Sebastião Archer	26.11.63	PLC 23/62
782/63	Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	6. 9.63	TR 3/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
788/63	Leg. Social	Aurélio Vianna	7.10.63	PLC 80/63
789/63	Finanças	Lopes da Costa	27.11.63	PLC 80/63
790/63	Finanças	Bezerra Neto	27.11.63	PLC 106/63
791/63	Const. e Justiça	Edmundo Levi	25. 9.63	PDL 39/63
792/63	Relações Exteriores	Eduardo Catalão	8.10.63	PDL 39/63
793/63	Economia	Julio Leite	19.11.63	PDL 39/63
794/63	Finanças	Arg. Figueiredo	27.11.63	PDL 39/63
795/63	Const. e Justiça	Edmundo Levi	25.11.63	PDL 36/63
796/63	Relações Exteriores	Eduardo Catalão	8.10.63	PDL 36/63
797/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	13.11.63	PDL 36/63
798/63	Finanças	Dinarte Mariz	27.11.63	PDL 36/63
799/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	2.10.63	PDL 29/63
800/63	Relações Exteriores	José Cândido	8.10.63	PDL 29/63
801/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	13.11.63	FDL 29/63
802/63	Finanças	Lobão da Silveira	27.11.63	PDL 29/63
803/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	- 8.63	PLS 19/60
804/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	5. 9.63	PLS 19/60
805/63	Saude	Sigefredo Pacheco	28.11.63	PLS 19/60
806/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	- 9.63	PDL 40/63
807/63	Relações Exteriores	Antonio Juca	18. 9.63	PDL 40/63
808/63	Saude	Sigefredo Pacheco	28.11.63	PDL 40/63
809/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	28. 8.63	PLS 75/63
810/63	Saude	Lopes da Costa	28.11.63	PLS 75/63
811/63	Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	9.10.63	PLC 170/62
812/63	Economia	Jefferson de Aguiar	19.11.63	PLC 170/62
813/63	Finanças	Dinarte Mariz	27.11.63	PLC 170/63
814/63	Finanças	Sigefredo Pacheco	4. 12.63	PLC 129/63
815/63	Diretora	Nogueira da Gama	4. 12.63	PLC 129/63
816/63	Legislação Social	Eurico Rezende	4. 12.63	PLC 117/63
817/63	Economia	Julio Leite	4. 12.63	PLC 117/63
818/63	Finanças	José Ermírio	4.12.63	PLC 117/63
819/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	21. 8.63	PDL 21/63
820/63	Educação e Cultura	Mem de Sa	23.10.63	PDL 21/63
821/63	Relações Exteriores	Jeff. de Aguiar	6.11.63	PDL 21/63
822/63	Finanças	Daniel Krieger	4.11.63	PDL 21/63
823/63	Serviço Público	Aloysio de Carvo	28.11.63	PLC 41/63
824/63	Finanças	Dinarte Mariz	4.12.63	PLC 41/63
825/63	Const. e Justiça	Eurico Rezende	6.12.63	PLC 38/63
826/63	Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	6.12.63	PLS 3/63
827/63	Const. e Justiça	Arg. Figueiredo	6.12.63	PLS 112/63
828/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	6.12.63	PLC 119/63
829/63	Inexistente			
830/63	Diretora	Rui Palmeira	18.11.63	PR 43/63
831/63	Diretora	Guido Mondin	7.12.63	PR 47/63
832/63	Segurança Nacional	Irineu Bornhausen	1.12.63	PLC 124/63
833/63	Finanças	Lobão da Silveira	10.12.63	PLC 124/63
834/63	Inexistente			
835/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	22.11.63	PLC 107/63
836/63	Transportes	José Feliciano	10.12.63	PLC 107/63
837/63	Finanças	Lopes da Costa	10.12.63	PLC 107/63
838/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvo	6.12.63	PLC 123/63
839/63	Finanças	Arg. Figueiredo	10.12.63	PLC 123/63
840/63	Finanças	Mem de Sa	1.12.63	PLC 128/63
841/63	Finanças	Wilson Gonçalves	10.12.63	PLC 129/63
842/63	Const. e Justiça	Jeff. de Aguiar	8. 8.63	PDL 14/63
843/63	Legislação Social	Walfredo Gurgel	7.10.63	PDL 14/63
844/63	Relações Exteriores	Ben. Valladares	6.10.63	PDL 14/63
845/63	Saude	Pedro Ludovico	10.12.63	PDL 14/63
846/63	Const. e Justiça	Lobão da Silveira	14. 8.63	PLS 26/63
847/63	Saude	Sigefredo Pacheco	28.11.63	PLS 26/63

<u>Nº</u>	<u>Comissão</u>	<u>Autor</u>	<u>Data</u>	<u>Projeto</u>
849/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvalho	28. 8. 63	PLS 34/63
850/63	Finanças	Sigefredo Pacheco	10.12.63	PLS 34/63
851/63	Redação	Sebastião Archer	11.12.63	PLS 74/63
852/63	Redação	Júlio Leite	11.12.63	PDL 20/63
853/63	Redação	Sebastião Archer	11.11.63	PDL 24/63
854/63	Redação	Julio Leite	11.11.63	PDL 27/63
855/63	Redação	Sebastião Archer	11.11.63	PLS 4/60
856/63	Const. e Justiça	Lobao da Silveira	6.12.63	PLC 37/63
857/63	Finanças	Arg. Figuciredo	10.12.63	PLC 37/63
858/63	Transportes	Irineu Bornhausen	10.12.63	PLC 131/63
859/63	Serviço Público	Sigefredo Pacheco	12.12.63	PLC 131/63
860/63	Finanças	Daniel Krieger	12.12.63	PLC 131/63
861/63	Finanças	Bezerra Neto	11.12.63	Of. 268/63
862/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	- .12.63	Of. 268/63
863/63	Const. e Justiça	Silvestre Pericles	23.10.63	PLS 134/63
864/63	Transportes	Sebastião Archer	6.12.63	PLS 134/63
865/63	Finanças	Bezerra Neto	12.12.63	PLS 134/63
866/63	Finanças	Irineu Bornhausen	12.12.63	PLC 135/63
867/63	Finanças	Bezerra Neto	12.12.63	PLC 125/63
868/63	Const. e Justiça	Edmundo Levi	12.10.63	PLC 75/63
869/63	Transportes	Irineu Bornhausen	13.11.63	PLC 75/63
870/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	6.12.63	PLC 75/63
871/63	Finanças	Wilson Gonçalves	12.12.63	PLC 75/63
872/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	21. 8. 63	PLC 181/61
873/63	Legislação Social	Walfredo Gurgel	7.10.63	PLC 181/61
874/63	Transportes	Sebastião Archer	6.12.63	PLC 181/61
875/63	Finanças	Wilson Gonçalves	12.12.63	PLC 181/61
876/63	Diretora	Nogueira da Gama	12.12.63	PR 48/63
877/63	Redação	Padre Calazans	12.12.63	PLC 20/63
878/63	Const. e Justiça	Aloysio de Carvalho	23.10.63	PDL 35/63
879/63	Relações Exteriores	Padre Calazans	- 12.63	PDL 35/63
880/63	Transportes	Bezerra Neto	12.12.63	PLC 133/63
881/63	Finanças	Bezerra Neto	12.12.63	PLC 133/63
882/63	Transportes	Irineu Bornhausen	12.12.63	PLC 134/63
883/63	Finanças	Irineu Bornhausen	12.12.63	PLC 134/63
884/63	Segurança Nacional	Zacharias de Alb.	12.12.63	PLC 112/63
885/63	Finanças	Bezerra Neto	12.12.63	PLC 112/63
886/63	Redação	Sebastião Archer	13.12.63	PDL 39/63
887/63	Redação	Sebastião Archer	13.12.63	PDL 1 / 63
888/63	Redação	Sebastião Archer	13.12.63	PDL 32/63
889/63	Redação	Sebastião Archer	13.12.63	PR 49/63
890/63	Redação	Sebastião Archer	13.12.63	PLC 41/63
891/63	Const. e Justiça	Bezerra Neto	12.12.63	PLS 97/63
892/63	Const. e Justiça	Ruy Carneiro	11.12.63	PLS 130/63
893/63	Redação	Dix-Huit Rosado	13.12.63	PLC 135/63
894/63	Redação	Dix-Huit Rosado	15.12.63	PLC 123/63

II) - PARECERES ORAIS

<u>Comissão</u>	<u>Relator</u>	<u>Sessão</u>	<u>Proposição</u>
Const. e Justiça	Bezerra Neto	4. 4.63	PDL 6/63
Relações Exteriores	Pessoa de Queiros	4. 4.63	PDL 6/63
Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	15. 4.63	PR 8/63
Finanças	Mem de Sa	15. 4.63	PR 8/63
Const. e Justiça	Josaphat Marinho	18. 4.63	PDL 8/63
Relações Exteriores	Antonio Carlos	18. 4.63	PDL 8/63
Const. e Justiça	Eurico Rezende	19. 4.63	PR 8/63
Diretora	Cattete Pinheiro	19. 4.63	PR 8/63
Const. e Justiça	Eurico Rezende	19. 4.63	PR 8/63
Finanças	Argemiro de Figueiredo	19. 4.63	PR 8/63
Diretora	Cattete Pinheiro	24. 4.63	PR 28/62
Finanças	Victorino Freire	24. 4.63	PR 28/62
Const. e Justiça	Amaury Silva	24. 4.63	PR 28/62
Diretora	Cattete Pinheiro	25. 4.63	PR 28/62
Finanças	Victorino Freire	25. 4.63	PR 28/62
Finanças	Leite Neto	28. 5.63	PDL 11/63
Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	18. 6.63	PLS 18/63
Saude	Walfredo Gurgel	18. 6.63	PLS 18/63
Economia	Nelson Maculan	18. 6.63	PLS 18/63
Finanças	Wilson Gonçalves	18. 6.63	PLS 18/63
Finanças	Bezerra Neto	25. 6.63	PLC 31/63
Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	26. 6.63	PDL 12/63
Relações Exteriores	Menezes Pimentel	26. 6.63	PDL 12/63
Serviço Publico	Sigefredo Pacheco	26. 6.63	PLC 31/63
Relações Exteriores	Menezes Pimentel	27. 6.63	Req. 327/63
Const. e Justiça	Josaphat Marinho	27. 6.63	PLC 40/63
Legislação Social	Walfredo Gurgel	27. 6.63	PLC 40/63
Const. e Justiça	Josaphat Marinho	27. 6.63	PLC 40/63
Legislação Social	Walfredo Gurgel	27. 6.63	PLC 40/63
Const. e Justiça	Bezerra Neto	27. 6.63	PLC 31/63
Const. e Justiça	Lobão da Silveira	4. 7.63	PLS 18/63
Saude	Sigefredo Pacheco	4. 7.63	PLS 18/63
Economia	Nelson Maculan	4. 7.63	PLS 18/63
Finanças	Lopes da Costa	4. 7.63	PLS 18/63
Const. e Justiça	Lobão da Silveira	11. 7.63	PDL 17/63
Relações Exteriores	Menezes Pimentel	11. 7.63	PDL 17/63
Economia	Lopes da Costa	11. 7.63	PDL 17/63
Finanças	Daniel Krieger	11. 7.63	PDL 17/63
Const. e Justiça	Lobão da Silveira	23. 7.63	PLS 18/63
Finanças	Lopes da Costa	23. 7.63	PLS 18/63
Saude	Sigefredo Pacheco	23. 7.63	PLS 18/63
Economia	Filinto Müller	23. 7.63	PLS 18/63
Relações Exteriores	Pessoa de Queiroz	29. 7.63	Req. 512/63
Constituição e Just.	Lobão da Silveira	31. 7.63	PLS 49/61
Serviço Publico	Victorino Freire	31. 7.63	PLS 49/61
Finanças	Victorino Freire	31. 7.63	PLS 49/61
Economia	Jose Ermirio	2. 8.63	Req. 531/63
Relações Exteriores	Jefferson de Aguiar	8. 8.63	Req. 548/63
Relações Exteriores	Menezes Pimentel	12. 8.63	Req. 551/63
Serviço Publico	Aloysio de Carvalho	14. 8.63	Req. 561/63
Relações Exteriores	Vivaldo Lima	14. 8.63	Req. 566/63
Const. e Justiça	Lobão da Silveira	14. 8.63	PR 29/63
Finanças	Bezerra Neto	14. 8.63	PR 29/63
Economia	Lopes da Costa	16. 8.63	Req. 569/63
Const. e Justiça	Josaphat Marinho	20. 8.63	PR 28/63
Diretora	Guido Mondin	20. 8.63	PR 28/63
Const. e Justiça	Josaphat Marinho	26. 8.63	PR 28/63
Diretora	Guido Mondin	26. 8.63	PR 28/63

<u>Comissão</u>	<u>Relator</u>	<u>Sessão</u>	<u>Proposição</u>
Const. e Justiça	Josaphat Marinho	5. 9.63	PR 37/63
Const. e Justiça	Wilson Gonçalves	10. 9.63	PLC 49/63
Agricultura	Jose Feliciano	10. 9.63	PLC 49/63
Economia	Lopes da Costa	10. 9.63	PLC 49/63
Serviço Público	Silvestre Pericles	10. 9.63	PLC 49/63
Finanças	Lobão da Silveira	10. 9.63	PLC 49/63
Const. e Justiça	Silvestre Pericles	11. 9.63	PLS 104/63
Saude	Antonio Juca	11. 9.63	PLS 104/63
Finanças	Lopes da Costa	11. 9.63	PLS 104/63
Const. e Justiça	Silvestre Pericles	12. 9.63	PLS 104/63
Relações Exteriores	Jefferson de Aguiar	12. 9.63	Req.648/63
Relações Exteriores	Jefferson de Aguiar	12. 9.63	Req.649/63
Const. e Justiça	Edmundo Levi	17. 9.63	PLC 56/63
Legislação Social	Aurelio Vianna	17. 9.63	PLC 56/63
Finanças	Bezerra Neto	17. 9.63	PLC 56/63
Const. e Justiça	Silvestre Pericles	18. 9.63	PLS 104/63
Finanças	Lopes da Costa	18. 9.63	PLS 104/63
Economia	Lopes da Costa	18. 9.63	Req.665/63
Finanças	Eduardo Catalão	26. 9.63	PLS 85/63
Relações Exteriores	Eurico Rezende	27. 9.63	Req.696/63
Const. e Justiça	Bezerra Neto	2.10.63	PLC 60/63
Finanças	Bezerra Neto	2.10.63	PLC 60/63
Relações Exteriores	Eduardo Catalão	3.10.63	Req.700/63
Relações Exteriores	Filinto Müller	24.10.63	Req.757/63
Const. e Justiça	Eurico Rezende	31.10.63	PLC 91/63
Legislação Social	Walfredo Gurgel	31.10.63	PLC 91/63
Finanças	Bezerra Neto	31.10.63	PLC 91/63
Transportes	Jose Feliciano	8.11.63	Req.752/63
Educação e Cultura	Walfredo Gurgel	8.11.63	Req.768/63
Finanças	Dinarte Mariz	14.11.63	PLC 72/63
Finanças	Bezerra Neto	14.11.63	PLC 72/63
Finanças	Dinarte Mariz	14.11.63	PLC 72/63
Finanças	Dinarte Mariz	14.11.63	PLC 72/63
Finanças	Wilson Gonçalves	18.11.63	PLC 72/63
Finanças	Wilson Gonçalves	18.11.63	PLC 72/63
Finanças	Lobão da Silveira	19.11.63	PLC 72/63
Finanças	Arg. Figueiredo	19.11.63	PLC 72/63
Finanças	Wilson Gonçalves	19.11.63	PLC 72/63
Finanças	Lobão da Silveira	19.11.63	PLC 72/63
Finanças	Wilson Gonçalves	19.11.63	PLC 72/63
Finanças	Bezerra Neto	19.11.63	PLC 72/63
Finanças	Bezerra Neto	21.11.63	PLC 72/63
Relações Exteriores	Jefferson de Aguiar	26.11.63	Req.1073/63
Relações Exteriores	Jefferson de Aguiar	5.12.63	Req.1118/63
Relações Exteriores	Jefferson de Aguiar	5.12.63	Req.1119/63
Const. e Justiça	Bezerra Neto	5.12.63	PLC 111/63
Legislação Social	Walfredo Gurgel	5.12.63	PLC 111/63
Economia	Filinto Müller	5.12.63	PLC 111/63
Const. e Justiça	Bezerra Neto	6.12.63	FR 46/63
Diretora	Gilberto Marinho	6.12.63	FR 46/63
Const. e Justiça	Edmundo Levi	11.12.63	PLC 41/63
Serviço Público	Aloysio de Carvo	11.12.63	PLC 41/63
Finanças	Dinarte Mariz	11.12.63	PLC 41/63
Distrito Federal	Eurico Rezende	12.12.63	PLC 136/63
Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	12.12.63	PR 48/63
Finanças	Bezerra Neto	12.12.63	PR 48/63
Const. e Justiça	Jefferson de Aguiar	12.12.63	PR 48/63
Diretora	Guido Mondin	12.12.63	PR 48/63
Finanças	Bezerra Neto	12.12.63	PR 48/63
Distrito Federal	Eurico Rezende	13.12.63	PLC 136/63
Finanças	Wilson Gonçalves	15.12.63	PLC 139/63
Economia	Attilio Fontana	15.12.63	PLC 143/63